Telicidade e detelicização:

semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual

Dissertação de Mestrado

Renato Miguel Basso

Orientador: Rodolfo Ilari
Co-orientador: Edson Françozo

Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem — Universidade Estadual de Campinas
Fevereiro de 2007

UNIDADE IEL
Nº CHAMADA:
TIUNICAMP
B295t
V. Ed.
TOMBO BC/ 71918
PROC. 16-145-07
C D X
PREÇO 11,00
DATA 03/04/07
BIB-ID 406707

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Basso, Renato Miguel.
B295t Telicidade e detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual / Renato Miguel Basso. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Rodolfo Ilari.
Co-orientador : Edson Françozo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Aspecto verbal. 2. Semântica. 3. Pragmática. 4. Psicolingüística. 5. Gramática. I. Ilari, Rodolfo. II. Françoso, Edson. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

Título em inglês: Telicity and detelicization: semantics and pragmatics of the temporal-aspectual domain.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Verbal aspect; Semantics; Pragmatics; Psycholinguistics; Grammar.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Rodolfo Ilari (orientador), Prof. Dr. Edson Françozo, Prof. Dr. Sérgio Menuzzi, Profa. Dra. Ana Navas, Prof. Dr. John R. Schmitz.

Data da defesa: 12/02/2007.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodolfo Ilari

Prof. Dr. Edson Françozo

Prof. Dr. John Robert Scmitz

Profa. Dra. Ana Luiza Gomes Pinto Navas

Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi

Campinas, 12 de fevereiro de 2007

200714374

Índice

Banca Examinadora **v**

Agradecimentos **vii**

Resumo **xi**

Abstract **xiii**

Introdução **xv**

1 Ref. temporal, aspecto, acionalidade **1**

1.1 O mal-estar de muitas definições 3

1.2 Uma primeira separação 8

1.3 Mais sobre a separação 19

1.3.1 Por que não separar aspecto e acionalidade? 33

1.3.2 Por que separar aspecto e acionalidade? 39

1.4 Ao que aplicar as categorias? 42

1.5 Intervalo semântico-filosófico (1) 50

1.5.1 Da lógica temporal aos eventos 50

1.5.2 Por que utilizar eventos? Prós e contras 54

1.5.3 De volta à questão: eventos e mundo 62

2 Telicidade **67**

2.1 Breve percurso da telicidade 70

2.2 Telicidade em pesquisas contemporâneas 77
2.2.1 Verkuyl 78
2.2.2 Krifka 83
2.2.3 Kennedy, Hay e Levin 87
2.2.4 Rothstein 91
2.2.5 Bertinetto 97
2.3 Maneiras de implementar a telicidade 102
2.3.1 Predicados incrementais e telicidade 104
2.3.2 Dando uma olhada em "dar uma X-ada" 115
2.3.3 Comparação de eventos etc. 121
2.4 Resumo e Conclusão 126
2.5 Invervalo semântico-filosófico (2) 127

3 Detelicização 135
3.1 A idéia de detelicizar 138
3.1.1 Detelicização de *accomplishments* e *achievements* 143
3.2 Teorias de detelicização 149
3.2.1 Detelicização e "aspect shift": de Swart 149
3.2.2 Detelicização e "aspect shift": Rothstein 156
3.2.3 Detelicização e os predicados 162
3.2.4 Detelicização e o papel da coerção 169
3.3 Esboço de uma teoria 172
3.3.1 Espaços e pontos da telicidade e da atelicidade 173
3.3.2 A combinatória de eventos 174
3.3.3 Uma semântica para "por" e "em X tempo" 180
3.3.4 Uma pragmática para "por" e "em X tempo" 188
3.4 Extensões da teoria proposta 201
3.4.1 Um pouco mais sobre predicados incrementais 202
3.4.2 Referência explícita ao *telos* 204
3.5 Implementando a detelicização 205
3.5.1 Dando mais uma olhada em "dar uma X-ada" 207

3.6 Intervalo semântico-filosófico (3) 214

4 A psicolingüística e os eventos 221

4.1 Semântica e psicolingüística 225

4.2 Experimentos anteriores 229

4.2.1 O experimento de Piñango, Zurif e Jackendoff 230

4.2.2 O experimento de Todorova, Straub, Badecker e Frank . . 236

4.2.3 O experimento de Proctor, Dickey e Rips 241

4.2.4 Balanço dos experimentos descritos em 4.2.1. - 4.2.3. . . . 246

4.2.5 Contestação dos resultados dos experimentos apresentados: os argumentos de Pickering *et al.* (2006) 247

4.3 Experimento 1: aceitabilidade das sentenças-teste 251

4.3.1 Análise dos resultados 253

4.4 Experimento 2: tempo de leitura 254

4.4.1 Análise dos resultados 259

4.5 O que concluir sobre a coerção? 265

Conclusão 267

Apêndice 1 271

Apêndice 2 275

Referências Bibliográficas 279

Banca Examinadora

Prof^{o} DR^{o} Rodolfo Ilari – orientador

Prof^{o} DR^{o} Edson Françozo – co-orientador

Prof^{a} DR^{a} Ana Luiza Navas

Prof^{o} DR^{o} John Robert Schmitz

Prof^{o} DR^{o} Sérgio Menuzzi

Agradecimentos

Este trabalho só foi realizado graças à ajuda de inúmeras pessoas, e lembrar de todas aqui seria impossível. De qualquer forma, gostaria de agradecer a algumas pessoas em particular.

Agradeço inicialmente ao professor Ilari por ter aceitado ir comigo até o fim deste e de outros trabalhos. Sem a sua leitura cuidadosa, detalhada, sem suas perguntas instigantes, sem me mostrar os pontos interessantes, sem seu humor e amizade, com certeza este trabalho seria muito pior e provavelmente nunca teria sido terminado.

Agradeço ao professor Edson Françozo (Chefe!) pelo apoio nas momentos de "aperto", neste e também em outros trabalhos. Só com o seu "socorro" foi possível pensar e realizar o quarto capítulo desta dissertação. Devo a ele tudo o que tem de interessante ali.

Agradeço aos professores John Robert Schmitz e Sérgio Menuzzi pela qualificação, pela leitura cuidadosa, sugestões e conselhos que certamente melhoraram muito o trabalho. À professora Ana Navas agradeço por uma conversa inicial sobre o experimento do quarto capítulo e por me ajudar na coleta de dados.

Quero agradecer também a Pablo Arantes e Maria Luiza Cunha Lima pelo auxílio nas estatísticas, no melhor uso do LaTeX, e pelos *scripts* utilizados no experimento. Agradeço imensamente à Maria Luiza por me ceder em parte seus *scripts*. Pacha, muito obrigado pelo socorro daquele domingo à noite...

Agradeço muito aos amigos que me acompanharam até aqui. Ao pessoal da

Moradia da Unicamp (N4, O4, J4A), e ao pessoal do "Mokarzel". Em especial, agradeço aos amigos Antonio, Célio, Pablo, Laudino, Leandro, Gustavo, Rodrigo (primo!), Lou, Luciana – vocês não sabem o quanto foram importantes para mim e o quanto eu agradeço vocês...

Agradeço também ao LAFAPE e a todo o pessoal de lá. Até hoje ainda penso no LAFAPE como uma espécie de berço do qual saiu tudo o que fiz depois.

Ao pessoal de Rio Claro (mãe, pai, Danilo, Cristiane, tios, tias, avôs, avós e todos de lá) devo muito mais do que posso imaginar, e só posso agradecer pelo apoio constante, pelo incentivo e por toda a força que me deram até aqui. Espero poder um dia retribuir.

Aos meus amigos distantes, Vancil, Matheus, Luiz Carlos, Luizão, também agradeço pelo companhia ao longo de várias histórias.

À Roberta, à Cecília e ao André (valeu pelo Statistica) eu agradeço pelo novo lar, pela recepção tão calorosa, por todos os momentos divididos e por me darem mais motivação para terminar este trabalho.

Finalmente, agradeço à FAPESP pelo financialmente do projeto "Telicidade e Detelicização" do qual esta dissertação resulta.

Dedico esta dissertação a Rodolfo Ilari, Edson Françozo
e Eleonora Albano, por terem me mostrado
a beleza e o prazer de fazer ciência

À Roberta eu dedico tudo o que tem de belo
neste trabalho

Resumo

O presente trabalho é uma investigação do fenômeno da detelicização, representado por sentenças como "João leu o livro por 1 semana", na qual temos um evento télico (i.e., que tem um ponto final não arbitrário) seguido por um adjunto do tipo "por X tempo", que, segundo a literatura, é incompatível com eventos télicos. Dado essa alegada incompatibilidade, várias das teorias que tratam da detelicização a abordam como um caso de coerção ou "*type-mismatch*" para dar conta do fato de que os falantes aceitam esse tipo sentença.

Para proceder a tal investigação, inicialmente apresentamos o quadro teórico que adotamos, segundo o qual os fenômenos tempo-aspectuais devem ser tratadas levando-se em conta a separação e interação de seus sub-domínios: (i) referência temporal, que responde pela localização de eventos numa suposta seta do tempo, e é, portanto, o componente dêitico; (ii) aspecto, que é a representação, feita subjetivamente pelo falante, de um evento como concluso ou inconcluso; e (iii) acionalidade, sub-domínio que diz respeito ao tipo de evento em questão.

O objetivo do segundo capítulo é entender melhor o conceito de telicidade e como ele é apreendido pelas teorias tempo-aspectuais contemporâneas. Esse passo é imprescendível, pois somente eventos télicos podem passar pelo processo de detelicização.

No terceiro capítulo apresentamos em detalhe a detelicização, definida como a apresentação de um evento interrompido, ou seja, um evento télico que se inicia e pára sem, no entanto, alcançar seu ponto final, seu *telos*. Depois de caracterizar esse fenômeno, esboçamos uma teoria semântico-pragmática que visa a capturá-lo, assim como esmiuçar o que é propriamente semântico e o que é pragmático no estudo dos fenômenos tempo-aspectuais.

Por fim, no quarto capítulo efetuamos dois experimentos psicolingüísticos que visavam a verificar a existência de alguma contraparte empírica (i.e., tempo de leitura) da coerção ou "*type-mismatch*" postulados para sentenças como "João leu o livro por uma semana". A análise dos experimentos revelou que não há qualquer diferença significativa entre o tempo de leitura de, por exemplo, "João leu o livro por uma semana" *versus* "João leu o livro em uma semana".

Assim, diante desse resultado experimental e da teoria aqui esboçada, dispensamos como um todo o apelo a expedientes como coerção para entender a detelicização.

Abstract

This dissertation investigates the phenomenon of detelicization, represented by sentences such as "João leu o livro por 1 semana" ("John read a book for 1 week"), in which there is a telic event (i.e., an event which has a non-arbitrary final point) followed by an adjunct like "for X time", which, according to the literature, is incompatible with telic events. In order to accommodate the fact that the speakers accepted this kind of sentence, most of the theories which deal with detelicization treat the alleged incompatibility via coercion or type-mismatch. This dissertation presents an alternative to the main stream: a semantic-pragmatic approach.

In order to investigate detelicization, first we present the theoretic framework we adopt. In this framework, we consider the temporal-aspectual domain as composed of three sub-domains, namely: (i) temporal reference, which gives the deictic localization of an event in the time arrow; (ii) aspect, which is the way a speaker chooses to represent an event; the event can be concluded or unconcluded; (iii) actionality, that is, what kind of event is denoted by the predicate.

The objective of the second chapter is to achieve a better understanding of the notion of telicity, and of how it is captured by contemporary temporal-aspectual theories. This understanding is indispensable, since only telic events can be "detelicized".

In the third chapter we define detelicization in detail, i.e. it is the presentation of and event as interrupted, that is, a telic event which begins and stops without reaching its final point, its *telos*. We then introduce a semantic-pragmatic theory which explains how this interpretation comes about, and what is semantics and what is pragmatics in it.

Finally, in the fourth chapter we perform two psycholinguistics experiments aiming at verifying the existence of some empirical grounds (i.e., reading time) sustaining coercion or type-mismatch, postulated to account for sentences as "'João leu o livro por 1 semana". The analysis of experiments' results shows no significative difference in reading time between, e.g., "João leu o livro por 1 semana" and "João leu o livro em 1 semana" ("John read a book in 1 week").

Given this result and the semantic-pragmatic approach sketched here, we claim that the notion of coercion is unnecessary to account for the phenomenon of detelicization.

Introdução

> A ciência tem raízes na interpretação criativa. Os números sugerem, limitam e refutam mas, por si sós, não especificam o conteúdo das teorias científicas. Essas são construídas sobre a base da interpretação desses números, e os que os interpretam são com freqüência aprisionados pela sua própria retórica. Estão convencidos de sua própria objetividade, e são incapazes de discernir o preconceito que seus números admitem. Paul Broca está agora muito distante do presente para que possamos lançar um olhar retrospectivo sobre sua obra e mostrar que ele não empregou dados numéricos para criar novas teorias, mas para ilustrar conclusões *a priori*. Devemos acreditar que na atualidade a ciência é diferente apenas porque compartilhamos do contexto cultural da maioria dos cientistas, assim confundindo a interferência desse contexto com a verdade objetiva? Broca foi um cientista exemplar; ninguém ainda suplantou sua meticulosidade e a precisão com que realizou suas medições. Com que direito, além daquele derivado de nossas próprias inclinações, podemos apontar a incidência dos seus preconceitos e afirmar que a ciência hoje opera à margem de qualquer influência cultural ou de classe?
>
> GOULD, Stephen Jay. 2003[1981]. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes.

A presente dissertação tem como objetivo apresentar e tentar explicar o fenômeno da detelicização (neologismo ao qual, para o bem ou para o mal, esta dissertação, como notou o prof. John Schmitz, dá à luz). Um fenômeno que tem um nome um tanto quanto complicado, mas que pode ser exemplificado por sentenças (aparentemente) simples, como:

1) João leu o livro por uma semana.

Muito já foi dito sobre essa sentença com relação ao seu estatuto gramatical ou agramatical. Devido a termos um evento télico, "ler o livro" – télicos são os eventos que têm um ponto final não-arbitrário; no caso de "ler o livro", o ponto final é ler a última palavra da última página do livro –, seguido de um adjunto como "por X tempo" que, segundo um cânone já estabelecido na literatura, só pode seguir eventos atélicos, a expectativa era justamente que 1) fosse agramatical. Saber se 1) é ou não uma sentença boa é algo que também tratamos ao longo da dissertação. Porém, a pergunta que nos moveu foi outra: um ouvinte que ouve 1) pode concluir que João leu o livro até o fim ou não?

Os dois primeiros capítulos desta dissertação trazem os elementos necessários para chegarmos a uma formulação mais exata dessa questão, mostrando qual é a sua relevância para as teorias tempo-aspectuais. O terceiro capítulo, o mais longo, apresenta mais especificamente as teorias que abordam sentenças como 1) e também a teoria que esboçamos pela primeira vez nesta dissertação. Por fim, o quarto capítulo apresenta uma avaliação psicolingüística, mediante experimentos, da agramaticalidade ou dificuldade de leitura muitas vezes postuladas para sentenças como 1).

Sobre a estrutura deste trabalho, mais detalhadamente, apresentaremos no capítulo 1 as bases teóricas sobre as quais o assentamos. Advogamos nesse capítulo a separação do que chamamos de domínio tempo-aspectual em três sub-domínios, a saber: 1) a referência temporal, que é o componente dêitico do domínio tempo-aspectual e localiza eventos numa suposta reta do tempo, nos moldes da proposta de Reichenbach (1947); 2) o aspecto, que é o modo ou maneira de apresentação de um evento – essa apresentação pode ser a do

evento concluso (aspecto perfectivo) ou inconcluso (aspecto imperfectivo); e 3) a acionalidade, o sub-domínio que nos diz qual é o tipo de evento ao qual nos referimos, se télico ou atélico, durativo ou não durativo, etc. Esses pontos todos, assim como as posições que adotamos, são apresentados de maneira pormenorizada. Discutimos também as razões de muitas vezes não encontrarmos essa separação em três domínios nas análises tempo-aspectuais, procurando identificá-las e apontar suas causas. A seguir, nos perguntamos o que, numa dada sentença, representaria cada um dos sub-domínios postulados, se elementos da morfologia de um verbo ou se informações para além do verbo, como, por exemplo, seus argumentos. Antes de encerrar o primeiro capítulo, o leitor encontrará o primeiro de três intervalos semântico-filosóficos que exploram algumas facetas dos problemas aqui tratados que extravasam os domínios da lingüística. Com relação ao primeiro capítulo, a discussão centra-se na noção de evento, nas suas vantagens e desvantagens quando adotada para dar conta de fenômenos lingüísticos.

O segundo capítulo tem como tema principal a noção de telicidade, e isso se justifica porque apenas eventos télicos podem ser alvos de detelicização. Procuramos traçar, num primeiro momento, um breve histórico da telicidade e, num segundo, como pesquisas contemporâneas dão conta da telicidade, atribuindo, cada uma, diferentes papéis para ela. Como representantes das principais pesquisas contemporâneas que envolvem a telicidade, apresentamos os trabalhos de Verkuyl, Krifka, Rothstein, Hay, Kennedy *et al.*, e Bertinetto. Depois de percorrermos essa literatura e apresentarmos, ancorados no primeiro capítulo, uma defesa da posição de Bertinetto, feito mediante uma crítica das posições anteriores, apresentamos algumas maneiras de implementar a telicidade no português brasileiro, isso é, de inferir se um dado evento é télico com base em elementos que até então não tinham sido considerados pelas teorias apresentadas. Por fim, o capítulo 2 encerra-se com o segundo intervalo semântico-filosófico, que trata especificamente da questão: há eventos ontologicamente télicos? Em outras palavras, os eventos são télicos ou os eventos são descritos télica ou atelicamente? Defendemos a idéia de que temos de fato eventos ontologicamente télicos.

Nesta altura, já tendo apresentado as bases teóricas que nos sustentam e explorado a noção de telicidade, abordamos, no capítulo 3, o fenômeno da detelicização. Inicialmente, "cercamos o fenômeno", apresentando sua especificidade frente a outros, como o "paradoxo do imperfeito". Em seguida, apresentamos algumas teorias ou propostas de tratamento para a detelicização, encontradas em de Swart, Rothstein e Zucchi. Nenhuma delas nos pareceu correta, por uma série de razões: apelo para noções como coerção ou maior custo de processamento, pouca abrangência, falta de motivações independentes, contraprovas empíricas (pelo menos para o caso do PB). Detectadas essas características negativas, passamos então para a teoria que esboçamos nesta dissertação, e que é a parte mais ambiciosa do presente trabalho.

Ora, explicar a detelicização implicada em também explicar, ou pelo menos caracterizar para os devidos fins, os eventos télicos, as relações entre aspecto e acionalidade, e a contribuição semântica específica dos adjuntos "em X tempo" e "por X tempo". Contudo, mesmo isso não basta para dar conta dos fenômenos que encontramos – é necessário ainda o apelo às implicaturas conversacionais generalizadas. É no trabalho conjunto entre semântica e pragmática tal como propomos que podemos deslumbrar algumas soluções para os problemas propostos. Como se pode esperar, enfrentar o domínio tempo-aspectual como um todo é uma tarefa hercúlea e cheia de meandros pelos quais, pelas mais variadas razões, não pudemos passar, e nem esperávamos que pudéssemos. De uma forma ou de outra, além da detelicização, apresentamos no capítulo 3 algumas possíveis extensões dessa teoria esboçada, ou seja, problemas que a princípio não nos interessavam, mas que recebem uma caracterização interessante ao lançarmos mão da proposta que fizemos, como uma maneira de defendê-la.

Nos concentramos na configuração "télico + "por X tempo"" como um exemplo de estrutura de detelicização, mas não podemos, no entanto, esquecer que alguns outros adjuntos e construções podem ser entendidos como operando a detelicização. Esse é o caso de "até X tempo", "de X até Y tempo", "durante X tempo" e da construção "dar uma X-ada", que exploramos, mesmo que de maneira superficial, ainda no capítulo 3.

Por fim, neste extenso terceiro capítulo, o intervalo semântico-filosófico tentou dar conta da questão: existem eventos ontologicamente detelicizados? Responder essa questão é uma maneira de entender melhor não apenas as relações entre semântica e pragmática que propomos, mas também de mostrar as razões de atribuir à acionalidade a detelicização, consequentemente advogando a existência de eventos detelicizados na ontologia.

O último capítulo da dissertação é dedicado à plausibilidade e relevância de dizer que 1) é agramatical ou processualmente mais custosa do que, por exemplo, "João leu o livro em uma semana". Antes de apresentarmos um experimento para avaliar se realmente há essa diferença entre a presença de "em" e "por X tempo", reafirmamos o interesse de acoplar a pesquisas semânticas (e/ou pragmáticas), que lançam mão de recursos como a coerção, algum caráter experimental que as sustente. Feito isso, trazemos à tona alguns experimentos já realizados na literatura, com o intuito de avaliar seus resultados e seus desings experimentais, para podermos aplicar o mesmo design ao experimento que desenvolvemos.

O que pudemos detectar nessa análise da literatura é que os experimentos que encontraram coerção não foram replicados. Diante disso, nos pareceu interessante realizar um experimento para o português brasileiro seguindo os métodos utilizados pelos pesquisadores considerados. Depois de analisar os dados, nada encontramos a favor da coerção, ou seja, não há diferença significativa entre o tempo de leitura de "João leu o livro por uma semana" e "João leu o livro em uma semana". Esse resultado reforça os argumentos contra a coerção: falta de motivação independente e falta de contraparte empírica.

Sendo esse o caso, a teoria esboçada no capítulo 3 ganha ainda mais interesse, justamente porque dá conta dos fenômenos que aborda sem lançar mão da coerção e sem ser o alvo de nenhuma das críticas que apontamos para as outras teorias. Certamente a teoria aqui esboçada será alvo de outras críticas.

Como conclusão, podemos dizer que o passo fundamental para dar conta da detelicização e de outros fenômenos pertencentes ao domínio tempo-aspectual é a separação, e devida articulação, entre referência temporal, aspecto e acionali-

dade.

Para o leitor que enfrentará as muitas páginas que seguem (ou trechos delas), tentamos montar um índice detalhado que possa levá-lo para onde seu interesse deseja, sem ter que percorrê-las todas; é por isso também que fizemos, ao longo da dissertação, várias remissões, indicando as partes em que os conceitos mais importantes são definidos. Pelas mesmas razões, deixamos as considerações de ordem mais filosófica ao fim de cada capítulo; assim, essa discussão não fica no meio de questões mais puramente lingüísticas. Isso não quer dizer que as questões filosóficas sejam desinteressantes ou desnecessárias para o trabalho aqui desenvolvido: pelo contrário, boa parte das motivações para esboçarmos a teoria tal como o leitor a encontrará é fruto de considerações sobre a natureza dos eventos e suas relações com outras entidades. Sendo assim, esperamos que o texto que segue esclareça ou apresente alguns problemas ao leitor.

Capítulo 1

Referência temporal, aspecto e acionalidade: noções a serem distinguidas

> Imaginemos que aquele filósofo que consideramos ser o referente de ‘‘Aristóteles’’ nunca tenha existido de fato, mas um impostor teria sido confundido como a existência fática de uma figura lendária. Assim, o até então suposto portador do nome ‘‘Aristóteles’’, não teria nenhuma das qualidades relevantes que lhe foram atribuídas. Por exemplo, não teria a qualidade de ter escrito os textos reunidos na obra denominada Metafísica. Imaginemos agora que um cientista houvesse descoberto que Platão teria sido o autor de todas as obras reputadas a Aristóteles conhecidas até hoje, e que sua tese tenha sido difundida nos meios científicos especializados, mas fosse pouco popular entre os leigos. Estaríamos inclinados a dizer que o calouro em filosofia se estaria referindo a Platão quando pedisse a um bibliotecário, que tampouco tivesse qualquer conhecimento da recente descoberta, para que trouxesse um livro de Aristóteles? Certamente o bibliotecário traria ao estudante um livro de Aristóteles e não um de Platão e isso seria correto. Ele traria, por exemplo, a Metafísica. E se o estudante tivesse pedido um livro de Platão, o bibliotecário não teria trazido a Metafísica e isso teria sido também correto. Se um terceiro participante da instância de comunicação tivesse conhecimento daquela impressionante descoberta científica, ele poderia, talvez, tentar corrigir o comportamento lingüístico dos outros dois participantes e a tentativa poderia ser facilmente bem-sucedida naquela pequena comunidade de fala, mas sua difusão para círculos mais amplos de usuários seria uma tarefa de resultados imprevisíveis. Tal mudança generalizada de comportamento lingüístico custaria seguramente muito tempo e, além do mais, só ocorreria se fosse praticamente relevante. As instâncias de comunicação em que os nomes são usados são também instâncias de ação. As convenções estabelecidas por meio do uso de uma língua estão vinculadas a outras convenções, que são estabelecidas por meio da atividade não lingüística dos homens.
>
> Brito, Adriano Naves de. 2003. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: Editora UNB.

Ao longo deste capítulo, procuraremos fixar a terminologia a ser utilizada na presente dissertação; procuraremos também argumentar a favor da adoção de um certo modelo para o estudo de fenômenos tempo-aspectuais, para, dentro desse modelo, definirmos as noções fundamentais mobilizadas para dar conta dos fenômenos específicos que trataremos. Para tanto, o capítulo é constituído de três partes principais, nas quais se discute, respectivamente, a proliferação de termos e definições no campo dos estudos tempo-aspectuais e suas motivações, seguido de uma defesa da distinção referência temporal, aspecto e acionalidade, além de uma análise pormenorizada dos motivos e das razões de preservar ou não essa distinção. Na seção 1.4., trataremos da questão de saber em que partes de uma sentença encontramos as informações relevantes para cada um dos domínios dos estudos tempo-aspectuais: referência temporal, aspecto e acionalidade. Por fim, a seção 1.5. é a primeira de três seções que percorrem a dissertação em cada um dos 3 primeiros capítulos e discutem, à luz do que apresentamos em cada capítulo, as implicações lingüístico-filosóficas de adotarmos uma ontologia que conta com eventos, assim como sua relação com a teoria a ser esboçada no decorrer dos demais capítulos.

Depois de fixarmos a terminologia e apresentar nossas bases teóricas, trataremos com vagar da telicidade no próximo capítulo.

Vejamos, para início de conversa, um dos mal-estares que enfrenta quem decide investigar os fenômenos tempo-aspectuais.

1.1 O mal-estar de muitas definições

O estudo dos fenômenos tempo-aspectuais é provavelmente um dos mais antigos entre os estudos lingüísticos; especulações envolvendo, por um lado, as relações entre eventos[1] e sentenças e, por outro, as diferentes e inúmeras maneiras de apresentar e descrever os eventos estão na pauta das reflexões sobre a linguagem ao menos desde Aristóteles, para falar apenas do assim chamado "pensamento

[1] Até a seção 1.5. deste capítulo, usaremos o termo "evento" da maneira mais livre e intuitiva possível

ocidental sobre a linguagem".

Contudo, mesmo com sua longa história, esses estudos ainda hoje carecem de termos precisos e consensualmente aceitos entre os pesquisadores, constituindo talvez um dos campos de estudos lingüísticos em que se encontra a maior proliferação de termos e definições. Isso faz com que muito do trabalho nessa área seja, justamente, um trabalho de busca de termos adequados (ou de adequação de termos) e de justificação de definições, o que faz com que, algumas vezes, os próprios fenômenos fiquem mais distantes da consideração dos analistas do que seria desejado. Encontramos preocupações semelhantes às que acabamos de manifestar em vários pesquisadores; a lista de citações abaixo é longa, mas é apenas uma pequena amostra:

> Existem inúmeras definições de aspecto muitas vezes contraditórias entre si, uma enorme quantidade de classificações diferentes, que os lingüistas vêm desenvolvendo. Surgem as surpreendentes caracterizações de algumas formas verbais, como perfectivas para uns e imperfectivas para outros. Este quadro é indício de que nos encontramos diante de uma categoria mal compreendida. (Godoi, 1992, p. 8).

> There is a large number of different ways of classifying verbs in the literature. Frequently, these are syntactic, or have syntactic as well as semantics components. Usually, these classifications end up containing a large number of categories and subcategories. This makes them difficult to use. When the categories are so numerous, they cannot assist in our finding and representing the right kinds of generalizations. Classifications are useful if they help sort out our data. They are potentially harmful if they drown us in detail and obscure the general picture. (Singh, 1998, p. 177-178).

> There is a more general problem here, which concerns morphology and syntax as a whole rather than just aspect, namely that it is not always easy to draw precise boundaries between derivational (lexical) and inflectional morphology, nor between morphology and syntax (the English Progressive being a case in point). (Comrie, 1976, p.9 - nota 1).

> Unfortunately, a lack of general agreement between scholars on the theoretical tools to be used in the analyses is frequently encountered in the literature, and this has obvious drawbacks. This is also due to different theoretical perspectives, which in itself is not a negative factor. However, I believe that in some relevant cases we are faced with the actual confusion of notions that should best be kept apart, if we want to achieve a deeper understanding on this topic. (Bertinetto, 1994b, pp. 391-392).

> Surprisingly enough, although the study of temporal-aspectual phenomena is based on a considerably long tradition within modern linguistics, there is still a re-

markable lack of consensus on some of the most basic concepts. The most striking example consists in the assessment of the mutual relationship between the notions of Aspect and Actionality (or, as it is also called, Aktionsart). (Bertinetto, 2001, p. 177).

The problem is, that [...] a clear understanding of what Aktionsarten and Aspect are, is lacking. This makes it difficult to attack or defend the one or the other position, for one doesn't know what exactly one is attacking or defending. (Hoepelman, 1978, p. 58, *apud* Godoi, 1992).

What is aspect? The very definition of aspect has been a source of controversy, and different researches have worked with different assumptions about what 'aspect' is [...]. One of the reasons for this controversy is the appearance in the literature of two words whose difference in meaning have been perceived by some researches in different ways: 'aspect' and 'Aktionsart'. (Mollá-Aliod, 1997, p. 4).

Part of the difficulty seems to stem from a tendency, once aspect has been distinguished from tense, to refer to all verbal categories that are neither tense nor mood as aspect. This use of the term 'aspect' suffers from all the disadvantages that accompanied the earlier use of the term 'tense' as a general cover-term for a variety of different kinds of distinctions (Comrie, 1976, p.6 - nota 3).

The way in which this opposition [aspecto e acionalidade] is instantiated in the attested Indo-European languages is not ease to describe, partly as a consequence of the lack of agreement among the scholars about what should be ascribed to lexical distinctions and derivational morphology (Aktionsart) and what should fall into the domain of inflectional morphology (Aspect proper [...]). (Delfitto, 2002, p. 33).

[...] the terminology may oscillate, and sometimes not without consequences. In the literature, activities are often called 'processes'. Besides, some authors use the term 'event' to refer to dynamic events only (see e.g. Jackendoff 1991); indeed, states do not instantiate events in the literal sense, rather they correspond to 'situations'. If such a choice is made, then there is the need for a cover term, such as 'eventuality' (Bach 1986) or 'situation type' (e.g., Smith 1999), to refer to all sorts of actional types. Actually, things are made more complicated by the fact that other authors restrict the term 'event' to telic predicates (see, e.g., Herweg 1991a and 1991b; Egg 1995; De Swart 1998). (Bertinetto, 2001, p. 182).

The use of the term 'aspect' here reflects its double life in current literature. It is used to refer to perfective-imperfective distinction expressed by inflectional

> morphemes on the verb (as in Romance languages, for example) or by special function morphemes within a verbal complex (as in the English progressive construction, for example). Such formal devices are often covered by the term 'grammatical aspect' (de Swart, 1998, for example) and contrasted with semantic categories that belong to '(inherent) lexical aspect' (Comrie, 1976; Van Valin, 1990), 'aspectual class' (Dowty, 1979) or 'aspect' (Tenny, 1987, 1994), all of which are used for the classification into states, activities, accomplishments and achievements (introduced by Vendler, 1957), and the superordinate telic-atelic distinction (introduced by Garey, 1957). The latter view of aspect originated in the classification of verb meanings in the philosophy of action (cf. Ryle, 1949; Kenny, 1963; Vendler, 1957/1967) and it was introduced into modern linguistics by Dowty (1972, 1979). Most recently, the term 'eventuality types', coined by Bach (1981, 1986), has become established for the agentivity-neutral event-process-state division, and occasionally the term 'Aktionsart' (Hinrichs, 1985; Van Valin, 1990; Zaenen, 1993) can also be found. (Filip, 1999, pp. 3-4).

Frente a isso, Bertinetto constata que:

> Non è infatti pensabile che si possano descrivere correttamente - meno che mai spiegare - fenomeni linguistici che restino mal compresi nelle loro principali articolazioni concettuali. (1997, p. 11).

Quais seriam, porém, as "principali articolazioni concettuali"? Uma resposta precisa a essa questão só pode ser dada no interior de algum quadro teórico. Mas podemos, não obstante, traçar linhas gerais, como exigências válidas para quaisquer teorias, com relação, pelo menos, ao que está envolvido nos fenômenos em questão. Ao proceder a tal caracterização, encontramos na literatura especializada o consenso de que há, no mínimo, dois processos operando aqui. Ao primeiro deles chamaremos de "referência temporal" e ao segundo de "aspecto *lato sensu*".

Em geral, a caracterização da referência temporal de eventos é feita tomando-se como ponto de partida o trabalho de Reichenbach (1947) e os três momentos

por ele postulados: momento do evento (ME), momento de referência (MR) e momento de fala (MF). Trata-se aqui de um arranjo topológico com a função de localizar os vários eventos com relação a pelo menos um momento, o MF (tomado como termo *a quo*). Se estamos no horizonte de um arranjo topológico cujo ponto de partida é o MF, estamos então imersos em um domínio de relações dêiticas.

Os fenômenos aspectuais, *lato sensu*, seriam os seguintes:

> [...] se consideriamo un determinato processo da un punto di vista immanente, ossia avendo di mira la sua intima costituzione e le sue specifiche modalità di svolgimento, piuttosto che la sua localizzazione nel tempo e la rete di rapporti temporali in cui è inserito, allora vengono portate in primo piano non le proprietà specificamente temporali del verbo, bensí le sue proprietà 'aspettuali'. (Bertinetto, 1991, p. 23).

O caráter dêitico da referência temporal contrapõe-se ao caráter não-dêitico dos fenômenos aspectuais[2]. Tal diferença é salientada, por exemplo, pelo uso de metáforas espaciais para os últimos, o que demonstra que eles não localizam (topologicamente) os eventos em um esquema de incidência ou em uma "seta do tempo", mas sim os descrevem internamente. Por exemplo: sobre a referência temporal, diremos que, dado uma seta do tempo e o momento de fala, um dado evento é colocado na seta antes (passado) do, depois (futuro) do, ou concomitantemente ao momento de fala; o aspecto, por sua vez, diz se esse dado evento, por exemplo, tem ou não seu limite à direta fechado (evento não-continua) ou aberto (evento continua). Assim, o componente dêitico localizado o evento e o aspecto o descreve.

Porém, quando passamos a considerar o "aspecto *lato sensu*" já não encontramos o apoio de construtos teóricos tão confiáveis quanto a topologia de momentos de Reichenbach, e é aqui que proliferam os termos e as definições. É no âmbito do aspecto que encontramos termos como *terminado*, *acabado*, *perfec-*

[2]Como veremos mais adiante, apenas separar do resto da significação do verbo o que tem caráter dêitico é insuficiente para fazer distinções entre o que sobra - é insuficiente, por exemplo, para fazer distinções entre aspecto, acionalidade, modalidade, etc.

tivo, *télico*, *imperfectivo*, *pontual*, *progressivo*, *durativo* etc. Há alguma sobreposição entre esses termos, mas também independências. Nessa macro-categoria de aspecto *lato sensu* encontramos o que Bertinetto (e outros) postula(m) como os domínios distintos do aspecto (*stricto sensu* ou aspecto propriamente dito) e da acionalidade. De fato, ainda segundo Bertinetto:

> [...] il punto cruciale consiste nella reciproca delimitazione dei concetti di aspetto ad azionalità, la cui indipendenza non è da tutti riconosciuta. (*ibid.*, *idem*).

Na seção abaixo, trataremos, muito intuitivamente nesse momento, dos três domínios que consideraremos necessários para proceder ao estudo dos fenômenos tempo-aspectuais, além de fixarmos a terminologia empregada nessa dissertação. Como as citações acima devem ter deixado claro, nem sempre as distinções que utilizaremos aqui são levadas em conta por outros pesquisadores; as razões disso, assim como a justificativa para os termos e definições aqui adotados são temas da seção 1.3. Por fim, na seção 1.4., tentaremos responder a duas perguntas que perpassam toda e qualquer reflexão sobre eventos, a saber: (i) a qual porção de uma sentença (ou conjunto de sentenças) devemos atribuir a referência a e a descrição de eventos?; e (ii) que relação existe entre descrições lingüísticas de eventos e eventos no mundo? A importância de considerar a noção de evento neste contexto é que, entre os objetivos desta dissertação, está defender o evento como entidade relevante para os estudos lingüísticos, discorrendo sobre os prós e contras dessa noção.

1.2 Uma primeira separação entre as noções de referência temporal, aspecto e acionalidade

O que costumeiramente encontramos nas gramáticas tradicionais sob a rubrica "tempo verbal" são, de fato, as flexões de um verbo, e essas formas carregam muitas informações além daquela que poderíamos chamar de "temporais". Convém, então, antes de mais nada, separar a morfologia do verbo e as noções

que comporão a semântica das formas verbais. Assim, por "tempo verbal" entenderemos as formas em que um verbo pode flexionar-se, as mesmas formas que as gramáticas apresentam com os nomes "pretérito perfeito (do indicativo)", "presente (do indicativo)", "futuro (do indicativo)" etc.; para nos referirmos à morfologia de um verbo manteremos, por maior comodidade, os mesmos nomes empregados nas gramáticas - apesar da nomenclatura gramatical não descrever adequadamente o papel das formas nomeadas, tem a vantagem de já ser conhecida por qualquer leitor que tenha passado pelo ensino fundamental e médio.

Ao sentido das formas verbais que se relacionam com o tempo, ou, melhor dizendo, com a localização (topológica) temporal de eventos, chamaremos de "referência temporal", noção que pode ser melhor definida como:

> [...] the localization of the event with respect to the speech point. This allows us to distinguish between past, present, and future temporal reference. (Bertinetto, 1994, 392).

Como já adiantamos, uma maneira interessante de sistematizar as referências temporais dos verbos (usada ainda hoje pelos lingüistas) é a que foi proposta pelo filósofo e lógico Hans Reichenbach (1947), que articula três "momentos", a saber: o momento de fala (MF), que é o momento a partir do qual é estabelecido todo o "cálculo temporal", pois qualquer evento é passado ou futuro em relação, inicialmente, ao momento em que é proferido; o momento de evento (ME), que é o momento em que o evento propriamente dito ocorre; e o momento de referência (MR), que é um momento utilizado para o estabelecimento da localização de um evento para além da especificação dada pelo MF, obrigatório em tempos como o mais-que-perfeito do indicativo; além desses momentos, utilizaremos uma outra noção, proposta em 1982 por Bertinetto: a localização temporal (LT). A LT indica em que momento (do tempo cronológico ou extralingüístico; por exemplo, hora ou data) o ME ocorre; não sendo necessariamente indicada para a especificação da referência temporal de eventos, a LT virá entre parêntesis.

Para ilustrar o papel desses momentos e suas articulações, tomemos as sen-

tenças abaixo, seguidas de suas respectivas caracterizações[3] - nos exemplos abaixo, "-" indica sucessão e "," indica simultaneidade:

(1.1) João está lendo o jornal (agora).
ME(LT),MF (lê-se ME simultâneo a MF) = o evento de "João ler o jornal" (ME) dá-se concomitantemente ao proferimento de tal sentença (MF) (mais precisamente "agora" (LT)).

(1.2) Pedro reformava a casa (ano passado). / Pedro reformou a casa (ano passado).
ME(LT) - MF (lê-se ME antes de MF) = o evento de "Pedro reformar a casa" (ME) se deu (dava) em um momento anterior ao proferimento dessa sentença (MF) (mais precisamente "no ano passado" (LT)).

(1.3) Célio vai chegar tarde (amanhã).
MF - ME(LT) (lê-se MF antes de ME) = o evento de "Célio chegar" (ME) dar-se-á em um momento posterior ao proferimento dessa sentença (MF) (mais precisamente "amanhã" (LT)).

(1.4) Leandro tinha encontrado a chave antes de ir embora (ontem).
ME(LT) - MR - MF (lê-se ME antes de MR e MR antes de MF) = o evento de "Leandro encontrar a chave" (ME) se deu em um momento anterior ao evento de "Leandro ir embora" (MR) e Leandro foi embora antes do proferimento dessa sentença (MF) (mais precisamente "ontem" (LT)).

Com relação à referência temporal, devemos ressaltar pelo menos três pontos. O primeiro refere-se ao caráter dêitico do MF, que "confirma a intuição corrente de que o fundamento direto ou indireto da interpretação das formas verbais flexionadas em tempo é a [...] referência à própria situação de enunciação" (Ilari, 1997:15)[4].

[3] A numeração dos exemplos indica no algarismo antes do ponto o capítulo da dissertação, e naquele depois do ponto o número do exemplo propriamente dito.

[4] Nem sempre é o MF que tem esta função. Quando se trata de um texto histórico, por

Um segundo ponto a ser considerado é a relevância do MR. Conforme as considerações acima, esse momento aparece apenas em tempos como o mais-que-perfeito e o "futuro perfeito", como *tinha feito* (*fizera*) e *terá feito*, respectivamente[5]. A razão disso é que essas referências temporais localizam eventos levando em conta não somente o MF, mas *necessariamente* um outro momento. Essa necessidade de um MR pode ser confirmada através do seguinte exemplo: uma pessoa ao iniciar uma conversa, dificilmente apontaria para um mapa e diria algo como (1.5), preferencialmente a (1.6), pois não há nenhum MR para o tempo composto e nenhum contexto a partir do qual ele pode ser retomado:

(1.5) (?) Olhe! Essa é a cidade onde eu tinha cursado o primário.

(1.6) Olhe! Essa é a cidade onde eu cursei o primário.

A sentença (1.5), no entanto, seria perfeitamente natural se precedida de algo que possa servir como MR. Imaginemos a mesma situação, porém agora alguém diz algo como (1.7):

---

exemplo, este momento dêitico que se toma como referência para localizar um evento pode ser estabelecido discursivamente:

"Era 1812, pouco antes da Batalhe de Borodino. A antecipação da batalha que se seguia era palpável. Napoleão acaba de acordar. Ele está se preparando para inspecionar as tropas a ver que elas estão preparadas para a batalha que irá determinar o destino da Europa." (adaptado de Hornstein, 1991, p. 11).

[5]De fato, no trabalho de Reichenbach, os 3 momentos estão presentes em todas as descrições de referências temporais, e o MR ora está junto ao ME, ora ao MF, sendo portanto um ponto de disputa e controvérsia. Alguns autores apontam nessa diferença de distribuição referências temporais diferentes, outros a mantêm, mas não se pronunciam em relação ao seu papel. O trabalho já citado de Hornstein (1991), por exemplo, propõe que as estruturas de referência temporal sejam articuladas em dois momentos, pois o MR deve relacionar-se com o ME e o MF independentemente, para que depois possamos obter uma única fórmula final. De uma forma ou de outra, o que Bertinetto faz é advogar que o MR está presente apenas e em todos os tempos compostos. Não concordamos, porém, inteiramente com Bertinetto quanto à presença do MR em todos os tempos compostos; antes preferimos, mais modestamente, apontar sua necessidade em tempos como o "futuro perfeito" e o pretérito-mais-perfeito, assumindo que as referências temporais estabelecidas por esses tempos são complexas, no sentido de assumirem (necessariamente) dois pontos de referência, MF e MR.

(1.7) Lembra do que eu disse ontem? (a respeito de chegar a Campinas já com 12 anos?)... Olhe! Essa é a cidade onde eu tinha cursado o primário.

O terceiro e último ponto a ser salientado é que, exclusivamente do ponto de vista da referência temporal, é impossível distinguir tempos que a gramática separa e que usamos em contextos muitos distintos; esse é caso do pretérito perfeito e do imperfeito, que, nesses termos, simplesmente veiculam um evento que acontece antes do momento de fala (ME(LT)-MF), como no exemplo (1.2).

A diferença entre o pretérito perfeito e o imperfeito é, na verdade, uma diferença aspectual, noção esta totalmente distinta da noção de referência temporal, pois não é dêitica e não tem a ver com a localização do evento em uma reta do tempo, mas sim com a representação que o falante faz do transcurso do evento quando o veicula:

> [aspecto é] [...] the specific point of view [sobre um evento] adopted by the speaker/writer. Typically, the event may be presented as completed or incompleted: this is the basis for the fundamental distinctions between perfective and imperfective aspects. (Bertinetto, ibid., p. 392)[6].

Essa representação pode ser perfectiva, quando o evento em questão é apresentado como concluso ou como não mais em andamento, ou imperfectiva, quando o evento é apresentado como inconcluso, isto é, em andamento. Tomemos as sentenças abaixo:

(1.8) (?) João foi para casa, mas resolveu não ir mais no meio do caminho[7].

(1.9) João ia (estava indo) para casa, mas resolveu não ir mais no meio do caminho.

A sentença (1.8) traz o evento de "João ir para a casa" representado perfectivamente, ou seja, como concluso, e isso através da forma de pretérito perfeito

[6]Essa definição pode ser extraída da própria etimologia da palavra aspecto, que se origina da raiz indo-européia não atestada *spek = "ver", como mostra Castilho (1968, p. 14).

[7]Uma interpretação possível para essa sentença é que João *saiu* para ir para casa, ou seja, o verbo *ir* é reinterpretado como *sair*. Essa interpretação não nos interessa aqui.

do verbo "ir". Um evento dado como iniciado e concluso não pode dado depois como nem sequer tendo se iniciado; é por isso que a sentença (1.8) é estranha. Por sua vez, a sentença (1.9) é perfeitamente natural, embora trate dos mesmos elementos e traga o mesmo evento, "João ir para a casa". A única diferença em relação à sentença (1.8) é que (1.9) representa o evento imperfectivamente, portanto, em andamento ou inconcluso, fato que permite que ele seja interrompido ou que neguemos sua conclusão.

Pelos mesmos motivos, ou seja, por representar o evento como concluso, a sentença (1.10) soa estranha, à diferença de (1.11):

(1.10) (?) Maria chegou quando João pintou o quadro[8].

(1.11) Maria chegou quando João pintava o quadro.

Uma outra característica que distingue a representação aspectual perfectiva da imperfectiva é que a primeira apresenta a propriedade do *isomorfismo*. Segundo essa propriedade, a ordem de apresentação de eventos perfectivos em uma sentença ou numa seqüência de sentenças é igual / correspondente à ordem de ocorrência dos eventos (no nosso mundo ou no mundo de alguma dada narrativa); o mesmo não se dá com eventos imperfectivos. O isomorfismo entre a apresentação de eventos e sua ordenação temporal é um importante instrumento de organização / progressão textual, sendo responsável pela dinâmica dos textos[9] . Vejamos um exemplo, retirado de uma crônica de L. F. Veríssimo (1982) ("s" está por sentença):

(1.12) **Estavam na casa de campo, ele e a mulher (s1). Iam todos os fins-de-semana (s2). Era um casa grande, rústica, copiada de revista americana, e afastada de tudo (s3). Não tinha telefone (s4). O telefone mais próximo ficava a sete quilômetros (s5). O**

[8]Essa sentença pode, de fato, receber uma interpretação segundo a qual Maria chegou no exato momento em que João terminou de pintar o quadro; interpretação essa pouco saliente e, de resto, completamente diferente da que atribuímos a (1.11).

[9]Essa propriedade captura as intuições de Weinrich sobre os tempos do comentar e do narrar (cf. Koch, 2002) e as de Kamp e Rohrer (1983).

vizinho mais próximo ficava a cinco (s6). Eles estavam sozinhos (s7). A mulher só ia para acompanhá-lo (s8). Não gostava da casa de campo (s9). Tinha de cozinhar com lenha enquanto ele ficava mexendo no jardim, cortando a grama, capinando, plantando (s10). Foi da janela da cozinha que ela viu ele ficar subitamente teso e largar a enxada, como se a enxada tivesse lhe dado um choque (s11). Ela correu para a porta da cozinha e gritou (s12).

As informações dadas das sentenças de 1 a 10 em negrito, todas no pretérito imperfeito e representando os eventos imperfectivamente, de fato, não possuem uma ordem temporal muito rígida, possibilitando que as sentenças sejam invertidas ou apresentadas fora da ordem original:

(1.13) **Eles estavam sozinhos (s7). A mulher só ia para acompanhá-lo (s8). Não gostava da casa de campo (s9). Tinha de cozinhar com lenha enquanto ele ficava mexendo no jardim, cortando a grama, capinando, plantando (s10). Estavam na casa de campo, ele e a mulher (s1). Não tinha telefone (s4). O telefone mais próximo ficava a sete quilômetros (s5). O vizinho mais próximo ficava a cinco (s6). Era um casa grande, rústica, copiada de revista americana, e afastada de tudo (s3). Iam todos os fins-de-semana (s2).** Foi da janela da cozinha que ela viu ele ficar subitamente teso e largar a enxada, como se a enxada tivesse lhe dado um choque (s11). Ela correu para a porta da cozinha e gritou (s12).

O que garante, por exemplo, a impossibilidade de separar as sentenças de 8 a 10 não é o tempo empregado, mas sim a coesão desencadeada por "a mulher", que é o único referente do discurso ao qual é possível atribuir o conteúdo das sentenças com sujeito elíptico 9 e 10, "não gostar da casa de campo" e "ter de cozinhar com lenha...", respectivamente; um processo semelhante ocorre na seqüência de 4 a 6.

Para as sentenças 11 e 12 a possibilidade de inversão é vetada. Dizer algo como:

(1.14) "Ela correu para a porta da cozinha e gritou (s12). Foi da janela da cozinha que ela viu ele ficar subitamente teso e largar a enxada, como se a enxada tivesse lhe dado um choque (s11)"[10] ,

parece não fazer muito sentido. Nesse caso, a ordem temporal dos eventos veiculados no pretérito perfeito, ou seja, perfectivamente, é também um fator de coesão textual que deve ser mantido porque apresenta os eventos tal como eles ocorrem no mundo representado pela narrativa, encadeando-os e estabelecendo relações causais.

Além disso, um teste ao qual podemos recorrer para enquadrar os eventos numa das duas perspectivas aspectuais é a compatibilidade com adjuntos do tipo "durante / por X tempo": somente eventos perfectivos são compatíveis com tais adjuntos em uma leitura semelfactiva, i.e., onde não há repetição de eventos:

(1.15) (Ontem, no fim da tarde,) João falou com Maria durante/por 20 minutos.

(1.16) (?) (Ontem, no fim da tarde,) João falava com Maria durante/por 20 minutos[11].

A sentença (1.15) é boa tanto com a leitura do trecho entre parêntesis, quanto sem essa leitura. A sentença (1.16), porém, só é boa se interpretada de uma maneira na qual há repetições de eventos, interpretação esta que é vetada quando se leva em conta o trecho entre parêntesis.

A referência temporal e o aspecto nos dão, respectivamente, a localização de um evento na linha do tempo e a representação de sua completude ou incom-

[10] Aqui não consideraremos a interpretação de que a personagem masculina tenha ficado "subitamente teso" devido ao grito da personagem feminina, pois, além de termos uma relação causal entre os eventos extremamente fraca, essa não é a interpretação original. O ponto a notar aqui é que, com relação a tempos imperfectivos, a troca da ordem de sentenças, além de não implicar em seqüências mal-formadas, não altera (drasticamente) a interpretação original.

[11] No capítulo 3, ao esboçarmos uma teoria de detelicização, sugeriremos outras interpretações para essas sentenças e daremos as possíveis razões para sua estranheza.

pletude. Contudo, há ainda uma terceira noção que desempenha um papel fundamental no estudo dos fenômenos pertencentes ao domínio tempo-aspectual: a acionalidade.

Por acionalidade podemos entender

> [...] the type of the event, specified according to a limited number of relevant properties. [...]. The basic oppositions are those between *punctual* vs. *durative* events, *telic* vs. *atelic*, and *static* vs. *dynamic*. This allows us to isolate the following four classes: *statives*, *activities*, *accomplishments*, and *achievements*. (Bertinetto, 1994, 392).

ou ainda

> They [as classes acionais] represent certain conventional ways in which languages systematically divide states of affairs into categories, and which are crucial to semantic representation of verbs, verb phrases and sentences. (Filip, 1999, p. 15).

Segundo a maioria dos autores, a classificação acional separa os eventos de acordo com as três seguintes propriedades, que podem ser simplesmente tratadas como traços binários, a saber: [± durativo], [± estativo] e [± télico][12] - a combinação desses traços nos dá as quatro classes[13] conhecidas como "classes vendlerianas", por terem sido tratadas num trabalho pioneiro de Zeno Vendler (1957): os *accomplishments*, os *achievements*, as atividades e os estativos. Resta estabelecer com que critério podemos distinguir eventos a partir desses traços,

[12] Preferiremos, num primeiro momento, definir apenas "distribucionalmente" essas propriedades, conforme fazemos no parágrafo imediatamente abaixo no texto. Contudo, muito intuitiva e sumariamente, de um ponto de vista mais conceitual, podemos dizer que a estatividade relaciona-se com os eventos envolverem ou não dinamicidade; a duratividade relaciona-se com os eventos apresentarem a possibilidade de quantificação sobre sua duração através de adjuntos como "por / durante X tempo"; e a telicidade refere-se à existência de um ponto final previsível para o evento em questão. Um dos objetivos desse trabalho é esclarecer melhor essas noções, principalmente a telicidade.

[13] Como lembra Rothstein (2004), há redundância nesses traços, pois sua combinação deveria gerar 8 e não apenas 4 classes.

e esse critério será, essencialmente, a compatibilidade com certos adjuntos adverbiais e a (im)possibilidade de permitir certas inferências.

Eventos durativos são compatíveis com adjuntos do tipo "por X tempo"; eventos télicos são compatíveis com adjuntos do tipo "em X tempo" e também do tipo "por X tempo" (essa última possibilidade é o tema de estudo desta dissertação); e eventos estativos são incompatíveis com construções como "João X e Maria faz o mesmo", em que "X" está por um evento estativo[14]. A tabela abaixo sintetiza as compatibilidades e as relaciona com as classes vendlerianas:

	Compatibilidade com:		
	"em X tempo"	"por X tempo"	"fazer o mesmo"
accomplishment	sim	sim	sim
achievement	sim	não	sim
atividade	não	sim	sim
estativo	sim/não	sim/não	não

Tabela 1.1: Classes acionais e suas compatibilidades

Dessa forma, uma atividade, por ser durativa, não-estativa e atélica, é compatível com adjuntos "por X tempo", com "fazer o mesmo" na construção citada acima e incompatível com adjuntos "em X tempo" (1.17); um *accomplishment*, por ser durativo, não-estativo e télico, é compatível com "em / por X tempo" e "fazer o mesmo" (1.18); um *achievement*, por ser não-durativo, não-estativo e télico, é incompatível somente com "por X tempo" (1.19); por fim, os estativos, como traço mais relevante, são incompatíveis com "fazer o mesmo" (1.20)[15]:

[14] Ao longo deste trabalho, apresentaremos casos limites para os quais esses critérios distribucionais não dão os resultados desejados, fato que implica ou em revisão da definição das propriedades, ou dos testes distribucionais, ou das classificações dos potenciais contra-exemplo mediante outros recursos previsíveis na teoria usada. Com relação especificamente aos estativos, sua classificação e individualização apela para características como agentividade e controle, algo que leva alguns autores, como Steward (1997), a os excluírem do domínio das eventualidades; sobre algumas peculiaridades dos estativos, cf. Basso e Ilari (2004).

[15] Os exemplos de (1.17) a (1.19) estão no pretérito perfeito do indicativo porque essa forma é, em termos de referência temporal e perspectiva aspectual, a mais neutra.

(1.17) a) João correu por vinte minutos.
b) (?) João correu em vinte minutos.
c) João correu e Maria fez o mesmo.

(1.18) a) João pintou o quadro por vinte minutos.
b) João pintou o quadro em vinte minutos.
c) João pintou o quadro e Maria fez o mesmo.

(1.19) a) (?) João ganhou a corrida por vinte minutos.
b) João ganhou a corrida em vinte minutos.
c) João ganhou a corrida e Maria fez o mesmo.

(1.20) (?) João sabe latim e Maria faz o mesmo.

Em resumo, podemos então dizer que a referência temporal localiza deiticamente os eventos em uma linha do tempo orientada; o aspecto refere-se à representação do evento feita pelo falante, que pode tratá-lo como concluso ou inconcluso; e, por fim, a acionalidade refere-se à natureza do evento, se ele é ou não durativo, estativo ou possui um ponto final previsível (telicidade).

Na seção abaixo, olharemos com mais detalhe para a separação e a distinção entre aspecto e acionalidade. Antes, porém, vale dizer que todas as caracterizações apresentadas aqui são há muito reconhecidas por filósofos e lingüistas interessados pelos fenômenos tempo-aspectuais, e em certos momentos a consideração filosófica será de grande importância. Por isso mesmo, ressaltamos que há algumas diferenças de interesse entre quem parte de uma perspectiva filosófica e quem parte de uma perspectiva lingüística - diferenças que devem ser levadas em conta e que poderão ser notadas ao longo desta dissertação. Uma delas diz respeito justamente ao que considerar como mais importante quando se trata desses fenômenos. Desde o início, os filósofos se preocuparam muito mais em caracterizar eventos em tipos ou espécies de eventos do que em procurar o que é responsável, em uma sentença, pelos eventos serem como são, algo que é mais caro às considerações lingüísticas - é por isso que vemos ao longo da literatura um interesse muito maior dos lingüistas, por exemplo, na morfologia, e

dos filósofos em testes de compatibilidade e possibilidades de inferências. Assim, enquanto os lingüistas se centraram muito mais no verbo como item lexical e em processos morfológicos que ocorriam nele (somente com o trabalho de Verkuyl, no início de 1970, é que os lingüistas abandonaram definitivamente uma postura (estritamente) "lexicalista" com relação aos fenômenos tempo-aspectuais), os filósofos preocupavam-se mais com os tipos e classes de eventos existentes, deixando os processos lingüísticos responsáveis pelas classes alegadas em segundo plano. É justamente essa a razão de encontrarmos freqüentemente entre os lingüistas, seguidores ou da tradição eslava ou da grego-latina[16], os termos *perfectivo* e *imperfectivo*, com uma clara intenção de capturar características morfológicas; e entre os filósofos os termos *achievement*, *process*, *telic* etc., revelando uma preocupação de outra natureza, não facilmente apreensível, mas de relevância ontológica, causal, ética e moral, entre outras[17].

1.3 Mais sobre a separação e as relações entre aspecto e acionalidade

Chamamos a atenção para o fato de que é relativamente consensual entre os pesquisadores a necessidade de separar a referência temporal, por ser dêitica, dos outros fenômenos tempo-aspectuais; muito menos consensual é a distinção entre aspecto e acionalidade. Contudo, consideramos como essencial a distinção entre os três domínios que apresentamos na seção anterior. Encontramos uma posição semelhante e as mesmas preocupações, por exemplo, em Squartini:

> [...] as for the definition of aspect and its distinction with respect to temporal reference or tense [...], the issue seems to be settled in the literature. Temporal reference denotes the temporal location of the situation on the time line. On the other hand an aspectual distinction is not concerned with temporal location, but rather with

[16] Ver Dahl (1981).

[17] Essa pequena caricatura que fizemos dos lingüistas e dos filósofos pode ser melhor e mais detalhadamente vista a partir da resenha de Godoi (1992, pp. 15-63).

> 'the internal temporal constituency of a situation' (Comrie 1976, p. 3). Much more debated is the distinction between aspect and actionality or Aktionsart[...]. (1998, p. 3).

Como dissemos mais acima, uma resposta mais completa sobre quais ordens de fenômenos estão envolvidas no domínio tempo-aspectual só poderá ser dada no interior, no âmbito de uma teoria específica. Assim sendo, introduziremos agora essa última distinção nos termos das teses desenvolvidas por P. M. Bertinetto a partir do final da década de 1970, e por outros pesquisadores partidários de suas teses; e é também nos moldes do "modelo de Bertinetto"[18] que pretendemos desenvolver a análise da telicidade e da detelicização. O objeto deste trabalho pertence ao âmbito da acionalidade; no entanto, este seria um trabalho por demais míope se não considerasse também as inter-relações estabelecidas entre os três domínios.

A fim de entender melhor como funcionam as teses de Bertinetto, comecemos por sua definição de aspecto verbal. A distinção aspectual mais saliente e mais freqüentemente manifestada nas línguas do mundo é aspecto perfectivo *versus* aspecto imperfectivo (cf. Comrie, 1976). O aspecto perfectivo apresenta um dado evento como completo, tendo seu limite "à direita" fechado, se pensarmos em uma representação espacial. O aspecto imperfectivo, por sua vez, traz o evento ainda em curso, ou inconcluso, com o seu limite "à direita" aberto.

[18] Colocamos entre aspas *modelo de Bertinetto* porque o autor, a rigor, não apresenta um modelo (completamente) formalizado, que consiga integrar as contribuições, pelo menos, do léxico e da sintaxe para o cômputo dos fenômenos que quer explicar. Na realidade, o que queremos capturar com a palavra "modelo" é uma série de escolhas metodológicas que Bertinetto (entre outros) faz e que nos parecem, ao menos num nível descritivo, muito apropriadas. Essas escolhas dão ao seu trabalho três características que julgamos imprescindíveis para o estudo do domínio tempo-aspectual: (i) separação entre aspecto e acionalidade; (ii) proposição e justificação das categorias mediantes testes lingüísticos (i.e., morfo-sintáticos); (iii) a interpretação das sentenças (ou dos eventos) como resultado de uma álgebra de traços temporais, aspectuais e acionais. Sobre a própria palavra "modelo" na ciência e suas controvérsias cf., por exemplo, Dupuy, 1995, pp. 19-41.

Partindo dessas propriedades, consideradas suficientes para definir cada um desses dois aspectos, é possível traçar as ulteriores subdivisões do sistema aspectual[19]. Podemos citar o caso do aspecto imperfectivo progressivo: sobre os eventos veiculados com esse aspecto não se pode afirmar nada para além de seu "ponto de focalização"[20]. Vejamos as sentenças abaixo:

(1.21) João estava correndo ontem às 8 horas em ponto.

(1.22) João estava correndo até a farmácia ontem às 8 horas em ponto.

Sobre a sentença (1.21), podemos afirmar que João correu ontem, podemos afirmar ainda que João correu ontem às 8 horas em ponto (se João começou a correr, por exemplo, às 7:30h, podemos afirmar que às 8:00h ele correu, pois "correr" é atélico (ou homogêneo) e qualquer atividade mínima de "correr" pode ser considerada como "correr", cf. Dowty (1979), Parsons (1990), entre vários outros), mas apesar de afirmar que tal evento se dava ou se deu em determinado ponto do tempo, não podemos afirmar se ele acabou, nem quando; pode bem ser o caso, por exemplo, que João ainda esteja correndo quando a sentença (1.21) é proferida . Porém, a partir da sentença (1.22) não podemos afirmar que João correu ontem até a farmácia, nem que João correu ontem até a farmácia às 8 horas em ponto, pois algo pode ter ocorrido a João que o tenha impossibilitado de alcançar sua meta. A sentença (1.22) pode ser continuada, por exemplo, por "quando subitamente foi acometido de um enfarto", fato que claramente inviabiliza a chegada de João à farmácia.

A possibilidade de se continuar (1.22) da forma aventada acima é conseqüência, justamente, do fato já mencionado de ser o limite aberto "à direita" uma característica constitutiva do aspecto imperfectivo. Se o evento fosse veiculado com o aspecto perfectivo a interpretação seria outra, senão vejamos:

[19] Ver Bertinetto (1991; 1997), e Ilari e Basso (no prelo)

[20] Sentenças veiculadas no progressivo podem ou não apresentar um "ponto de focalização", situado no desenrolar de um dado evento. A sentença "João estava correndo" não o apresenta, ao passo que as sentenças "João estava correndo ontem" e "João estava correndo ontem às 16:00hs em ponto" apresentam ponto de focalização, que são respectivamente "ontem" e "ontem às 16: 00hs em ponto". Mais sobre isso no capítulo 3.

(1.23) João correu até a farmácia ontem às 8 horas em ponto, quando subitamente foi acometido de um enfarto.

Através da sentença (1.23), podemos afirmar que João realmente chegou à farmácia ontem às 8 horas em ponto e lá na farmácia foi acometido de um enfarto[21]; interpretação essa bem diferente daquela que temos para (1.22) mais o trecho proposto.

A diferença entre as sentenças (1.21) e (1.22) reside numa relação específica estabelecida entre eventos télicos e aspecto imperfectivo progressivo. Essa característica de eventos télicos não alcançarem o seu ponto final, a sua meta, quando representados no aspecto imperfectivo é o que ficou conhecido pelo nome de "paradoxo do imperfeito"[22]; estamos, portanto, diante de um caso típico de inter-relação entre os domínios do aspecto e da acionalidade.

Destaquemos aqui que essa definição de aspecto "has to do with the perspective adopted in reporting on the relevant event" (Bertinetto, 2001,). Essa é uma das razões que levam alguns autores a atribuírem ao aspecto a característica de ser subjetivo. Essa subjetividade do aspecto seria a possibilidade, que fica a cargo do falante, de atribuir a um mesmo evento o aspecto imperfectivo ou o perfectivo, variando apenas essa característica do evento sem mudar sua "natureza" (acionalidade, *Aktionsart*) ou a sua localização temporal (dêitica)[23]:

(1.24) João telefonou para sua casa. (perf.)

(1.25) João telefonava para sua casa. (imperf.)

[21] Uma interpretação bem menos saliente podia ser que João partiu em direção à farmácia às 8 horas em ponto e aí teve o enfarto.

[22] Um nome mais apropriado seria "paradoxo da telicidade", pois é principalmente essa noção, pertencente ao domínio acional, que possibilita essa interpretação. Muitos autores também discordam de chamar tal fenômeno (na verdade, uma combinação específica de propriedades aspectuais e acionais) de paradoxo, cf. Chierchia (2003), que se refere a esse fenômeno como um "quebra-cabeças".

[23] Notamos que poder veicular um mesmo evento ora como perfectivo, ora como imperfectivo, mas sem alterar sua acionalidade, já é, por si só, uma razão para considerarmos o aspecto e a acionalidade duas categorias distintas.

Numa perspectiva tipológica, o aspecto é mais comumente manifestado através de morfemas flexionais, e esse também é o caso do português; basta pensarmos nas formas portuguesas do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito, que veiculam de maneira canônica o aspecto perfectivo e o imperfectivo, respectivamente. A acionalidade, por sua vez, "has to do with the nature of the event type associated with a verbal predicate" (*ibid.*). A maioria das classificações acionais baseia-se nas classes propostas por Vendler (1957), quais sejam:

Classe Acional	Exemplos
atividade	correr, pintar
estativos	ser alto, permanecer, estar doente
accomplishments	correr até a loja, desenhar um círculo
achievements	chegar, sair, explodir

Tabela 1.2: Exemplos de classes acionais

As duas primeiras classes acima são caracterizadas por serem atélicas, i. e., não visam um fim, não têm uma meta a ser atingida. Essas classes são sempre compatíveis com um adjunto do tipo "por X tempo", quantificando sobre a duração do evento[24]; e são incompatíveis com adjuntos do tipo "em X tempo"[25]:

(1.26) João correu por 20 minutos.

(1.27) (?) João correu em 20 minutos.

(1.28) João esteve doente por 2 meses.

(1.29) (?) João esteve doente em 2 meses.

Os *accomplishments* são télicos, e por isso são compatíveis com adjuntos do tipo "em X tempo". Alguns deles são também compatíveis com adjuntos como

[24]Tal adjunto, no entanto, não é possível com estativos permanentes, como: (?) João é alto por 2 anos; tal consideração aponta para uma divisão ulterior entre os estativos. Ver Basso e Ilari (2004).

[25]Mais uma vez, todas as "incompatibilidades" serão reavaliadas no capítulo 3.

"por X tempo" desde que a sua telicidade seja contextualmente suspensa - é o que chamaremos de eventos "detelicizados", i. e., eventos télicos, que não são mais o caso, e mesmo assim não atingiram seu "*telos*", o ponto considerado como final do evento em questão; dedicaremos todo o capítulo 3 a esse fenômeno. Exemplos:

(1.30) João correu até a loja em 20 minutos.

(1.31) João correu até a loja por 20 minutos.

Devido à compatibilidade com o adjunto "por X tempo", ainda que com interpretações levemente diferentes (esse adjunto deteliciza apenas *accomplishments*), as atividades, os estativos e os *accomplishments* são eventos durativos, i. e., eventos sobre cuja duração é possível e pragmaticamente plausível quantificar.

A última das classes vendlerianas, os *achievements*, compartilha com os *accomplishments* a propriedade da telicidade, confirmada pela compatibilidade com adjuntos do tipo "em X tempo"; porém são não-durativos, o que se revela pela incompatibilidade com adjuntos do tipo "por X tempo":

(1.32) João chegou em 20 minutos.

(1.33) (?) João chegou por 20 minutos.

(1.34) A bomba explodiu em 20 minutos.

(1.35) (?) A bomba explodiu por 20 minutos.

(1.36) João saiu em 20 minutos.

(1.37) João saiu por 20 minutos.

O adjunto "em X tempo", com *achievements*, possui uma leitura diferente daquela com *accomplishments*. Com estes últimos, o adjunto mede o tempo relevante para atingir a meta determinada, o fim determinado do evento; com os *achievements*, mede antes o tempo decorrido durante uma "fase preparatória"

que precede o evento, pois o evento, idealmente, não leva tempo nenhum para ocorrer[26]. Assim, nas sentenças (1.32), (1.34) e (1.36) o adjunto refere-se ao tempo que transcorreu até João chegar, até a bomba explodir ou até João sair, mas não diz nada sobre a duração destes eventos propriamente ditos. Um outro caso interessante é o da sentença (1.37). Aqui, o adjunto não mede o tempo que João levou para cruzar a soleira da porta, por exemplo, mas sim o tempo que João demorou ou ficou ausente *depois* de cruzar a soleira da porta; novamente, não mede a duração do evento, e sim a duração do "estado resultante" do evento, i. e., quanto tempo João ficou fora depois de sair[27].

O trabalho de Bertinetto também se baseia na classificação vendleriana; abaixo, apresentamos uma possível descrição das classes em termos de traços[28]:

	[durativo]	[télico]	[dinâmico]
estativos	+	−	−
atividade	+	−	+
achievements	−	+	+
accomplishments	+	+	+

Tabela 1.3: Classes acionais via traços

Como já dissemos, o traço [±durativo] é revelado por adjuntos do tipo "por X tempo" e o traço [±télico] por adjuntos do tipo "em X tempo". O traço [±dinâmico], que opõe eventos estativos e não estativos é, de um ponto de vista intuitivo, de fácil apreensão: os eventos não estativos são aqueles em que algo

[26] Tomemos as seguintes sentenças: a) João achou a chave em 20 minutos e b) (?)João achou a chave acidentalmente em 20 minutos. b) causa estranheza justamente porque o advérbio "acidentalmente" veta a fase preparatória, que é onde se aplica "em 20 minutos".

[27] Esse comportamento também é encontrado com nos assim chamados "verbos posturais", como *levantar(-se), sentar(-se), deitar(-se)*.

[28] Bertinetto também aprofunda a análise vendleriana dividindo os estativos em permanentes e não permanentes (1991) e os *achievements* em transformativos e pontuais (Dini e Bertinetto, 1995), além de defender uma classe de verbos incrementais (Bertinetto e Squartini, 1995). E, apesar de acusar muitos autores de proliferaram sem necessidade os termos empregados, Bertinetto também descarta a nomenclatura vendleriana e propõe uma sua. Seguiremos aqui, contudo, a nomenclatura vendleriana, indicando pontualmente quando não for o caso.

acontece e os estativos são aqueles em que nada acontece, como nos exemplos abaixo:

(1.38) João trabalhou toda a manhã. ([+ din.])

(1.39) João é alto. ([− din.])

(1.40) João teve fome a manhã inteira. ([− din.])

Nas frases (1.39) e (1.40) João, a rigor, não fez nada. Em (1.38), ao contrário, João trabalhou. O que chamamos aqui de [− dinâmico] coincide, em larga medida, com o caráter não-agentivo dos verbos estativos, mas não só[29].

As propriedades acionais estão majoritariamente ancoradas no léxico, assim como as aspectuais em morfemas. Mas essa observação vai com uma ressalva: a acionalidade é fortemente influenciada pelas características dos sintagmas nominais presentes nas sentenças em questão. Vejamos alguns exemplos[30]:

(1.41) João pintou um quadro (acc.).

(1.42) João pintou quadros (ativ.).

(1.43) João desenhou (ativ.).

(1.44) João desenhou um círculo (acc.).

(1.45) A pedra caiu (do morro) (ach., i. e., não-durativo).

(1.46) A chuva caiu (do céu) (ativ., i. e., durativo).

[29] Se de um ponto de vista intuitivo não há grandes problemas em se capturar o que venha a ser o traço dinâmico, de uma perspectiva formal isso é mais complicado, pois há eventos para os quais esse traço não tem uma aplicação muito clara: a) João esperou a manhã toda. vs. a') João ficou esperando a manhã toda.; b) João olhou para o anúncio. vs. b') João viu o anúncio. Podemos atribuir o valor [- dinâmico] para a) e b), mas tal aplicação já não é tão clara para a') e b'); em outras palavras, quem "fica esperando" faz alguma coisa? Quem "espera" também? Há alguma diferença de volição entre "olhar" e "ver"? Manteremos, apesar dos problemas que há com ela, a classificação acional em termos de traços. Ver, no entanto, Schmitz (1981a, b) e Basso e Ilari (2004).

[30] As abreviações usadas são: acc.: *accomplishment*; ach.: *achievement*; ativ.: atividade; est.: estativo.

A presença ou não de objetos no plural ((1.41)-(1.42)), assim como a presença de objetos ((1.43)-(1.44)) e características do sujeito ((1.45)-(1.46)), interferem no "cálculo" da acionalidade. Voltaremos a essas questões na seção 1.4.

Consideraremos ainda ser a natureza acional de um evento a principal característica definidora desse evento. Com isso queremos dizer que, mudando a classe acional de um evento temos então outro evento (cf. seção 1.5.). Isso é uma diferença importante em relação ao aspecto, pois ao passo que mudando o aspecto sob o qual um evento é veiculado estamos ainda a falar do mesmo evento, porém mudando a acionalidade de um evento passamos a falar de um outro evento. E o mesmo vale para a referência temporal: mudando a referência temporal de um evento, mudamos sua localização em uma suposta "reta do tempo", mas não necessariamente o seu aspecto ou a sua acionalidade. Tomemos alguns exemplos[31]:

(1.47) João correu ontem (ativ./pas./perf.).

(1.48) João corria ontem (ativ./pas./imp.).

(1.49) João terá corrido amanhã (ativ./fut./perf.).

(1.50) João correrá amanhã (ativ./fut./imp.).

(1.51) João correu (ativ./pas./perf.).

(1.52) João correu até o posto de gasolina (acc./pas./perf.).

Levando em conta as considerações que fizemos logo acima, temos um mesmo evento presente nas sentenças de (1.47) a (1.50), porém ao compararmos (1.51) e (1.52) teremos dois eventos diferentes. É nesse sentido que podemos dizer que a acionalidade, diferentemente do aspecto, é uma propriedade objetiva dos eventos (mais adiante diremos que a acionalidade responde, na verdade, pelo componente ontológico das considerações que fazemos aqui; cf. seção 1.5.).

[31] Entenderemos para os exemplos abaixo "pas." como "antes do momento de fala" e "fut." como "depois do momento de fala".

Sendo assim, podemos opor os três subdomínios do domínio tempo-aspectual a partir dos seguintes traços[32]:

[32] O zero (0) no esquema abaixo significa que o traço [±objetivo] não se aplica à referência temporal.

	[dêitico]	[objetivo]
referência temporal	+	0
aspecto verbal	−	−
acionalidade	−	+

Tabela 1.4: Componentes do domínio tempo-aspectual

Alguns autores não concordam com o quadro acima, argumentando basicamente que: (1) nem toda escolha aspectual é subjetiva, pois algumas podem ser restringidas por estratégias textuais (Squartini, 1998, pp. 11-13); e (2) é possível apresentar um mesmo evento mudando sua classe acional (Dahl, 1981, p. 83)[33].

Quanto à primeira objeção, temos o seguinte: dado que as características aspectuais são mais bem visualizadas nas diferentes dinâmicas textuais que proporcionam, podemos reformular a subjetividade atribuída ao aspecto dizendo que ela, na verdade, é uma escolha de estratégia textual (por exemplo, jogar a narrativa para frente ou não) e o aspecto aparece como nada mais do que o resultado dessa escolha. Assim sendo, colocamos em pé de igualdade tanto a escolha de estratégia textual quanto de aspecto, pois uma corresponde, em larga medida, à outra e esse argumento nos parece então enfraquecido.

Com relação à segunda objeção, notamos novamente que, embora a mudança de aspecto cause uma mudança na dinâmica textual, os eventos são os mesmos, ou seja, se considerarmos um mesmo tempo t e dissermos sobre ele que João escreveu uma carta (em t) ou que João está escrevendo uma carta (em t) estaremos nos referindo ao mesmo evento. Uma conclusão como essa, no entanto, não pode ser repassada para o domínio da acionalidade: se dissermos, para um mesmo tempo t, que João escreveu (em t) e que João escreveu uma carta (em t) não estaremos (necessariamente) fazendo referência a um mesmo evento; isso só poderia ser garantido mediante um "postulado de significação" como: João escreveu em t e João escreveu uma carta em t referem-se ao mesmo evento. Uma saída como essa não é interessante, entre outras, por razões de economia,

[33] Verkuyl (1993, p.11) também apresenta o mesmo tipo de argumentação que Dahl.

devido a sua natureza e a justificativas envolvendo tais postulados (cf., seção 1.5.).

Feitas essas ressalvas, preferimos manter o quadro 1.4 e sua sistematização como uma maneira possível de distinguir os três domínios que nos interessam.

Depois de delineados esses domínios, é necessário ainda explicitar outra propriedade importante que é compartilhada em maior escala pelo aspecto e pela acionalidade, mas em certa medida também pela referência temporal, qual seja: as distinções que estabelecemos não são, em muitos casos, categóricas - as razões para tanto é que estamos sempre lidando com descrições lingüísticas aproximadas dos eventos e não com descrições exatas (ver seção 1.5. e Varzi, 2002). Isso quer dizer que determinadas combinações de traços acionais e aspectuais que resultam na descrição lingüística de um evento são menos marcadas do que outras, podendo essas combinações serem recategorizadas contextualmente, como nos exemplos de (1.41) a (1.46). Essa consideração relaciona-se diretamente com duas questões, que trataremos ao longo deste trabalho, quais sejam: a que aplicar as classificações acionais, aspectuais e de referência temporal? Ao verbo? Ao predicado verbal? Ao verbo e seus argumentos? A alguma variável de evento (e)? Esse é o tema da seção 1.4. A outra questão é aquela da operação conhecida como "*aspect shift*", que pode ser, muito sucintamente, estabelecida nas seguintes bases: existe uma maneira de aplicar as classificações descritas acima e essa maneira é *default*; existem, porém, operações que alteram as classificações *default* e são elas, justamente, as operações de *aspect shift*. Isso será tratado na seção 3.2.

Definidos os três subdomínios, referência temporal, aspecto e acionalidade, é de se supor então que a configuração do domínio tempo-aspectual em uma dada língua resulte das diferentes articulações entre os seus subdomínios, ou seja, que a escolha da forma morfológica "tempo verbal" de uma dada língua seja o resultado de (diferentes) "arranjos" entre esses três subdomínios:

> [. . .] the kernel of temporal-aspectual system of natural languages is based on the interplay of the three following factors: Temporal Reference, Aspect and Actionality.

> The notion Tense, in particular, stems from the interaction of the first two: thus, it should not be confused with Temporal Reference proper. Tense consists in the peculiar grammaticalization (or morphologization), within a particular language, of the universally available options. This has obvious consequences: the different 'grid' that any given language superposes on the set of the universally available temporal-aspectual options may often entail dramatic cases of neutralization. Temporal and aspectual notions which, in language x, appear to be sharply differentiated, may appear inextricably confused in language y, often with complete evaporation of the less salient categories. (Bertinetto, 1997, p. 113).

Podemos tirar algumas conclusões a partir desse trecho. Uma delas é que uma pesquisa translingüística seria uma boa maneira de mostrar as diferentes articulações entre os subdomínios (inclusive para justificar sua postulação), pois diferentes línguas mostrarão diferentes "arranjos"[34].

Ainda segundo Bertinetto, a pesquisa sobre o domínio tempo-aspectual deve efetivamente analisar em separado os três subdomínios, esclarecendo suas inter-relações, para só então partir para o nível explicativo, tomando o cuidado de

> non ridurre il problema ad una mera contrapposizione tra nozioni 'formali', dotate di esplicita manifestazione morfologica (Tempo verbale), e nozioni puramente semantiche (Riferimento Temporale e Aspetto). (Bertinetto, 1997, p. 21).

É preciso reconhecer que a individualização desses três subdomínios tem potencial heurístico. Isso pode ser feito, por exemplo, caracterizando explicitamente as conseqüências de suas inter-relações (das quais a detelicização é um exemplo), como neutralizações, interações e processos de "metaforização" (cf. Bertinetto, 1997).

Como última característica do que define o que viemos chamando de "modelo de Bertinetto" salientamos o papel dos adjuntos temporais. É através deles que

[34] Bertinetto (1997) e Squartini (1998) apresentam como exemplo o italiano frente ao russo, pois enquanto o primeiro, nas suas formas verbais, mobiliza sincreticamente aspecto e referência temporal, o último mobiliza, mediante duas entradas lexicais distintas (ou mediante processos morfológicos), aspecto e acionalidade.

são estabelecidas muitas das distinções pertinentes, e para tanto eles devem ser classificados quanto às suas propriedades acionais e aspectuais, dado que:

> [...] generally speaking, any temporal adverb is a twofold entity, showing selective inclinations with respect to both Aspect and Actionality. (Bertinetto, 1997, p. 63);

e também segundo critérios de "duratividade" ("pontualidade" e "freqüentatividade"), como na tabela abaixo:

Classes	Subclasses	Exemplos
Pontuais		naquele instante, à noite
	demarcativos	no início, quando terminou a aula, no fim da música
Durativos		hoje, durante as férias, quando estávamos trabalhando
	circunscritivos	entre meio-dia e uma hora, entre hoje e amanhã
	delimitativos	das 4 às 6 horas, do Natal à Páscoa
	decorrenciais	há uma hora, de quando te vi da última vez
	culminativos	até o meio-dia, até quando durar a pilha
	progressivos	pouco a pouco, paulatinamente
Freqüentativos		de novo, todo o verão, às vezes

Tabela 1.5: Adjuntos

Cruzando as características dos adjuntos, temos que um adjunto como "em X tempo" é melhor descrito como compatível com eventos télicos no plano acional e perfectivos no plano aspectual, como nas sentenças abaixo:

(1.53) (?) João correu em duas horas (atl., perf.)

(1.54) (?) João corria em duas horas (atl., imperf.)

(1.55) João pintou o quadro em duas horas (tel., perf.)

(1.56) (?) João pintava o quadro em duas horas (tel., imperf.)

É com esse tipo de procedimento que apresentamos e justificamos todas as categorias aspectuais e acionais na seção acima e nas demais deste trabalho.

Como já havíamos dito, não há consenso na literatura sobre as distinções que endossamos; assim sendo, trataremos nas duas seções seguintes, respectivamente, dos prováveis motivos para o não reconhecimento, na literatura aspectual, da distinção aspecto *versus* acionalidade, e dos motivos que podem ser arrolados a favor dessa distinção.

1.3.1 Por que aspecto e acionalidade não foram mantidos separados?

Uma razão importante para que o aspecto e a acionalidade não tenham sido reconhecidos como noções distintas na literatura reside na própria definição de acionalidade ou de *Aktionsart* geralmente utilizadas. Vejamos rapidamente as definições de acionalidade encontradas na literatura, seguindo os levantamentos de Godoi (1992), Squartini (1998) e Bertinetto (2001).

Diferentemente da caracterização que apresentamos acima, uma outra definição encontrada para a acionalidade, particularmente quando nomeada Aktionsart, tem a ver com a morfologia derivacional: a acionalidade seria atualizada unicamente através de afixos - contrastando com o aspecto, que seria atualizado através da morfologia flexional. Essa caracterização da acionalidade é feita principalmente por estudiosos das línguas eslavas[35] .

Outra definição encontrada na literatura é aquela segundo a qual a acionalidade se relaciona única e exclusivamente com o lexema verbal e o aspecto com processos morfológicos derivacionais e flexionais. Squartini (1998) cita os seguintes autores que trabalham com essa definição de acionalidade: Sasse (1991), Karolak (1993) e Breu (1994). Ainda segundo Squartini:

> Due to this latter usage of the term ['o uso morfológico'], the list of Aktionsarten change according to the derivational morphemes occurring in a given language and does not correspond to the situation types, which are based on semantic criteria

[35] Ver Godoi (1992, cap. 2) e Squartini (1998, pp. 7-10). Os autores que trabalham desse modo são Chmeliček (1930), Hamplová (1968), Maslov (1978), etc. (*apud* Squartini, 1998; Godoi, 1992; e Bertinetto, 2001). Comrie (1976, p. 6, nota 4) trata dessa mesma questão.

> independent of their morphological expression. (1998, p. 8).

Uma das conseqüências de efetuar a análise aspectual através de qualquer uma dessas maneiras é a preocupação com uma taxonomia exaustiva e o desinteresse pela explicação desses fenômenos. Para retomar o que diz Martins (1997, p. 24), essas teorias "têm compromisso unicamente com a nomeação dos fenômenos normalmente associados à marca aspectual. Elas não se interessam, via de regra, pela explicação desses fenômenos".

Além disso, essas definições são fortemente embasadas na morfologia, identificando ora a acionalidade com processos da morfologia derivacional e o aspecto com a flexional, ora a acionalidade como propriedade exclusiva do lexema verbal e o aspecto envolvendo todos e apenas os processos morfológicos; é o que chamaremos aqui "determinismo morfológico". Abaixo explicitamos algumas das possíveis causas do tratamento unificado dado a essas categorias.

(a) determinismo morfológico

Podemos imputar, apenas como hipótese de trabalho, esse forte atrelamento à morfologia à maneira pela qual as gramáticas do grego e do latim, bases das gramáticas das línguas modernas, foram construídas, ou seja, tendo a morfologia como o fator mais importante a ser considerado. Tanto o grego quanto o latim possuem, de fato, uma morfologia rica, na qual é possível identificar na forma conjugada do verbo, além das desinências pessoais, temporais, modais, etc., também os morfemas aos quais são atribuídas propriedades aspectuais, como os conhecidos casos do "*aoristo*" no grego e as raízes do "*perfectum*" e do "*infectum*" no latim. O mesmo não se dá, entretanto, nas línguas neo-latinas e em línguas de outros ramos, mas esse "determinismo morfológico" parece ainda nortear pesquisas como as citadas logo acima.

Uma outra razão para que aspecto e acionalidade não tenham sido considerados categorias distintas, que também tomaremos apenas como hipótese de trabalho, é o papel da noção de dêixis nas análises do sistema tempo-aspectual. Muitos pesquisadores, depois de postulada a noção de dêixis, identificaram a

referência temporal com ela e identificaram as outras noções presentes na forma morfológica de uma forma verbal com o aspecto, visto que não são noções dêiticas, agrupando assim sob uma mesma nomenclatura as noções distintas de aspecto e acionalidade.

(b) análise de exemplos prototípicos

A idéia de trabalhar com a distinção entre as categorias de aspecto, acionalidade e referência temporal implica em pensar que uma sentença, com um verbo (flexionado), que faça referência a um evento, veicule um certo arranjo de traços ou subcategorias. É assim que podemos caracterizar a sentença (1.57) abaixo como perfectiva (aspecto), atélica (acionalidade) e passada (referência temporal) e a sentença (1.58) como imperfectiva (aspecto), télica (acionalidade) e futura (referência temporal):

(1.57) João correu (ontem).

(1.58) João (ainda) estará construindo sua casa (ano que vem).

Sendo assim, porque algumas das subcategorias apresentam certas preferências seletivas e porque algumas línguas apresentam recursos morfológicos especializados para uma ou outra combinação de traços tempo-aspectuais, é de se esperar que algumas combinações sejam mais comuns do que outras. É dessa forma, por exemplo, que a combinação de telicidade com perfectividade não é "problemática", mas a combinação entre telicidade e imperfectividade o é, e dá origem ao "paradoxo do imperfectivo". Ora, é justamente aqui que podemos encontrar uma outra possível razão para a não distinção entre aspecto e acionalidade: a análise de exemplos ou combinação de subcategorias mais estandardizadas. Essa maneira de proceder pode fazer, por exemplo, com que pareça muito mais econômico propor uma única classe de eventos chamada "eventos", que envolve simultaneamente os traços [+télico] e [+perfectivo], ao invés de propor uma subcategoria de telicidade e uma outra de perfectividade, pertencentes ao domínio acional e aspectual, respectivamente. Esperamos mostrar ao longo

desse trabalho que a idéia de pensar "algebricamente", i.e., via combinação de traços dos três subdomínios relevantes do domínio tempo-aspectual, além de não ser anti-econômica, pode dar conta de muitos fenômenos, interações e pretensos "paradoxos" que de outro modo poderiam ficar sem explicação ou demandar manobras *ad hoc*.

(c) relevância lingüística *versus* relevância ontológica

Alguns autores, entre os quais o mais importante é Verkuyl, puseram em dúvida a relevância lingüística da acionalidade, tendo como alvo principal dessa crítica as categorias vendlerianas. O argumento soa aproximadamente como segue: não é que a acionalidade e as classes vendlerianas sejam desinteressantes, mas elas simplesmente não são lingüísticas e, portanto, não desempenham papel algum em teorias tempo-aspectuais: sua importância e seu papel são ontológicos. Segundo Verkuyl:

> What did Vendler actually propose? [...] His inclination to stay at the lexical level enforces the idea that what he really did was to propose ontological categories: if knowledge of the world and knowledge of a language tie up intimately at some place, they do that at the lexical level and not so much at the structural level [...]. (1993, p. 33)

> This [a busca por classes acionais] is quite suspicious and in my view it gives away a philosophical bias rather than a linguistic point of view. In other words, it shows that one is speaking about ontological categories rather than linguistic categories. (*idem*, p. 66).

Uma manobra como essa tem conseqüências muito mais complexas do que superficialmente aparenta. A discussão sobre o papel da língua (ou a forma lógica) em discussões ontológicas é muito longa na filosofia e, entre as posições assumidas pelos filósofos (e também por lingüistas), que podem ser pensadas como um *continuum*, temos, num dos extremos, aqueles que confiam inteiramente na língua para decidir questões ontológicas e, no outro extremo, aqueles que simplesmente não confiam na língua ou em qualquer tipo de análise lingüística para tratar de questões ontológicas (cf. Varzi, 2005). Dizer simplesmente que a

acionalidade é uma categoria ontológica e, portanto, que não se relaciona com categorias lingüísticas significa dizer que não podemos, ao tratar de quaisquer problemas lingüísticos, olhar também para o mundo ou para os seus objetos, pois estaríamos confundindo, ao revés, domínios ontológicos e lingüísticos; algo que Verkuyl condena. Porém, parece terminantemente difícil, senão impossível, dar conta de fenômenos tempo-aspectuais sem apelar para "coisas" e "entidades". Sendo assim, quando conseguimos livrar as classes verbais da "contaminação" ontológica, ela acaba voltando em distinções como massa *versus* contável, animado *versus* inanimado, agentivo *versus* não-agentivo - basta lembrar que o próprio Verkuyl em sua teoria tempo-aspectual lança da distinção massa *versus* contável, que é uma distinção (também) ontológica. Ademais, qual é a razão para excluirmos da consideração lingüística, quando relevantes (e as classes vendlerianas parecem sê-lo, como vimos e veremos ao longo deste trabalho), categorias ontológicas? E qual é a maneira (se é que há uma) de separar lingüística e ontologia tão nitidamente? Há alguma vantagem em fazer isso? Todas essas considerações, a nossa ver, enfraquecem os argumentos de Verkuyl.

(d) natureza dos elementos utilizados para efetuar a classificação acional

A escolha dos traços ou dos elementos segundo os quais as classes verbais são distinguidas é também tema de debate na literatura e alguns autores vêem tanto em determinadas escolhas de traços, quanto na própria existência desse debate, mais uma prova de que a distinção entre aspecto e acionalidade não é relevante. Novamente, um dos grandes expoentes dessa posição é Verkuyl:

> ... in spite of what the authors discussed [Vendler, Dowty, Mourelatos, Carlson etc.] [...] claimed to do, they did not really use aspectual classes but rather underlying parameters to make their case [...]. (1993, p. 65).

Esse tipo de questão, contudo, perde força quando, na verdade, o critério mais importante para a individualização das classes verbais, para além de propriedades hipotéticas representadas por traços, é compatibilidade morfo-sintática,

revelada depois em uma compatibilidade semântica, como certas restrições impostas por certos itens lexicais. Trata-se, então, de dar nomes às compatibilidades ou incompatibilidades, ou seja, é um critério empírico (tal tipo de critério pode ser visto no quadro 1.1 apresentado acima, e depois reescrito como 1.3). Citamos abaixo, como exemplo do mesmo ponto de vista, Squartini:

> It is to be noted that the first approach, namely the unifying account, which disregards the difference between accomplishments and achievements, misses the empirical point delivered by adverbial compatibility, in particular the interpretation triggered by a 'for x time' adverbial. Even if some achievements [...] are compatible with 'for x time', the interpretation of such an adverbial is quite different if combined with an achievement or with an accomplishment [...]. With the latter the 'for x time' adverbial delimits a portion of the situation, transforming it into an activity. On the other hand, with an achievement, it denotes the duration of the resulting state; otherwise the situation can be interpreted as iterative [...]. (1998, p. 7).

(e) a língua nativa do pesquisador

Um último fator que consideramos aqui como possível explicação para o tratamento unificado de aspecto e acionalidade está na análise da língua nativa do pesquisador. De fato, não é de se esperar que as diversas línguas organizem de maneira semelhante, sintatica e morfologicamente, o domínio tempo-aspectual[36]. Contudo, é de se esperar que os trabalhos dos lingüistas sejam feitos com vistas à sua língua nativa e, assim, línguas que apresentam explicitamente (formalmente) a categoria de acionalidade podem receber análises que a reconheçam, ao passo que línguas que não a apresentam aberta ou explicitamente, mas apenas através de construções e relações específicas, podem receber análises que não levem em conta esse domínio ou que se debrucem apenas sobre combinações mais comuns de traços. Esse argumento tem algo de relativismo, mas também de advertência: a pesquisa tempo-aspectual deve levar em conta

[36]Lembramos, novamente, que com o termo domínio "tempo-aspectual" englobamos aspecto, referência temporal e acionalidade.

diferentes línguas para que não seja a teoria de uma língua particular, perdendo em poder explicativo.

São várias as análises encontradas na literatura que misturam noções acionais e aspectuais em seus argumentos e explicações, lançando mão de uma ou mais das justificativas arroladas logo acima. Entre essas análises há (i) o tratamento do progressivo (aspecto) como estativo (acionalidade), levada adiante em Vlach (1981), e na "semântica de eventos" de Parsons (1989 e 1990)[37]; (ii) o tratamento dos habituais (aspecto) como estativos (acionalidade), como nos trabalhos, *apud* Bertinetto (1994), de Mittwoch (1988), Leech (1971), Partee (1984), etc.; (iii) o tratamento, que Bertinetto (2001) chama de "*perfect=telic confusion*", que "wrongly assumes that a verb in the perfective Aspect can only express telic eventualities, and viceversa", representado por Sten (1952), Martin (1971), Togeby (1982), De Swart (1998), entre outros (*apud* Bertinetto, *ibid.*).

1.3.2 Por que manter o aspecto e a acionalidade separados?

Ao tratar de aspecto e acionalidade, convém sempre dizer que não basta apenas reconhecê-los como dois domínios e também a sua independência, pois encontramos autores que, mesmo fazendo isso, tratam aspecto e acionalidade, ao fim e ao cabo, como uma mesma noção (cf. Squartini, 1998, p. 10). Um autor que procede dessa forma é Verkuyl (1993); ele recobre as áreas do aspecto e da acionalidade com o termo "aspectualidade", pois, de acordo com esse autor, a distinção aspecto / acionalidade "does not play any theoretically significant role" (p. 11). No entanto, segundo Squartini (1998, p. 11):

> [...] recognizing the function of the distinction between aspect and actionality just as a descriptive tool is not tantamount to saying that 'it does not play any

[37] Para esse caso, podemos ainda, *apud* Bertinetto (1994), citar, pelo menos, os seguintes autores: Dowty (1986), Mufwene (1984), Smith (1983), entre outros.

> theoretically significant role', having only a 'practical' function, as maintained by Verkuyl (1993: 11).

, e, juntamente com Squartini, assumimos que

> Descriptive adequacy is a basic requirement of the theory and should not be considered as mere 'practical' advantage.

Com isso queremos dizer que consideramos que uma descrição adequada dos fenômenos que tratamos aqui requer a distinção entre aspecto e acionalidade, pois como esperamos ter mostrado através dos exemplos acima e de outros subseqüentes é possível identificar isoladamente cada uma dessas noções através de testes de compatibilidade com adjuntos, assim como situações específicas que as envolvam, como no caso do "paradoxo do imperfeito", em que temos a articulação do aspecto imperfectivo com eventos cuja acionalidade é télica. De fato, o fenômeno específico ao qual se dedica este trabalho, a detelicização, é, na verdade, uma configuração específica de traços acionais, aspectuais e de referência temporal.

Vale dizer também que, justamente por serem o aspecto e a acionalidade (também a referência temporal) noções semânticas que têm, em diferentes línguas, manifestações morfológicas variadas, não trabalharemos com as definições de aspecto e acionalidade apresentadas e criticadas na seção acima, pois atrelar-se fortemente à morfologia pode não levar a uma correta caracterização de noções semânticas[38].

É devido a isso que trabalharemos com as definições que fornecemos nas seções 1.2. e 1.3., que, apesar de serem baseadas em larga medida em testes morfo-sintáticos, são definições semânticas. Esses testes possibilitam o que Bertinetto e Squartini (1997) chamam de "*strict interpretation*":

> [...] by 'strict interpretation' we intend any approach limiting the status of actional category [acionalidade; classe acional; Aktionsart] to verb classes which exhibit a

[38]Tal preocupação com o tratamento a ser dado à morfologia também é encontrada em Castilho (1968), que procede através de um método onomasiológico, justamente devido à categoria de aspecto não ser expressa em português através de "generosos recursos formais".

> distinct and prominent behavior with respect to elements (such as temporal adverbials) which are also relevant to the definition of tense-aspect categories. As a matter of fact, although the ultimate domain of actionality is semantics, the licensing criterion is syntactic compatibility. (p. 23, nota 1).

Abaixo, apresentamos mais alguns exemplos de como se pode distinguir aspecto de acionalidade a partir de compatibilidades morfo-sintáticas:

(1.59) João construiu a ponte em 2 anos (tél./perf.)

(1.60) (?) João construiu pontes em 2 anos (atél./perf.)

(1.61) (?) João construía a ponte em 2 anos (tél./imperf.)

(1.62) (?) João construía pontes em 2 anos (atél./imp.)

(1.63) João construía a ponte (ontem) (tél./imp.)

(1.64) João construiu a ponte (ontem) (tél./perf.)

(1.65) João construiu a ponte por 2 anos (tél./perf.)

(1.66) João construiu pontes por 2 anos (atél./perf.)

(1.67) João construía a ponte por 2 anos (tél./imp.)

(1.68) João construía pontes por 2 anos (atél./imp.)

A partir dos exemplos (1.59) a (1.61), temos que um adjunto como "em X tempo" seleciona preferivelmente contextos que sejam simultaneamente télicos (acionalidade) e perfectivos (aspecto), e refere-se ao período de tempo levado para que um dado evento tenha atingido a sua meta[39]. Já um adjunto como "por X tempo" mede o tempo transcorrido desde o início de um evento qualquer (télico ou atélico) até o momento em que se fala sobre esse evento (como um "ponto de observação" sobre o evento); por isso, diferentemente de "em X

[39] No caso de eventos também durativos, como os *accomplishments*. Para os *achievements*, como vimos, o adjunto refere-se à duração da fase preparatória do evento em questão, ou, se for um dos verbos "posturais", a uma fazer posterior ao evento.

tempo", pode ser compatível tanto com o aspecto perfectivo como com o imperfectivo: não se compromete com a conclusão do evento, mas apenas com uma parcela sua já transcorrida[40]. De fato, a partir das sentenças (1.65) a (1.68) não podemos afirmar se a ponte que João construía por dois anos está ou não conclusa.

Por último, com os exemplos em (1.63) e (1.64) temos um exemplo de sentença que traz um evento télico perfectivo comum, que já atingiu a sua meta (a ponte está construída); e temos também uma sentença que representa o "paradoxo do imperfeito", ou seja, uma sentença na qual está presente um evento télico, mas sobre o qual não podemos afirmar se está ou não concluso, pois também está presente o aspecto imperfectivo.

É pela necessidade de descrever e explicar fenômenos desse tipo, assim como a detelicização, que cremos ser imprescindível a separação da noção de aspecto e de acionalidade.

1.4 Ao que aplicar a classificação aspectual (*lato sensu*)?

Diante do quadro que delineamos (assumindo-o ou não), uma questão que deve ser respondida é: ao que devemos aplicar a classificação acional? E a aspectual? E o que é responsável pela referência temporal? Ou ainda: aquilo que responde pela acionalidade, pelo aspecto e pela referência temporal é a mesma coisa? Dito em outras palavras: as classificações se aplicam a um mesmo objeto ou entidade? Possíveis candidatos a resposta seriam o *verbo*, o *predicado verbal* (verbo e seus argumentos, sem os adjuntos), o *sintagma verbal* (verbo, argumentos e adjuntos), a *sentença*, a *sentença mais o seu contexto próximo*, ou ainda objetos e / ou entidades como *situações* ou *eventos*.

Questões como essas já aparecem há tempo na literatura, como podemos ver

[40] O adjunto "por X tempo" suscita interpretações mais desviantes. Ao longo desse trabalho trataremos de algumas delas.

pelas citações abaixo (cf. Vendler, 1957 e Verkuyl, 1989 e 1993):

> In spite of the fact that it has been widely made use of, the distinction has not been applied in a uniform way. In the linguistic literature we find it applied to various objects, such as verbs (e.g. Garey, 1957; Kenny, 1963; Bauer, 1970), verb phrases (e.g. Dowty, 1977), sentences (e.g. Zydatiss, 1976), and situations (i.e. states, events or processes) (e.g. Comrie, 1976). (Declerck, 1979, pp. 761-762).

> The first problem is: What should the purported properties [T property e P property, conforme definidas no interior do texto, relacionadas a aspecto e acionalidade] be regarded as properties of? In the literature, we find the concepts applied to at least the following: sentences, verb phrases, verbs as lexical items, verb forms, situations, and processes. (Dahl, 1981, p. 83).

> It is a matter of debate whether (a)telicity is a characteristic of a sentence, a predication or a situation. Strictly speaking, it is a situation as it is represented in a sentence rather than the clause or the situation as such is telic or atelic, i.e., the speaker is free to decide how he will refer to a particular situation he observes [...]. For instance, if a child is painting, this situation may be referred to by means of the sentence Susan is painting a picture (telic) as well as Susan is painting (atelic). From that point of view, (a)telicity characterizes a description of a situation. As the subject of the clause also affects (a)telicity (e.g., changing a singular NP into a plural NP may coincide with a change in (a)telicity), I consider (a)telicity to be a property of a sentence. (Depraetere, 1995a, p. 4).

A primeira resposta que poderíamos dar, aliás, a mais comum, é aquela segundo a qual a acionalidade é encontrada no lexema verbal, e o aspecto e a referência temporal nos morfemas flexionais dos verbos. Logo se nota, todavia, que essa é uma caricatura um tanto grosseira que leva especialmente em conta a configuração das línguas românicas e germânicas e que, sendo assim, não devemos esperar que se sustente diante de uma pesquisa de maior amplitude tipológica. Contudo, mesmo antes de uma tal pesquisa, um olhar mais detalhado para o inglês ou o português já servirá para demonstrar a inexatidão dessa resposta.

Com relação a essas questões, e em muitos outros pontos, os trabalhos de Verkuyl, a partir do início da década de 1970, tiveram uma grande influência.

De fato, Verkuyl é o primeiro a propor sistematicamente uma caracterização aspectual (*lato sensu*) que formula explicitamente a questão sobre que é relevante para o cálculo aspectual, ou seja, quais são os seus componentes, e a dar uma resposta a isso dentro de um quadro mais amplo do que vem a ser o domínio aspectual, ou, em seus próprios termos, da *aspectualidade*[41]:

> [...] aspect is essentially a non-lexical property of sentence structure [...] (Verkuyl, 1989, p. 40).

> I proposed that aspect be 'taken away' from the verb and be assigned to higher levels of sentential structure: first of all, to the VP because this node dominates the verb and the objects, and subsequently, to the S, because the nature of the subject appears to be a determinant of aspect as well. (*ibid.*, *idem*).

É justamente devido ao impacto e relevância do trabalho de Verkuyl que levar em conta, hoje em dia, a contribuição de elementos para além do próprio verbo é consensual e considerada imprescindível nos trabalhos sobre aspecto. Os exemplos abaixo, citados apenas como reforço, mostram novamente como características dos elementos nominais são decisivas para o cômputo do aspecto:

(1.69) (?) João pintou em uma semana.

(1.70) João pintou o quadro em uma semana.

No par acima, é a presença de um objeto (quantificado) que possibilita uma leitura télica (1.70), daí a compatibilidade com "em X tempo".

Podemos ler a citação abaixo como uma espécie de resumo das considerações de Verkuyl e outros depois dele, fazendo a ressalva de que se trata de alguém que separa aspecto de acionalidade, algo que Verkuyl combate veementemente:

> The assignment of a given predicate to an actional class is subject to at least two conditions. First, the predicate should be understood as an argumental frame, i.e. as a predicate with its arguments. It is indeed evident that while *draw* is always

[41] Não nos deteremos nos detalhes do trabalho de Verkuyl aqui, ele será o tema da seção 2.2.1.

> an activity, *draw a circle* is an accomplishment. Thus, as a first approximation, one may say that the accomplishment meaning of *draw* should be understood as referring to the set of contexts in which this predicate appears in conjunction with a direct object. However, this is not enough. The second condition concerns in fact the nature of the determiner phrase that occupies the relevant argumental positions. The crucial features are, in this case, [± determinate] and [± singular]. Thus, *draw a / three / several circle(s)* is an accomplishment, draw circles is again an activity, despite the presence of a direct object. Equally, although *John fell* is an achievement, *the stones fell on the road (all along the summer)* instantiates an activity. As the examples make clear, most predicates may have more than one actional classification. (Bertinetto, 2001, p. 181-182).

Nessa mesma página, em uma nota de rodapé, Bertinetto ainda nota o seguinte:

> Actually, even this is not enough. For instance, negation may have an effect on actional classification. For instance, while John left is an achievement, John did not leave is a durative event, more specifically a state[...]

Assim sendo, a unidade com a qual devemos trabalhar para estabelecer a classificação acional[42], parece ser a sentença. Mas isso ainda é pouco, pois

> Moreover, the classification does not concern the bare predicate, but rather the different sets of contexts in which it may occur, specified (at least) in relation to the relevant arguments and to the structure of the relevant determiner phrases. (*ibid.*, *idem*).

Tal fato pode ser demonstrado a partir da consideração de que mesmos predicados, com o mesmo tempo verbal (entendido como forma morfológica), podem ser diferentemente classificados, a depender do contexto em que estão inseridos:

[42] Lembramos novamente que, para o caso do trabalho de Verkuyl, essas considerações seriam um pouco outras, visto que nele a distinção aspecto e acionalidade se perde.

> Diremo allora che, per ottenere una classificazione coerente, bisogna considerare l'intero contesto in cui ogni singola occorrenza compare. Le seguenti frasi esemplificano appunto il mutamento di 'azione' indotto dal soggeto:
>
> (73) a. La pioggia cade. (durativo)
> b. Il sasso cade. (non-durativo)
>
> (74) a. Il vento colpisce il nostro volto. (durativo)
> b. Il proiettile colpisce il bersaglio (non-durativo)
> (Bertinetto, 1991, p. 36 - grifos nossos).

O problema, no que tange à classificação acional, reside não apenas em delimitar as características que os sintagmas nominais que acompanham um dado verbo precisam ter para que possamos atribuir à sentença tal e tal classificação - isso, aliás, Verkuyl já mostrou como fazer -, mas também em saber como e o que computar do contexto próximo de uma sentença; é por isso que "bisogna considerare l'intero contesto in cui *ogni singola occorrenza* compare". De uma forma ou de outra, como generalização um tanto grosseira, podemos dizer que devemos buscar, como ponto de partida, no verbo e em seus argumentos os elementos necessários para classificar um dado evento seguindo as classes acionais.

Com relação ao aspecto e à classificação aspectual, a morfologia, pelo menos para o caso do português, fornece bons indícios e a partir dela podemos obter resultados razoavelmente seguros, como nos exemplos abaixo:

(1.71) João estava atravessando a rua e foi atingido. (→ João foi atingido *enquanto atravessava* a rua).

(1.72) João atravessou a rua e foi atingido. (→ João atravessou a rua e *depois* foi atingido).

Tomando o aspecto perfectivo como definido acima, ou seja, como a apresentação de um evento de forma a ele estar concluso, ressaltamos que outros elementos da sentença também podem influenciar, fazendo, por exemplo, com que a morfologia do pretérito imperfeito, que veicula canonicamente o aspecto imperfectivo, apareça em contextos perfectivos. Isso é garantido quando o evento em questão aparece encerrado em um determinado período de tempo:

(1.73) Ontem, quando cheguei, João estava triste.

(1.74) Ontem, durante o dia todo, João estava triste.

Na sentença (1.73), "estava triste" é apresentado imperfectivamente (mais precisamente de modo progressivo) e em (1.74) "estava triste" tem uma leitura preferivelmente perfectiva, podendo, inclusive, ser substituído por "esteve triste", a depender da dinâmica textual pretendida. Em (1.73), João estava triste no momento em que cheguei e estava triste antes e provavelmente depois, ou seja, a tristeza de João "contorna", "envolve" minha chegada; em (1.74), tomamos o dia globalmente e diremos que durante todo esse dia João estava triste, mas não dizemos nada que tenha acontecido durante a tristeza de João - a tomamos como uma unidade.

A referência temporal, por sua vez, parece ser dependente de, pelo menos, duas coisas: a primeira delas é a fixação do MF ou ponto primário tomado para o estabelecimento da referência, que pode ser de fato o momento de fala ou algum outro, explicitamente indicado; e a segunda é a "plasticidade temporal" das formas verbais, que pode fazer com que mesmos tempos verbais tenham referências temporais muito diferentes conforme o contexto próximo. A idéia aqui é a seguinte: a referência temporal é uma questão de convergência de formas, ou seja, alguns tempos verbais podem estabelecer diferentes referências (entre elas, algumas são preferências e outras, impossíveis) e trata-se de descobrir as razões por trás disso e as restrições que regem as possibilidades de referência temporal. Vejamos alguns exemplos:

(1.75) A Terra *gira* ao redor do Sol.

(1.76) Pelé *dribla* à direita, *cruza* ao centro, a bola é interceptada e *sai* de campo.

(1.77) Ontem fui ao cinema, e quem *encontro*? Cíntia e Marcos, naturalmente.

(1.78) Amanhã *durmo* na minha tia.

Nas sentenças de (1.75)-(1.78) as formas em itálico são verbos no presente do indicativo, porém suas referências temporais são muito diferentes: em (1.75) temos um exemplo de uso *atemporal* dessa forma, um uso para o qual não faz sentido algum a pergunta "quando?", pois ele, a rigor, não estabelece referência temporal; em (1.76) há uma instância do uso que podemos chamar de *reportivo*, ou seja, ele indica os eventos enquanto estão ocorrendo de fato, como numa narração de futebol (vale dizer que a esse uso do presente correspondem contextos bem específicos); em (1.77) o presente é usado para indicar um evento passado; e em (1.78) uma indicação de evento futuro é desencadeada pela presença do advérbio "amanhã".

Algumas restrições dessa relativa liberdade dos tempos verbais com relação às referências que estabelecem aparecem nos exemplos abaixo:

(1.79) João chegou em casa ontem.

(1.80) (*)João chegou em casa amanhã.

(1.81) João tinha chegado em casa ontem.

(1.82) (*)João tinha chegado em casa amanhã.

(1.83) (*)João chegará em casa ontem.

(1.84) João chegará em casa amanhã.

(1.85) (*)João terá chegado em casa ontem.

(1.86) João terá chegado em casa amanhã.

Isso nos leva a conclusão de que os elementos que têm papel aqui são as denotações da morfologia verbal e dos advérbios presentes, e o contexto no qual as sentenças estão inseridas, e o que resulta é uma adequação entre as contribuições de todos esses elementos.

Por fim, voltando a considerações tipológicas:

> First of all, as noted by Dahl (1985), actonality is not only a lexical issue, since the actional value is determined by the whole context, composed basically of the verb, its arguments and the co-occurring adverbials. Moreover, the identification of aspect with morphology and actionality with lexicon is just an empirical issue and there is no theoretical reason why this should be so [...]. What we know (given a wide range of typological research on verb morphology, such as Bybee 1985 and Dahl 1985) is that aspect is quite frequently associated with morphemes. (Squartini, 1998, p. 13).

De uma forma ou de outra, e com base na citação acima, apesar de tanto a acionalidade, quanto o aspecto e a referência temporal serem contextualmente dependentes, em maior ou menor grau, é possível dizer, mesmo com certa imprecisão, que os elementos responsáveis pelas características acionais estão no verbo e em seus argumentos, e a morfologia verbal responde tanto pelas características aspectuais quanto pela referência temporal, com a diferença de que nessa última há maior flexibilidade de formas e maior intervenção de advérbios. Essa afirmação vai com a ressalva de que ela é uma maneira de iniciar investigações, algo como uma receita que diz simplesmente que "é provável que a acionalidade esteja em tal lugar, o aspecto em tal ou outro e a referência temporal em mais outro ainda...", e não uma resposta categórica.

Isso nos leva a responder "sim" para a questão de saber se diferentes trechos da sentença são responsáveis por diferentes fenômenos, mesmo apesar de estar tudo presente em uma sentença (e no seu contexto próximo), lembrando que informações morfológicas, quantificacionais e contextuais contribuem diferente e especificamente para a acionalidade, o aspecto e a referência temporal.

1.5 Intervalo semântico-filosófico: Descrição lingüística de eventos e ocorrência factual de eventos

O estudo de fenômenos tempo-aspectuais nem sempre levou em conta a noção de "evento" ou a entidade "evento" como ela é tratada hoje na lingüística[43]. Com efeito, podemos atribuir a entrada dessa noção para a lingüística aos trabalhos de Parsons em meados de 1980 e ao importante trabalho de Emmon Bach, "The Algebra of Events", de 1986[44].

Antes disso, porém, quais eram as estratégias metodológicas e investigativas mobilizadas por quem se detinha nos problemas tempo-aspectuais? Responder a isso, ainda que muito sumariamente, é um dos objetivos da presente seção, assim como também esclarecer um pouco o que vem a ser "evento", seus inúmeros usos, vantagens e problemas, pavimentando um caminho que, por fim, possa fornecer melhores bases para uma análise da relação entre a descrição lingüística de um evento e sua ocorrência no mundo.

1.5.1 Da lógica temporal aos eventos

Uma boa maneira de organizar os estudos tempo-aspectuais consiste em procurar detectar que tipos de ferramentas os pesquisadores utilizaram em dado período, pois através delas descobre-se, concomitantemente, que tipo de imagem do fenômeno eles tinham e que tipo de analogias era então possível. Um exemplo de tal estudo pode ser encontrado no trabalho de Hana Filip (1999), "Aspect, eventuality types and nominal reference", e aqui, a partir desse trabalho, apresentaremos muito sucintamente esse "histórico de análises"[45].

[43] Convém lembrar que nos estudos lingüísticos contemporâneos "evento" tem um uso nem sempre conciso, sendo contraparte de intuições as mais diversas. Sobre isso ver Ilari e Basso (no prelo).

[44] Há também o trabalho de Higginbotham (1983) e o de Barwise e Perry (1983), entre outros.

[45] Sobre analogias em explicações científicas, notadamente sobre a metalinguagem em semântica, ver Ilari e Basso (2005).

Segundo essa autora[46], os estudos que aqui nos interessam podem ser divididos em três grandes linhas: lógica temporal, decomposição lexical (semântica gerativa) e semântica de eventos. Todos eles, à sua maneira, tentaram dar conta da intuição que está por trás das classes vendlerianas, além de propor, algumas vezes, outras classes ou reduzir seu número.

Com relação à primeira das abordagens, a lógica temporal, devemos notar que:

> Classical tense logic, within which these issues were discussed, was developed in order to solve certain philosophical problems. It was not intended as a means of describing specifically the semantics of verbal predicates in natural languages. This is at the root of the limitations and shortcomings of many descriptions of verbal predicates within tense logic. (Filip, 1999, p. 24).

De uma forma ou de outra, pensar os fenômenos tempo-aspectuias dessa maneira trouxe muitos progressos para esse campo de estudos, como comprovam os trabalhos de Bennett e Partee (1972 e 1978, *apud* Filip, 1999) e Taylor (1977, *apud* Filip, 1999), entre os mais importantes no interior desse quadro teórico.

O tipo de ferramentas utilizadas aqui são, principalmente, os conceitos (ou idéias) de intervalos, momentos e condição de verdade em um intervalo (ou momento), e todos os fenômenos relevantes são tratados através de propriedades de momentos de tempo, como podemos ver na passagem abaixo (*apud* Filip, 1999, p. 26):

> a. If α is a *stative* predicate, then α(x) is true at an interval I just in case α(x) is true at all moments within *I*.
>
> b. If α is an *activity* verb (...) or an *accomplishment / achievement* verb (...), then α(x) is only true at an interval larger than a moment.
>
> c. If α is an *accomplishment / achievement* verb, then α(x) is true at *I*, then α(x) is false at all subintervals of *I*.

[46]Na verdade, a divisão proposta por Filip não é exatamente essa, pois a autora prefere juntar lógica temporal e decomposição lexical de um lado e semântica de eventos de outro. Contudo, nos parece mais interessante realçar as diferenças entre as abordagens do que suas semelhanças, para demonstrar como se pode proceder sem a noção de evento.

> d. If α is an *activity* verb, then if α(x) is true at I, then α(x) is true for all subintervals of I which are larger than a moment.

De acordo com Filip, as causas principais das limitações da lógica temporal decorrem de que

> There are many philosophical problems related to the notion of time that are, to a large extent, irrelevant to the explication of the notion of tense as encoded in linguistic expressions. (1999, p. 24).

Uma outra maneira de analisar os fenômenos tempo-aspectuais poderia começar com uma consideração mais ampla que aquela fornecida pela lógica temporal do que está em jogo aqui. Exemplo de tal abordagem é Dowty (1979), que leva em conta, para além de relações temporais, componentes pragmáticos e lexicais, desenvolvendo:

> a fine-grained lexical semantics analysis of eventuality types that combines the philosophical insights of Aristotle, Kenny, Ryle and Vendler, lexical decomposition analysis of generative grammar [...] with the formal theory of truth-conditional and model-theoretical semantics. (Filip, 1999, p.30).

A teoria de "cálculo aspectual" de Dowty postula predicados estativos, operadores sentenciais, que são propriedades sub-lexicais dos verbos, como DO, BECOME e CAUSE, e o instrumental da lógica intensional. Em resumo, Dowty atribui aos verbos das classes vendlerias operadores e conjunções de operadores (trata-se, mais precisamente, de montagens composicionais) específicos que respondem, justamente por serem sub-lexicais, aos nexos semânticos existentes entre sentenças. Um predicado estativo não contém em sua fórmula semântica nenhum desses operadores; a um predicado de atividade corresponde, aplicado a um predicado estativo de base, o operador DO; para o caso de um *accomplishment* temos os operadores BECOME e CAUSE; e para os *achievements*, BECOME.

A proposta de Dowty torna-se interessante ao mobilizar várias ordens de consideração para dar conta dos fenômenos que pretende explicar e também porque

trata de maneira elegante nexos semânticos entre esses fenômenos. Contudo, segundo Filip (*ibid.*, pp. 34-35), essa abordagem encontra algumas limitações, duas das quais, apenas a título de exemplo, são: sentenças com verbos causativos e suas paráfrases com o verbo *causar* nem sempre resultam sinônimas; e os operadores postulados por Dowty podem apresentar problemas de escopo.

Uma terceira maneira de dar conta dos mesmos fenômenos (e outros) é através da postulação da noção de evento. Intuições sobre essa noção ou sobre a existência de eventos são muito antigas, mas somente em 1967, em um texto de Donald Davidson, ela recebeu uma caracterização mais precisa e se revestiu de contornos formais.

Tal como foi formulada por Davidson, a noção de evento não corresponde ao que os lingüistas atualmente chamam de "eventos". De fato, Davidson estava interessado em problemas pertinentes à teoria e filosofia da ação e da mente, por isso sua noção de evento foi pensada para tratar de problemas de causalidade, do problema do determinismo metafísico (tese segundo a qual todo evento é casualmente determinado por outro evento) e também de problemas relacionados à psicologia e à sua tese conhecida como "monismo anômalo". Investigar como os lingüistas, de certa forma, se apropriaram dessa noção renderia um trabalho à parte, e aqui nos limitaremos apenas a dizer que podemos localizar o início dessa apropriação nos textos de Bach (1981 e 1986) e Parsons (1985 e 1990).

Parsons (1990), por exemplo, fornece várias evidências (lingüísticas) a favor da existência de eventos e propõe uma teoria na qual eles estão no centro das considerações. Bach (1986) não apenas evoca os eventos, como também atribui a eles propriedades mereológicas como aquelas que Link (1983) mobilizou para tratar de indivíduos, plurais e termos de massa. É também através de considerações mereológicas que Krifka (1998) postula sua teoria de eventos, assim como Filip (1999). Apelando ou não para a mereologia, são muitas as teorias e os pesquisadores que se utilizam da noção de evento.

No entanto, assim como no caso das duas abordagens anteriormente mencionadas, a "semântica de eventos" também esbarra em problemas, que são muitas vezes de ordem filosófica. Mesmo tratados no âmbito da filosofia, esses são pro-

blemas que também fazem parte, ainda que não tão explicitamente, do trabalho dos lingüistas. Dedicaremos, então, algumas páginas a essas questões, mesmo sob pena de estarmos efetuando um desvio em relação aos principais problemas desse trabalho.

1.5.2 Por que utilizar eventos? Prós e contras

Utilizar os eventos em teorias significa arrolá-los como uma classe de itens do nosso inventário ontológico, ao lado, pelo menos, dos objetos ou indivíduos (particulares), como as "cadeiras", os "cachorros", e das propriedades (universais), como "ser verde", "ser gordo". Contudo, abrir as portas da nossa ontologia aos eventos significa também que devemos nos pronunciar quanto à sua metafísica, ou seja, responder que coisa são os eventos. Uma maneira de responder que coisa eles são é fornecer ou estipular seus critérios de individualização (como separar os eventos das outras entidades da ontologia?) e de identidade (como saber quando um evento é igual a outro?). Para responder em que medida essas questões interessam aos lingüistas, basta lembrar que devemos dar conta de sentenças nas quais encontramos repetições de eventos como:

(1.87) João caiu de novo.

(1.88) Maria sempre repete suas falas.

(1.89) Pedro almoça todo dia.

, e também nas quais encontramos nexos fóricos entre eventos:

(1.90) Luis consertou o carro e Samira também.

(1.91) Tiago gravou um CD e Joana fez exatamente o mesmo.

As quedas de João em (1.87) são a mesma? Se sim, como elas podem ser iguais ocorrendo em dias e talvez lugares diferentes? Se não, o que "de novo" faz nessa sentença? Se Joana gravou um CD diferente daquele gravado por Tiago em (1.91), essa sentença ainda é boa. Então, a qual evento "(fez) exatamente

o mesmo" se refere, se se trata de CDs diferentes? Em ambos os contextos, os problemas de individualização e identidade estão presentes.

Desde o texto de Davidson, que, de resto, já se pronunciava sobre o assunto, inúmeros filósofos, além de alguns lingüistas e lógicos, procuraram especificar a natureza (metafísica) dos eventos. Porém, ao lado daqueles que estão buscando soluções para um problema que consideram ser de ordem metafísica, encontramos alguns, entre os quais Varzi (2002), que vêem nessa busca um equívoco, pois, na verdade, o que acontece com os eventos, o que quer que seja, não é de ordem metafísica, mas sim semântica. Para esclarecer os termos dessa disputa, veremos abaixo, rapidamente, algumas das posições encontradas na literatura, primeiramente para o caso de o problema ser metafísico, e depois para o caso de ele ser semântico. Feito isso, na seção seguinte, trataremos da referência estabelecida pelos eventos.

Como dissemos, é devido justamente a idéia de que *eventos existem*[47] que encontramos os problemas mais graves relativos a essa noção, pois dessa forma estaremos considerando que os eventos pertencem ao nosso "inventário ontológico", que é, *grosso modo*, formado pelas coisas que existem. Se de fato procedemos assim, devemos então nos pronunciar sobre sua natureza, sobre suas propriedades metafísicas e seu estatuto ontológico; devemos dizer em que eventos se assemelham ou se distinguem de entidades como "cadeiras", "cachorros" e "computadores", ou de propriedades como "ser verde", "ser dono de um cassino", "ser irritadiço", bem como fornecer seus critérios de identidade e individualização.

As respostas que têm sido dadas a essas questões podem ser divididas em duas grandes ordens de consideração. À primeira dessas ordens chamaremos aqui de *reducionista*, pois tenta aproximar ou igualar eventos a entidades como

[47] Uma razão para isso, entre outras, está no fato de que na formalização de sentenças de ação quantificamos existencialmente sobre eventos, geralmente através da notação ∃(e), onde "e" está por "evento". Sobre maiores "evidências" remetemos ao texto de Parsons (1990), com a ressalva de que os argumentos ali apresentados não podem ser usados como provas da existência de eventos, pois como se trata de fenômenos cuja explicação lança mão de eventos, dizer também que provam sua existência tornaria todos os argumentos circulares.

"cadeiras" ou a propriedades como "ser verde"; à segunda ordem chamaremos de *não-reducionista*, pois considera os eventos como entidades ontológicas autônomas, ou seja, como entidades que não são nem como "cadeiras" nem como "ser verde", mas têm um estatuto paralelo. A razão de usarmos aqui o termo não-reducidonista se deve ao fato de que, juntamente com a grande maioria dos filósofos (cf. Varzi, 2005), atribuímos aos particulares e às propriedades certa prioridade ontológica relativamente aos estados de coisas e aos tropos (que veremos adiante), justamente por esses últimos serem dependentes dos primeiros, pois podem ser descritos como arranjos (específicos) de particulares e propriedades.

A diferença entre "ser verde" e "cadeiras" é resumida na oposição ontológico-metafísica básica entre universais vs. particulares. Um particular é algo que não se repete e que ocupa (integralmente) um espaço-tempo; um universal é algo que se repete e que não ocupa integralmente um espaço-tempo[48].

Outra distinção ontológica importante é aquela que se pode estabelecer entre *concreto* e *abstrato*. Essa oposição refere-se a características que particulares e propriedades possuem de co-ocorrerem ou não. Como exemplos de propriedades *abstratas*, podemos tomar as propriedades "ser verde" e "ser abacate", porque encontramos entre os particulares aqueles que são ao mesmo tempo verde e abacate, exemplificando sincreticamente as propriedades "ser verde" e "ser abacate". Como exemplo de propriedades que são *concretas* uma em relação à outra podemos apontar "vivo" e "morto"; não encontraremos em nenhum particular a instanciação simultânea dessas duas propriedades, ou seja, não há algo que é ao mesmo tempo vivo e morto[49].

[48] As intuições a respeito dessa distinção são fortes: sabemos que duas cadeiras não podem ocupar o mesmo lugar no mesmo tempo e sabemos também que não existem, não existiram e nunca existirão duas cadeiras iguais. Quanto à propriedade ser verde, intuímos corriqueiramente que ela se repete em todo particular que tem essa propriedade, i. e., em todas as coisas verdes, e também intuímos que existiram, existem e existirão coisas simultaneamente verdes.

[49] Brandl (2001, p. 101) chama a atenção para a possibilidade de eventos serem universais concretos ou, nos termos de Quine (1960), *scattered objects*, ou seja, funcionariam linguisticamente (e talvez também ontologicamente) como termos de massa. Para maiores esclareci-

Há autores que consideram estados de coisas e tropos (veremos essas entidades pormenorizadamente abaixo, em "iii)") como entidades que são, *grosso modo*, arranjos particulares de particulares e universais.

Com esse quadro em mente, e de maneira muito resumida, podemos dizer que[50]:

(i) para aqueles que tomam os eventos como particulares (Quine, 1985 e Davidson, 1967, 1969, 1970, pelo menos), sua individualização é feita levando-se em conta a região espaço-temporal que ele ocupa e eles não podem se repetir, pois um particular, por definição, é algo que ocupa (plenamente, se concreto) uma região espaço-temporal. Assim, para as sentenças de (1.87) a (1.91), outras saídas deverão ser encontradas, talvez apelando para algum critério, ainda a ser fornecido, de *semelhança* entre eventos e que possa explicar por que temos intuições tão fortes a respeito da repetição de eventos;

(ii) para quem toma os eventos como universais (ou particulares abstratos) (Kim, 1973), sua individualização é dada pela propriedade que eles exemplificam. Além disso, se considerarmos que as exemplificações de propriedade são também condicionadas ao tempo, não teremos como dar conta da repetição de eventos, e a proliferação de eventos será enorme, pois será exatamente igual ao número de propriedades imaginadas, e o critério de identidade entre propriedades é muito fino;

(iii) com relação a quem considera os eventos como entidades autônomas, a individualização é compatível com a natureza que lhes é atribuída: assim, se um estado de coisas ou um tropo é concebido como uma estrutura composta de um particular (cf. Bennett, 1996), uma propriedade e um momento de tempo, e se uma dessas coisas cessar de existir ou de ser o caso, o estado de coisas ou o tropo cessará também, pois mudança na

mentos dessa possibilidade, remetemos ao texto de Brandl.

[50]Boa parte dos textos citados nessa seção podem também ser encontrados na excelente coletânea organizada por Casati e Varzi, 1996.

composição de estado de coisas ou de tropos configura outro evento, e mesmos eventos correspondem a configurações idênticas.

De fato, o problema apresentado pela individualização dos eventos é que ela pode ser muito detalhada, quando é deixada por conta das propriedades - pois elas são em número virtualmente ilimitado e suas diferenças são extremamente sutis (trilateralidade e triangularidade, por exemplo, nunca ocorrem em separado, mas são propriedades distintas) -, ou muito grosseiras, quando se apela para particulares que não podem ser sobrepostos. O caminho do meio, entre uma individualização muito detalhada e uma muito grosseira, é o principal objetivo de filósofos como Davidson, Lombard (1998) e Bennett (1988), como de resto é objetivo de qualquer teoria sobre eventos.

Frente a tudo isso, podemos concluir que estamos diante de um problema pendente, cujas soluções ainda vão surgir, a menos que se enxergue, justamente na diversidade de propostas e na inadequação de todas elas, que as questões sobre identidade e individualização dos eventos estão mal colocadas, e que não é na metafísica que encontraremos as respostas, ou seja, não estamos lidando com um problema metafísico[51].

Em seu texto, "Events, Truth, and Indeterminacy" (2002), Varzi defende precisamente essa posição. Para esse autor, a discussão sobre a metafísica dos eventos evolui para direções desencontradas porque os problemas relativos ao estatuto ontológico dos eventos e a sua metafísica, ou seja, seus critérios de identidade e individualização, seriam, na verdade, derivados da maneira como falamos e como nos referimos a eventos, e assim estaríamos, portanto, diante de problemas lingüístico-semânticos, e não metafísicos. Para esse autor, os eventos são particulares de algum tipo, ou seja, entidades espaço-temporalmente localizadas.

[51] A idéia é a seguinte: se o problema fosse verdadeiramente metafísico, deveremos então responder que *tipo de entidade* é o evento - se ele é particular, abstrato, concreto, universal, um estado de coisas, um tropo, um objeto quatri-dimensional, etc. Se, por outro lado, a questão for referente ao modo como nos referimos aos eventos, estaremos então diante de uma questão semântica. Como veremos, é isso o que faz Varzi.

Quais seriam os argumentos de Varzi?

Varzi tem como estratégia mostrar que os problemas que encontramos no tocante aos eventos são problemas de delimitação, e que, no fim das contas, são os mesmos problemas que encontramos no domínio dos "particulares autênticos", isto é, dos objetos concretos.

Tome-se como exemplo a descrição definida "o Monte Everest": qual seria de fato a referência dessa descrição, ou ainda, quais seriam os limites do Monte Everest, tanto geográfica quanto geologicamente?

A resposta pode ser dada nos termos de uma distinção exposta em Smith e Varzi (2000) e Varzi (2001). Esses autores postulam dois tipos diferentes de limites entre entidades e, por conseguinte, duas maneiras distintas de fazer delimitações entre entidades. Um deles pode ser chamado de *bona fide*, e refere-se a limites naturais, ou seja, diferenças entre cor, textura e continuidade entre dois particulares. Um exemplo de tal limite é aquele encontrado entre um sofá e a parede na qual está encostado, assim como entre o sofá e o chão ou a parede e o chão. O outro tipo de limite, chamado de *fiat*, é aquele que é traçado arbitrariamente, mas que, não obstante, tem toda concretude a que possa ter direito. Exemplos de tais limites seriam as fronteiras entre países num mapa, a referência do nome "Oceano Índico" e também a referência da descrição definida "o Monte Everest". Como para o caso do Monte Everest, em relação aos eventos o que temos, na imensa maioria das vezes, são limites *fiat*, isto é, limites imprecisos e contextualmente resolvidos[52].

Varzi argumenta então que a diferença entre objetos e eventos diz respeito somente ao grau de indeterminação com que falamos de uns e outros, que nossa fala sobre eventos "depends (more heavily than with ordinary material objects) on local context and unprincipled intuitions" (Varzi, 2002, p. 2). É uma afirmação como esta que nos faz passar do domínio da ontologia para o domínio

[52] Quine (1960) ao tratar de situações que envolvem vagueza acrescenta que "when sentences whose truth values hinge on the penumbra of a vague word do gain importance, they cause pressure for a new verbal convention or changed trend of usage that resolves the vagueness in its relevant portion"(1960).

da semântica; mas as conseqüências desse deslocamento não são imediatamente claras, muito pelo contrário.

Como exemplo, tomamos a sentença:

(1.92) João tomou café da manhã,

a indeterminação fica por conta de incertezas como: quando começa o café da manhã de João? Quando o que ele comeu começa a ser preparado? Quando ele acaba de mastigar? Quando ele acaba de digerir o que comeu? Em que lugar se dá o evento "João tomar o café da manhã"? Esse lugar inclui o João? Inclui também os dedos do pé do João? Lembramos ainda que essas consideração não fazem com que "tomar café da manhã", como tal acontece no mundo, seja algo vago, mas sim que a expressão "tomar café da manhã" faz um recorte vago de uma porção da realidade (para simplificar bem as coisas), que, em si, não é vaga (sobre essa discussão, ver Williamsom (1994) e Keefe (2002)).

Diante de uma tal indeterminação, Varzi ressalta que "in many cases (virtually always) there is no need to be precise; in some cases (perhaps always) it may not be possible" (2002, p. 6). E o autor continua: "these facts have nothing to do with ontology", "the referent of our [event] description is [not] a vague entity: it is the referential pattern that is vague".

Uma das conseqüências do enfoque de Varzi é que a sentença (1-92) é completa e perfeitamente inteligível, o que nos leva a pensar que a indeterminação não dificulta nossa "conversa sobre eventos". Para Varzi, o que se passa com (1-92) se passa com a maioria de nossas sentenças; de modo geral, nossa fala é estruturada dessa forma. Talvez seja por isso que além de trazer à tona a indeterminação, Borghini e Varzi (2006), apelam também para um alto grau de "charity" e isso significa

> taking seriously the suggestion that in ordinary circumstances we help ourselves with singular terms that pick out the referents of our discourse with some degree of approximation - not because such terms are vague but because the intended referents are vaguely understood (p. 10).

Para completar seu argumento, Varzi necessita ainda mostrar as razões de tomar os eventos como particulares. De uma forma ou de outra, as considerações de Varzi nos comprometem com entidades que têm uma metafísica muito peculiar, mesmo sendo particulares, pois trata-se de entidades às quais nos referimos mediante descrições frouxas e via padrões vagos de referência Adotando-se essa visão, fica ainda a pergunta, que provavelmente será melhor respondida por alguma teoria da percepção (cf. Casati, 2003): por que os nossos padrões de referência a eventos e nossa fala sobre eventos é tão vaga e /ou indeterminada? E de onde vem sua enorme vagueza e indeterminação? Veremos mais sobre isso abaixo.

É de fato muito difícil optar-se por uma ou outra das considerações sobre os eventos que apresentamos, pois são, na verdade, com relação ao problema dos eventos, meta-considerações: os eventos apresentam problemas ontológicos-metafísicos? apenas problemas semânticos? ou ainda apresentam ambas as ordens de problemas? A opção que faremos aqui é seguir o mais próximo que pudermos as considerações de Varzi e outros, ou seja, tomaremos os eventos ontologicamente como particulares e suas peculiaridades metafísicas decorrentes da natureza altamente indeterminada com a qual nos referimos a eles. Isso não é, com efeito, uma solução, mas apenas um posicionamento diante das questões mais fundamentais envolvendo eventos.

De qualquer modo, mesmo diante desses problemas aparentemente insolúveis, a noção de evento é muito interessante para o lingüista, pois pode ser mobilizada para tratar de vários fenômenos, recuperando relações profundas entre eles que facilmente extrapolam os fenômenos tempo-aspectuais e que podem não ter muito em comum. Entre esses fenômenos, podemos citar: a distinção entre termos integrantes e adjuntos (somente os primeiros fariam parte da descrição lingüística do evento, enquanto os segundos seriam apenas predicados dos eventos); a nominalização de sentenças de ação; o escopo de modificadores e de adjuntos que ordenam eventos, como “pela primeira vez”; a definição dos termos entre os quais se estabelecem nexos fóricos etc. Além disso, ela pode desempenhar um papel crucial no âmbito de uma teoria lingüística como aquela

proposta por Chomsky, que explora, como componente autônomo da gramática, a assim-chamada "forma lógica". Entre os desafios de uma teoria como essa, está o de relacionar de maneira completamente explícita a forma da sentença e o conteúdo que ela expressa, e os eventos são muito freqüentemente mobilizados para contornar obstáculos encontrados nesse trajeto.

Por fim, ressaltamos que a noção de evento surgiu na fronteira entre três domínios, a lingüística, a filosofia e a lógica e, provavelmente, entendê-la como uma noção indeterminada foi um dos grandes motivos de seu sucesso. Além disso, na gama de fenômenos que essa noção ajuda a esclarecer é possível que a pesquisa fixe, a qualquer momento, um conjunto de fenômenos mais coerente, e que o tome como referência para elaborar uma definição mais restritiva. Também é possível que as necessidades de uma teoria qualquer levem a encarar como eventos apenas certas coisas, e não outras. Terá então acontecido mais uma vez aquilo que vemos acontecer todos os dias em ciência: uma noção mais maleável ganha contornos mais rígidos no contexto de uma teoria que suplantou outras. Esse é um fato que se repetiu inúmeras vezes na história da ciência, e não só da ciência da linguagem. De uma forma ou de outra, não vale a pena assustar-se com isso, o que não quer dizer que os lingüistas devem negligenciar os problemas filosóficos trazidos pelo uso dos eventos. Aqui advogamos que uma atitude mais interessante seria usar com cautela essa noção, tentando, ao mesmo tempo em que ela é instrumentalizada, buscar estar ciente dos problemas que ela acarreta e como devem ser encaminhadas possíveis soluções.

1.5.3 De volta à questão: eventos e mundo

Ortogonalmente às questões que viemos tratando até aqui, está aquela sobre a referência dos eventos: ao que uma descrição lingüística de evento se refere? Notamos que essa pergunta não precisa, necessariamente, levar em conta uma teoria metafísica completa sobre eventos, que possa fornecer critérios de identidade e preencher outros requisitos dessa magnitude; para perguntar ao que as descrições lingüísticas de eventos se referem é suficiente considerá-los como en-

tidades presentes na ontologia, como é o caso, por exemplo, do uso instrumental que os lingüistas fazem deles. Não obstante, vale lembrar, como já dissemos, que a depender da natureza ontológico-metafísica atribuída aos eventos, itens como "de novo", "(fazer o) mesmo" recebem uma semântica específica.

A saída oferecida por Varzi (2002) é que a referência a eventos, além de ser altamente indeterminada, e de capturar particulares no mundo (espaço-temporais), responde pelas sentenças que "owe their truth (or falsity) to the way things go" e não "to the way things are" (p. 1).

Seguindo as considerações de Varzi (2002) e Bennett (1988), podemos entender melhor de onde vem a indeterminação tão grande dos eventos. O argumento oferecido pode ser assim refeito: consideremos que as descrições lingüísticas de eventos fazem referência (dado que o consideramos como tal) a um tropo qualquer P[53], lembrando que um tropo específico é um arranjo de propriedades, particulares e momentos de tempo. Bennett (1988, p. 93) dá um bom exemplo de como são os tropos de que estamos tratando aqui:

> A single event is named by 'Leibniz's coach ride on November 24, 1676', by 'Leibniz's journey on November 24, 1676', and by 'Leibniz's journey between Delft and the Hague'. The event in question was a certain instance - namely, the one that had Leibniz as its subject on November 24, 1976 - of a certain complex property. It is not the property of taking a coach ride or journeying, or of journeying between Delft and the Hague, though it includes those. The metaphysical thesis that Leibniz's journey was an instance of property P has not the faintest tendency to imply the semantic thesis that any name of Leibniz's journey must contain a name of P or a predicate that connotes P... I shall speak of the property that 'constitutes' a given event e, meaning the property P such that the whole intrinsic truth about e is that it is an instance of P.

Assim, se digo a) "Brutos matou César" e b) "Brutos esfaqueou César", temos:

[53] Não apenas eventos podem ser tratados como tropos, mas também objetos. Com efeito, é possível pensar em um universo constituído somente por tropos. Cf. Bacon, 2002.

- para a) a seguinte configuração do tropo R: Brutos, César, matar, t.

- para b) a seguinte configuração do tropo Q: Brutos, César, esfaquear, t.

A única diferença entre as duas sentenças é a propriedade que elas exemplificam, e dessa forma elas se referem (numa leitura *de re*) a eventos distintos. Porém, seria enganoso aceitar essa conclusão, pois

> when I speak of Brutus' stabbing of Caesar, I'm using 'stabbing' as a name to pick out the property, P, which this event is an exemplification of. But I am not implying that this property P is the property of stabbing. It includes the property of stabbing, but it is much more complex than that. It is a property that, if I needed to be more precise, I could describe as stabbing with a sharp knife, very violently, and in such a way as..., etc. I don't think I could come up with a name that tells the whole truth about P, even if I wanted to do so. This is where vagueness lurks back. (Varzi, 2002, pp. 16-17).

Isso significa que a vagueza e a indeterminação presente na nossa fala sobre eventos são tão grandes a ponto de que, depois de desenvolvermos, explicitarmos tropos como R e Q o máximo que pudermos, pode ser que eles se revelem o mesmo. Se assim for, podemos então dizer que estamos diante de propriedades (na verdade, propriedades que compõem tropos) que possuem certamente sentidos diferentes, mas que podem, não obstante, ter a mesma referência, e assim a identidade (*de re*) dos eventos está garantida. Varzi ainda completa "and there is no way you can rule that out just by looking at the name [do evento] because the name is not informative enough". (*ibid.*, p. 17).

Alguns eventos estabelecem referência tal como os nomes próprios e as descrições definidas, ou seja, podem funcionar como designadores rígidos, referindo-se através de uma rede causal iniciada por um ato de batismo ou rotulação de seu referente (seja ele o que for), ou então capturar seu referente (seja ele o que for) via uma rede de propriedades condensadas em um nome ou uma descrição. Quando esse for o caso, lembrando uma distinção feita por Vendler (1967), não

estaremos diante de eventos, mas si de *fatos*. Esse parece ser o caso de exemplos como "a Segunda Guerra Mundial" ou "o naufrágio do Titanic".

Nunca é demais lembrar que toda essa discussão mostra como a semântica tem o papel crucial de trabalhar numa interface extremamente complexa, que é aquela entre a língua e o mundo. Tratar de eventos, devido justamente aos inúmeros problemas que eles suscitam, salienta ainda mais esse papel da semântica, quer a diferença entre eventos e objetos seja apenas de grau, quer seja uma diferença qualitativa. O problema todo se resume em como capturar as entidades que nos interessam - esse é o problema de uma teoria da referência; esse é um problema da semântica; e, finalmente, esse é o problema com os eventos.

Através do percurso que fizemos até agora, a linha de argumentação que queremos defender é uma linha realista, e que prefere dizer que os objetos e eventos possuem infinitas propriedades e que a língua e as descrições lingüísticas nada mais fazem do que escolher e dar maior relevância a certas propriedades ou feixes de propriedades. A depender da escolha, estamos dispostos, inclusive, a responder afirmativamente a julgamentos de identidade.

Sendo coerente com essa linha de argumentação, e retomando o que dissemos algumas páginas acima, a acionalidade corresponde a um conjunto de propriedades (contraparte ontológica de predicados) de eventos, que individualiza as descrições lingüísticas de eventos relativamente a características e compatibilidades morfo-sintáticas e inferenciais (semânticas). Isso implica, por exemplo, em dizer que há eventos ontologicamente télicos. Mas será que realmente os há? Há como argumentar contra ou a favor de tal postura? Esses são tópicos da seção 2.5.

Por ora, podemos apenas dizer mais propriamente que características acionais respondem pela ontologia dos eventos e que características temporais e aspectuais pela sua descrição lingüística; mais uma razão para considerarmos que ao mudar a acionalidade de um evento estaremos diante de outro evento, mas mudando sua referência temporal ou seu aspecto, não necessariamente.

Capítulo 2

Telicidade

Téééédio!

Thomas Kuhn e outros perguntaram-se se existiriam, nas ciências sociais, paradigmas e mudanças de paradigma como nas ciências naturais. Ninguém chegou a conclusão alguma, pois alguns sustentam que tampouco as ciências naturais têm essas coisas, enquanto outros afirmam que nas ciências sociais não se consegue distinguir um paradigma de uma moda. Ainda assim, considerando-se as eras sucessivas de explicação funcional das formas culturais - primeiro, por seus supostos efeitos na promoção da solidariedade social; depois, por sua utilidade econômica; e, ultimamente, como modos do poder hegemônico - algo como um movimento kuhniano parece afinal existir nas ciências sociais. Mas subsiste pelo menos um contraste importante com as ciências naturais. Nas ciências sociais, a pressão para a transição um regime teórico a outro - digamos, dos benefícios econômicos aos efeitos de poder - não aparenta derivar do acúmulo de anomalias no paradigma evanescente, como é o caso nas ciências naturais. Os paradigmas são superados não porque explicam cada vez menos, mas porque explicam cada vez mais - até que, subitamente, estão explicando praticamente tudo. Há um efeito inflacionário nos paradigmas das ciências sociais, que os desvaloriza rapidamente. Veja-se o modo como o ‘‘poder’’ explica qualquer coisa, do pronome da segunda pessoa vietnamita até a arquitetura improvisada dos trabalhadores brasileiros, o cristianismo à africana ou o sumô japonês. Mas então, se o paradigma se torna cada vez menos atraente, não é realmente por razões lógicas ou metodológicas padrão. Não é porque, ao explicar tudo, o poder não explica nada, ou porque diferenças estão sendo atribuídas a similaridades, ou porque conteúdos estão sendo dissolvidos em seus (presumidos) efeitos. É porque tudo acaba dando na mesma: tudo é poder. Os paradigmas nas ciências sociais mudam porque, como sua capacidade de persuasão é, na verdade, mais política que empírica, eles se transformam em lugares comuns universais. As pessoas se cansam. Elas ficam entediadas. Na verdade, o poder é um desses paradigmas já gastos. Téééééédio!! Na virada do milênio, o novo eterno paradigma du jour é a política da identidade. Acabei de saber que pescar truta é um modo pelo qual a burguesia inglesa do final do século XIX construiu uma identidade nacional. ‘‘No século XIX, a pesca, assim

como a guerra, era a continuação da política por outros meios'', escreve o antropólogo Richard Washabaugh em um livro chamado *Deep Trout* [Truta profunda]. (Será uma brincadeira com Clifford Geertz, por assim dizer, ou com ''Garganta Profunda'' [*Deep Throat*]?)* Bem, a idéia ganha pelo menos alguma credibilidade diante do fato de que a pesca é, sem dúvida, o mais entediante esporte que se pode assistir na televisão. Em breve: a política da identidade no boliche, nos X-games, nos campeonatos de sinuca femininos, e nas corridas de Nascar.

* A referência a Geertz alude ao célebre artigo ''Deep Play'', de 1972, sobre a briga de galos em Bali. [N.T.]

Sahlins, Marshall. 2004. (1993). *Esperando Foucault, ainda*. São Paulo: Cosac Naify.

No primeiro capítulo desta dissertação, introduzimos a terminologia que adotaremos aqui e especificamos algumas questões basilares do estudo do domínio tempo-aspectual. Neste segundo capítulo, o principal objetivo é ter uma imagem um pouco mais clara do que vem a ser a telicidade, visto que sem essa noção não se pode entender a detelicização, que é o objetivo desta dissertação.

Pareceu-nos interessante, para tanto, começar com um breve percurso histórico dessa noção, que culminará com o exame de algumas teorias semânticas mais robustas que têm em seu bojo a telicidade. Apresentamos depois algumas das maneiras através das quais é possível implementar ou atualizar a telicidade no português brasileiro, segue-se então um resumo e uma pequena conclusão que servirá de guia para o próximo tópico: detelicização. Fechamos, por fim, voltanto à vertente mais filosófica deste trabalho, nos posicionando frente à questão de saber se faz sentido ou não dizer que há eventos ontologicamente télicos.

2.1 Breve percurso histórico da noção de "telicidade"

A palavra "telicidade" tem origem na palavra grega "*telos*", que pode ser entendida como "fim", e é daí que vem seu sentido: ser um evento télico é ser um evento que tem um fim ou uma meta previsível a ser atingida e que pode ser considerado terminado quando este fim ou meta é alcançado[1].

A noção de telicidade pode ser retraçada, mais antigamente, até Aristóteles, mas provavelmente a idéia de eventos que tenham um *fim natural, em si, previsto, não-arbitrário, potencial* etc., deve ser mais antiga. A história dessa noção ou, se preferirmos, da intuição de que existe uma classe de eventos que tem um fim natural, confunde-se com a própria história dos estudos aspectuais e é importante em algumas áreas da filosofia, como a filosofia da mente e a filosofia da ação, assim como é também cara aos filósofos analíticos.

[1] Mais adiante, apresentaremos as diferenças entre termos como "terminado" e "acabado", conforme definidos e justificados no âmbito deste trabalho.

E é justamente entre esses últimos que essa intuição aparece pela primeira vez na filosofia contemporânea, no importante trabalho de Ryle (1949), *The Concept of Mind*, sob o termo *achievement*. Logo após o texto de Ryle, ela pode ser encontrada nos trabalhos de Garey (1957), Kenny (1963), Vendler (1957)[2] e muitos outros. O termo "télico" (em inglês "*telic*") foi cunhado por Garey (p. 106), mas antes e depois dele muitos outros termos para a mesma noção já foram acrescentados à literatura.

Aliás, como no caso de todas as noções e termos presentes nos estudos aspectuais, conforme vimos no capítulo 1, a história da telicidade é marcada por uma grande proliferação de termos; Dahl (1981, p. 80) apresenta uma (pequena) lista deles, colocando na coluna B o termo que representa a idéia de telicidade e na coluna A, o que representa atelicidade, depois de uma espécie de "desabafo", motivado por essa enorme quantidade de termos:

> The distinction between the cases in the A and B columns, which was formulated by Aristotle (Kenny, 1963; Taylor, 1977), has subsequently been 'rediscovered' and renamed several times. As a result the terminology is chaotic. I give the following list of some of the terms that have been used, without claiming that I have found them all. When a pair of terms is associated with a specific author, I give the reference to that author within parentheses.

A	B
energia	kinesis (Aristotle)
imperfective	perfective
cursive	terminative
irresultative	resultative
durative	nondurative
nonpunctual	punctual
nonconclusive	conclusive
nontransformative	transformative

[2]Esse mesmo texto foi reimpresso no livro *Linguistics in Philosophy* de Zeno Vendler, em 1967.

noncyclic	cyclic (Bull, 1963)
atelic	telic (Garey, 1957)
nonbounded	bounded (Allen, 1966)
activity	accomplishment (Vendler, 1967)
activity	performance (Kenny, 1963)
nepredel'nyj	predel'nyj [Russian]
nicht-grenzbezogen	grenzbezogen [German]

Tabela 2.1: Telicidade e seus vários nomes (Dahl, 1981)

Não é só a quantidade de termos que é abundante na literatura; o são também as definições que encontramos para telicidade, definições que em parte se sobrepõem, mas que também apresentam diferenças de especificidade. Apresentaremos, a seguir, uma série de definições de "telicidade" que Declerck (1979, pp. 761-762) resumiu em seu trabalho, precedida por um "desabafo" que denuncia preocupações semelhantes às encontradas no texto de Dahl[3]:

> The distinction [télico/atélico] [...] has proved to be very useful for explaining the meaning and use of particular verb forms in many languages. [...]
>
> The definitions which have been coined also betray a divergence of opinion which is rather startling in the light of the fact that all linguists appear to agree on the tests that can be utilized to make the distinction. [...]
>
> In the literature the [...] distinction has been defined in at least the following ways:
>
> Bauer (1970: 191): 'telic verbs' 'imply that the action tends toward and reaches a certain goal or conclusion, e.g., buy, sell, achieve, contrive, persuade, etc.' while 'atelic verbs' 'obviously do not imply such a goal or conclusion: e.g. talk, walk, sing, stand, sit, love, admire, etc.'.
>
> Garey (1957: 106): 'telic verbs' are 'verbs expressing an action tending towards a

[3]O uso que Declerk faz do termo "*bounded*" é o mesmo que reservaremos, mais à frente, ao termo "terminado". Um evento terminado é um evento télico veiculado no aspecto perfectivo, ou seja, é a combinação, se quisermos usar traços, de [+ perfectivo] e [+ télico], implicando que o evento está (i) concluso e que (ii) atingiu, *ceteris paribus*, o ponto télico. Depraetere (1995a, 1995b) usa esse termo com esse mesmo sentido. De uma forma ou de outra, ambos os autores mostram que "*bounded*" e télico não são a mesma coisa.

> goal - envisaged as realized in a perfective tense, but as contingent in an imperfective tense'; 'atelic verbs are those which do not have to wait for a goal for their realization, but are realized as soon as they begin'.
>
> Andersson (1972): an action is telic if it is 'directed towards attaining a goal or limit at which the action exhausts itself and passes into something else'.
>
> Comrie (1976: 44-45): 'a telic situation is one that involves a process that leads up to a well-defined point, beyond which the process cannot continue'; an 'atelic situation' 'has no such terminal point, and can be protracted indefinitely or broken off at any point'.
>
> Vendler (1967: 100-101): 'accomplishments terms' [...] denote events that have 'a set terminal point', 'a "climax" which has to be reached if the action is to be what it is claimed to be'; 'activities' [...] do not 'proceed toward a terminus which is logically necessary to their being what they are'.
>
> Potts (1965: 65): 'actions which have a limit can be characterized... by not being ends or goals themselves but by being done for the sake of a goal not yet realized during the course of the action. Actions which lack limits, by contrast, are themselves ends, and "the end belongs in them".'
>
> Dahl (1975: 453): 'a process is bounded if it has a definite endstate'.

O autor nota que, entre outras coisas, "all linguists appear to agree on the tests that can be utilized to make the distinction" e esse também parece ser o caso quando olhamos para as definições "nocionais" de "telicidade". Em todas essas definições há, pelo menos, quatro noções em comum: (1) a idéia de que esses eventos (ou ações) têm um "*goal*" (ou um "*terminal point*", ou um "*limit*"); (2) a intuição que os eventos (ou ações) evoluem, ou tendem para esses "goals"; (3) os eventos só podem ser considerados completos se alcançarem o seu "goal"; e (4) um tal evento não pode continuar para além de seu "goal". Em resumo, é justamente a existência de um "goal" que diferencia os eventos ditos télicos dos demais tipos ou classes de eventos[4].

[4]Essas, obviamente, não são todas as definições encontradas na literatura (mesmo porque o texto é de 1979). Na seção 2.2., apresentaremos algumas das definições usadas nas teorias aspectuais mais em voga atualmente.

Para facilitar a leitura, clarear mais o que há por trás dessas definições, e introduzir parte do vocabulário técnico que usaremos aqui, chamaremos o ponto final dos eventos télicos, a partir da etimologia dessa palavra, de *telos*, ao invés de "goal", "terminal point" ou "limit"; e podemos pensar, inicialmente como um esboço, em uma representação espacial que contraste eventos télicos e atélicos, separando graficamente cada um de seus componentes, conforme o esquema abaixo:

Esquema 1

Podemos identificar três componentes de um evento télico: (i) o início do evento, seu começo; (ii) o evento ou eventos que levam ao *telos*; e (iii) o *telos* ou culminação do evento propriamente dita, cujo alcance, como já adiantamos, indica o término do evento, sua completude, e estabelece um limite para além do qual o evento não pode continuar (ao longo deste trabalho, consideraremos mais pormenorizadamente esses três componentes, notadamente o último deles). No caso de eventos atélicos, temos apenas dois componentes: (i) o início do evento e (ii) o evento ou eventos propriamente dito(s). Nesse caso, não há um limite que indique quando o evento se completa e a partir do qual o evento não pode continuar. Essa é uma das razões pelas quais os eventos atélicos podem continuar indefinidamente e, sob certas condições, serem somados mereologicamente (corrida + corrida = corrida)[5].

[5]Aqui cabe uma observação em relação aos *achievements*, que, como vimos no capítulo 1, são eventos télicos não-durativos e, portanto, não poderiam ter como componentes "evento ou eventos que levam ao *telos*". Contudo, como boa parte da literatura já notou (e nós também já chamamos a atenção para o fato no capítulo anterior), os *achievements* têm no lugar desses

Com relação mais especificamente à telicidade, notamos que ao longo dos anos e dos estudos, ela foi ganhando contornos cada vez mais sistemáticos e, principalmente, sendo associada a correlatos distribucionais, como a compatibilidade com alguns adjuntos, notadamente com "em X tempo". Os primeiros testes distribucionais de (in)compatibilidade foram motivados pelo intuito filosófico de depreender quais seriam os tipos de eventos que compõem nossa ontologia. Por exemplo, Ryle (1949) dizia que os eventos télicos tinham uma "task" associada a eles, e que só poderiam ser considerados completos quando essa "task" também estivesse completa. Kenny (1963), por sua vez, lança mão da seguinte formulação (aqui adaptada): "A is (now) φing $\rightarrow$ A has not (yet) φed", e com ela captura a idéia de que eventos télicos expressos no gerúndio, à diferença de eventos atélicos (que não possuem *telos*), não implicam o alcance de seu *telos*, mas apenas que ele esteve em vias de ser alcançado; além disso, para Kenny, a telicidade nada mais é do que a propriedade, apresentada pela sua classe de "*performances*", de ter um "natural endpoint".

Nesses estudos, o trabalho de Vendler (1967 [1957]) constitui um marco por duas razões principais. A primeira é a postulação de quatro classes de eventos ao invés das três mantidas desde Aristóteles[6]: ao lado dos eventos estativos, das atividades e dos *accomplishments*, encontramos agora os *achievements*, ou seja, podemos dizer, com os olhos de hoje, que Vendler dividiu a classe dos télicos segundo um outro critério acional que é a duratividade (sobre isso ver capítulo 1 desta dissertação). A outra característica importante do trabalho de Vendler é o grande número de testes de que ele lança mão para individualizar suas classes e postular possíveis relações entre elas. Além das compatibilidades com diferentes tipos de adjuntos adverbiais, Vendler se utiliza de vários outros critérios, tais como: a possibilidade de estabelecer ou não certas inferências entre sentenças,

eventos que levam ao *telos* uma fase preparatória. Rothstein (2004, p. 36-58), a respeito disso, diz que os *accomplishments* que têm esses eventos que levam ao *telos* lexicalizados e os *achievements* os têm pragmaticamente associados.

[6]São eles (obviamente com inúmeros nomes ao longo da literatura...): estados, atélicos (atividades, processos) e télicos (*performances*, *accomplishment* e *achievements*), que, na terminologia aristotélica tinham, respectivamente, os nomes: estados, *energeia* e *kinesis*.

a possibilidade de usar a morfologia do progressivo, a compatibilidade com o imperativo, com a construção "fazer o mesmo", com "acabar de" e "parar de", etc.

No que diz respeito à telicidade, os dois testes mais bem sucedidos são (i) a impossibilidade de inferir, a partir de um evento télico em andamento, o alcance de seu *telos* (algo muito próximo do "paradoxo do imperfeito"), ou seja, de

(2.1) João está trocando os pneus de seu carro,

não podemos inferir

(2.2) João trocou os pneus de seu carro;

e (ii) a compatibilidade com adjuntos do tipo "em X tempo", que, quando combinado com verbos télicos, medem o quanto transcorreu até o alcance do *telos*[7]. Há também os testes que relacionam eventos télicos com determinadas dinâmicas textuais, e também a possibilidade de combiná-los com verbos como "acabar" e "terminar", mas esses testes são de certa forma "instáveis", pois há diferenças de comportamentos entre os télicos (p.e., entre *achievements* e *accomplishments*, cf. Dowty (1979) e Rothstein (2004)).

Por fim, resta lembrar que eventos télicos, apenas por possuírem a propriedade da telicidade, não excluem os outros valores acionais automaticamente. Podemos, por exemplo, encontrar eventos télicos durativos e não-durativos (bem como eventos atélicos durativos e não-durativos). A razão de não encontrarmos eventos télicos estativos reside, entre outros fatores, na "densidade" dos estativos, ou seja, eventos estativos não mudam enquanto duram, nem nos mais mínimos intervalos[8], não podendo ser, portanto, caracterizados por ter um *telos* ou "evento ou eventos que levam ao *telos*", conforme no esquema 1. acima.

[7]Bertinetto (1986), por exemplo, chama esse tipo de advérbio de delimitativo, e Rothstein (2004) diz que tais advérbios "locate the end of eventualities". No capítulo 3, diremos mais sobre esse tipo de adjunto.

[8]Mesmo a idéia de "densidade" pode ter restrições pragmáticas. Mas, de uma forma ou de outra, a idéia aqui é a seguinte: se João está com dor de cabeça das 14h00 às 15h00, então ele também está com dor de cabeça em cada subintervalo desse período. Há, contudo, que se dizer que muitos autores não vêem nos estativos mais uma classe de eventos ao lado de atividades

Para outras características dos eventos télicos (sejam durativos ou não) remetemos às seções 1.2. e 1.3. do primeiro capítulo desta dissertação. Por ora, vejamos na seção abaixo algumas teorias mais contemporâneas que tratam de telicidade.

2.2 A telicidade em programas de pesquisa contemporâneos

Nesta seção, trataremos de algumas das teorias que se propõem a estudar os fenômenos da telicidade e que contribuíram de uma forma ou de outra para o seu entendimento. O objetivo aqui não é avaliar cada uma das teorias, seus prós e contras, mas antes explorar como a telicidade pode ser explicada mediante recursos variados. Como se pode esperar de qualquer teoria, também as que abordaram a telicidade contribuíram para a (re-)descoberta desse fenômeno e de seus modos de ocorrência, e isso nos interessa muito neste trabalho. Porém, é claro que não trataremos de todas as abordagens encontradas na literatura e, apenas para mencionar algumas das mais importantes que ficarão de fora, estão a DRT de Kamp (1981) e Kamp e Rohrer (1993), a Semântica Dinâmica de Ralph Naumann (1995) (*apud* Mollá-Aliod, 1997), os trabalhos mais recentes de Dowty (1990), a "semântica subatômica" de Parsons (1990), etc.[9].

e *accomplishments*, por exemplo, mas sim uma outra categoria autônoma. Argumentos a favor disso podem ser que os estativos envolvem, para uma melhor descrição, traços como [± controle] e [± agentividade], que não são encontrados na caracterização das outras classes acionais (cf. Schmitz, 1981a,b e Basso e Ilari, 2004). Para um trabalho mais pormenorizado sobre esses tópicos, ver Steward, 1997.

[9]Voltando a mais uma divisão de Filip (1999, p. 81-83), podemos dizer que todas as abordagens de eventos que apresentaremos aqui são semânticas, ou seja, não postulam que a telicidade é um elemento que resulta de uma derivação sintática, e nem pressupõem a autonomia da sintaxe (um exemplo de tal abordagem é Tenny, 1994).

2.2.1 Verkuyl: a telicidade na teoria dos quantificadores generalizados

O modelo de descrição lingüística elaborado por Verkuyl que enquadra a telicidade remonta à década de setenta e vem, desde então, sendo acrescido de detalhes e especificações (1972, 1989, 1993). Verkuyl (1972) é um dos primeiros trabalhos a distinguir a contribuição semântica específica dos NPs e dos VPs para o componente de significação da sentença que o autor chama de "aspectualidade".

Com relação aos NPs, esse autor os caracteriza através do traço [± SQA] (*specified quantity of an individual A*). Deste modo, plurais determinados (como "3 livros") ou singulares ("um/o livro") são [+ SQA], e nomes de massa ("água") e plurais nus ("livros") são [− SQA]. Por sua vez, os VPs são caracterizados pelo traço [± ADDTO] (*additive*), que se refere à dinamicidade: os verbos estativos são [− ADDTO] e os verbos não-estativos são [+ ADDTO].

Na teoria de Verkuyl, os NPs presentes na sentença não interagem no mesmo nível com o VP, situação por ele denominada "aspectual asymmetry". As interações se dão em dois momentos distintos. Inicialmente, o traço [± ADDTO] do V interage com o traço [± SQA] do argumento interno, resultando em um traço [± T], que se refere a "terminatividade", i. e., telicidade. O traço [± T] obtido interage então com o traço [± SQA] do argumento externo, resultando em um traço [± T] final, que determinará se a sentença é ou não terminativa (isto é, télica). Uma sentença será terminativa somente se todos os traços foram [+]: esse é o "plus-principle". Tomemos as sentenças (2.3) e (2.4) abaixo como exemplos, e o Esquema 2 como a generalização desse mecanismo composicional:

(2.3) João leu três livros

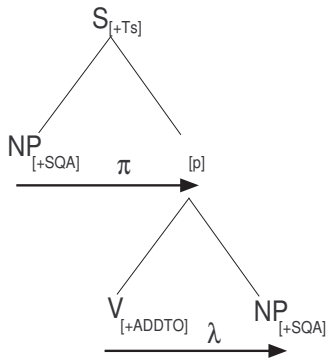
1^a intereção: [+ ADDTO] + [+ SQA] = $[+T]_{VP}$

2^a interação: $[+SQA]$ + $[+T]_{VP}$ = [+ T]

(2.4) João leu livros

1^a intereção: [+ ADDTO] + [− SQA] = $[+T]_{VP}$

2^a interação: $[+SQA]$ + $[\text{-}T]_{VP} = [-\ \text{T}]$



Esquema 2

No esquema (2), a seta identificada pelo símbolo λ representa um "**internal θ-role**" que "fecha" o VP e especifica como é a interação entre o referente do sintagma nominal interno e a denotação do verbo (V), estabelecendo um "caminho" (*path*) definido pelo verbo. Por exemplo, para o evento "comer três sanduíches", o "caminho" que o verbo "comer" estabelece com o objeto "três sanduíches" pode ter um λ tal que o progresso da ação é comer um sanduíche em seguida do outro, ou comer dois sanduíches e depois o que sobra; em suma, "as the action progresses in time a path is defined which follows the trace of the movement of the object [i.e., do "consumo" do objeto pelo verbo] in time" (Mollá-Aliod, 1997, p. 54). Já a seta identificada pelo símbolo π representa um "**external π-role**" que estabelece uma "função de participação", que envolve o sintagma nominal externo e o sintagma verbal (VP, cuja estrutura é identificada / estabelecida por λ). Por exemplo, π especifica para a sentença "quatro garotos levantaram três mesas" como se deu a participação de cada garoto para cada mesa levantada; dois levantaram uma mesa e outros dois, as duas outras mesas, por exemplo.

A ontologia de eventos postulada por Verkuyl é apresentada no quadro a seguir:

HOMOGÊNEO		QUANTIZADO
estativos	processos	eventos
ESTATIVO	DINÂMICO	

Tabela 2.2: Ontologia de Verkuyl

, que pode ser refeita, mediante seus traços, como no esquema abaixo (H, homogêneio; Q, quantizado; E, estativo; D, dinâmico):

			SQA	ADDTO	SQA
H	estativos	E	±	−	±
	processos		+	+	−
Q	eventos	D	−	+	+
			+	+	+

Tabela 2.3: Ontologia de Verkuyl, via traços

Somente os "eventos" seriam télicos ou terminativos, pois são ao mesmo tempo quantizados e dinâmicos, seguindo a interação dos NP(s) com os VP(s) da sentença em questão. No sentido técnico em que Verkuyl usa esta palavra, há um evento quando todos os valores da sentença são [+], situação que satisfaz as condições do "plus-principle".

Para além de seu "mecanismo composicional", o trabalho de Verkuyl, como já foi dito aqui, se destaca dentre aqueles que tematizaram o domínio tempo-aspectual por uma série de razões. Eis algumas:

1) foi um dos primeiros a reconhecer que o aspecto (*lato sensu*) é um fenômeno sentencial e não (apenas) lexical;

2) propôs as primeiras investigações de como se dão as contribuições específicos do verbo e dos seus SNs para o cálculo aspectual;

3) desenvolveu um cálculo aspectual baseado em uma meta-linguagem explícita.

Resta dizer ainda que a teoria de Verkuyl se enquadra na *Theory of Generalized Quantifiers*, que tem como idéia central tratar os determinantes de uma

língua como relações entre conjuntos (cf. Bayer, 1997, pp. 35-38; Cann, 1993, pp. 187-196). Intuitivamente então, a idéia é tratar uma sentença como "Algum menino corre" como uma relação entre o conjunto de meninos e o conjunto dos que correm, e o determinante "algum" denota então uma intersecção entre esses conjuntos, ou seja, para que "Algum menino corre" seja verdadeira é necessário que a intersecção entre o conjunto dos que correm e o conjunto dos meninos seja não-nula (pelo menos um membro do conjunto dos meninos deve também pertencer ao conjunto dos que correm).

Os parâmetros SQA e ADDTO são definidos por Verkuyl da mesma maneira que os determinantes das línguas naturais na *Theory of Generalized Quantifiers*, como operações que relacinam conjuntos. A generalização para o parâmetro SQA é encontrada em Verkuyl (1993, p. 101):

$\|A \cap B\|$ =m (m $\in$ N)	$\rightarrow$	[+ SQA]
$\|A \cap B\| = 0$	$\rightarrow$	[− SQA]
$\|A \cap B\|$ = indeterminado	$\rightarrow$	[− SQA]

Tabela 2.4: Verkuyl e a TGQ

Verkuyl entende o parâmetro ADDTO como "a semantic predicate assigned lexically to verbs expressing change, a going through time of entities involved in the predication" (1989, p. 81). O autor passa então a tratar o progresso da ação denotada por um verbo como "distâncias" que podem ser medidas e tratadas mediante a teoria dos quantificadores generalizados. Com essa "analogia de base", é possível aproximar, sob certos aspectos, os domínios nominal e verbal.

Para os propósitos mais específicos deste trabalho, devemos procurar uma resposta à seguinte questão: o que é, dentro do quadro teórico de Verkuyl, telicidade? Telicidade é o resultado da combinação de um verbo dinâmico, com argumentos internos e externos que não sejam plurais nus ou nomes de massa[10];

[10]Essa é a caracterização que Verkuyl dá para o inglês. Para falar com mais propriedade sobre o português seria necessário um estudo mais cuidadoso das ocorrências, da distribuição e do funcionamento dos nomes nus e dos termos de massa em português, algo que ultrapassa os limites desta dissertação.

telicidade é a propriedade que podemos atribuir a eventos não-estativos que apresentam um número (cardinalidade) específico de participantes internos e externos. Em termos mais semânticos, telicidade para Verkuyl é a propriedade que reúne eventos que são "discernible by their bounds" (1993, p. 18). O autor apresenta a seguinte caracterização, um tanto quanto alegórica, é verdade: "events [os eventos télicos para Verkuyl] can be compared with na island perceived in the flow of time, or with a big whale jumping up in the ocean: they are discernible by their bounds" (*ibid.*, *idem*). Mais do que isso, eventos télicos, para Verkuyl, são "temporal entities that can be counted and quantified over" (*ibid.*, p. 19).

Se recapitularmos o que dissemos algumas páginas acima como resumo do que vem a ser telicidade, isto é, as intuições de que:

(1) há um "goal" (ou um "terminal point", ou um "limit");

(2) os eventos télicos (ou ações) evoluem, ou tendem para esses "goal";

(3) eles só podem ser considerados eventos completos se alcançarem o seu "goal"; e

(4) um tal evento não pode continuar para além de seu "goal"

, notamos que a resposta que Verkuyl daria sobre o que é telicidade acrescenta ainda mais uma informação, qual seja, é necessário especificidade numérica (cardinal) dos NPs relevantes, além da dinamicidade do VP, para podermos ter um evento télico. Estamos, portanto, diante de uma caracterização altamente técnica do que vem a ser a telicidade, que traz, como sub-produto, uma definição nocional em termos de dinamicidade e cardinalidade.

A abordagem de Verkuyl, no entanto, esbarra em sérias dificuldades ao considerar sentenças como "João empurrou o carrinho" télicas; é o caso dos chamados PUSH-verbs, dos quais "mover", "dirigir", "pilotar", etc. são exemplos. O que acontece aqui é que esses verbos, quando apresentados em uma sentença, satisfazem o "plus-principle", mas não são télicos, como no exemplo abaixo:

(2.5) João dirigiu o carro

1^a intereção: [+ ADDTO] + [+ SQA] = $[+T]_{VP}$

2^a interação: $[+SQA]$ + $[+T]_{VP}$ = [+ T]

Novamente, todos os traços relevantes são [+], mas não estamos diante de um evento télico. Não entraremos aqui, porém, em maiores detalhes; cf. Mollá-Aliod, 1997, Verkuyl, 1993.

2.2.2 Krifka: a telicidade e a mereologia

O trabalho de Krifka sobre questões relativas ao domínio tempo-aspectual data dos últimos anos da década de '80 e desde então vem sendo acrescido de pequenas modificações, mas sempre se mantendo fiel à "analogia de base", que, nesse caso, é a abordagem mereológica.

A história da mereologia é muito longa e tem uma ampla vida fora da lingüística. Sendo entendida como as relações entre parte e todo, ela já pode ser encontrada, e de maneira muito refinada, em considerações de filósofos pré-socráticos (Varzi, 2004). Sua entrada definitiva para a lingüística, contudo, deu-se através do trabalho de Link (1983), que propunha, através de estruturas (algébricas) topológicas conhecidas como reticulados (*lattice structures*), um tratamento unificado para os plurais e os termos de massa.

Logo após o trabalho de Link, Bach (1986), um dos primeiros autores a utilizar "de maneira lingüística" a noção de evento, postula uma mereologia para os eventos, ou seja, relações entre eventos e suas partes (que podem ou não ser sub-eventos, noção tão controversa quanto a de evento, cf. seção 1.5. do capítulo 1), além de atribuir a essas relações várias das propriedades que encontramos no domínio acional. O que temos a partir do trabalho de Bach, é uma semântica que também trabalha com uma estrutura de reticulado, adotando uma abordagem davidsoniana da estrutura semântica de sentença, i.e., uma abordagem que encara os eventos como objetos que podem ser alvo de predicações. Uma primeira vantagem de tal abordagem é a de poder atribuir um mesmo tipo de estrutura semântica subjacente para os eventos e os objetos:

a estrutura de reticulados, ressaltando possíveis paralelismos entre essas duas classes de entidades.

E é exatamente disso que se aproveita Krifka (1998) ao aproximar os objetos e os eventos também em relação ao papel que desempenham no "cálculo aspectual". Em sua teoria, a estrutura de reticulados que representa os objetos, *grosso modo*, os NPs interno e externo de uma sentença, relaciona-se com a estrutura de reticulados que representam os eventos - V -, através de papéis temáticos que estabelecem relações de homomorfismo entre as duas estruturas de reticulados (cf. Wachowicz, 1997).

Para que um predicado verbal apresente o homomorfismo em questão, é necessário que ele seja um predicado *incremental* ou *gradual*, ou seja, um predicado verbal cujo objeto é "consumido" pelo processo, ação ou atividade descrito pelo verbo até a exaustão, pouco a pouco, progressivamente. No caso destes predicados, a homomorfia em questão se dá com relação à progressão temporal *pari passu* à progressão do evento, i.e., conforme o tempo passa o evento vai se realizando, e seus argumentos participam dele de acordo com seus outros papéis temáticos: há objetos construídos, consumidos, objetos apenas afetados, etc. Esse é um primeiro passo na construção de um evento télico.

Um segundo passo refere-se à possibilidade de características quantificacionais do NP interno se imporem ao predicado incremental em questão. Dito de outra forma, se um predicado verbal for gradual ou incremental e apresentar o homomorfismo mencionado, então certas características quantificacionais do objeto (NP) desse predicado verbal irão se impor a ele. Essas características quantificacionais são também as responsáveis pelos eventos serem télicos ou atélicos, e resumem-se no contraste *quantizado* (tél.) e *cumulativo* (atél.). Para fazer essas distinções, Krifka lança mão da formalização mereológica oferecida pela lógica de predicados; é assim que temos, para os eventos télicos (quantizados) e atélicos (cumulativos), respectivamente, as seguintes fórmulas (Krifka, 1998, p. 200):

(2.6) $\forall X \subseteq U_p[QUA_p(X) \leftrightarrow \forall\, x, y[X(x) \wedge X(y) \rightarrow \neg\, y <_p x]]$

(2.7) $\forall X \subseteq U_p[CUM_p(X) \leftrightarrow \exists x, y[X(x) \wedge X(y) \wedge \neg\, x{=}y] \wedge \forall x, y[X(x) \wedge X(y) \rightarrow X(x \otimes_p y)]]$

Em prosa, temos para (2.6): para todo predicado X incluído no universo U dos predicados, X é um predicado quantizado se e somente se x está na extensão de X e não há nenhuma parte própria sua, y, que também esteja (se x é cinco maracujás, ele não pode ter uma parte própria y que também é cinco maracujás). Para (2.7): para todo predicado X incluído no universo U dos predicados, o predicado X é cumulativo se e somente se existe um indivíduo x na extensão X e existe um indivíduo y na extensão de X, tal que x é diferente de y, e se para todo x e para todo y na extensão de X, a soma mereológica de x e y ainda está na extensão de X (mais em prosa ainda: se x é bananas e y é bananas, e não se trata das mesmas bananas, a soma de x e y ainda é bananas).

O mapeamento entre os reticulados nominais e verbais (as relações de homomorfismo), que se dá mediante a postulação de papéis temáticos, garante, através de relações mereológicas, que um mesmo evento tenha os mesmos participantes e que às partes próprias de um mesmo evento correspondam partes próprias do (mesmo) objeto.

Assim, para ser télico um predicado precisa ser incremental (apresentando homomorfismo) e quantizado. Segundo Rothstein (2004: p. 96):

> [...] incrementality/graduality means that if each subevent of e has a different unique part of x as its theme and each part of x is the theme of a unique part of e, and if each part of x can be the theme of no more than one event, then at some point the object will be used up; this is the culmination point, the point at which the event is over. An event-description is telic if the linguistic expression of the theme of e gives enough information to determine the size of the object which is the theme, and thus the point at which it will be used up. So graduality is a necessary condition for telicity, and graduality plus a quantized theme is sufficient for telicity.

Como resumo: (1) se o predicado verbal em questão é incremental ou gradual, então ele apresenta uma relação de homomorfismo entre o desenrolar do

evento e o consumo da entidade denotada pelo objeto; (2) se (1) é o caso e o NP interno do predicado verbal em questão é quantizado, então essa característica do NP interno impõe-se ao predicado verbal; (3) se (2) é o caso, então temos um evento télico. Trocando em miúdos, o que significa essa definição de Krifka dos eventos télicos?

Em linhas muito gerais, a intuição que a embasa é a seguinte: um predicado télico é aquele que funciona como um nome contável, é quantizado; e um predicado atélico é aquele que funciona como um nome de massa ou um plural. Assim, "João construiu a casa" é um evento télico (quantizado), entre outras razões, porque dois eventos de "João construir a casa" não podem estar sob a mesma denotação de uma mesma sentença "João construir a casa". Em outras palavras, "João construiu a casa" + "João construiu a casa" = dois eventos (diferentes) de "João construir a casa", assim como cadeira + cadeira = cadeiras. Mais do que isso, não há nenhum sub-evento (nenhuma parte própria) do evento "João construiu a casa" que é "João construiu a casa". Na sentença "João comeu maçãs" temos um evento atélico, pois "João comeu maçãs" + "João comeu maçãs" = um evento (talvez maior, mais longo) de "João comer maçãs", assim como maçãs + maçãs = maçãs e água + água = água[11].

A conclusão que tiramos aqui é que, em Krifka, a telicidade pode ser vista como a característica contável de eventos, ou seja, a telicidade é uma propriedade mereológica que dá ao domínio verbal as mesmas características que possuem os nomes contáveis. Mais precisamente, um evento télico é aquele que não tem sub-eventos que são partes próprias suas: se na extensão de um predicado X há

[11] Notamos que a possibilidade de soma mereológica de eventos é muito mais complexa que isso; arriscaríamos até a dizer que é mais complexa do que a soma mereológica de objetos, pois no caso dos eventos temos ainda que lidar, entre outros, com problemas de causalidade e de seqüência temporal. Faz sentido somar duas corridas de João se cada uma foi num dia distinto, mesmo sendo ambas atélicas? Se fizer sentido, o mesmo deve ser o caso para a soma de dois eventos de "João pintar o (mesmo) quadro", e se assim for, uma das principais propriedades que distinguem mereologicamente os eventos télicos ("pintar o quadro") dos atélicos ("correr") não parece mais poder distingui-los. Crítica semelhante pode ser encontrada em Mollá-Aliod (1997, p. 80).

um evento télico e, então esse predicado X não pode se aplicar a nenhuma parte própria desse evento e, ou seja, para o caso de predicados télicos, uma parte própria dele não é, ou não é igual, ao evento. Novamente, uma consideração sobre a telicidade que nada ou pouco tem a ver com todas as outras que vimos até aqui.

Contudo, a teoria de Krifka também esbarra em uma série de problemas, como os que apresentam Zucchi e White (2001) e Rothstein (2004). Um dos problemas mais interessantes é aquele colocado por sentenças como (Rothstein, 2004, p. 151):

(2.8) João escreveu uma seqüência de números em 10 minutos.

(2.9) João achou um arbusto em 10 minutos.

Em (2.8), teríamos, devido à compatibilidade com o adjunto "em X tempo", um evento télico, porém o argumento do verbo "escrever", "uma seqüência de números", não é quantizado e, segundo a teoria de Krifka, não poderia portanto gerar um evento télico, pois não poderia impor a propriedade de ser quantizado ao evento em questão. O mesmo vale para (2.9): qualquer parte de um "arbusto" também é um arbusto, sendo portanto arbusto cumulativo e não quantizado.

Frente a exemplos como (2.8) e (2.9), Rothstein afirma que as noções de homomorfismo, incrementalidade e quantização são ora muito estritas, ora muito amplas, chegando à conclusão de que "the generalization about telicity then has nothing to do with quantization and cumulativity" (2004, p. 151).

2.2.3 Kennedy, Hay e Levin: a telicidade e a semântica da gradação

A formulação da abordagem que veremos nesta seção 2.2.3. pode ser encontrada nos trabalhos de Hay (1998), Hay, Kennedy e Levin (1999) e Kennedy e Levin (2002), e parte da tentativa de explicar o comportamento dos verbos que Dowty (1979) batizou de "*degree achievements*" (DA).

Os *degree achievements* possuem um comportamento peculiar, que não permite encaixá-los em nenhuma das categorias vendlerianas, pois comportam-se, segundo os autores em questão, ora como atividades, i.e., predicados atélicos, ora como *accomplishments*, i.e., predicados télicos. Tomemos as sentenças (2.10) e (2.11):

(2.10) João envelheceu.

(2.11) O nível da água abaixou.

Elas podem ter uma leitura atélica ou télica, como indicam, respectivamente, as paráfrases (a) e (b):

(2.11a) João está velho.

(2.11b) João está mais velho.

(2.12a) O nível da água está suficientemente baixo.

(2.12b) O nível da água está mais baixo.

Apresentaremos, ainda neste capítulo (seção 2.3.1.), considerações mais pormenorizadas sobre essa classe de verbos e discutiremos se eles formam de fato uma classe. Aqui nos limitamos a analisar como uma teoria proposta para dar conta dos DAs pode ser ampliada para capturar a telicidade em geral.

A proposta dos autores aqui citados é feita dentro do quadro da "semântica da gradação", e, portanto, tenta dar conta dos DAs através de escalas e de posições em escalas. Essa semântica é a mesma utilizada para dar conta das sentenças comparativas e dos adjetivos que indicam propriedades escalares, e a idéia básica é a de que um adjetivo desse tipo é um predicado que relaciona seu(s) argumento(s) com posições na escala que esse adjetivo representa. Assim, "alto", predicado de um argumento qualquer, coloca esse argumento em algum ponto de uma escala de altura; desse modo, como muitos dos DAs são derivados de adjetivos, encontramos aqui uma proposta promissora. Vejamos um exemplo, com a interpretação télica indicada no item (2.13a), e a atélica em (2.13b):

(2.12)(2.13) João engordou.

(2.13a) João está gordo. ⟶ o grau de "gordo" de João é tal que ele pode ser considerado "gordo".

(2.13b) João está mais gordo. ⟶ o grau de "gordo" de João é maior que o grau de "gordo" de João em um momento anterior.

No âmbito dessa teoria, a formalização das paráfrases acima se dá lançando mão da idéia de escala e da função INCREASE (Hay, Kennedy e Levin, 1999):

> INCREASE(φ)(x)(d) is true of an event e just in case the degree to which x is φ at the beginning of the event plus d equals the degree to which x is φ at the end of the event; i.e., just in case x increases in φ-ness by d.
>
> [[INCREASE(φ)(x)(d)(e)]] = 1 sse φ(x)(POSIÇÃOINICIALNAESCALA(e)) + d = φ(x)(POSIÇÃOFINALNAESCALA(e))

Possíveis transcrições para as paráfrases (2.13a) e (2.13b) são:

(2.13a) ∃e[INCREASE(gordo(João))(o suficiente para ser considerado "gordo")(e)]

(2.13b) ∃e, d[INCREASE(gordo(João))(d)(e)]

O que garante a telicidade de um predicado dessa natureza é que a posição final de "d" na escala seja ou (i) em um grau determinado ("a corda aumentou 10 cm"), ou (ii) em um limite final da escala ("a roupa secou completamente"). No caso de (2.13a), falamos de uma espécie de final de escala de gordura para João.

O próximo passo para dar conta dos outros casos de telicidade é ampliar a análise associando a cada evento um predicado com caráter gradual que, aplicado via um papel temático "incremental theme" a seu argumento (interno ou externo), "move-se" em direção ao seu fim. A metáfora aqui é que um evento télico percorre gradualmente seu argumento, consumindo-o, criando-o ou simplesmente chegando ao seu fim, como para o caso dos verbos de movimento, até exauri-lo (ou criá-lo), ou seja, atingir seu *telos*; vale lembrar que essa "exaustão" que configura o *telos* pode ser simplesmente um ponto determinado numa escala

e não exatamente o fim dela. É dessa forma que devemos entender a paráfrase (2.14a) postulada para (2.14) pelos autores (Hay, Kennedy, Levin, 1999):

(2.13)(2.14) Kim ate two bowls of rice.

(2.14a) (Kim caused) some quantity of rice to increase in eatenness by two bowls.

Uma análise como essa, mesmo sendo atraente e, como as outras apresentadas acima, contando com uma formalização elegante, esbarra em diversos problemas. Para começar, de onde vêm os predicados (propriedades) postulados para os verbos em questão que não são derivados de adjetivos? Ou, por outro lado, como explicar o "desconforto" causado por paráfrases como (2.14a)? Mais do que isso, como dar conta dos *achievements* que são télicos, e, no entanto, não podem receber uma análise que conte com "incrementabilidade", visto que, à diferença dos *accomplishments*, são pontuais e simplesmente não faz sentido falar sobre seu "progresso" ou seu "percurso" em direção ao *telos*?

De uma forma ou de outra, temos uma outra idéia distinta do que vem a ser telicidade. Nessa teoria, muito resumidamente, a telicidade é entendida como o alcance de um ponto determinado em uma escala ou do alcance do final (extremo) dessa escala, que representa, por sua vez, propriedades dos predicados verbais.

Até agora, as teorias que tratamos ou não se pronunciavam ou simplesmente ignoravam a distinção entre aspecto e acionalidade, que consideramos essencial para o estudo do domínio tempo-aspectual, como esperamos ter mostrado no primeiro capítulo desta dissertação - a rigor, não são teorias sobre a telicidade, mas sim sobre a combinação telicidade+perfectividade, que veremos na seção 2.2.5. As duas últimas teorias que apresentaremos, entretanto, fazem tal separação. Rothstein tem uma preocupação semelhante à de Bertinetto nesse ponto: é necessário isolar analiticamente cada um dos componentes do domínio tempo-aspectual para poder dar conta de suas contribuições específicas e de suas interações.

2.2.4 Rothstein

Lançado em 2004, o livro de Susan Rothstein, "Structuring Events", é uma grande contribuição para o estudo da acionalidade. Além de tratar didaticamente de abordagens clássicas, como as de Vendler (1967[1957]) e Dowty (1979), trazendo os testes por eles utilizados, a autora apresenta várias das teorias contemporâneas que tratam de temas afins, bem como seus novos testes e resultados. Porém, mais do que isso, a autora contribui originalmente em vários pontos, que levam, paulatinamente, à sua teoria de telicidade.

Com efeito, talvez o principal objetivo desse livro seja fornecer uma teoria que não só unifique diferentes predicados télicos, mas que também explique alguns fenômenos que foram tratados marginalmente na literatura, como o uso de *achievements* na construção progressiva e os predicados resultativos, representados pelos exemplos abaixo[12]:

(2.14) Fred and Susan are finally leaving.

(2.15) The plane is landing.

(2.16) Mary hammered the metal flat.

(2.17) Mary painted the house red.

Além disso, Rothstein faz uma grande tentativa de agrupar tudo aquilo que poderia ser classificado como télico sob uma mesma caracterização. Porém, antes de passarmos a definição de telicidade dada pela autora, convém entendermos como é sua teoria de *accomplishments*, pois é na estrutura dos predicados que compõem essa classe acional que estaria a chave para entendermos a telicidade.

Assim como Krifka, Hay (1998), Hay, Kennedy e Levin (1999) e Kennedy e Levin (2002), Rothstein trabalha com uma semântica davidsoniana, e nesse

[12]Esse tipo de construção é comum em inglês, mas em português, devido, entre outros fatores, à necessidade de uma preposição para além do segundo argumento de um verbo, ela não é usual. Um exemplo, no entanto, poderia ser: João cortou o cabelo curto; Maria costurou a saia justa; A empregada varreu o quarto limpo; e, numa certa leitura e entoação, João construiu a casa forte. Cf. Foltran, 1999; Lobato, 2004.

quadro refaz a estrutura que Dowty (1979) atribuiu às classes vendlerianas (p. 35)[13]:

(a) Estativos: λ(e).P(e)

(b) Atividades: λ(e).(DO(P))(e)

(c) *Achievements*: λ(e).(BECOME(P))(e)

(d) *Accomplishments*: $\lambda(e).\exists e_1 \exists e_2[e =^s (e_1 \sqcup e_2) \wedge (DO(P))(e_1) \wedge Cul(e)=e_2]$

Depois de uma longa série de explicações e justificativas, a autora chega a uma nova estrutura lógica para os *accomplishments*, e aqui, por razões de exposição, faremos o contrário: primeiro apresentaremos a forma final dos *accomplishments* para então "dissecá-la", exemplificando a teoria em questão. Assim, temos a seguinte estrutura (p. 108):

(e) *Accomplishments*: $\lambda(e).\ \exists e_1 \exists e_2[e =^s (e_1 \sqcup e_2) \wedge (ATIVIDADE_{<x>}(e_1) \wedge Ag(e)=x \wedge Th(e)=y \wedge BECOME_{<y>}(e_2) \wedge Arg(e_2)=Th(e_1) \wedge INCR(e_1,e_2,C(e_2))]$

Diferentemente de (d), não encontramos em (e) $Cul(e)=e_2$, mas sim dois subeventos e_1 e e_2 agora especificados como uma ATIVIDADE e um BECOME, cujas realizações e especificidades contextuais estão indicadas pelos subscritos <x> e <y>, respectivamente (por exemplo, qual o evento representado por <x> subscrito? "correr", "nadar", "pintar o quadro", "atropelar o padre"? O mesmo vale para <y> subscrito: qual o evento que responde por ser a mudança de estado ou a culminância relevante para um dado evento representado por <x> subscrito?). Vale dizer que a ATIVIDADE e o BECOME são dois eventos distintos.

Assim como nos trabalhos de Verkuyl e Krifka, a estrutura argumental e os papéis temáticos são fundamentais para a teoria de Rothstein, tanto que eles têm lugar garantido na forma lógica postulada para os *accomplishments*.

[13] O operador lambda nas fórmulas abaixo indica que estamos tratando de predicados ou "event templates" a serem "fechados" por um quantificador existencial que versa sobre um evento particular.

Mais do que isso, é através deles que os eventos ATIVIDADE e BECOME que compõem os *accomplishments* são diferenciados e relacionados: a ATIVIDADE tem dois argumentos, e portanto dois papéis temáticos, o AGENTE e o TEMA (TH), ao passo que o BECOME tem apenas um argumento, representado por Arg (diferentemente do AGENTE e do TEMA, Arg não indica papel temático). Além disso, é imprescindível que o Arg do BECOME seja o TEMA da ATIVIDADE, o que garante que esses eventos estão relacionados através de seus participantes.

Por fim, encontramos nessa forma lógica a relação entre os eventos e_1 e e_2, que mereologicamente somados dão resultado a apenas um evento e (conforme indicado pelo "s" sobrescrito), dada por INCR(e_1,e_2,C(e_2)), que é uma relação *incremental* (ou "*incremental chain*"). Deixando as "tecnicismos" de lado, ficamos com a seguinte idéia:

> the function of the incremental BECOME event is to 'keep track' of the progress of the activity. This requires imposing a developmental structure, or ordered part structure, on the activity (this includes assigning it a culmination), and we do this by relating it to the developmental structure of the BECOME event via an incremental relation. (p. 108).

O que temos então é o seguinte: um *accomplishment* pode ser descrito como uma ATIVIDADE que "progride" ordenadamente para uma mudança de estado (um evento do tipo BECOME, portanto), e são justamente as propriedades do evento BECOME, via uma relação incremental, que ordenam e guiam a ATIVIDADE do *accomplishment* para o seu *telos* ou culminância. Como diz a autora:

> The intuition that this reflects is the following. Activities are inherently non-structured. They are [...] homogeneous down to contextually determined minimal intervals. In an accomplishment, an incremental structure is imposed on an unstructured activity by relating it to a BECOME event. The activity part of an accomplishment can be a single activity, which consists of a string of repeated 'minimal' activity

> events, as in read, or it can be a process consisting of a string of associated tasks or events, as is the case with build, where the activity event consists of the multitude of different kind of activities which compose a building event. (p. 109).

Agora podemos voltar à fórmula lógica em (e) e apresentá-la em prosa:

(e) *Accomplishments*: λ(e). $\exists e_1 \exists e_2 [e =^s (e_1 \sqcup e_2) \wedge (\text{ATIVIDADE}_{<x>}(e_1) \wedge \text{Ag(e)=x} \wedge \text{Th(e)=y} \wedge \text{BECOME}_{<y>}(e_2) \wedge \text{Arg}(e_2)=\text{Th}(e_1) \wedge \text{INCR}(e_1,e_2,\text{C}(e_2))]$

um *accomplishment*, e, é a soma mereológica de dois eventos, e_1 e e_2, e e_1 é uma ATIVIDADE, representado por <x> subscrito, e o agente de e é o argumento x e tema de e é o argumento y e e_2 é um evento BECOME, representado por <y> subscrito, e o argumento de e_2 é igual ao tema de e1 e há uma relação incremental entre e_1 e e_2, tal que e_1 é desenvolvido de maneira estruturada até chegar à realização de e_2.

Contudo, a telicidade é algo ainda um pouco diferente disso.

Depois de criticar as abordagens de Krifka e Dowty (1990), a autora chama a atenção para o fato de que, no caso dos *achievements*, nem sempre os argumentos desempenham algum papel, como nos exemplos:

(2.18) João reconheceu lixo em um minuto. → o argumento, "lixo", é um termo de massa e a sentença, portanto, não deveria ter uma interpretação télica (e nem ser combinada com um adjunto "em X tempo")

(2.19) Maria notou mudanças nos móveis em um instante. → o argumento, "mudanças", é um "*bare plural*", e a sentença, portanto, não deveria ter uma interpretação télica (e nem ser combinada com um adjunto "em X tempo")

(2.20) A mensagem atingiu os ouvintes em um segundo.

Essa parece ser uma diferença em relação aos *accomplishments*, que "exigem" mais de seus argumentos para implementação da telicidade. Porém, apesar disso, ambas as classes são télicas e o que as une é a presença de um evento

BECOME em sua forma lógica; mais do que isso, argumenta Rothstein, devido justamente ao BECOME, o que está por trás dos dois tipos de eventos télicos é uma condição semelhante de *mudança*. No caso dos *achievements*, as mudanças são instantâneas e podem ser caracterizadas por dois intervalos imediatamente consecutivos, em que vigoram, respectivamente, ¬p e p; para os *accomplishments*, as mudanças não são instantâneas e envolvem a mudança de um estado de coisas Q, que acarreta ¬p, para a presença de p num outro estado de coisas R.

Em outras palavras, eventos télicos, para Rothstein, são aqueles que mudam, mas não de uma maneira trivial: essa mudança é medida, portanto não arbitrária, e estabelecida pelos argumentos do evento. Se temos um evento que apresenta uma mudança específica, além de termos um evento télico, estamos diante do que a autora chama de eventos "atômicos", justamente porque não possuem partes próprias que também são esse mesmo evento; ele é indivisível como ele mesmo (suas partes próprias são diferentes dele). Assim sendo, podemos dizer que a telicidade nada mais é do que aquilo que identifica e individualiza essa mudança, que nada mais é do que o evento BECOME; segundo a autora:

> Telicity is to do with counting and the identification of atomic events. A VP is telic if it denotes a set of countable events, and a set of entities P is countable if criteria are given for determining what is an atomic entity in P. So a VP is telic if the VP expresses criteria for individuating atomic events, and it is atelic if this is not the case. (p. 157).

Um ponto interessante sobre a telicidade que a autora apresenta nessa citação é que a medida da telicidade ou da mudança que a caracteriza é estabelecida mediante certos critérios. A idéia é que os átomos ou entidades atômicas são contextualmente definidas: toma-se uma entidade como "mesa", ela pode, por exemplo, ser considerada um átomo num contexto (numa loja de móveis, onde não se "picam" ou dividem mesas); e em outros não (um marceneiro que reforma mesas pode trabalhar com pedaços de mesa ou encará-la como algo que pode ser dividido). A autora argumenta que o mesmo acontece para o caso de VP, e

fornece o seguinte critério de atomicidade (p. 161):

$$\forall x[P(x) \rightarrow ATOM(x) \leftrightarrow \forall x[P(x) \rightarrow \exists y[P(y) \wedge y \subseteq x \leftrightarrow y=x]]]$$

Em prosa: se um predicado é atômico, então os elementos de P não têm partes próprias que também são elementos de P.

Rothstein propõe uma outra formulação que incorpora a restrição contextual:

> x is an atom of P in a context C if there is no y which is an atom of P in C such that x is a proper part of y. (p. 164).

Assim sendo, todos os mecanismos lingüísticos que até agora vimos ser responsáveis pela telicidade de um evento, como a quantificação específica de seus argumentos, a presença de argumentos, a presença de predicados graduais e outros, no quadro desenhado por Rothstein, nada mais fazem do que fornecer informações explícitas ou pistas contextuais necessárias para que possamos individualizar um evento atômico. São essas condições todas que pretende capturar seu "princípio de telicidade", que, diga-se de passagem, só pode ser o caso se uma fórmula como (e) para *accomplishments* tiver todos os seus argumentos preenchidos, garantindo as propriedades trazidas pela discussão sobre o papel dos participantes dos eventos, suas relações internas (a ATIVIDADE e o BECOME):

> Telicity principle: A VP is telic if it denotes a set of events X which is atomic, or which is a pluralization of an atomic set (i.e. if the criterion for individuating an atomic event in X are fully recoverable). (p. 158).

A resposta que poderíamos obter de Rothstein para a pergunta "o que é telicidade?" seria muito parecida com a de Krifka: telicidade é um evento ser atômico em um dado contexto. A intuição de base por trás dessa teoria, em suma, é a mesma que está em Krifka (1998), qual seja: um evento télico não possui partes próprias.

Das abordagens que vimos até aqui, a de Rothstein parece ser a mais abrangente, além de considerar e manter a distinção entre aspecto e acionalidade. Há,

contudo, algumas objeções que podemos fazer, talvez passíveis de serem respondidas no interior da proposta de Rothstein, mas que aqui apenas indicaremos.

A autora associa à forma lógica dos *accomplishments* um evento BECOME, que é justamente o que está presente na forma lógica dos *achievements*, mas defende, como mostramos alguns parágrafos acima, que não se trata de uma mesmo BECOME, entre outras coisas, porque ao *achievements* está associada uma mudança instantânea caracterizada por intervalos e no caso dos *accomplishments* essas mudanças não são instantâneas e envolvem mudança de estado. Não obstante, poderíamos ainda sim insistir na questão, mesmo considerando as diferenças de mudança, e perguntar se todo *accomplishment* contém um *achievement* associado e a mudança de estado está, por conta da evento ATIVIDADE, presente apenas nos *accomplishments*. Poderíamos também perguntar se um *achievement* pode ser um *accomplishment* de que desconhecemos a causa, além de outras questões que relacionariam mais estritamente esses dois eventos.

Por fim, para encerrar esta seção, Rothstein separa referência temporal, aspecto e acionalidade, mas se concentra apenas na acionalidade, explorando muito raramente uma possível interação entre acionalidade e aspecto; ao proceder dessa maneira, como esperamos ter mostrado no capítulo 1 (voltaremos a isso no capítulo 3), não é possível contemplar boa parte dos fenômenos tempo-aspectuais.

2.2.5 Bertinetto

Como já adiantamos, e com o perdão da repetição, Rothstein separa aspecto ("grammatical aspect") do que ela chama de "lexical aspect", e se preocupa exclusivamente com este último. Contudo, como esperamos ter deixado claro no capítulo 1, somente através de uma teoria que não apenas separe aspecto, acionalidade e referência temporal, mas que também explore suas inter-relações, e as muna de poder explicativo, é que podemos dar conta desses fenômenos. Nossa opção aqui, também já adiantada no capítulo 1, é seguir os passos do modelo de Bertinetto, pois ele parece ser o que chega mais perto do que almejamos.

Bertinetto procura definir suas classes e outras entidades teóricas através de oposições entre traços conflitantes ou através de compatibilidade com alguns recursos morfo-sintáticos. Com efeito, sobre a classificação acional, Bertinetto diz:

> Diciamo allora che ci interessa enucleare delle classi coerente di verbi, contraddisinte da un comportamento sintattico omogeneo nell'ambito della língua considerata. Ciò comporta due conseguenze di rilievo.
>
> a) Innanzi tutto, emerge la necessitá di integrare il quadro teorico appena delineato. Quello dell'Azione è un concetto eminentemente semantico (anzi, come si è detto, semantico-lessicale); ma il criterio de verifica è sintattico, in quanto discende dalla possibilità, o impossibilità, di usare un dato verbo in un dato contesto.
>
> b) In secondo luogo, occorre precisare che la prospettiva qui adottata si discosta nettamente da quella che sembra prevalere nei lavori ispirati dalla ricerca filosofica o logico-formale. Non sarà quindi nostra preoccupazione redigere un elenco delle possibilità che si danno concretamente in termini di conoscenza del mondo, ma semplicemente descrivere una serie di fatti dotati di rilevanza sintattica nella lingua italiana. Questo, e solo questo, sarà il criterio di pertinenza, che ci consentirà di restringere il dominio delle osservazioni accumulate via via.

De fato, boa parte do primeiro capítulo desta dissertação é um exemplo de como podemos operar quando adotamos tal modelo, e serve como apresentação desse modelo - e esperamos que todas as categorias e articulações entre elas, além do que veremos no capítulo 3, sirvam de argumento empírico para a adoção, pelo menos como ferramenta heurística, do "modelo de Bertinetto". Devido a isso, nesta seção, nos contentaremos em lembrar em que consiste a distinção aspecto/acionalidade. Comecemos com a tabela abaixo, na qual as principais alternativas de acionalidade estão representadas pelas últimas 4 linhas, e as principias alternativas aspectuais correspondem às últimas 2 colunas:

	Perfectivo	Imperfectivo
Accomplishments (tél., dur., não-est.)	João leu o livro	João lia o livro

Achievements (tél., não-dur., não-est.)	João ganhou a corrida	João estava ganhando a corrida (mas Pedro o ultrapassou nos últimos 10 metros)
Atividades (atel., dur, não-est.)	João nadou	João nadava
Estativos (atel., dur, est.)	João esteve com / teve fome (hoje de manhã)	João estava com / tinha fome (hoje de manhã)[14]

Tabela 2.5: Bertinetto e domínio tempo-aspectual

Outro exemplo de como essa abordagem funciona pode ser a análise do "paradoxo do imperfectivo", exemplificado pela sentença abaixo, que traz um conflito entre informações acionais e aspectuais:

(2.21) João lia o livro. $\not\rightarrow$ João leu o livro.

A explicação aqui consiste na interação de um predicado télico (um *accomplishment*), portanto que visa um fim, com uma perspectiva de acordo com a qual o evento não termina - o paradoxo consiste no fato de que precisamos nos referir à conclusão de um evento para entender sua natureza, quando essa conclusão não ocorre na prática.

Devemos ainda responder, no interior desse modelo, o que é telicidade, e apresentar pormenorizadamente a distinção entre evento acabado e evento terminado.

Como já esperado, o tipo de resposta que podemos esperar de Bertinetto, devido à sua metodologia, não se apóia em fatores extra-lingüísticos. Com efeito, o autor pouco se pronuncia sobre uma questão como essa, limitando-se a dizer que "i processi telici hanno la caratteristica di essere finalizzati al raggiungiamento de uma certa meta (ovvero telos)" (1986, p. 90)[15]. Feito isso, Bertinetto lança mão dos já conhecidos testes "em X tempo" e o "paradoxo

[14] É importante salientar que não estamos sendo exaustivos; a classificação aspectual é mais refinada do que acima apresentamos e a classificação acional vai além da proposta de Vendler.

[15] Em seu texto de 2001, Bertinetto também caracteriza a telicidade segundo o traço [−homogêneo]: assim, télico é todo evento que está na extensão de um predicado X, mas

do imperfeito", e aqui o que encontramos é o seguinte: télico é todo evento que apresenta as características esperadas quando combinado com certas ferramentas morfossintáticas[16]. Assim sendo, não encontraremos aqui uma definição propriamente dita de telicidade, que possa dizer *a priori* quais são e quais não são eventos télicos, mas sim uma espécie de "procedimento diagnóstico" que classifica eventos mediante uma "bateria de exames".

Tal procedimento, como qualquer outro, tem suas vantagens e desvantagens. A principal desvantagem a nosso ver é que ela tem pouco poder explicativo. De fato, a telicidade não é tratada via uma metalinguagem explícita que possa traduzi-la de um domínio a outro, o que poderia revelar, por exemplo, possíveis padrões invisíveis superficialmente, e a abordagem tem portanto apenas papel descritivo. No entanto, vemos justamente nesse papel descritivo e, como já dissemos, nessa "modéstia" uma das principais vantagens dessa abordagem, pois efetuamos um passo imprescindível para uma futura explicação, que é a descrição adequada dos fenômenos a serem explicados; e os fenômenos tempo-aspectuais, entre eles a telicidade, certamente ainda não estão adequadamente descritos[17]. Essa ponderação vai com a ressalva de que nem sempre é fácil em lingüística separar um nível explicativo de um nível descritivo, mas a necessidade de uma melhor descrição de um fenômeno específico é sintomática de que esses níveis não devem ser misturados.

Além disso, diferentemente dos outros autores, Bertinetto trabalha as características acionais juntamente com as aspectuais e a referência temporal, apresentando, por mais descritivo que seja, um quadro muito mais abrangente

que não possui parte própria que também está na extensão de X. Contudo, não apronfunda essa consideração para além do que já vimos aqui.

[16]Bertinetto diz, por exemplo, "l'avverbiale 'in X tempo' si comporta come un rivelatore di telicità". (1991, p. 33).

[17]No presente caso, o que temos não é exatamente um problema de descrição, mas de cobertura do fenômeno: definida a telicidade como resposta específica a uma bateria de testes, quais seriam todos e apenas aquelas configurações gramaticais que representam eventos télicos? Apresentaremos, no capítulo 3, alguns compatibilidades que as teorias simplesmente não considerem e nisso exatamente que estamos pensando quando dizemos que não temos uma descrição adequada da telicidade.

de fenômenos, testes e dinâmicas textuais (nexos fóricos e processos inferências desencadeados por relações entre aspecto e acionalidade no interior de uma narrativa). É justamente com base nos resultados dessas interações que definimos as noções de *acabado* e *terminado*; essas noções se aplicam a descrições lingüísticas de eventos e são imprescindíveis para o estudo da operação de detelicização.

Tomando por base o modelo de Bertinetto e aquilo que vimos nos dois primeiros capítulos dessa dissertação, já podemos distinguir claramente entre perfectividade e telicidade:

a) perfectividade=evento estar concluso (tendo ou não um ponto final intrínseco) - o evento em questão é veiculado sob uma perspectiva a partir da qual não pode mais prosseguir. Ex.: João escreveu o texto; João nadou (até a ilha);

b) telicidade=evento ter um final intrínseco (estando ou não concluso) - o evento em questão tem um término identificável, intrínseco. Ex.: "ler o livro", tem como ponto final a leitura até a última página do livro; João pintar o quadro.

Diremos que todo e qualquer evento veiculado perfectivamente é um evento *acabado*; e reservaremos *terminado* para eventos télicos combinados com a perspectiva perfectiva:

c) perfectividade + telicidade=evento terminado (evento tem um ponto final e o atinge (quando concluso)). Ex.: João comeu a torta.

Ilustraremos as situações a), b) e c) com os exemplos da tabela abaixo, que relaciona aspecto e acionalidade:

	Perfectivo	Imperfectivo
Accomplishments (tél., dur., não-est.)	João leu o livro (c)	João lia o livro não (a) e (b)
Achievements (tél., não-dur., não-est.)	João ganhou a corrida (c)	João estava ganhando a corrida (mas Pedro o ultrapassou nos últimos 10 metros) não (a) e (b)
Atividades (atel., dur, não-est.)	João nadou (a) e não (b)	João nadava não (a) e não (b)

Tabela 2.6: Relacionando aspecto e acionalidade

Assim, somente quando um evento télico é veiculado perfectivamente é que podemos esperar que ele venha a atingir seu *telos*. Como veremos, um requisito para a operação de detelicização é o evento em questão ser terminado - ou seja, não meramente télico, mas télico e perfectivo.

2.3 Maneiras de implementar a telicidade

As teorias que tratam de telicidade que acabamos de apresentar servem para ilustrar a diversidade das explicações a que o fenômeno se presta, e a possibilidade de se teorizar de diferentes maneiras a seu respeito. Recapitulemos as definições de telicidade que temos até aqui:

(1) a idéia de que há um "goal" (ou um "terminal point", ou um "'limit");

(2) há a intuição que os eventos télicos (ou ações) evoluem, ou tendem para esses "goals";

(3) eles só podem ser considerados eventos completos se alcançar o seu "goal";

(4) um tal evento não pode continuar para além de seu "goal";

(5) Verkuyl: especificidade numérica (cardinal) dos NPs relevantes e dinamicidade do VP;

(6) Krifka: télico é aquele evento que não tem sub-eventos que são partes próprias sua;

(7) Hay, Kennedy e Levin: a telicidade é o alcance de um ponto determinado em uma escala ou do alcance do final (extremo) dessa escala que representada pelas propriedades dos predicados verbais;

(8) Rothstein: telicidade é um evento ser atômico em um dado contexto;

(9) Bertinetto: ser télico é ser compatível com "em X tempo" e apresentar o "paradoxo do imperfeito"[18].

Essas definições procuram dar conta de um grande número de sentenças que, mesmo tendo estruturas diferentes e através de mecanismos diferentes, podem ser ditas télicas. Filip (1999, p. 104) traz em seu texto um sumário das possibilidades de implementação da telicidade[19]:

(i) características de seus argumentos sintaticamente realizados: João construiu a casa *vs.* João construiu casas; João chegou *vs.* Ninguém chegou;

(ii) sintagmas não argumentais: João correu cem metros *vs.* João correu;

(iii) a construção resultativa: *We walked ourselves into a state of exhaustion*;

(iv) fatores discursivos e pragmáticos: O doutor examinou o paciente (em 1 hora).

Além das possibilidades arroladas acima, o português apresenta algumas construções que podem ter, além de outras, a função de implementar a telicidade. Trataremos delas nas seções 2.3.2. e 2.3.3., antes, porém, analisaremos

[18] Krifka (1998), mas também outros autores, indica que certa intenção do falante pode fazer com que um evento seja caracterizado como télico. Por exemplo, tomemos a sentença "João correu por 1 hora", se a interpretarmos como "João tinha a intenção de correr por 1 hora", estaremos então diante de uma sentença télica. Isso nos parece levantar muitos problemas e não entramos, nesta dissertação, numa discussão sobre intencionalidade em termos tão gerais.

[19] Estamos entendendo a expressão "implementar a telicidade" em um sentido amplo, para designar tanto propriedades e características de eventos télicos, quanto o que torna um dado predicado antes atélico, télico.

um pouco melhor os predicados incrementais ou "degree achievements" (DA), já aludidos na seção 2.2.3.

2.3.1 Predicados incrementais e telicidade

Os predicados incrementais, Ø-*bounded* (Declerck, 1979), ou "*degree achievements*" (DAs) (Dowty, 1979) podem ser caracterizados como predicados que veiculam eventos que envolvem a aproximação gradual a uma meta. Vejamos alguns exemplos:

(2.22) João está engordando / engorda a olhos vistos.

(2.23) Maria está alargando o buraco.

(2.24) Pedro está envelhecendo / ficando mais velho.

Assim, (2.22) diz que a cada dia João engorda alguns gramas ou quilos, em relação ao dia anterior. Na sentença (2.23), Maria pode alargar indefinidamente o buraco e pode fazer isso inúmeras vezes, sem nunca atingir um limite[20]. Para a sentença (2.24), temos que Pedro é mais velho num instante t, em relação a um instante anterior t-1, e essa dinâmica vai continuar ocorrendo enquanto Pedro viver.

Um exemplo que ilustra a aproximação gradual a uma meta é (2.25):

(2.25) O nível da água subiu.

(2.26) O nível da água está alto.

(2.27) O nível da água está mais alto.

Nesses exemplos, nota-se que (2.25) acarreta (2.27), mas não (2.26), como a sentença abaixo demonstra:

(2.28) O nível da água subiu, mas ainda não está alto.

[20]Nota-se aqui que, pragmaticamente, há um limite, pois, a princípio, parece pouco plausível que alguém alargue indefinidamente um buraco.

Ou seja, o nível da água subiu, mas não subiu o tanto necessário para que consideremos que ele esteja alto (esse limite será, provavelmente, dado contextualmente).

Uma outra característica dos DAs é que eles são, em sua grande maioria, derivados de adjetivos, como *velho* > *envelhecer*, *gordo* > *engordar*, *magro* > *emagrecer*, *seco* > *secar*; ou de verbos que estabelecem uma comparação relativa a uma escala, como *subir, descer, aumentar, diminuir*.

Devido, justamente, a essas características, os DAs não encontram lugar nas classes vendlerianas (atividades, estativos, *accomplishments* e *achievements*). Os exemplos abaixo ilustram o comportamento dos DAs em contextos semelhantes àqueles dos exemplos usados para apresentar as classes vendlerianas:

(2.29) João engordou.

(2.30) Paulo emagreceu em vinte anos.

(2.31) O nível da água baixou por meia-hora.

(2.32) Lucas estava gelando a cerveja. $\not\rightarrow$ Lucas gelou a cerveja.

(2.33) Tiago estava aumentando a corda. $\rightarrow$ Tiago aumentou a corda[21].

Os DAs são compatíveis com adjuntos do tipo "por X tempo", o que comprova sua duratividade, e também com adjuntos do tipo "em X tempo", o que comprova sua telicidade. Além disso, a depender do predicado DA, é ou não válido inferir que ele se concluiu e que seu *telos* foi alcançado (nos exemplos acima, é válido inferior que um *telos* foi atingido para (2.33), mas não para (2.32)).

Outro teste relevante para reconhecer predicados DAs é o fato de serem compatíveis tanto com advérbios como "muito", "bastante" e "pacas", que selecionam atividades, quanto com advérbios como "gradualmente" e "progressivamente", que selecionam *accomplishments*. Abaixo apresentamos exemplos dessas três classes (Bertinetto e Squartini, 1995:11):

[21] As sentenças do lado direito da seta, tanto em (2.32) quanto em (2.33), são compatíveis com adjuntos do tipo "por X tempo" e "em X tempo"

- "muito", "bastante" e "pacas"

  (2.34) João envelheceu muito / bastante / pacas
  (DA)

  (2.35) Pedro correu muito / bastante / pacas
  (atividade)

  (2.36) (?) Lucas pintou o quadro muito / bastante / pacas
  (*accomplishment*)

- "gradualmente" e "progressivamente"

  (2.37) João envelheceu gradualmente / progressivamente
  (DA)

  (2.38) (?) Pedro correu gradualmente / progressivamente
  (atividade)

  (2.39) Lucas pintou o quadro gradualmente / progressivamente
  (*accomplishment*)

Uma última observação sobre a classe dos DAs é que, apesar de a termos classificado como durativa, devido à compatibilidade com adjuntos "por X tempo", alguns DAs são compatíveis com adjuntos do tipo "às X horas (em ponto)", que é mais normalmente aceitável com *achievements*, ou seja, verbos não-durativos. Exemplos:

(2.40) Às 15:00hs, o nível da água subiu.
(DA)

(2.41) (?) Às 15:00hs, João engordou.
(DA)

(2.42) Às 15:00hs, Tiago resolveu o problema.
(*achievement*)

(2.43) (?) Às 15:00hs, Pedro correu.
(atividade)

(2.44) (?) Às 15:00hs, Lucas pintou o quadro[22].
(*accomplishment*)

Isso mostra ainda mais claramente que os traços [± télico] e [± durativo] não são suficientes para se individualizar a classe dos DAs.

Bertinetto e Squartini (1995) apontam como a característica principal dos DAs uma ambigüidade em relação ao alcance do *telos*, que se dá da seguinte forma: há uma interpretação para esses predicados, segundo a qual o que acontece é apenas um avanço, um "passo a mais" em uma escala hipotética em relação ao estado anterior[23], chamaremos essa interpretação de / α /; e há também uma interpretação, que chamaremos de / β /, segundo a qual os predicados atingiram o seu *telos*, i. e., alcançaram a meta (pragmaticamente) estabelecida. Tomemos as seguintes sentenças, parafraseando-as segundo as interpretações / α / e / β /:

(2.45) A situação melhorou.
/α/ A situação está (bem) melhor em relação ao que estava há um tempo atrás, mas ainda está ruim (não está boa o suficiente).
/β/ A situação está melhor.

(2.46) A temperatura subiu.
/α/ A temperatura está mais alta do que estava há um tempo atrás, mas ainda está baixa (não está alta o suficiente).
/β/ A temperatura está alta.

(2.47) O bolo esfriou.

[22] As sentenças (2.43) e (2.44) não são propriamente ruins, mas recebem interpretações bem diferentes de uma sentença com um *achievement*.

[23] A escala a que nos referimos é estabelecida pelo predicado em questão. Um predicado DA como "aumentar (verticalmente)" traz consigo uma escala vertical que tem em seu início um ponto mais baixo e em seu fim (virtual) um ponto o mais alto possível. Mover-se por essa escala pode ser de forma positiva, quando se aproxima do extremo alto, ou negativa, quando se aproxima do extremo baixo. É de se notar que os sentidos positivo e negativo se inverteriam caso o predicado DA fosse "diminuir".

/α/ O bolo está mais frio do que estava há um tempo atrás, mas ainda está quente (não está frio o suficiente).

/β/ O bolo está frio.

Além disso, os autores, levando em conta como critério único para a decisão sobre o carácter télico de um predicado a compatibilidade com adjuntos do tipo "em X tempo", consideram as duas interpretações télicas, ou seja, mesmo o alcance de um estado intermediário, que é posterior a um estado anterior e anterior ao *telos*, é também um *telos*; "the only difference lies in the different degree attained: the final goal or an intermediate stage" (p. 14).

Não obstante, os autores também consideram que alguns DAs se mostram mais afeitos a uma interpretação / α /, como (2.48) e (2.50), e outros a uma interpretação / β /, como (2.49) e (2.51); nesses casos, a ambigüidade, apesar de menos saliente, ainda existe:

(2.48) O nível da água baixou.

/α/ O nível da água está mais baixo. → preferível

/β/ O nível da água está baixo.

(2.49) A grama secou.

/α/ A grama está mais seca.

/β/ A grama está seca. → preferível

(2.50) João aumentou o muro.

/α/ O muro está mais alto (mas não tanto quanto João queria). → preferível

/β/ O muro está alto (tanto quanto João queria).

(2.51) João preencheu o formulário.

/α/ O formulário está preenchido (mas João esqueceu-se de alguns dados).

/β/ O formulário está (completamente) preenchido. → preferível

Bertinetto e Squartini apontam também que as interpretações / α / e / β / podem ser veiculadas por itens diferenciados no léxico de uma dada língua.

No caso do inglês, pode-se pensar em "get fatter" (ficar mais gordo) como um locução verbal mais afeita a interpretação / α / e "get fat" (ficar gordo) como mais afeita a uma interpretação / β /.

Outra característica dos DAs explorada por esses autores é que apenas alguns DAs são compatíveis com adjuntos pontuais, caracterizando-se por serem não-durativos. Os predicados DAs compatíveis com um interpretação não-durativa e, por conseqüência, com adjuntos pontuais seriam aqueles que "may also be interpreted, as a plausible alternative to the basic durative meaning, as implying the sudden attainment of (contextually determined) goal" (p. 15). Os exemplos apresentados pelos autores são (*idem, ibid.*):

(2.52) (?) At 5 o'clock of April 10th, John fattened.
(?) Às 5 horas em ponto de 10 de abril, João ficou gordo/engordou.

(2.53) At 5 o'clock of April 10fh, John enlarged the hole.
Às 5 horas em ponto de 10 de abril, João alargou o buraco[24].

O ponto a se ressaltar, contudo, na teoria de Bertinetto e Squartini é o caráter ambíguo inerente e definitivo da classe dos DAs, ou seja, as interpretações / α / e / β /, ambas télicas pelo critério da compatibilidade com "em X tempo".

Os trabalhos de Hay (1998), Hay, Kennedy e Levin (1999) e Kennedy e Levin (2002), conforme vimos na seção 2.2.3, apresentam vários pontos em comum, partindo da consideração de que

> a significant subset of degree achievement verbs is derived from gradable adjectives

e

[24]Bertinetto e Squartini também exploram superficialmente a possibilidade de compatibilidade de adjuntos pontuais, como "às X horas em ponto", com alguns *accomplishments*, a saber, aqueles que têm um ponto final facilmente identificável e individualizável para além do processo envolvido. Os exemplos usados pelos autores, adaptados aqui, são: (?) Às cinco horas em ponto de 10 de abril, João construiu um piano *versus* Às cinco horas em ponto de 10 de abril, João encheu o balde.

> [...] the aspectual class verbs derived from gradable adjectives [...] can be classified into two aspectual classes, which differ in their telicity. The classification of each verb depends crucially on characteristics of the specific adjective from which it is derived. (Hay 1998, p. 1).

Assim sendo, a partir de uma classificação dos adjetivos através dos quais os DAs são formados, podemos chegar também a uma classificação mais apurada dos DAs, ou pelo menos de uma grande parte deles. Hay (1998) prossegue, então, definindo a classe dos BOUND RANGE ADJECTIVEs (BRA) como a classe que engloba os adjetivos que, quando colocados em uma escala hipotética, apresentam um elemento máximo ou mínimo, e a classe doa UNBOUNDED RANGE ADJECTIVEs (URAs) como a classe que engloba os adjetivos que não apresentam tais limites[25]. Abaixo apresentamos alguns exemplos dessas duas classes de adjetivos, sendo as sentenças de (2.54) a (2.56) exemplos de BRAs e as sentenças de (2.57) a (2.59) de URAs. Além disso, a compatibilidade com advérbios como "completamente" os distingue distribucionalmente, pois somente os BRAs, por possuírem um limite, são compatíveis com esses advérbios:

(2.54) O terreno está completamente plano.

(2.55) O balde está complemente cheio.

(2.56) A garrafa está completamente vazia.

(2.57) (?) A avenida está complemente longa.

(2.58) (?) A calça está completamente curta.

(2.59) (?) O quarto é completamente amplo.

Dessa forma, os predicados BRAs serão télicos e os URAs serão atélicos. Os testes usados para determinar a telicidade de um predicado são diferentes

[25] Hay e também os outros autores com quem lidamos nesta seção subdividem ainda os BRAs e os URAs em positivos e negativos, essa contraste pode ser ilustrado, por exemplo, ao se contrapor *cheio* a *vazio*.

daqueles usados por Bertinetto e Squartini (1995): trata-se aqui da ambigüidade gerada pelo acréscimo do advérbio "quase" e a possibilidade de inferência da conclusão do evento a partir de sua forma progressiva. Vejamos alguns exemplos:

BRA	URA
O copo quase esvaziou. - o copo continua igual, i. e., o evento de "esvaziamento" do copo não ocorreu; - o copo esvaziou só um pouco, mas ainda há conteúdo dentro dele.	A linha quase encurtou. - a linha não encurtou - não há essa interpretação.
João quase esvaziou o copo - o copo continua igual, i. e., João não efetivou o evento de "esvaziar" o copo - João esvaziou o copo só um pouco, mas ainda há conteúdo dentro dele.	João quase encurtou a linha - João não encurtou a linha. - não há essa interpretação
O copo está esvaziando. $\not\rightarrow$ O copo esvaziou.	A linha está encurtando. $\rightarrow$ A linha encurtou.
João está esvaziando o copo. $\not\rightarrow$ João esvaziou o copo.	João está encurtando a linha. $\rightarrow$ João encurtou a linha.

Tabela 2.7: Adjetivos BRA e URA

A diferença de comportamento desses predicados é explicada, justamente, pelo fato de que os BRAs têm um limite, que será, por sua vez, o seu *telos*; e os URAs não têm um limite, podendo realizar-se, virtualmente, de maneira indefinida, o que resulta em seu caráter atélico. Em outras palavras, DAs como "aumentar" e "diminuir" referem-se a uma escala de tamanho: se a medida da diferença de um estado para outro é "bounded" (delimitada) temos um evento télico, e se a medida é "unbounded" (não-delimitada) o resultado é um evento atélico.

A indicação do limite a ser considerado como um *telos* pode ser realizada de três maneiras: i) indicação lingüística explícita da medida de diferença entre os estados a serem comparados; ii) advérbios que fazem alusão a um dos limites da escala hipotética na qual o adjetivo de base pode ser enquadrado; iii) contexto e conhecimento de mundo. Vejamos abaixo exemplos das três possibilidades, respectivamente:

(2.60) i) Eles estão ampliando a avenida em 5 metros.

(2.61) ii) A roupa secou completamente.

(2.62) iii) O alfaiate encurtou a minha calça. (O alfaiate encurtou a minha calça o necessário.)

Reservar uma classe para predicados DAs parece ser consenso na literatura. Uma grande quantidade de pesquisadores reconhece que esses predicados não encontram acomodação satisfatória em nenhuma das classes vendlerianas, ficando seus membros ora entre os *achievements*, ora entre os *accomplishments* e ora entre as atividades. Essa "distribuição" pelas classes vendlerianas faz com que se perca de vista a principal característica desses predicados, que de fato os unifica: o alcance gradual de sua meta ou *telos*. A progressão em relação a uma meta pode ser capturada através da idéia de avançar gradualmente um "passo além" numa escala ou de alcançar um *telos* (Bertinetto e Squartini, 1995), através da idéia de atribuir a esses predicados uma "medida de diferença" que especifica seu *telos* (Hay, 1998, Hay, Kennedy e Levin, 1999 e Kennedy e Levin, 2002)[26].

A relação que os DAs estabelecem com o traço [± télico], porém, é mais complexa. Autores como Bertinetto e Squartini (1995), mesmo admitindo as interpretações / α / e / β / vistas acima, atribuem o traço [+ télico] a ambas. Por outro lado, Hay (1998), Hay, Kennedy e Levin (1999) e Kennedy e Levin (2002) mostram que o comportamento dos DAs frente ao traço [± télico]

[26]Sem esquecer, é claro que os DAs não são estritamente [- durativos]. Existem, de fato, DAs durativos e não-durativos, a depender, como apontam Bertinetto e Squartini (1995), de se focalizar especificamente o momento de uma mudança de estado.

pode ser previsto através do adjetivo de base do predicado DA em questão: adjetivos que apresentam um limite máximo (ou mínimo) disparam uma interpretação télica, como *seco, vazio, cheio*; e adjetivos que não apresentam um limite máximo (ou mínimo), uma interpretação atélico, como *longo, curto, lento*. Mais que isso, Hay, Kennedy e Levin (1999) e Kennedy e Levin (2002) atribuem a telicidade exclusivamente a uma variável de "medida de diferença" entre dois estados de um evento com predicado DA: quando tal variável tem limite, temos um predicado télico, do contrário, atélico. Tal fato poder demonstrado a partir das interpretações geradas com o acréscimo de "quase" a sentenças que têm um DA.

A abordagem de Bertinetto e Squartini (1995), ao fundamentar a ambigüidade dos DAs no alcance progressivo de sua meta, parece dar conta, em bases completamente diferentes, dos exemplos trazidos por Hay (1998), Hay, Kennedy e Levin (1999) e Kennedy e Levin (2002). A rigor, a diferença fica no teste usado para se estabelecer o critério télico de um predicado: para Bertinetto e Squartini esse teste é a compatibilidade com adjuntos do tipo "em X tempo" e para Hay (1998), Hay, Kennedy e Levin (1999) e Kennedy e Levin (2002), esse teste parece ser a possibilidade de inferência da conclusão do evento a partir de sua forma progressiva.

Sobre a relação entre os predicados incrementais e a telicidade, entendida como a presença de um ponto final intrínseco a um dado evento, podemos, em resumo, dizer que essa relação se manifesta através de 2 fenômenos:

(i) a já mencionada ambigüidade do *telos*, que pode ser um ponto final de fato, a partir do qual consideramos, se tomarmos um predicado como engordar, que alguém é gordo; ou simplesmente um ponto, necessariamente não final, em uma escala - nesse caso, com engordar, temos que alguém é agora mais gordo, e esse ponto avançado na escala é também um *telos*[27];

[27] Podemos pensar no que acontece com os predicados incrementais em termos de um jogo de figura / fundo com a telicidade, em que ora o que está em destaque é o alcance do *telos*, ora o processo que leva ao *telos*. Essa é uma maneira bem interessante de tratar esses predicados, mas queremos chamar também a atenção para o seguinte fato: um dos testes mais

(ii) o ponto télico, qualquer dos dois descritos acima, é vago, ou seja, considerando ainda engordar, não temos como traçar de antemão um limite claro e preciso entre o alcance e o não alcance desse ponto - tal limite é contextual e pragmaticamente definido.

Essas duas considerações apontam para uma definição um pouco diferente de *telos* do que aquela de ele ser apenas um ponto final intrínseco e não-arbitrário de um evento em questão[28], e as razões para tanto seriam: esse ponto não tem que ser necessariamente final e, ao contrário do que essa definição pode deixar transparecer, nem sempre o *telos* é algo preciso, mas algumas vezes também vago (cf. Williamson, 1994; Keefe, 2002). Vale notar ainda que a vagueza que atribuímos ao *telos* não está presente apenas nos predicados incrementais, mas também em muitos *accomplishments* e possivelmente em alguns *achievements*. Basta, por exemplo, procurarmos um *telos* preciso para um evento como "pintar o quadro" (quando é que se pode dizer que o quadro está de fato pronto? Quando for dada a última pincelada? Ou quando a tinta secar? Quando a tinta está seca?) e "chegar em casa" (chegar à garagem? Cruzar a soleira da porta? Apenas abrir o portão?). Reservaremos, contudo, o termo "indeterminado[29]" para o *telos* de *accomplishments* e *achievements*, pois sua precisão não parece ser contextual, e "vago" para o *telos* dos incrementais, dado que o contexto pode, na maioria das vezes, estabelecer seus limites.

Uma maneira de expressar melhor essa idéia é a seguinte: um predicado télico é aquele que tem um fim intrínseco e não-arbitrário. Quando esse *telos* é vago,

eficazes para se definir um evento como télico é sua compatibilidade com adjuntos do tipo "em X-tempo". Os incrementais, atingindo ou não o *telos*, são compatíveis com esse adjunto, o que mostra que há, numa ou noutra interpretação, um ponto a ser considerado um *telos*, mas só contextualmente um deles pode ser considerado télico como o é o *telos* de um *accomplishment*. Por exemplo, podemos dizer algo como "O nível da água subiu em 20 minutos, mas ainda está baixo", ou seja, consideramos que ele atingiu um *telos*, mas não o *telos* ideal (e contextualmente definido).

[28]Se quisermos advogar que o *telos* é o mesmo tipo de coisa, entidade e recebe, portanto, os mesmos tratamentos quer estejamos lidando com um *accomplishment*, com um *achievement* ou com um DA.

[29]Sobre isso ver Pires de Oliveira, Basso e Mendes de Souza, inédito.

cabe a pergunta "qual?". Pensamos no exemplo do nível da água. Sabemos que o *telos* é uma dada quantidade de água medida por um nível, só não sabemos exatamente qual é esse nível. Assim como podemos dizer que sabemos que uma pessoa é gorda ou magra a depender de um certo nível de obesidade, resta só saber qual. Por outro lado, a pergunta que cabe ao *telos* de *accomplishments* e *achievements*, por serem indeterminados, é "o que (é)?". Voltando aos exemplos de "pintar o quadro" e "chegar em casa", podemos perguntar o que é o fim de "pintar de um quadro": dar uma última pincelada? Esperar a tinta secar? O mesmo para chegar: é entrar num dado recinto? É cruzar a soleira de uma porta? Cruzar a soleira totalmente?

2.3.2 Dando uma olhada em "dar uma X-ada" e na indeterminação do *telos*

As relações entre construções com verbos leves como "dar uma X-ada" e o *telos* de certos eventos já foram notadas por, pelo menos, Diesing (1998, *apud* Scher, 2004), Scher (2004) e Lisboa de Liz (2005).

Atualmente, essa construção é muito comum em português brasileiro e também muito produtiva; abaixo, alguns exemplos:

(2.63) João deu uma cozinhada na carne.

(2.64) Carlos deu uma trabalhada na obra.

(2.65) Pedro vai dar uma cuidada nas crianças enquanto eu saio.

(2.66) Lucas sempre dá uma assistidinha nos jogos da Copa.

A propriedade mais geral que explica em grande parte a semântica dessas construções, segundo Diesing e Scher, seria a "diminutivização", que pode atuar sobre ou modalizar os traços de dinamicidade, duratividade, telicidade e atelicidade, dando ao predicado original a interpretação de *um pouco* ou *parte de*. Em relação ao traço de dinamicidade, a eventualidade será menos dinâmica, ou seja, contará com menos estágios; em relação ao traço de duratividade, a

eventualidade terá menos duração que o predicado original[30]. Quando interage com a telicidade, o efeito de diminutização, segundo Diesing (1998, *apud* Scher, 2004, p. 89), pode acarretar uma interpretação de "aumento da velocidade da ação" (aqui valem as mesmas observações da nota 31); e com a atelicidade, pode resultar em uma interpretação télica e breve ou então até semelfactiva do evento em questão.

Olhando mais especificamente para os traços de telicidade e atelicidade, Scher (2004) traz que, no que toca aos fatores que influenciam a formação de tais construções, esses traços "são neutros em relação a essa questão" (p. 94). Além disso, diz também a autora, "a modalização da atelicidade, por sua vez, acrescenta um limite final arbitrário à eventualidade, mas não a torna télica" (p. 88), e a modalização sobre o traço telicidade faz com que a eventualidade

[30]Não concordamos inteiramente com a idéia de que a construção "dar uma X-ada" pode diminuir a duração de um evento. Nossa discordância reside sumariamente no que devemos entender por "duração": se um tempo cronológico, medido no relógio, da realização de um evento ou se uma descrição lingüística que permite uma interpretação segundo a qual o evento realizou-se de maneira a demorar ou consumir menos (ou mais) tempo. A primeira possibilidade implica em medir o tempo de duração de um evento específico e compará-la com o tempo de realização de outros eventos semelhantes, para somente então decidir se houve ou não uma real demora na realização do evento específico. Por outro lado, descrever lingüisticamente um evento como durativo implica em que ele seja compatível com adjuntos que meçam sua duração, como "por X tempo". Essa é uma das maiores diferenças, se nos atermos às classes vendlerianas, entre atividades, estados e *accomplishments*, todos durativos, de um lado e *achievements*, não-durativos, de outro. Essa distinção é crucial para o tratamento dos eventos e perdê-la de vista pode implicar em misturar dois domínios a princípio distintos e que não são inequivocamente relacionados, a saber: o exterior à linguagem, a referência, podia-se dizer, e o domínio propriamente lingüístico, através do qual "falamos" *sobre* os referentes. Em outras palavras, veicular um evento como mais rápido ou tomando menos tempo do que o esperado não tem uma ligação necessária com o tempo cronológico de sua realização de fato e vice-versa, e portanto a idéia de diminuir a duração de um evento deve ser devidamente qualificada: ser mais lento ou mais rápido cronologicamente deve ser em relação a alguma medida, mas seria ela uma média da duração normal de um evento? Mas duração em geral, se é que isso existe, ou aquela que algum agente específico leva? Em quais condições?... Complicações dessa natureza nos levam a evitar terminantemente falar em duração de evento no sentido cronológico.

em questão não necessariamente atinja o *telos*.

Nos parágrafos acima, enunciam-se diferentes hipóteses que relacionam a telicidade e a construção em questão; examinemos algumas delas aqui (veremos questões relativas a "dar uma X-ada" e detelicização mais pormenorizadamente no próximo capítulo):

a) dizer que o traço [±télico] é neutro em relação à formação de tais construções equivale a dizer que essa construção pode ser formada indiferentemente a partir de predicados télicos e atélicos, e esse parece ser de fato o caso. O único traço que impossibilita a construção "dar uma X-ada" é o [±estado], e a essa conclusão também chegam Scher (2004) e Lisboa de Liz (2005)[31]. Tomemos alguns exemplos:

   (2.67) Maria deu uma pintada no quadro. ⇒ pintar o quadro = télico

   (2.68) Teresa deu uma lida no livro. ⇒ ler o livro = télico

   (2.69) Ana deu uma passeada na praia. ⇒ passear na praia = atélico

   (2.70) Catarina deu uma mexida na massa do bolo. ⇒ mexer na massa do bolo = atélico

b) acrescentar um limite final arbitrário à eventualidade, sem com isso torná-la télica, pode, em princípio, parecer uma contradição, examinemos, porém, com mais cuidado essa afirmação.

Um denominador comum às várias definições de telicidade que pudemos encontrar parece ser que o ponto final da eventualidade ou evento télico não é arbitrário, e isso no sentido de que sabemos de antemão ou podemos prever qual ou como ele é (mais à frente (cap. 3) diremos que podemos nos referir a esse ponto final). Contudo, se fizermos um exercício conceitual, esquecendo um pouco os correlatos lingüísticos que certamente diferenciam predicados télicos

[31] Scher também menciona o traço [±instantâneo] como algo que desfavorece tal construção. Assim, temos: "? João deu uma achada no quadro", "? Pedro deu uma encontrada na Maria (no sentido de 'encontrar', não 'bater')". Mas note-se também: "Carina deu uma tossida" e "Jorge deu uma espirrada".

de atélicos, e pensarmos na imensa maioria de eventos realizados por seres humanos, como *conversar, andar, nadar, dançar* etc., é difícil imaginar que algum deles não irá ter um fim, ou seja, que durará para sempre ou indefinidamente, como algumas vezes deixam transparecer as definições de atelicidade. Assim, comparando com os eventos télicos, se atentarmos apenas para o evento ter um fim ou não, a diferença entre os dois tipos de eventos é diminuída. O que resta, então, é justamente levar em conta o fato de que os eventos ditos télicos chegam a seu fim de maneira previsível ou têm seu fim já previsto de maneira não arbitrária, ainda que vaga ou indeterminada.

Não obstante, um outro fato a ser apontado aqui relativamente à telicidade é que, talvez indo na contramão do que diz boa parte dos estudos, ela pode ser implementada de várias maneiras; entre essas maneiras podemos encontrar pressuposições e acomodação de pressuposições. Tomemos o seguinte exemplo para ilustrar o ponto a que queremos chegar:

(2.71) Lucas diz para Mateus:
- Eu empurrei o carrinho.
- Não - responde Mateus -, você só deu uma empurrada no carrinho.

Uma possível interpretação do que aconteceu nesse diálogo, e que nos interessa aqui, é a seguinte: Lucas deveria empurrar o carrinho até algum lugar, o que torna, portanto, esse predicado télico, e não o fez, conforme o repreende Mateus: Lucas apenas avançou um pouco o carrinho em direção ao lugar em que deveria estar (temos, portanto, um evento detelicizado: um evento télico acabado, porém não terminado (cf. capítulo 3 desta dissertação)). Tomemos outro exemplo, um diálogo entre José e Pedro:

(2.72) - José, você andou hoje? - Não Pedro, hoje eu só dei uma andada.

Podemos atribuir a (2.72) uma interpretação semelhante àquela que atribuímos a (2.71), qual seja: na pergunta de Pedro ou na resposta de José está contida uma expectativa do quanto (distância ou tempo) José deveria ter andado, o que torna o evento télico, i. e., há uma quantidade de distância ou de tempo (mais

ou menos) exata aqui em jogo. Sabemos também, pela resposta de José, que ele não andou o tanto de distância ou de tempo que queria ou deveria[32]. Em outras palavras, uma maneira possível do diálogo (2.72) fazer sentido é pressupor a existência de uma distância (ou tempo) que José costumeiramente caminha.

De uma forma ou de outra, nos dois exemplos acima, a telicidade dos predicados depende desses recursos, por assim dizer, não explícitos, como as expectativas e pressupostos contidos nas duas sentenças que compõem os diálogos (para uma melhor apresentação dessas idéias e conceitos, ver Chierchia, 2003, principalmente o capítulo 10). Além disso, os *teloi* dos eventos não necessitam ser precisos, exatos ou mesmo ditos. Como os predicados incrementais exemplificam, eles podem permanecer vagos, ou indeterminados (ou ainda simplesmente ser indicados vaga ou indeterminadamente). Isso não quer dizer, contudo, que esse *telos* é arbitrário: (i) não é porque o *telos* não aparece claramente indicado que não podemos precisá-lo, e (ii) ser vago ou indeterminado não significa ser arbitrário. De resto, basta relembrar o exemplo da seção acima sobre o *telos* de "pintar o quadro", que ninguém dirá tratar-se de um evento atélico: até que ponto ele é menos arbitrário (ou indeterminado) que o dos exemplos (2.71) e (2.72)? O que temos aqui é a mesma indeterminação, apenas mais ou menos saliente.

Diante dessas considerações, tendemos a não concordar com as opiniões de Scher de que, "a modalização da atelicidade, por sua vez, acrescenta um limite final arbitrário à eventualidade, mas não a torna télica" (p. 88). Antes, o limite que a modalização da atelicidade atribui ao evento não é arbitrário, mas sim indeterminado ou vago, pois não precisa ser ou não está explicitado ou precisado. Em suma, a construção "dar uma X-ada" pode tornar télico os predicados atélicos a que se aplica[33].

[32] Se esse for o caso, estaremos diante de um evento detelicizado, mas isso será tema do capítulo 3.

[33] Tal atribuição de telicidade pode não ocorrer para todo e qualquer uso da construção "dar uma X-ada"; o ideal aqui seria fazer uma pesquisa mais aprofundada, mas isso foge muito do âmbito desta dissertação. Aqui nos cabe apenas apontar que essa construção pode sim possibilitar interpretações télicas.

Como recapitulação do que vimos sobre a telicidade nas seções 2.4.1 e 2.4.2, podemos dizer sumariamente:

a) através dos predicados incrementais temos que o *telos* pode ser vago e devemos também levar em conta que o *telos* de *accomplishments* e *achievements* pode ser indeterminado. A diferença é que no caso de ser vago ele pode ser contextualmente estabelecido (ex. saber quando o nível da água pode ser considerado alto), no caso de o *telos* ser indeterminado o contexto pode não ser suficiente para estabelecê-lo (ex. saber o que é necessário para se considerar que uma casa está (completamente) construída).

b) ainda através dos predicados incrementais vemos que o *telos* pode ser simplesmente um ponto mais além em uma escala, possivelmente diferente do ponto final dessa escala (ou um ponto que indica mudança de estado). Isso deriva da assunção de que um evento télico, para além de sua caracterização conceitual, é um evento compatível com a denotação de adjuntos do tipo "em X tempo";

c) "dar uma X-ada" + atélicos suscita uma interpretação em dois passos: o primeiro faz com o evento seja considerado télico, porém com um *telos* vago ou indeterminado; o segundo induz à detelicização de tal predicado (veremos em detalhe esse segundo passo no cap. 3). Isso aproxima essa construção dos predicados incrementais.

As observações aqui feitas, embora preliminares e contando com generalizações ainda incipientes, servem para ilustrar algumas operações que podem ser efetuadas sobre a telicidade e sobre o *telos*. Essas operações, e sua própria possibilidade, mostram que a telicidade é bem mais sensível ao cancelamento e à atualização do que muito da literatura prevê, ou seja, dizer que um predicado é télico não depende apenas de fatores presentes na sentença, como quantificação e especifidade do que está envolvido no evento, mas também há uma ancoragem em pressupostos e expectativas que giram em torno do evento em questão. Quando tratarmos do fenômeno da detelicização mais pormenorizada-

mente (cap. 3), reencontraremos essas possibilidades, que, a nosso ver, são um elemento importante da definição de telicidade.

2.3.3 Comparação de eventos, imperativos e estativos, alternância ergativa: operações sobre a telicidade a serem melhor compreendidas

Gostaríamos, por fim, de considerar muito sucintamente algumas construções do português brasileiro que podem levar predicados atélicos a uma interpretação télica. Não faremos aqui nenhuma análise mais profunda; nos bastará, por ora, apontar essas construções e tecer algumas considerações sobre como funcionam.

Comparação de eventos

Uma primeira construção que exibe essa propriedade é a estrutura comparativa quando envolve eventos (i.e., na qual eventos são os itens de comparação). Tomemos as seguintes sentenças:

(2.73) Tiago construiu mais casas do que a Natália. - télico

(2.74) José ganhou mais corridas do que o Tadeu. - télico

(2.75) João dorme mais do que o Pedro. - estativo / atividade

(2.76) Maria corre mais do que a Adriana. - atividade

(2.77) Camila dançou mais na festa ontem do que Tatiana. - atividade

As sentenças de (2.73) a (2.77) possuem uma quantidade enorme de interpretações, disparada pela grande indeterminação que cerca o que está sendo exatamente comparado. Vale notar, no entanto, que as possibilidade de interpretações são diferentes para as classes de eventos acima.

De fato, as interpretações mais salientes para (2.73) e (2.74) referem-se ao número de casas construídas ou de corridas ganhas. Para chegar a essa interpretação, (2.73), que é um *accomplishment*, apresenta três possibilidades:

(2.74a) Tiago participou de mais eventos de construção de casas do que Natália;

(2.74b) Tiago não participou de mais eventos de construção de casas do que Natália, mas somando a construção de casas em que teve participação, chegamos a um número maior de casas do que Natália;

(2.74c) Tiago participou de mais eventos de construção de casas do que Natália, e somando a construção de casas em que teve participação, chegamos a um número maior de casas do que Natália.

Ou seja, em (2.73) temos a possibilidade de usar o evento "construir casas" para se referir tanto a uma pluralidade de eventos de construir casas (2.74a), quanto a uma pluralidade de casas construídas por um evento de construir casa (2.74b), ou então uma mistura das duas (2.74c). As duas últimas interpretações podem parecer um pouco "forçadas", mas basta pensarmos em um contexto no qual Tiago e Natália são empreiteiros que constroem casas em condomínios populacionais, por exemplo.

Em (2.74) não podemos ter as mesmas interpretações que para (2.73), pois cada evento de "ganhar a corrida" refere necessariamente a uma única corrida. A diferença entre (2.73) e (2.74) parece residir no tipo de objeto presente em cada sentença: em "construir uma casa", o objeto é um *participante* do evento; em "ganhar uma corrida", o objeto *é* o evento[34].

Esses casos, de fato, não são os que nos interessam aqui e a literatura (Bach, 1986; Verkuyl, 1993) já se pronunciou sobre eles dizendo basicamente o seguinte: somente eventos télicos podem ser contados (e, portanto, comparados numericamente). Tanto em (2.73), um *accomplishment*, quanto em (2.74), um *achievement*, podemos contar coisas: ou casas construídas ou corridas vencidas. Nossa atenção estará concentrada no que acontece com os eventos atélicos, que, a princípio, não poderiam receber uma interpretação numérica, de contagem de coisas.

Tomando a sentença (2.75), (2.76) e (2.77) temos as seguintes possibilidades de interpretação:

[34] Agradeço ao prof. Sérgio Menuzzi por essa última formulação.

(2.75a) João dorme mais tempo do que o Pedro.

(2.75b) João dorme mais vezes que o Pedro.

(2.76a) Maria corre mais tempo do que a Adriana.

(2.76b) Maria corre mais vezes do que a Adriana.

(2.77a) Camila dançou mais tempo na festa ontem do que Tatiana.

(2.77b) Camila dançou mais vezes na festa ontem do que Tatiana.

Para todas as atividades, temos uma comparação que não é numérica (contagem), mas sim temporal (interpretação (a)). A numérica exige diferentes relações com a telicidade e a perfectividade. A sentença (2.75b), por exemplo, exige que consideremos eventos de dormir já acabados (conforme definimos acima). Para (2.76b), podemos ter a mesma exigência de eventos acabados, ou seja, corridas com distâncias e tempos indefinidos que simplesmente ocorreram e que tiveram em sua maioria Maria como participante e não Adriana; mas podemos ter também a interpretação de que estamos aqui tratando de eventos terminados, no caso, de corridas com uma distância ou um tempo específicos e é dessas corridas que dissemos que Maria participou mais do que Adriana - isso seria considerar os eventos comparados como télicos. Para (2.77b) a interpretação mais saliente é a de estamos tratando de eventos terminados, portanto télicos, e, na verdade, estamos falando que Maria *dançou mais músicas* na festa ontem do que Tatiana. Se tal possibilidade existe e esse for de fato o caso, então a afirmação de que somente eventos télicos podem ser numericamente comparados pode ser em alguns casos invertida e diremos então que, para termos uma interpretação de comparação numérica entre eventos, temos que contar com eventos télicos, ou seja, a comparação entre eventos, na medida em que recebe uma interpretação numérica, pode implementar a telicidade. Assim como para os outros casos abaixo, não aprofundaremos essa análise, mas ainda notamos que estamos aparentemente diante de um contínuo de exigência de telicidade para a interpretação que sugerimos aqui, que vai de acabado simplesmente (estativos),

passando por uma fase "ambígua" (correr), até chegarmos a eventos terminados (dançar).

Imperativos e estativos

Não é incomum encontrarmos as seguintes sentenças em propagandas de escolas:

(2.78) (João) Saiba matemática em um semestre!

(2.79) (João) Fale inglês em uma semana!

O que temos aqui são dois verbos estativos[35] empregados no imperativo. Vale notar, de saída, que sem o imperativo as sentenças não são boas:

(2.79a) (?) João sabe matemática em um semestre.

(2.80a) (?) João fala inglês em uma semana.

Para (2.79) ainda há uma leitura possível que pode ser assim escrita:

(2.80b) João falará inglês em uma semana.

Essa sentença tem uma interpretação paralela àquela que queremos caracterizar para os imperativos acima: télica (incoativa, ou seja, que mede o transcurso até o início de um evento ou estado). Assim, paráfrases mais apropriadas para (2.78), (2.79) e (2.80a) seriam:

(2.79') (João) fará coisas (as quais provavelmente poderão ser referidas pelo verbo "aprender" ou "estudar") e no final disso saberá matemática.

(2.80') (João) fará coisas (as quais provavelmente poderão ser referidas pelo verbo "aprender" ou "estudar") e no final disso falará ou saberá falar inglês.

As paráfrases acima podem ser classificadas como *accomplishments* ou *achievements*, a depender da associação estabelecida entre "fará coisas" (atividade)

[35] "Falar" pode ser estativo ou não, compare-se: "João fala turco" vs. "João falou tudo o que queria ontem".

e "saberá algo" (mudança de estado ou *telos*). É claro que não são todos os estativos que apresentam esse comportamento, mas, não obstante, ainda estamos diante de uma maneira de implementação de telicidade.

Alternância ergativa

Conforme apontamos neste capítulo, os DAs ou predicados incrementais são ambíguos em relação ao alcance de um *telos* pragmaticamente estabelecido ou simplesmente de "passo a mais" em direção a esse *telos*, como nas sentenças abaixo:

(2.80) João encheu o tanque do carro.

(a)João encheu mais o tanque do carro, mas o tanque ainda não está cheio.

(b)João encheu completamente o tanque do carro.

Muitos dos verbos DAs também apresentam alternância ergativa. Quando numa estrutura ergativa, entretanto, a ambigüidade à qual aludimos desaparece e temos apenas a interpretação de que o *telos* foi atingido, como nas sentenças abaixo:

(2.81) João encheu o tanque do carro.

(a) O tanque do carro encheu.

(2.82) João esquentou a comida.

(a) A comida esquentou.

(2.83) João esfriou o quarto.

(a) O quarto esfriou.

Vale notar que, provavelmente, nem todas os DAs apresentam o mesmo comportamento e que muitos verbos que apresentam alternância ergativa são atélicos em qualquer uma das construções em que aparece:

(2.84) João quebrou a televisão.

(a) A televisão quebrou.

Tudo o que apresentamos aqui, rapidamente e sem nenhuma profundidade, deve ser apenas tomado como exemplo do que seriam, para além daquelas que os autores tratados aqui apresentam, maneiras que o português brasileiro adotou de implementar a telicidade e operar sobre o *telos*.

2.4 Resumo e Conclusão

A telicidade, enquadrada em formalizações diferentes, que lhe dão características diferenciadas, e partindo de analogias de base distintas, não encontra ainda um lugar muito seguro nas teorias lingüísticas. Isso se deve ao fato de que as caracterizações de telicidade permitem que classifiquemos como télicos eventos que não são - e isso funciona em duas vias: ou eventos são nocionalmente télicos, mas não formalmente (segundo uma teoria qualquer), ou eventos são formalmente télicos, mas não nocionalmente. A título de hipótese, diremos que esses problemas derivam, na verdade, da falta de critérios suficientes e necessários para decidir-se sobre o valor de telicidade de um dado evento. De fato, todas as teorias aqui analisadas trabalham com no mínimo dois critérios, mas que não dão todos os resultados desejados: compatibilidade com "em X tempo" e o "paradoxo do imperfeito" (isso não quer dizer que devemos ter apenas *um* critério para definir o que é telicidade. Podemos, com efeito, trabalhar com uma bateria de testes, mas devemos poder confiar no resultado dessa bateria de testes). Não seria de todo disparatado dizer que mesmo nocionalmente não encontramos absoluto consenso sobre o que seria um evento télico; algo que é enormemente agravado pelo fato de que muitas pesquisas não diferenciam aspecto e acionalidade e agrupam numa mesma classe perfectivos e télicos (cf. Bertinetto, 2001).

Talvez a pesquisa deva voltar-se então para a busca de tal critério ou então contentar-se com a idéia de trabalhar com uma bateria de testes: a decisão aqui depende em grande parte dos objetivos de um determinado trabalho.

De uma forma ou de outra, esperamos ter apresentado um panorama razoável de como a telicidade pode ser abordada e, com isso, esclarecer um pouco mais o

que ela vem a ser. Na verdade, a seção 2.3. tem como principal objetivo oferecer essa melhor compreensão através de exemplos distintos do "*mainstream*" da literatura.

Para efeitos de interesse mais imediato deste trabalho, o aprofundamento sobre a telicidade faz-se necessário pois analisaremos nos próximos capítulos uma operação que se realiza sobre eventos télicos e apenas sobre eles; seria talvez mais procedente dizer, com a nomenclatura aqui já apresentada, que a detelização age não sobre eventos télicos apenas, mas sobre eventos terminados. Sobre a telicidade, convém guardar que eventos télicos são aqueles que: i) de um ponto de vista nocional, têm um ponto final a ser atingido, ii) de um ponto de vista distribucional, são compatíveis com adjuntos do tipo "em X tempo" (que medirá a duração do evento) e geram o "paradoxo do imperfectivo"; e iii) só são veiculados como terminados quando combinados com o aspecto perfectivo. Podemos dizer também que veicular um evento no aspecto perfectivo significa dizer que ele está concluso ou acabado independentemente de possuir ou não um ponto final.

Talvez essas conclusões decepcionem um pouco, mas somente no capítulo 3, depois de nos pronunciarmos sobre outros fatores, é que apresentaremos uma definição mais precisa de telicidade. Vale ter em mente, contudo, que télico, conforme o gráfico que apresentamos no começo deste capítulo, é todo evento que tem um ponto inicial e um ponto final (não-arbitrário).

2.5 Invervalo semântico-filosófico: Há eventos ontologicamente télicos?

Retomando aqui uma discussão iniciada ao fim do primeiro capítulo, tentaremos responder afirmativamente à questão que dá nome a essa seção, ou seja, ao fim e ao cabo, diremos que *há* ou *existem* eventos télicos, e não que a descrição lingüística de um evento é feita *telicamente* ou que é a descrição lingüística que atribui telicidade a um evento. Isso não quer dizer que nossa teoria sobre a

telicidade é também uma teoria sobre o mundo, uma teoria ontológica. Reconhecemos os dois níveis: o lingüístico e o ontológico, e reconhecemos também inter-relações e independências entre eles. Uma teoria sobre a linguagem deve ser feita tomando por base a língua e as relações lingüísticas; a contraparte ontológica também é importante, mas não deve ser o foco da teoria lingüística. Assim, o objetivo dessa seção é apresentar nossa posição em relação às questões filosóficas que cercam a problemática que trabalhamos nesta dissertação. É importante esclarecer bem esses pontos para evitar aparentes contradições.

Dissemos no capítulo 1 que a acionalidade é o componente do domínio tempo-aspectual que responde por questões ontológicas e que não poderíamos ter, por exemplo, um mesmo evento télico e atélico. Um contra-exemplo a isso poderia ser o seguinte: tomemos o momento ou intervalo de tempo t, no qual João está escrevendo uma carta, mas dentro do qual ainda não podemos vislumbrar a carta completa, apenas seu início e a atividade de João. Ora, podemos nos referir a esse momento t ou com a sentença (2.85) ou (2.86), e dizer ainda que são o *mesmo* (que as duas sentenças se referem à mesma entidade):

(2.85) João está escrevendo (atélica).

(2.86) João está escrevendo uma carta (télica).

É exatamente um argumento assim que encontramos em Krifka (1998, p. 207):

> [...] it is misleading to think that particular events can be called "telic" or "atelic". For example, one and the same event of running can be described by running (i.e., by an atelic predicate), or by running a mile (i.e., a telic, or delimited, predicate). Hence the distinction between telicity and atelicity should not be one in the nature of the object described, but in the description applied to the object.

Com isso podemos concluir que é possível se referir a um evento ora como télico, ora atélico? Em outras palavras, um mesmo evento pode ser télico e atélico? A resposta que oferecemos é "não". O que acontece é que, devido a

imensa indeterminação dos eventos e sua complexa mereologia (as relações parte-todo de eventos são extramente complexas, para não falar das suas relações causais), há a aparente possibilidade de tratarmos de um mesmo evento ora como télico, ora como atélico. Isso pode acontecer em leituras *de dicto* de sentenças eventivas; em leituras *de re*, aquelas que interessam a uma discussão ontológica, tal possibilidade não pode existir: um mesmo evento não pode ser télico ou atélico.

Encontramos uma posição semelhante no trabalho de Helen Steward, "The ontology of mind: events, processes, and states". Seu trabalho tem como objetivo mostrar que as noções de evento, processo e estado ainda não repousam sobre uma metafísica confiável, e que a filosofia da mente, justamente por depender muito fortemente de tais noções ainda "difusas", não pode alcançar seus objetivos (como, por exemplo, posicionar-se solidamente sobre a relevância e a autenticidade da distinção corpo/mente, mente/cérebro, estabelecer o que são estados mentais, chegar a uma definição de intenção e intencionalidade, etc.). Para fazer sua crítica, Steward analisa detalhadamente os trabalhos de vários filósofos, de diferentes escolas, e também de alguns lingüistas, na tentativa de, seguindo a idéia de que a língua é um bom guia para a ontologia, justificar e entender melhor as noções de evento e processo. Encontramos nas pontes frequentemente lançadas entre a filosofia e os estudos da linguagem uma das características mais interessantes do trabalho de Steward e uma das principais justificativas em adotá-lo.

É no âmbito das considerações lingüísticas que a autora se posiciona sobre a diferença ontológica entre processos (eventos atélicos)[36] e eventos (eventos télicos). Vejamos a seguinte passagem (com o perdão repetição, no trecho abaixo "process" deve ser entendido como um evento atélico e "event", como um evento télico):

> An example may be the best way of making persuasive the case for an ontological distinction between events and processes. Consider the present humming of my

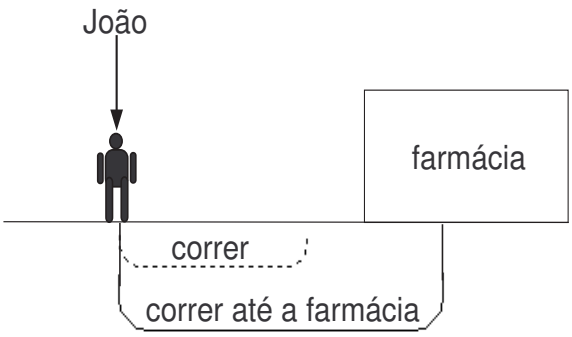
[36] Steward não considera aqui os estativos.

> computer. I might think or speak about this humming; I might say, for instance, that the humming of my computer is distracting me. Now, this humming is undoubtedly something which is taking place in time - it is an entity which has temporal parts, and thus is somewhat event-like in nature. But there are good reasons for thinking that it is nevertheless not an event. I might describe the humming, for example, as persistent, or continuous - but it does not really seem to make sense to describe an event as persistent or continuous. And the humming might stop, but do events really stop? They come to an end, but that is different. These are small and subtle differences, but they are real enough. And they seem to me to show that when I speak of the present humming of my computer, I am not referring to any individual event. Rather, I am referring to a continuous activity, something which is going on through time, a process. (Steward, 1997, p. 94-95).

A idéia de Steward é que certas propriedades podem ser aplicadas apenas a eventos, e certas outras propriedades apenas a processos; mais do que isso, podemos dizer que somente certas situações, que, seguindo Steward, chamaremos de *eventos*, possuem ou apresentam certas propriedades e somente os processos outras.

> We do posses referring expressions deriving from imperfective contexts [atélicos], as well as ones deriving from perfective predications [télicos]; and there are reasons for wanting to insist that the referents of these expressions must be genuinely distinct, even where the entities they single out appear to coincide both spatially and temporally, as did Smith's pushing of the cart for hours and Smith's pushing of the cart to the top of the hill. For processes have properties which it would be inappropriate to ascribe to events, and vive-versa. [...] Smith's pushing of the cart to the top of the hill, for example, took four hours; but his pushing of the cart for hours did not take four hours, though it lasted for four hours. Arguments from Leibniz's Law, then, can be straightforwardly brought to bear against any proposals for the identification of processes with events. (1997, p. 96).

Vamos tentar ilustrar melhor essa discussão através de uma ilustração:



Devemos entender tal ilustração da seguinte forma: o indivíduo "João" está correndo (até a farmácia). O colchete pontilhado refere-se a um evento "correr" atélico e o colchete de linha contínua refere-se a um evento "correr até a farmácia" télico. Ou seja, como no exemplo de Steward, estamos diante de eventos que se recobrem espacial e temporalmente; mas, devido a isso, estamos diante de um mesmo evento que pode ser descrito de diferentes maneiras? Na verdade, não.

> [...] looking at our difficulty with Smith, for example, one is inclined to think that after all, there can only have been one pushing. But this inclination stems from an accident of our language, which has in this case no lexical difference to correspond with the grammatical distinction between event and process. To help with this, I want to introduce the following notation: 'φ-ingsE' are events and 'φ-ingsP' are processes. φ-ingsE are countable; when Smith pushed the cart to the top of the hill, there was exactly one pushing$_E$ of the cart to the top of the hill, and if he does it again the next day, there will have been two. Pushing$_P$, on the other hand, are not countable. 'Pushing', in this sense, is an activity of which there can be more or less, but not one or two. The complicated truth about Smith and his pushing is therefore this: that while it is true that, in a sense, there was only one pushing (on pushing$_E$), there was also, alongside this pushing$_E$, some pushing$_P$. And the pushing$_E$ and the pushing$_P$ are items of different ontological types and for the reasons given above cannot be identified with one another. (1997, p. 96-97).

Os passos para argumentar a favor da existência de eventos télicos são com-

plexos: diremos que existem eventos ontologicamente télicos, mas que somente via uma individualização lingüística específica é possível decidir sobre sua telicidade. Novamente, a possibilidade de dizermos de um evento télico que ele é atélico é dada pela complexa mereologia dos eventos (os télicos podem ser compostos por atélicos e é possível individualizar lingüisticamente sua parte atélica), pela imensa indeterminação que os cerca e também pela idéia de os pensarmos como tropos (cf. cap. 1, seção 1.5.). Vale lembrar, como já dissemos no capítulo 1, que **não** é a descrição lingüística que **atribui** telicidade, mas sim que a descrição lingüística se **refere** a um evento télico.

Terminamos essa seção assinalando que encontramos em um lingüista, Depraetere, preocupações e conclusões muitos semelhantes às que trazemos aqui:

> It is very often pointed out that (a)telicity is a characteristic of a situation rather than of a sentence. However, when discussing the effect of for instance NPs, directional PPs, etc. on Aktionsart, people often fail to realize that changing a NP or adding a PP may result in the sentence no longer being a truthful representation of a particular situation. Although the use of for instance, a plural NP instead of a singular NP indeed often changes the (a)telicity of the sentence, Sheila sang a song and Sheila sang songs are not necessarily two possible representations of a particular situation. In other words, I am aware of the fact that adding, leaving out or changing a constituent in a particular sentence often results in there no longer being reference to the same situation. Accordingly, in that case, the speaker will not use these particular alternatives to refer to the situations he has in mind. (Depraetere, 1995a, p. 51, nota 1).

> Another point which needs to be added in this respect is that the changes effected by a particular feature often result in the sentence referring to a different extra-linguistic reality. When discussing the factors that influence the categorization, linguistics indeed seem to lose sight of this non-trivial proviso: although changing a singular NP into a plural NP, for instance, is likely to change a sentence's classification as bounded/unbounded or telic/atelic, it may also result in the sentence no

longer capturing a particular situation. *Although theoretically, the speaker can choose freely how a particular situation will be presented, the freedom is not complete because the situation imposes constraints on the linguistic material by which it can be represented* [. . .]. This observation applies to all the features possibly influencing (un)boundedness and (a)telicity. The following example may clarify the point made: if someone is reading a book, one might refer to that particular situation by means of either John is reading (atelic unbounded) or John is reading a book (telic unbounded): the addition of the direct object coincides with a change from atelic to telic. Changing the singular NP into a plural NP turns the sentence into an atelic unbounded statement: John reads books. However, if John is not in the habit of reading books, this statement is no longer a truthful presentation of the situation, although it does illustrate that NPs affect (a)telicity and (un)boundedness. (Depraetere, 1995b, pp. 10-11, grifo nosso).

Capítulo 3

Detelicização

> Quando abro o rádio, jorram anúncios; quando abro a torneira, jorra água. Se amanhã a torneira jorrasse anúncios, a minha reação seria surpresa. Vivo em expectativa constante: espero constantemente que as torneiras jorrem água, pura água, toda a água, nada mais que água. Essa minha expectativa não é confirmada pela experiência que meus sentidos fornecem. Torneiras jorram água suja, ou pouca água, ou nada. Mas a evidência dos meus sentidos não destrói a minha fé nas torneiras. ‘‘Explicam’’ o comportamento das torneiras por fatores externos, como a hipótese da falta de chuva, ou a hipótese do encanador, ou a hipótese da Municipalidade. Essas hipóteses ‘‘provam’’ que, eliminando os fatores externos, torneiras jorram água. A evidência dos meus sentidos, embora *prima facie* contrária à minha fé nas torneiras, fortalece, em virtude das hipóteses, a minha expectativa de água. Pois é este exatamente o caráter da fé: é uma esperança que transforma evidência contrária em prova.
>
> Flusser, Vilém. 2002. *Da Religiosidade: a literatura e o senso de realidade*. São Paulo: Escrituras.

O principal objetivo desta dissertação é investigar o fenômeno da detelicização, exemplificado pela sentença abaixo:

(3.1) João leu o livro por um mês.

O predicado "ler um livro" é télico, pois denota um evento com um fim previsível, que é a leitura completa do livro, e como tal comporta-se em relação aos testes de telicidade mais usados: é compatível com o adjunto "em X tempo" e gera o "paradoxo do imperfectivo":

(3.1a) João leu o livro em um mês.

(3.1b) João lia / estava lendo o livro $\not\rightarrow$ João leu o livro.

No entanto, em (3.1) "ler o livro" aparece ao lado do adjunto "por X tempo", considerado como uma das pedras de toque para se identificar eventos durativos e atélicos, i. e., que não visam um ponto final e que podem prolongar-se indefinidamente. Tal compatibilidade é responsável pela sua detelicização, ou seja, juntamente com a sentença (3.1) não podemos também afirmar que João terminou de ler o livro, isto é, que atingiu a meta usual e previsível daquele predicado télico, apesar de usarmos o pretérito perfeito de "ler", mas podemos, contudo, afirmar que ele não lê mais o livro, ou seja, "João ler o livro" não é mais o caso.

O que acontece na sentença (3.1) já foi explicado como uma operação de mudança aspectual ("*aspect shift*"), que transformaria o *accomplishment* "ler o livro" em uma atividade, mudança que se daria, por sua vez, precedida de uma coerção (ou reinterpretação contextual). Há também a possibilidade de efetuarmos uma operação sobre o *telos*, que não transformaria o evento em questão em uma atividade; essa operação pode ou não envolver uma coerção - isso é algo ainda a ser avaliado e será o tópico do capítulo 4.

O presente capítulo irá primeiramente apresentar melhor o fenômeno da detelicização, especificando-o para evitar confusões com outros fenômenos análogos. Feito isso, partiremos para a análise de algumas teorias que tratam desse fenômeno,

concentrando nossa atenção na plausibilidade de que (3.1), via algum tipo de coerção (formal, psicolingüística ou ambas (cf. seção 3.2.4)), fale de uma atividade, e na idéia de termos aqui uma operação semântica que não envolve coerção nem a transformação de um dado predicado em atividade, mas sim a vagueza e certas propriedades que apenas alguns predicados teriam. Nossa opção não será nenhuma dessas, mas antes postularemos que, ao interpretar sentenças como (3.1), estamos lidando com uma interação entre semântica e pragmática (seção 3.3).

Na seção 3.4, analisaremos outras formas de detelicizar que encontramos no português brasileiro. A seção 3.5 será dedica a explorar algumas possíveis extensões da teoria esboçada em 3.3. Por fim, a última seção, 3.6, tentará responder à questão "existem eventos ontologicamente detelicizados?".

3.1 A idéia de detelicizar e a detelicização: cercando o fenômeno

Antes de mais nada, para caracterizar a detelicização, diremos que estamos diante de um *processo* ou de uma *operação* - por isso, não diremos que há eventos detelicizados[1], mas sim que há eventos que *foram* detelicizados, por isso mesmo a palavra "detelicização" deve ser entendida como abreviação para "processo de detelicização". Esse processo pode ser efetuado mediante um certo número de recursos que veremos na seção 3.4.

Como já dissemos, uma sentença como (3.1), ou alguém que diga (3.1), parece comprometer-se com o fato de que João não leu o livro até o fim[2]. Sobre isso, podemos comparar as seguintes sentenças:

[1] Dizer que não há eventos detelicizados não é de todo correto, mas serve como uma primeira aproximação. Como veremos na seção 3.6, a idéia é de que nos referimos a eventos detelicizados de uma maneira diferente daquela através da qual nos referimos a eventos télicos.

[2] Aqui uma questão interessante a investigar é se estamos diante de uma implicatura ou de uma verdadeira propriedade semântica de sentenças como (3.1) e da detelicização em geral. Isso será essencial na teoria de detelicização a ser postulada neste capítulo.

(3.1d) João leu o livro em uma semana, mas não gostou do final;

(3.1e) ? João leu o livro por uma semana, mas não gostou do final

Em (3.1e), João não pode ter desgostado do final do livro porque essa sentença nos diz que ele não chegou lá (ou pelo menos, como veremos mais adiante, a sentença (3.1) permite realizar a implicatura de que João não chegou ao fim do livro). Vale, contudo, notar uma outra interpretação possível para (3.1). Nessa outra interpretação, "por uma semana" indica o tempo em que João ficou lendo o tal livro, tendo lido-o completamente mais de uma vez, ou seja, esse adjunto proporciona uma interpretação iterativa (ver Mollá-Aliod (1997, p. 11) e Verkuyl (1989, p. 50)). Tal interpretação é disparada pelo seguinte conjunto de fatores:

(a) o adjunto "por X tempo" refere-se a uma duração maior do que a que normalmente (pragmaticamente) associamos a um determinado evento;

(b) assim sendo, o evento pode repetir-se completamente (ou seja, atingindo seu *telos*) por um número indefinido de vezes.

No exemplo acima, (3.1), João leria o livro em questão em menos de uma semana, o que possibilitaria que durante o período de "uma semana" ele pudesse (re-)ler o livro mais de uma vez. Quando estamos diante de um caso como esse, i.e., o tempo medido pelo adjunto "por X tempo" permite (ou força) uma leitura de repetição do evento em questão, o que acontece é uma manobra que afeta as propriedades acionais do predicado, pois se trata de considerar um evento télico como atélico; o evento está, de qualquer modo, concluso, acabado - trata-se, portanto, de uma re-categorização do predicado, de télico para atélico (mais precisamente, de *accomplishment* para atividade)[3]. Não consideraremos, neste

[3]Para dar conta de casos como o da iteração, é interessante postular as noções de macro e micro-evento. Nesse caso de iteração, o evento medido pelo adjunto "por X tempo", que é uma atividade, é o macro-evento, e os micro-eventos, que não tem uma medida de tempo explícita e são *accomplishments* (mas também podem ser *achievements*), são os eventos individuais completos de leitura do livro em questão, cf. Ilari e Basso (no prelo).

trabalho, a interpretação de leitura iterativa, que recategoriza um predicado de télico para atélico, mas ainda assim ela é útil na delimitação do fenômeno da detelicização porque nos faz lembrar que, para que haja detelicização, a medida de tempo denotada pelo adjunto "por X tempo" não pode possibilitar uma leitura iterativa, de repetição. Mais claramente ainda: detelicização nada tem a ver com repetição de eventos.

Considerando um outro fenômeno que há interesse em não confundir com a detelicização, podemos comparar, rapidamente, a detelicização com o "paradoxo do imperfectivo" (entendido como a combinação de um evento télico com o aspecto imperfectivo). Vejamos as sentenças abaixo:

(3.2) João estava lendo o livro.

(3.3) João estava indo para o trabalho.

A partir dessas sentenças, não podemos inferir nem que João leu o livro todo nem que ele não o leu; também não podemos inferir se ele chegou ou não ao trabalho. Como já vimos, isso resulta da apresentação de um evento que possui um ponto final (télico) como não concluso (imperfectivo). Por tudo aquilo que já dissemos, esse resultado é diferente da detelicização: sobre eventos detelicizados entendemos, seja qual foi o processo interpretativo envolvido, que eles não atingiram sua meta; e não é dessa forma que interpretamos o "paradoxo do imperfectivo". Mais do que isso, com a detelicização temos que o evento em questão não é mais o caso, e o "paradoxo do imperfectivo" pode ser caracterizado como uma instância de apresentação de um evento que ainda pode ser o caso (pelo menos durante o período considerado pela sentença em questão)[4].

[4]Essas considerações sugerem que o tempo (o curso dos eventos) é um fator relevante tanto para o "paradoxo do imperfeito", quanto para a detelicização, e que o tempo poderia ser também determinante para ambos, culminando em dizer algo como "somente no passado temos esses dois fenômenos". Contudo, esse não é exatamente o caso. Podemos ter o "paradoxo do imperfectivo" e a detelicização também no futuro; a sentença "Amanhã, pelo menos durante a manhã, João vai estar pintando o quadro" pode ser lida como um exemplo de "paradoxo do imperfectivo" no futuro e a sentença "Amanhã João (já) terá pintado o quadro por 3 dias", como um exemplo de detelicização também no futuro.

Em termos de articulação entre os domínios aspectuais e acionais temos o seguinte:

> detelicização = evento télico, perfectivo (acabado) - combinação que origina um evento terminado -, que não atingiu seu fim;
>
> "paradoxo do imperfectivo" = evento télico, imperfectivo (inacabado) - combinação que não origina um evento terminado -, que não sabemos se atingirá ou não seu *telos*, i. e., se será ou não um evento terminado (no sentido que damos a esse termo).

O imperfectivo refere-se a eventos ainda em curso e não a eventos *interrompidos*[5], simplesmente nada podemos dizer sobre o alcance ou não do *telos* de um evento veiculado sob a perspectiva imperfectiva, como mostram os exemplos (3.2) e (3.3). Porém, com a detelicização nos referimos a um evento *interrompido*.

Podemos dizer também que a detelicização é um caso de evento *não-terminado*, mas devemos tomar muito cuidado com a terminologia aqui. Como dissemos no capítulo 2, seção 2.2.5., eventos terminados são aqueles que são perfectivos+télicos **e** que têm o *telos* alcançado. Um evento acabado é todo evento veiculado com o aspecto perfectivo, seja ele télico ou atélico (assim, os eventos terminados formam um subconjunto dos eventos acabados). Com *não-terminado* nos referimos a eventos detelicizados, ou seja, eventos perfectivos+télicos cujo *telos* **não** foi alcançado.

Para realçar o contraste entre a detelicização e o "paradoxo do imperfectivo", tomemos as sentenças abaixo:

(3.1d) João leu o livro em uma semana, mas não gostou do final.

(3.1e) ? João leu o livro por uma semana, mas não gostou do final.

[5] O sentido que queremos dar aqui para "interrompido" difere um pouco daquele que encontramos no uso corrente desse termo. Com ele, queremos apenas capturar a idéia de que o ponto final previsível de um evento télico, seu *telos*, não foi atingido, por qualquer motivo que seja.

(3.4) João estava lendo o livro, mas não gostou do final.

A princípio, (3.4) nos parece mais aceitável do que (3.1e) e, se isso estiver correto, a explicação é justamente **não sabermos nada** sobre o *telos* em (3.4), o que permite que ele possa ser atingido, e sobre (3.1e) intuirmos que o *telos* **não é atingido**. Há, no entanto, diferenças distribucionais mais fortes, como, por exemplo, as exemplificadas pelas sentenças abaixo:

(3.5) Quando entrei, João estava lendo o livro.

(3.6) ? Quando entrei, João leu o livro por uma semana.[6]

O que (3.5) e (3.6) visam a capturar é que somente o progressivo (ainda o "paradoxo do imperfectivo", porque "ler o livro" é télico) pode ser usado para tratar de um evento em curso. Eventos detelicizados estão, ao contrário dos eventos veiculados com o aspecto imperfectivo, acabados, i.e., não são mais (necesseriamente) o caso, são eventos interrompidos. Essa diferença em relação ao "paradoxo do imperfeito" tem para nós um papel essencial na especificação da detelicização e de sua possível explicação. Para além da diferença em relação ao "paradoxo do imperfectivo", a detelicização também deve ser separada de outras situações ou construções lingüísticas.

Encontramos em Rothstein (2004, p. 114) algumas sentenças que parecem ser exemplos de detelicização, mas, sob uma análise mais acurada, resultam ser outra coisa. Tomemos os exemplos da autora:

(3.7) compare-se (a), que é télico, com (b)

(a) John ate something.

(b) John ate.

A idéia de detelicizar eventos pode ser descrita em passos, e teríamos o seguinte:

[6]Talvez uma leitura possível para (3.6) seja "Depois que entrei, João começou a ler o livro e o leu por uma semana". Interpretação esta totalmente diferente da que temos para (3.5), em que João *já* está lendo o livro quando entro.

(i) toma-se um evento télico;

(ii) esse evento é veiculado sob o aspecto perfectivo, resultando em um evento terminado, que não terá continuidade;

(iii) do evento terminado, diz-se (ou infere-se) que seu *telos* **não foi contemplado**.

Ainda para entender melhor a detelicização, podemos pensá-la como o seguinte: um evento X é télico e perfectivo, porém ele acabou sem ser terminado (no sentido técnico que demos a essa palavra).

Se for assim, o exemplo (3.7) não é um caso de detelicização; o apagamento de argumento não se relaciona com a ausência de um *telos*, muito menos com a idéia de que um evento télico acabou sem atingir seu *telos*[7].

Na seção abaixo, veremos mais pormenorizadamente o papel do adjunto "por X tempo" com diferentes tipos de *accomplishments*, e a possibilidade de detelicizar um *achievement*.

3.1.1 A detelicização de *accomplishments* e *achievements*: primeiros passos nos modos de detelicizar

Vimos que "por X tempo" é uma maneira de detelicizar *accomplishments*; mas serão todos os eventos dessa classe compatíveis com esse adjunto? Se forem, em quais condições? Tomemos alguns exemplos:

(3.8) (a) João leu o/um livro por uma semana.

(b) João leu 4 livros por uma semana.

(c) (?) João leu o/um livro inteiro por uma semana[8].

[7]Uma outra maneira de apresentar essa hipótese de Rothstein é a seguinte: telicidade consiste na possibilidade de afetar de um certo modo um objeto; sem o objeto, nada é afetado, portanto estamos diante de um fenômeno de detelicização. Obviamente, pelo que já expomos, não se trata disso. (Agradeço ao prof. Ilari por essa formulação bem mais clara).

[8]Esse exemplo pode ser aceitável na interpretação iterativa, ou seja, João leu o livro mais de uma vez durante a semana. A mesma interpretação não pode ser atribuída, no entanto,

(3.9) (a) João construiu a/uma casa por um ano.

(b) João construiu cinco casas por um ano.

(c) (?) João construiu a/uma casa inteira por um ano.

(3.10) (a) João comeu o/um bolo por cinco minutos.

(b) João comeu três bolos por cinco minutos.

(c) (?) João comeu o/um bolo inteiro por cinco minutos.

(3.11) João foi até a farmácia por dez minutos.

As sentenças acima trazem exemplos de telicidade garantida pela "afetação" (ver Krifka, 1998) de um objeto (3.8), pela construção de um (3.9), pela destruição ou consumo de um (3.10) e por um caminho específico a ser percorrido (3.11). Os itens (a) referem-se a diferenças de definitude do objeto, os itens (b) à quantificação plural específica dele e os itens (c) a um advérbio que "reforça" a idéia de que o ponto final, a meta foi atingida - menos para (3.11), que não apresenta tais possibilidades.

Que hipóteses esse conjunto de exemplos sugerem? A princípio, os *accomplishments* parecem ser passíveis de detelicização mediante o adjunto "por X tempo" independentemente da definitude e da quantificação do objeto, desde que não haja nenhum advérbio que "reforce" a telicidade. Isso aponta para uma grande propensão dos *accomplishments* à combinação com "por X tempo". Mas a razão para isso não parece ser exclusivamente a telicidade, pois se assim fosse não haveria, em princípio, problemas de compatibilidade desse adjunto com *achievements*; não é esse, porém, o caso.

Achievements, apesar de serem télicos, não são compatíveis com "por X tempo", mas isso não parece ter nada a ver com a telicidade, e sim com a duratividade: como vimos acima esse adjunto só é compatível com eventos

para (3.9c) e (3.10c), pois ao passo que podemos ler mais de uma vez um mesmo livro, não podemos construir mais de uma vez uma mesma casa e nem comer mais de uma vez um mesmo bolo.

durativos e os *achievements* são não-durativos[9].

Isso significa também que esses eventos não podem ser detelicizados? Essa questão suscita reflexões mais aprofundadas sobre a própria noção de detelicização e sobre a existência de outros mecanismos através dos quais ela pode ser efetuada; será que só podemos detelicizar um predicado através de "por X tempo"?

Como apresentamos logo acima, a detelicização exige que o evento télico em questão - independentemente de sua duratividade - comece, fique concluso, mas não atinja seu ponto final. Ora, se considerarmos que os *achievements* não possuem uma diferença entre começar e acabar, justamente por se atualizarem em um "átomo" de tempo (daí sua não-duratividade), parece conceitualmente impossível detelicizá-los. Não faz sentido também detelicizar sua fase preparatória, visto que ela é apenas pragmaticamente ligada ao evento e não é o evento de fato, e, mesmo assim, somente alguns eventos podem sofrer tal manobra em sua fase preparatória. Tomemos os exemplos abaixo:

(3.12) (a) João ganhou a corrida em 20 minutos.

(b) João ganhou a corrida por 20 minutos.

(3.13) (a) João achou a chave em 10 minutos.

(b) ?? João achou a chave por 10 minutos.

(3.14) (a) João chegou no trabalho em 15 minutos.

(b) ?? João chegou no trabalho por 15 minutos.

O que acontece aqui com os *achievements* como "ganhar a corrida" é uma manobra que leva a considerar apenas a fase preparatória do evento, por isso (3.12b) só pode ser interpretada como[10]:

[9] "por X tempo" é compatível com atividades, alguns estativos e *accomplishments*, ambos caracterizados pelo traço [+ duratividade]. Como tanto *accomplishments* como *achievements* são télicos, porém apenas os *achievements* são não-durativos, parece ser também esse traço que condiciona a compatibilidade com adjuntos desse tipo.

[10] Talvez uma maneira mais simples de dizer isso seja: a detelicização depende da possibilidade de conceber o transcurso do evento anterior ao *telos* como uma atividade inerente; mas

(3.12b') João liderou a corrida / ficou na frente da corrida por 20 minutos.

De uma forma ou de outra, a paráfrase acima, tal qual no caso dos *accomplishments*, sugere muito fortemente que João não ganhou a corrida. A incompatibilidade de "por X tempo" com os outros *achievements* ainda precisa ser explicada, mas com certeza a explicação reside na constituição da fase preparatória (o que exatamente a compõe e como) desses eventos e de como essa se relaciona com o *telos*[11].

Os *achievements* podem ser veiculados imperfectivamente (gerando o "paradoxo do imperfectivo"), como nas sentenças (c) abaixo. Essa é mais uma diferença entre o "paradoxo do imperfectivo" e a detelicização com "por X tempo": somente o primeiro pode dar-se com *achievements* (compare-se as sentenças (c) com as (a) e (b) acima):

(3.12c) João estava ganhando a corrida.

(3.13c) João estava achando a chave.

(3.14c) João estava chegando no trabalho.

O que se pode dizer é que a detelicização só acontecerá com *achievements* mediante uma manobra sobre sua fase preparatória - uma detelicização que,

isso não é possível com *achievements*; note-se, em particular, que "achar" é compatível com uma "fase preparatória" que é uma atividade, "procurar"; mas essa fase preparatória não é "inerente" - posso encontrar algo sem ter procurado pela coisa. Agradeço ao prof. Sérgio Menuzzi por essa formulação clara.

[11] Um esboço de explicação, pelo menos para os exemplos tratados aqui, poderia proceder como: "ganhar a corrida" é ambíguo e pode aplicar-se tanto ao *achievement* quanto à sua fase preparatória, por isso o quadro que vemos nas sentenças (3.12a, b, b'); "achar a chave" tem sua fase preparatória lexicalizada em "procurar a chave" e, assim, usar um pelo outro (i.e., usar "achar a chave" para a fase preparatória, quando temos para essa função "procurar a chave") é pragmaticamente estranho (note-se que a sentença "João procurou a chave por 10 minutos" é perfeita); "chegar ao trabalho" distancia-se em muito do que seria sua fase preparatória (poderíamos incluir na fase preparatória de "chegar ao trabalho" eventos como "pegar um táxi", "ficar preso no congestionamento", "andar 2 quateirões", "atravessar a rua", etc) e, portanto, não pode ser usada para referir-se especificamente a ela.

como veremos logo abaixo, tem propriedades diferentes daquela que acontece com *accomplishments* -, pois, novamente, não há, conceitualmente, diferenças entre seu começo e seu fim, o que faz com que seja impossível uma situação na qual eles comecem e sejam interrompidos.

Ainda sobre os *achievements*, antes de passarmos a um outro tópico, vale a pena notar os chamados "verbos posturais", devido ao seu comportamento peculiar quando combinados com "por X tempo". Tomemos as sentenças abaixo:

(3.15) João sentou / deitou / levantou por 10 minutos.

(3.16) João saiu por 10 minutos.

(3.17) João entrou por 10 minutos.

Diferentemente das duas interpretações que demos aqui para "por X tempo" quando combinado com eventos télicos, i.e., detelicização e interpretação iterativa, nesse caso "por X tempo" mede uma espécie de fase resultante do evento, ou seja, mede em (3.15) o tempo que João ficou sentado / deitado / em pé, em (3.16) o tempo que João ficou fora, e em (3.17) o tempo que ele ficou dentro. Esperarmos dar conta também desse emprego de "por X tempo" com a semântica que lhe atribuiremos na seção 3.3.

Seria porém o uso de "por X tempo" o único modo de detelicizar predicados télicos?

Muito sucintamente, detelicizar é falar, de um evento, que ele acabou, mas seu fim ou meta (seu *telos*) não foi atingido. Qualquer situação que possibilite tal interpretação é, em princípio, uma maneira de detelicizar:

(3.18) (a) João pintou o quadro por uma semana e desistiu.

(b) João só começou a pintar o quadro, mas desistiu cedo.

(c) João pintou só um pedaço do quadro e nunca mais pegou nele.

(3.19) (a) João desenhou o retrato de sua mulher por dois dias e parou.

(b) João parou de desenhar o retrato de sua mulher assim que começou.

(c) João desenhou só um pouquinho o retrato de sua mulher, e viu que suas habilidades para tanto eram de fato muito pequenas...

Novamente, as duas sentenças acima ilustram situações em que um determinado evento télico é iniciado e dado como acabado (João não pinta mais o quadro em (3.18) e João não desenha mais o retrato em (3.19)), mas sem atingir seu ponto final ou *telos* (em (3.18) o quadro não está pronto e em (3-19) o retrato da mulher de João também não), e isso se dá a partir do uso de verbos como "parar" e "desistir" combinados com predicados télicos veiculados sob a perspectiva perfectiva ("pintou" em (3.18) e "desenhou" em (3.19))[12].

Tais verbos, combinados com *achievements*, como já dissemos, não os detelicizam, mas causam estranheza ou têm uma interpretação diferente daquela com *accomplishments*:

(3.20) (?) João parou de achar a chave.

(3.21) (?) João parou de ganhar a corrida.

(3.22) João desistiu de achar a chave.

(3.23) João desistiu de ganhar a corrida.

(3.22) e (3.23) ilustram situações distintas daquela de (3.18), por exemplo. Em (3.18), João começa a pintar o quadro e depois desiste, mas em (3.22) e (3.23), não podemos dizer que João começou a achar a chave ou ganhar a corrida e depois desistiu, mas sim que ele nem sequer começou uma busca específica ou uma corrida específica. As sentenças (3.20) e (3.21) podem ser interpretadas se considerarmos as fases preparatórias dos eventos em questão; algo como: (3.20) João parou de procurar a chave; e (3.21) João parou de liderar a corrida.

Depois de termos delimitado um pouco melhor o que entenderemos por detelicização nesta dissertação, passemos agora a examinar, na próxima seção, algumas das teorias que tratam desse fenômeno.

[12]Novamente, ainda não nos posicionamos sobre se o não alcance do *telos* é de fato informação semântica ou inferência pragmática.

3.2 Teorias de detelicização

Na exposição que segue, apresentaremos primeiramente as teorias que tratam da detelicização como uma mudança aspectual, algo que cremos não ser o caso. Apresentaremos também a proposta do lingüista e aspectólogo Zucchi que, trabalhando com uma semântica intensional, lança mão da vagueza dos predicados envolvidos, além de suas propriedades semânticas subjacentes, como critério licenciador do uso de "por X tempo". Esperamos mostrar que, pelo menos para o caso do português brasileiro, a vagueza dos predicados não parece desempenhar nenhum papel na detelicização. De uma forma ou de outra, do mesmo modo como o fizemos para a telicidade, essa seção será um exercício de análise que visa mostrar, novamente, como um mesmo fenômeno pode receber diferentes explicações. E, também como o fizemos para caso da telicidade, faremos a ressalva de que muitas abordagens que se pronunciam sobre construções como (3.1) acima não serão aqui tratadas.

3.2.1 Detelicização e "aspect shift": de Swart

de Swart (1998, 2000) trata dos fenômenos aspectuais nos moldes da DRT (***D**iscourse **R**epresentation **T**heory*) de Kamp e Reyle (1993), lançando mão de uma ontologia de eventos como a de Verkuyl:

HOMOGÊNEO		QUANTIZADO
estativos	processos	eventos
ESTATIVO	DINÂMICO	

Tabela 3.1: Ontologia de Verkuyl, adotada por de Swart

Na teoria de de Swart, a referência temporal e o aspecto são tratados como operadores e a acionalidade como descrições de eventos (ou eventualidades), conforme o esquema abaixo:

[Tense[Aspect*[eventuality description]]]

O asterisco no operador aspectual indica que ele pode ser iterado, i.e., mais de um operador pode aplicar-se à mesma descrição de evento. A descrição da eventualidade, combinada com os operadores, dá origem às seguintes fórmulas e também às suas respectivas DRS (***D**iscourse **R**epresentation **S**tructure*):

(3.24) Mary has met the president.

[PRES[PERF[Mary meet the president]]]

(3.25) Mary was reading a book.

[PAST[PROG[Mary read a book]]]

Através desse modelo, de Swart trata então como operadores aspectuais o perfectivo, o progressivo e também os adjuntos "por X tempo" e "em X tempo". Vejamos como funciona essa teoria.

Partindo de uma estrutura de reticulados[13] , encontramos nessa teoria o conjunto ε. Esse conjunto contém as eventualidades, que, por sua vez, estão contidas nos conjuntos P (processos), E (eventos) e S (estativos)[14], ou seja, P, E e S são subconjuntos de ε. de Swart trabalha com a subcategoria h (homogêneos), composta por estativos e processos ($h = S \cup P$), e com a subcategoria d (dinâmicos), composta por processos e eventos ($d = P \cup E$).

Os operadores aspectuais nada mais seriam do que funções que têm o seu domínio e o seu contradomínio em ε. Como exemplo, de Swart representa o operador PERF como:

PERF: $\varepsilon \rightarrow S$

, ou seja, uma função que toma quaisquer eventualidades (processos, estativos e eventos) e as transforma em estativos. O progressivo seria uma função cujo domínio é d e cujo contradomínio é S:

[13] Aplicada a eventos, tal como postulou Bach (1986), baseado em Link (1983).

[14] Lembramos que essa ontologia de eventos é a mesma de Verkuyl (1993) e tem, portanto, todas as características que apresentamos na seção 2.2.1., e a mesma confusão terminológica - E (evento) é um termo que engloba *accomplishments* (télicos e durativos) e *achievements* (télicos e não-durativos); P (processo) representa as atividades (atélicos e durativos); e S (estativos), os estativos (permanentes e não-permanentes).

PROG: P ∪ E → S[15]

Ainda segundo a autora, "por X tempo" e "em X tempo" seriam as seguintes funções:

POR X TEMPO: S ∪ P → E

EM X TEMPO: E → E

Em outras palavras, o papel de "por X tempo" seria transformar estativos ou processos em eventos, ou seja, esse adjunto tem o papel de tornar télicos eventos atélicos. Esse entendimento do que resulta a combinação evento télico+"por X tempo" é radicalmente diferente daquele que procuramos formular apresentando os exemplos (3.1) a (3.23), e a nosso ver não é procedente: uma sentença como (3.1) é télica em primeira instância, depois consideramos que o *telos* não foi alcançado e o evento não é mais o caso; não há aqui porque dizer que o "por X tempo" transforma em télico um evento já télico, além disso não chega nem perto da interpretação que sugerimos à sentença (3.1). Mas a idéia de que "por X tempo" transforma eventos atélicos em télicos é encontrada também em outros autores: Rothstein (2004) e Krifka (1998) também fazem afirmações análogas às de de Swart, com base em dados como:

(3.26) João nadou por 3 horas.

A idéia é que não estamos diante de um evento como "nadar", mas sim "nadar por 3 horas", e uma evidência para isso é que poderíamos dizer coisas como:

(3.27) ?? João nadou por 3 horas em 2 horas.

[15] Tratar os perfectivos e o progressivo, assim como os habituais, como se fossem estativos não é um consenso entre os pesquisadores. Em um trabalho de 1994, Bertinetto demonstra como esses valores aspectuais e acionais são distintos, tanto distribucional quando semanticamente, mesmo em uma perspectiva tipológica. Esse seria um dos primeiros pontos de desacordo entre a teoria que adotamos, a de Bertinetto, frente à teoria de de Swart.

uma sentença que em português brasileiro é pelo menos bizarra, mesmo sendo interpretada, de maneira confessadamente "forçada", mais ou menos como "João nadou em 2 horas o que normalmente se nada em 3 horas"[16]. De fato, de Swart afirma que uma sentença como (3.28) é um evento, ou seja, télica:

(3.28) Susan lived in Paris for two years.

[PAST[FOR two years [Susan live in Paris]]]

Cremos que aqui o que acontece, como bem aponta Bertinetto (2001), é uma confusão entre evento acabados e terminados. Em (3.28), indicamos que um evento estativo (não-permanente), "live in Paris", está acabado, porque vem apresentado sob o aspecto perfectivo. Ora, como já dissemos no capítulo 2, seção 2.2.5., apresentar um evento perfectivamente não é dizer que ele é télico: perfectividade é algo ortogonal à telicidade.

Rothstein (2004, p. 181) oferece um exemplo mais plausível:

(3.29) John ran for three hours in two weeks.

João correu por três horas em 2 semanas.

A interpretação que temos para (3.29) é a de repetição e somente nessa interpretação podemos considerar algo como "correr por três horas" como télico, porque atribuímos um sentido de meta, de objetivo ao tempo denotado pelo adjunto, que deve ser atingido por João ao correr, ou seja, na sentença (3.29) o objetivo de João era correr por três horas e ele fez isso durante duas semanas. Uma outra interpretação seria aquela segundo a qual o tempo total que João passou correndo em 2 semanas foi 3 horas. Porém, de uma forma ou de outra, essas são interpretações marginais, que somente acontecem quando pode haver repetição de eventos e, como já vimos, uma tal situação nada tem a ver com a detelicização.

Mais do que isso, uma sentença como (3.29) revela um problema que já tratamos quando discutimos a natureza dos eventos: o que faz parte, ou o que

[16] Agradeço ao prof. Ilari por essa observação.

constitui um evento? Na primeira interpretação sugerida por de Swart ou Rothstein para sentença em questão, "por três horas" tem que ser necessariamente parte do evento, ou seja, não pode mais ser interpretado como um adjunto, mas sim como um *argumento* do evento "correr", que seria agora "correr por 3 horas". Tratar "por X tempo" como um argumento e não como um adjunto provavelmente engendra relações semânticas diferentes, porém responder quais são os mecanismos e como ocorre essa "incorporação" do adjunto como parte constitutiva de um evento renderia um trabalho à parte, e aqui nos limitaremos apenas a apontá-lo.

Voltando à teoria de de Swart, temos que "em X tempo", por sua vez, nada mais faria do que aplicar-se a um evento e dar como resultado um evento, ou seja, toma um E e retorna um E (isso captura a intuição de que "em X tempo" só pode ocorrer com evento télicos).

Nessa altura, a autora apresenta a seguinte bateria de exemplos (1998, p. 359), para ilustrar situações em que as funções acima (na verdade, os operadores) não se aplicam e nem resultam no que seria esperado:

(3.30) (a) Suddenly, I knew the answer. (um estativo ("know") tem uma interpretação de evento)

(b) I read a book for a few minutes. (um evento ("read the book") tem uma interpretação de processo ou de estativo)

(c) John played the sonata for about eight hours. (um evento ("play the sonata") tem uma interpretação de processo ou de estativo)

(d) For months, the train arrived late. (um evento ("the train arrive") tem uma interpretação de processo ou de estativo)

(e) The program ran in four minutes. (um processo ("run") tem uma interpretação de evento)

(f) Susan is liking this play. (um estativo ("like") tem uma interpretação de evento ou processo)

Para dar conta desses aparentes desvios, entra em jogo a idéia da "coerção[17]", rapidamente definida como:

> coercion is syntactically and morphologically invisible: it is governed by implicit contextual reinterpretations mechanisms triggered by the need to resolve aspectual conflicts. (1998, p. 360).

Dos exemplos em (3.30), aquele que nos interessa é apenas (b). A sentença (3.-30c) é aparentemente um caso de detelicização, porém, como já vimos, o que temos aqui é uma interpretação de iteratividade, uma verdadeira mudança acional de *accomplishment* para atividade. de Swart (1998, p. 359), com relação a (3.30b), diz "the event of reading a book is coerced into an ongoing process"; tal interpretação, porém, não parece ser o que temos para o português.

Voltando à sua teoria, a autora postula alguns operadores de coerção, acionados pela incompatibilidade dos argumentos das funções definidas acima; eles seriam:

C_{eh} = E → S ∪ P = operação de coerção que transforma um evento em estativos ou processo (sentença (3.30b, c, d));

C_{he} = S ∪ P → E = operação de coerção que transforma um processo ou estativo em um evento (sentença (3.30a, e));

C_{sd} = S → E ∪ P = transforma um estativos em um evento ou processo (sentença (3.30f)).

A representação das sentenças (3.30c, e, f) seria:

(3.30c) John played the sonata for about eight hours.

[PAST[FOR eight hours[$_{Ceh}$ [John play the sonata]]]]

(3.30e) The program ran in four minutes.

[PAST [IN four minutes [$_{Che}$ [the program run]]]]

[17] Mais à frente, neste capítulo e no próximo, nos deteremos mais nessa noção.

(3.30f) Susan is liking this play.

[PRES [PROG [$_{Csd}$ [Susan like this play]]]]

A teoria de de Swart tem como seus méritos lançar mão de uma ontologia de eventos relativamente parcimoniosa. Contudo, tem também, a nosso ver, inúmeros problemas; enumeramos abaixo alguns deles:

i) a autora anuncia em seu trabalho a separação entre aspecto e acionalidade ("grammatical and lexical aspect"). Contudo, ao longo de sua argumentação essa distinção não é levada em conta e pouco ou nada contribui para a solução dos problemas apresentados por ela. Além disso, a própria adoção da ontologia de eventos de Verkuyl impossibilita qualquer uso mais interessante da distinção entre aspecto e acionalidade, justamente porque as categorias dessa ontologia confundem noções acionais e aspectuais (cf. cap. 2, seção 2.2.1);

ii) não há consenso na literatura (Bertinetto, 1994; Basso e Ilari, 2004) sobre se os perfectivos, progressivos e habituais são realmente estativos; muitas evidências sugerem que não são;

iii) com relação mais especificamente à detelicização, de Swart pouco ou nada tem a dizer, pois seus exemplos e suas paráfrases em momento algum sugerem o que temos para o caso da sentença (3.1), mas apenas a mudança acional (que pode ser prevista, e, portanto, não requerer a princípio "coerção") de *accomplishment* para atividade, que não parece ser o que acontece no PB.

Um outro problema, de ordem diferente, é o apelo à coerção como uma "contextual reinterpretation" (de Swart, 1998, p. 359) sem motivação independente, podendo ser considerada, portanto, apenas como uma maneira *ad hoc* de acomodar uma possibilidade a princípio não prevista. Mais abaixo, trataremos melhor dessas questões.

Para o nosso problema específico, a conclusão que temos sobre o trabalho de de Swart é negativa, pois, apesar de tratar de estruturas semelhantes às que tratamos, a autora não encontra para essas estruturas as interpretações que temos para o caso do português brasileiro. De fato, dizer que (3.1) trata de um "ongoing process" não parece ser mesmo o caso. Com o perdão da repetição, repetiremos aqui novamente os exemplos (3.5) e (3.6):

(3.5) Quando entrei, João estava lendo o livro.

(3.6) (?) Quando entre, João leu o livro por uma semana.

(3.5) apresenta um evento télico imperfectivamente, um legítimo "ongoing process", e (3.6) um evento detelicizado. Ora, se os eventos detelicizados fossem de fato "ongoing process" deveríamos esperar que eles se comportassem como os outros eventos que a literatura em uníssono considera como "ongoing process", e o contraste entre (3.5) e (3.6) mostra que esse não é o caso. Mais do que isso, com (3.6), mesmo com qualquer interpretação possível de ser atribuída a essa sentença, duvidamos que algum falante de português veja aqui um processo em andamento ou que não deixou de ser o caso, em outras palavras, o evento não mais continua.

Veremos na seção abaixo outra maneira de tratar das estruturas que estudamos aqui como um caso de "aspect shift": trata-se do trabalho de Rothstein (2004).

3.2.2 Detelicização e "aspect shift": Rothstein

Em várias passagens de seu trabalho de 2004, Rothstein chama a atenção para sentenças que têm estrutura semelhante a (3.1), e também as trata como um caso em que estamos diante de mudança aspectual. Porém, a teoria de Rothstein em nada se assemelha ao que vimos relativamente à de de Swart. Em primeiro lugar, Rothstein distigue aspecto e acionalidade de maneira mais clara e interessante e, por conta disso, trabalha com uma ontologia mais rica (na verdade, as quatro classes vendlerianas, mais uma classe de semelfactivos, i.e., verbos pontuais e

atélicos, como "tossir" e "espirrar"[18]). Sua teoria não se enquadra nos moldes da DRT, mas se situa numa semântica enriquecida com as contribuições advindas de considerações mereológicas.

Especificamente em relação ao que tratamos neste capítulo, a primeira coisa que encontramos em Rothstein é uma observação sobre a distribuição de "por X tempo", cuja condição de uso, segundo a autora:

> is usually expressed as follows: *x P-ed for two hours* is true if at every subinterval of a two-hour period, *x P-ed is true*. These expressions can thus occur with downwardly homogeneous expressions, namely states and activities [...]. They do not occur with singular achievements. **To the degree to which they occur with accomplishments, they force a non-telic activity reading of what is usually an accomplishment verb**. (2004, p. 24, negrito nosso).

Logo após esse comentário, a autora traz alguns exemplos, dos quais nos interessam os seguintes:

(3.31) * Bill arrived late for half an hour.

(3.32) * Mary built a house for years.

(3.33) ? Jane read a book for half an hour.

Como já dissemos mais acima, a incompatibilidade de "por X tempo", em (3.31), com *achievements* é esperada, devido porém ao caráter não-durativo dos *achievements*. As sentenças (3.32) e (3.33), por sua vez, quando traduzidas para o português brasileiro, nos parecem boas, e não receberiam sequer um "?".

A aceitabilidade de (3.33) se dá, para Rothstein:

[18] Os semelfactivos aparecem esparsamente na literatura e talvez a primeira sistematização deles tenha sido feito por Bertinetto (1986); Dini (1995) apresenta um estudo extremamente detalhado sob essa classe acional. Verbos como "tossir" não são télicos ("(?) João tossiu em 5 minutos"), e, diferentemente dos *achievements*, como combinados com "por X tempo" resultam em uma leitura de repetição (*achievements*: (?) "João achou a chave por 5 minutos" *versus* semelfactivos: "João tossiu por 5 minutos").

> only if a non-telic reading is forced on the accomplishment. Jane read a book normally entails that the event ended with the reading of the whole book and that the book consequently become "read", but (38f) [(3.33) para nós] - which focuses on the activity of reading - does not have this entailment. Thus there is no contradiction in saying "Jane read War and Peace for two hours, but she never read War and Peace." (2004, p. 24).

A razão para a inaceitabilidade de (3.32) aparece mais adiante no texto, num contraste com duas outras sentenças que apresentam exatamente a mesma estrutura:

> (52)a. Dafna read Mary Poppins for hours.
>
> b. ?? John built a house for hours.
>
> I hypothesize that (52a) is more acceptable than (52b) because the activity part of read, as we noted above, consists of the repetition of a single kind of event, whereas the activity part of build consists of a series of associated different events. In general, I hypothesize that it will be easier to derive activities derived from accomplishments when the activity part of the accomplishment is a simple repetition of a single event type, rather than a complex activity. (2004, pp. 114-115).

Em vários outros momentos de seu texto, Rothstein continua dizendo que sentenças como (3.1) são instanciações de uma mudança *accomplishment*-atividade, como em:

> First, there are some accomplishments which occur with durational expressions such as for α time and spend α time P-ing. This forces a non-telic reading on the accomplishment, which behaves as an activity. (2004, p 40).

Para dar conta desses casos, excetuando-se, claro, casos como o de "construir a casa" (pois, segundo Rothstein, são agramaticais em inglês), teríamos a seguinte regra de mudança aspectual:

$$\text{SHIFT}_{accomplishment \rightarrow atividade}\ (\lambda y \lambda e.\exists e_1, e_2[e = {}^{s}(e_1 \sqcup e_2) \wedge ATIVIDADE_{<x>}(e_1) \wedge Ag(e_1) = x \wedge Th(e_1) = y \wedge BECOME_{<y>}(e_2) \wedge Arg(e_2) = Th(e_1) \wedge$$

$INCR(e_1, e_2, C(e_1))]) =$
$\lambda y \lambda e[ATIVIDADE_{<x>}(e) Ag(e) = x \wedge Th(e) = y]$

As duas primeiras linhas da fórmula respondem pela caracterização, conforme vimos no capítulo 2, seção 2.2.4., de um *accomplishment*, e a última linha, pela caracterização de uma atividade. Rothstein não é explícita sobre como ou em que momento essa regra de mudança aspectual atua.

Diante do fato de que pelo menos duas autoras propõem estarmos diante de uma atividade quando consideramos a sentença (3.1), e de que isso não parece ser definitivamente o caso em português brasileiro, podemos perguntar: qual seria a intuição e as motivações por trás de dizer que (3.1), por exemplo, é uma atividade, ou que se comporta como tal? Essa intuição, cremos, é a de que o *telos* não é atingido, ou de que podemos fazer tal implicatura. Ora, tanto na ontologia de de Swart quanto na de Rothstein, o único candidato disponível para ser um evento dinâmico (ou pelo menos não estativo) que não tem *telos* são as atividades. Assim sendo, parece claro que uma operação sobre o *telos*, que parta de eventos que o tenham, e que, de uma forma ou de outra, o exclua, apresente como resultado uma atividade, e, continuando esse raciocínio, é óbvio que estamos diante de um "aspectual shift" *accomplishment*-atividade.

O que advogaremos mais adiante é que, na verdade, o problema está na ontologia postulada pelas autoras, pela falta de uma articulação mais interessante entre aspecto e acionalidade, e, sobretudo, pela falta da distinção entre acabado e terminado. Como mostramos na última seção do capítulo 1, é a acionalidade que responde pela contraparte ontológica dos eventos; assim, considerar marginalmente a acionalidade corresponde a ter uma ontologia pelo menos mais pobre.

Vejamos, contudo, o que significa dizer que temos uma atividade em (3.1). Separemos essa sentença em duas partes: o verbo e seus argumentos, que é o que responde pelas características tempo-aspectuais, e os adjuntos. Temos então, de um lado, "João leu o livro", e de outro, "por um mês". A primeira parte dessas sentenças responde por um evento terminado (télico+perfectivo), e

a segunda parte, a um adjunto que, de uma forma ou de outra, mede um tempo transcorrido (provavelmente desde o início do evento). Dizer que estamos diante de uma atividade poderia ser interpretado como "o que o adjunto "por X tempo" mede é o que acontece antes do *telos*, mas não inclui o *telos* (e o evento não é mais o caso)" - se for isso, estamos ainda no que dissemos nas primeiras páginas deste capítulo sobre detelicização. Mas devemos proceder com cautela aqui: será que devemos considerar que "ler o livro", quando combinado com "por X tempo", deixa de ser um evento télico? Isso não parece ser o caso: se "ler o livro" deixasse de ser télico não faria sentido dizer que "por X tempo" mede coisas que acontecem antes do *telos*, para dizer isso temos que ter um *telos*. Se dissermos, por outro lado, que não estamos mais falando de "ler o livro", mas sim de "ler o livro por 1 mês" e é desse último evento que dizemos que se refere a uma atividade, esbarraremos nas dificuldades de ter que tratar "por 1 mês" como um *argumento* do evento "ler o livro" e nas suas implicações.

Continuando, por ora, nossa resenha de Rothstein, não concordamos, como também para o caso do trabalho de de Swart, com as intuições por trás da análise dessa autora, pois não temos em português brasileiro uma leitura de atividade para (3.1). Tomemos um outro exemplo. Ao dizermos uma sentença como "João construiu a casa por 1 ano" nos referimos a um evento que não tem fim? A um evento cujo fim não foi (ou pode não ter sido) alcançado? A segundo opção nos parece muito mais plausível. Mais do que isso: se o que chamamos de sentenças detelicizadas se referissem a atividade, que não tem um *telos* em hipótese alguma (por definição), uma sentença como "João construiu a casa por um ano, e, com a ajuda dos amigos, conseguiu terminar" ainda seria possível. Se não houvesse um *telos*, ao que "conseguiu terminar" se referiria?

Certo é, para ambas as análises, que estamos diante de algo que "forces a non-telic [vale lembrar: apenas no sentido de não atingir o *telos*] reading on the accomplishment". Portanto, uma pergunta legítima a ser feita seria: o que dispara isso? O que faz com que, por uma ou outra razão, tenhamos uma leitura não-télica[19] de um *accomplishment*?

[19]Vale a pena salientar aqui que não queremos dizer de modo algum com o termo "não-

Um óbvio candidato para isso é o adjunto "por X tempo", e a chave para entender a detelicização pode justamente estar em uma melhor compreensão de sua semântica. Para Rothstein:

> [...] what for an hour does is pick out sets of events which run for intervals of an hour, and which are in effect sums of events in some set P, with the constraint that each relevant part of that hour must be the running time of some event in P. (2004, p. 181).

> For α time applies to atelic predicates because they are the predicates which can meet the condition that every part of the specified interval contains a P event. They do not normally apply to telic predicates because an atomic predicate cannot make this true. So they apply to state predicates and activities and they apply to accomplishments with bare plural and mass arguments. However, there is nothing in their meaning which specifies that they can apply only to atelic predicate. If a telic predicate was constructed in such a way that it could meet the part-of condition, it could occur with this modifier. (*ibid., idem*)

A consideração do que faz "por X tempo" oferecida pela autora pouco difere daquela apresentada por Dowty (1979), ou seja, se alguém faz Y por X tempo, então ele faz Y por todos os intervalos (pragmaticamente plausíveis) de X tempo. Se assim for, para que ocorra a compatibilidade com "por X tempo", e a sucessiva mudança de *accomplishment* para atividade, é necessário que consigamos identificar partes de um evento télico muito semelhantes, mas que não incluem o *telos*, e que possam ser referidas como ocorrendo na extensão de "por X tempo". É exatamente por isso que, segundo a autora, "ler um livro", por ser composto por partes muito semelhantes, pode ocorrer com "por X tempo", e "construir a casa", por ser composto por partes muito diferentes, não.

Essa teoria apresenta problemas empíricos incontornáveis para o caso do português brasileiro, simplesmente porque as sentenças abaixo são igualmente boas :

télico" uma atividade, que seria um evento **atélico**, mas apenas nos referimos à situação de não atingir o *telos*. São diferenças sutis, mas essenciais para o presente trabalho.

(3.34) Maria leu o livro por uma semana.

(3.35) Marcos construiu a casa por um ano.

Além disso, para ter conteúdo empírico e aplicabilidade, uma teoria desse tipo também deveria dar conta do que é ser semelhante quanto se trata de partes de um evento. E esperamos ter mostrado ao longo dos dois capítulos precedentes que essa não é uma questão simples: é muito difícil, senão impossível, e certamente muito distante dos objetivos da lingüística, estipular o que seja "ler um livro" para todos os casos e, ainda mais, esperar que o mundo, ou as pessoas, ou até os livros, se comportem do modo especificado; vale lembrar que, caso não se comportem, de nada vale a teoria.

Ainda assim, com a teoria de Rothstein chegamos um pouco mais perto do que esperamos que seja uma caracterização adequada do fenômeno da detelicização, porque essa autora, à diferença dos outros autores citados, fala mais adequadamente em *telos* e em sua exclusão ou não alcance. O resultado, contudo, é novamente decepcionante, pois a contribuição de Rothstein é no sentido de fornecer uma regra de mudança aspectual de *accomplishment* para atividade que não captura a interpretação que temos para (3.1).

Depois de vermos, com os trabalhos de Rothstein e de Swart, dois exemplos de teorias que tratam da detelicização como uma mudança aspectual, mesmo garantindo desde o começo que não partilhamos dessa idéia, vejamos agora com o trabalho de Zucchi uma outra maneira de lidar com o fenômeno que estamos estudando.

3.2.3 Detelicização e os sentidos subjacentes dos predicados: Zucchi

Diferentemente do que sugerem as duas autoras apresentadas acima, para Zucchi (1998) alguns dos problemas comumente tratados como "aspectual shift" ou "aspectual coercion" podem ser explicados sem o recurso a essas noções. Além de um argumento mais direto (*grosso modo*, que as regras de mudança aspectual

e as coerções não têm motivação independente), Zucchi apresenta uma série de previsões erradas que esses dispositivos produzem (pp. 350-352).

Os exemplos por ele trabalhados são os estativos com a forma progressiva (que em inglês são menos aceitáveis que em português) e a combinação de adjuntos "por X tempo" com verbos télicos, como nos pares abaixo, nos quais as sentenças (b) apresentariam uma instância de "aspectual shift" ou "coerção" (p. 349):

(3.36) (a) * This motor is being noisier and noisier as each days goes by.

(b) John is resembling his father more and more as each day goes by.

(3.37) (a) * John proved a theorem for an hour.

(b) John baked the cake for an hour.

Para Zucchi:

> A satisfactory theory of aspect should derive pattern (1)-(3) [i.e., (3.36)-(3.37)] from underlying properties of the progressive and durational adverbs, and from underlying characterizations of the notions stative predicate, process predicates, and event predicate. (p. 349).

É isso justamente que encontramos nesse autor: uma maior exploração das características dos predicados e dos adjuntos envolvidos, para delas extrair as razões dos padrões (3.36) e (3.37). Por isso, não há aqui as idéias de coerção nem de mudança aspectual; para Zucchi, os predicados continuam sendo eles mesmos, assim como todo o resto do material lingüístico envolvido; o que faltava para entender essas sentenças, na verdade, era somente um entendimento aprofundado do que está envolvido.

Como podemos ver pela citação acima, o autor trabalha aqui com a ontologia de eventos de Verkuyl (1993) e é em seu interior que pretende caracterizar tanto o comportamento dos estativos quanto dos télicos. Além de Verkuyl, outra referência teórica importante de Zucchi é Parsons (1990), principalmente

seus operadores "Hold" e "Cul" que, muito grosso modo, representam respectivamente as eventualidades atélicas (i.e., não culminadas) e télicas (culminadas).

Quando Zucchi trata mais especificamente do problema da combinação de adjuntos "por X tempo" com predicados télicos, ele se concentra nas diferenças entre os exemplos "bake the cake" e "prove the theorem" e toma ambos como télicos ("events", em sua terminologia), porém

> Events of theorem proving and cake baking differ in how they relate to the their completions (or culminations). Take an event of John's proving the theorem. Suppose that there is a premise he failed to show which is needed to derive the conclusion. Did John prove the theorem? Clearly, the answer is no. We have a fairly sharp notion of what constitutes a culmination (or completion) for events of proving the theorem. If the proof lacks a step, however much we relax our standards of precision, this cannot affect what falls in the extension of the predicate "is a culminated event of x's proving the theorem." But, now take an event of John's baking the cake. When is a cake baked exactly? When does the baking culminate? This is much a vaguer matter. (p. 360).

Assim sendo, podemos esperar que diferentes situações possam garantir um valor de verdade verdadeiro a "bake the cake", ao passo que esse não seria o caso para "prove the theorem". De fato, Lewis (1970) e Kamp (1975) propõem a idéia de "estados de precisão" para lidar com esses predicados, e Zucchi também adota essa idéia:

> For any predicate P and a precision state s, the interpretation function will tell us, relative to s, which objects are P, which objects are not P and which objects are borderline cases. Different precision states may yield different positive extensions, different negative extensions and different sets of borderline cases for P. (*ibid, idem*).

Tal caracterização apresenta a vagueza como a incerteza da extensão de um predicado, isto é, dado um certo predicado P, sabemos o que é P, o que não é P, e temos uma região, chamada às vezes de penumbra, que não sabemos se é ou não P (Williamson, 1994; Keefe, 2000). Veremos mais sobre isso logo adiante.

Diante dessas considerações, Zucchi afirma:

> What I want to suggest is that it is precisely this difference between *bake the cake* and *prove the theorem* that is responsible for their different behavior with *for*-adverbs. (*ibid*, *idem*).

Zucchi vai um pouco mais além: ele não apenas separa "bake the cake", por ser vago, de "prove the theorem", por ser não vago, mas também associa a um predicado vago uma propriedade subjacente, contraparte de ele ser ou não vago, procurando estabelecer em patamares mais abstratos e "operacionais" a distinção entre os dois predicados em questão. Para tanto, Zucchi começa por lembrar, agora com o ferramental de uma semântica intensional, quais são as principais propriedades que caracterizam os eventos como "bake the cake" e "prove the theorem". Desde Krifka, a principal propriedade desse tipo de evento é a sua não-cumulatividade estrita:

> SNONCUM(P) sse para todo M, w, t, g, s,
>
> $\|\Box\forall x, y[P(x) \wedge P(y) \wedge x \neq y \wedge \exists t, t'[(Hold(x, y) \wedge Hold(y, t')) \vee (Cul(x, t) \wedge Cul(y, t'))] \rightarrow \neg P(x + y)]\|_{M,w,t,g,s} = 1$
>
> (em prosa: um predicado P é estritamente não-cumulativo se e somente se nenhuma eventualidade do tipo P pode ser a soma de duas eventualidades sob o escopo de "Cul" ou "Hold"[20] que sejam do tipo P. Os índices "M, w, t, g, s" são, respectivamente, modelo, mundo, tempo, atribuição e estado de precisão).

Contudo, a vagueza apresentada por "bake the cake" também deve ser, de alguma forma, uma propriedade desse predicado, que "prove the theorem" não tem; argumenta então Zucchi:

> In terms of the semantics of vagueness I'm adopting, this difference is expressed by saying that (i) given a culminated event of baking the cake, there are precision

[20] Como já dissemos, "Cul" representa eventos télicos e "Hold", atélicos.

> standards by which proper parts of this event are still culminated events of baking the cake, while (ii) given a culminated event of proving the theorem, there are no precision standards by which proper parts of this event are culminated events of proving the theorem. (p. 363).

Assim, através da introdução de um operador sentencial **P**, que tem por forma:

$\|\mathbf{P}\varphi\|_{M,w,t,g,s} = 1$ sse há um estado de precisão s' tal que $\|\varphi\|_{M,w,t,g,s'} = 1$,

o autor apresenta a propriedade de cumulatividade estrita relativa, que somente predicados como "bake the cake" apresentam (p. 363):

> RSCUM(P) sse para todo M, w, t, g, s,
>
> $\|\diamond\exists x, y[P(x)\wedge P(y)\wedge x \neq y\wedge\exists t, t'[(\mathbf{P}Hold(x,t)\wedge\mathbf{P}Hold(y,t'))\vee(\mathbf{P}Cul(x,t)\wedge \mathbf{P}Cul(y,t'))] \wedge P(x+y)]\|_{M,w,t,g,s} = 1$
>
> (em prosa: um predicado P tem cumulatividade estrita relativa se e somente se a soma de duas eventualidades do tipo P que estão sob o escopo de "Cul" ou "Hold", relativamente a algum estado de precisão padrão, podem ainda ser uma eventualidade do tipo P).

Novamente, a diferença entre "bake the cake" e "prove the theorem" é que o primeiro pode ser verdadeiro a depender de diferentes estados de precisão, enquanto que o segundo, não; isso se dá porque "bake the cake" é vago.

Feito isso, Zucchi parte então para a caracterização de advérbios do tipo "por X tempo". Aqui, a novidade é que, diferentemente de Krifka, Rothstein, de Swart e muitos outros, "por X tempo" se aplicaria não somente a predicados estritamente cumulativos, mas também a predicados que apresentam cumulatividade estrita relativa, e é por isso que, sem nenhum recurso à coerção ou mudança aspectual, mas somente a propriedades dos predicados, conseguimos dar conta da possibilidade da combinação de "por X tempo" com (alguns) predicados télicos, pois "bake the cake", por exemplo, apresenta cumulatividade estrita relativa.

Falta ainda dizer como são as interpretações suscitadas pela combinação em questão. Zucchi nota, quanto a isso, que nada dirá sobre a interpretação iterativa de sentenças como (3.37a). Para o caso de (3.37b), o autor nota que sua teoria, até agora, preveria que (3.37b) acarreta (3.38). Porém, esse acarretamento não pode ocorrer, dado o contraste entre (3.39) e (3.40) (p. 366) - isso, deixando de lado a interpretação que sugerimos para sentenças (3.1):

(3.37b) John baked the cake for an hour.

(3.38) John baked the cake.

(3.39) John baked the cake for an hour, but the cake wasn't baked.

(3.40) ?? John baked the cake, but the cake wasn't baked.

Para dar conta disso, Zucchi diz então que a culminação de um predicado télico (i.e., alcance do seu *telos*) se dá somente em relação a um evento. Ou seja, (3.37b) é uma sentença que diz que o predicado "bake the cake for an hour" culminou para um predicado "bake the cake for an hour". Note-se que na sentença (3.38) temos um predicado diferente ("bake the cake"), com propriedades diferentes e portanto não pode ser derivada de (3.37b).

A teoria que Zucchi esboça lança mão de um grande aparato técnico e é a primeira das que apresentamos nesta dissertação (não considerando Dowty, 1979) que trabalha no interior de uma semântica intensional. Talvez justamente por mobilizar tanta coisa, encontramos também nesse trabalho uma série de problemas.

Apesar de sua complexidade técnica, a teoria trabalha com uma ontologia de eventos muito pobre e não diferencia aspecto de acionalidade (perdendo de vista, entre muitas outras coisas, a distinção entre eventos terminados e acabados). Mais crucialmente, a classificação que Zucchi apresenta para os predicados "bake the cake" e "prove the theorem" nos parece equivocada. Não refaremos aqui todo o percurso, mas o que vimos no capítulo 1 e 2 deve bastar para que possamos classificar "bake the cake" como um predicado incremental (um *degree*

achievement) e "prove the theorem" como um *achievement*, ou seja, estamos diante de predicados que apresentam propriedades bem diferentes, inclusive com relação a seu *telos* (cf. seção 2.3.1. e apêndice 2)[21]. Além disso, já fizemos alguns apontamentos no presente capítulo sobre as razões da incompatibilidade de "por X tempo" com *achievements* - razões, aliás, que nada tem a ver com vagueza -, e também sobre as razões pelas quais é impossível detelicizar *achievements*. Apesar de essas serem críticas que consideramos muito pertinentes, elas são, por assim dizer, exteriores à teoria; há, no entanto, sérios problemas no interior da teoria. Comecemos pela questão da vagueza.

Como já dissemos no capítulo 2 (seções 2.3.1. e 2.3.2.), o *telos* de inúmeros eventos *accomplishments* é altamente indeterminado e o dos incrementais vago; porém, o que acontece no caso dos *achievements*? Seriam eles menos vagos que as outras classes acionais?

Pode acontecer, de fato, que poucos *achievements* sejam vagos, mas alguns o são. Basta pensar em "morrer" (em que momento exato podemos traçar o limite entre morto e não-morto?), "sair" (quando exatamente alguém sai? Quando põe a cabeça para fora de um recinto, ou o corpo inteiro? Quando passa da porta, ou quando acaba de cruzar a garagem?), "ganhar a corrida" (quando alguém ganha a corrida? Quando encosta na linha de chegada? Quando rompe ela? Quando a transpassa?), e vários outros. Não parece haver, de fato, uma classe que apresente eventos vagos e outras que não. Além disso, como diz Sainsbury (1988, p. 37), é sempre possível proporcionar um contexto vago para toda e qualquer palavra ou evento. Tome-se o exemplo de Zucchi, "prove the theorem": podemos perguntar se esse evento culmina quando o último passo é escrito no quadro, ou quando o matemático em questão escreve C.Q.D., ou ainda se é necessário que sua prova seja revista por algum especialista para somente então dizer que ele provou o teorema (tome-se, por exemplo, o caso da prova do último teorema de Fermat (cf. Singh, 1998)). De uma forma ou de outra, o ponto que

[21] Zucchi de fato aponta para uma diferença entre os dois predicados com que trabalha, e essa diferença realmente há; porém, nos parece que Zucchi não capturou corretamente essa diferença.

queremos fazer aqui é simples: a vagueza não pode ser a chave do problema, porque temos predicados vagos e não-vagos que se comportam igualmente[22]. Um último ponto com relação à vagueza: o autor estabelece que provar um teorema é um evento que culmina quando o autor da prova chega a seu fim, sem pular nenhum passo, ou seja, estabelece-se qual é o critério para a realização do predicado "provar um teorema" e é isso que o torna não-vago. Ora, podemos fazer o mesmo para "bake the cake", basta estipular um critério; por exemplo, "bake the cake" é igual a deixar a massa de bolo no forno aceso com temperatura em 200^o por 1 hora - esse critério basta para eliminarmos totalmente a vagueza. E assim, eliminando a vagueza, continuamos com o contraste de aceitabilidade com "por X tempo" para "bake the cake" e "prove the theorem".

Zucchi também não oferece um procedimento para sabermos quais seriam os predicados RSCUM, e apelar para sua vagueza ou sua compatibilidade com "por X tempo" torna o todo circular. Sua análise de culminação, que nada mais é do que relativizar a culminação a um dado evento, pouco ou nada acrescenta à compreensão do fenômeno em questão, e a paráfrase proposta é simplesmente vazia: "John baked the cake for an hour" é um evento culminado de "bake the cake for an hour".

Por fim, depois dessas críticas, podemos dizer à guisa de conclusão que nossas intuições quanto a uma interpretação como aquela que sugerimos para (3.1) também não encontram lugar aqui e nossa busca por uma teoria da detelicização é, no mínimo, decepcionante. Antes, porém, de passarmos à proposta que será defendida nesta dissertação, analisemos na seção abaixo, com mais cuidado, a noção de "coerção".

3.2.4 Detelicização e o papel da coerção

Mudança aspectual ou operação semântica, seja o que for aquilo que "por X tempo" dispara quando combinado com predicados télicos, uma questão a in-

[22] Mesmo que a vagueza nos pudesse dizer alguma coisa, o apelo para "estados de precisão" não é, em nenhuma medida, uma solução para o problema da vagueza (cf. Williamson, 1994; Keefe, 2000; Varzi, 2001).

vestigar é se realmente ocorre algum tipo de coerção[23] ou reinterpretação contextual.

Na verdade, ao longo dos textos trabalhados, podemos identificar dois sentidos razoavelmente distintos para coerção. O primeiro deles refere-se simplesmente a um conflito entre os argumentos das funções envolvidas, ou do que se espera como *input* para uma dada operação. Isso é claro para o caso da teoria de de Swart, quando ela trata, por exemplo, de "por X tempo". Esse sentido de coerção está presente também no trabalho de Rothstein, e em Zucchi (1998, p. 350) encontramos uma melhor formulação dessa noção:

> This notion [i.e., coerção] may be illustrated as follows. Let δ be a syntactic constituent of form $[_\alpha \beta \gamma]$ and R the semantic rule which forms the meaning of constituents of type α. If combining the meanings of β and γ via R leads to trouble (for example, leads to inconsistency or prevents from assigning an interpretation to δ), the speaker has the option of re-analyzing the meaning of β or γ (coercing the meaning of β or γ into a different meaning) in order to apply R to form the meaning of δ.

No entanto, quando encontramos algo como "the speaker has the option of re-analyzing the meaning of", estamos diante do segundo sentido de "coerção", qual seja: uma operação de (re)interpretação, que demandaria, justamente por ser uma interpretação a mais ou diferente da usual, um maior tempo de processamento psicolingüístico. Podemos encontrar essa segunda acepção para "coerção" em Rothstein e em de Swart:

> These kinds of example [...] has been called instances of "coercion": the modifier *in* α *time* **forces an interpretation** of the verbal predicate as telic. (Rothstein, 2004, p. 31, negritos nossos).

> Transitions for which a language has no explicit markers are free as long as the context supports the meaning effects associated with the aspectual change. Such

[23] O termo coerção já é encontrado nos estudos tempo-aspectuais pelo menos desde Bach (1986) e tem um papel teórico importante, por exemplo, no trabalho de Moens e Steedman (1988).

> transitions as inchoativity and habituality in English are governed by a **contextual reinterpretation process** called coercion. (de Swart, 1998, p. 359, negritos nossos).

Qual seria a relação entre esses dois sentidos para coerção? Um deles, o primeiro, claramente é um conceito formal, um impasse cuja resolução depende de rearranjos atribuídos aos papéis dos diferentes operadores que atuam num determinado sistema, sem necessariamente haver qualquer contraparte psicolingüística ou processual.

O segundo sentido responde por uma interface com a psicolingüística, e podemos aplicar o seguinte raciocínio: ora, se a coerção é a resolução de um conflito entre noções incompatíveis, e intervém necessariamente nos casos como o da sentença (3.1), o correlato empírico mais esperado para ele seria um maior tempo de processamento que testes psicolingüísticos teriam que denunciar. É possível, no entanto, termos o primeiro sentido de coerção sem termos necessariamente o segundo. Parece, contudo, ser o segundo sentido aquele mais saliente nos trabalhos de de Swart, que é quem mais explicitamente se pronuncia sobre isso.

A explicação que gostaríamos de dar para o fenômeno da detelicização não passa pelo segundo sentido de coerção. Acreditamos ser possível dar conta da detelicização a partir de um modelo tempo-aspectual que distinga aspecto e acionalidade e que invista em uma definição mais precisa e operacional de telicidade.

Porém, para justificar a opção por um ou outro ponto de vista, a primeira coisa a fazer é, evidentemente, procurar evidências experimentais para a coerção. É por isso que buscaremos verificar experimentalmente se a interpretação de sentenças detelicizados exige realmente um tempo de processamento maior do que sentenças com estruturas semelhantes. Em caso negativo, isso é, no caso de não ocorrer diferença estatisticamente relevante no tempo de processamento de sentenças como:

(3.41) João leu o livro em uma semana.

(3.42) João leu o livro por uma semana.,

torna-se legítimo explicar a detelicização através de um modelo tempo-aspectual que distinga aspecto e acionalidade, como aquele apresentado no capítulo 1, e que não lança mão da coerção como um fenômeno psicolingüístico; em caso positivo, ou seja, no caso de encontrarmos um maior tempo de leitura / processamento para sentenças que apresentam coerção, a coerção não fica automaticamente comprovada, pois um maior tempo de leitura poderia ainda ser ocasionado por outros processos envolvidos na sentença, mas teríamos um primeiro indício a favor desse tipo de coerção[24]. Isso, contudo, não impossibilita a análise nos moldes do capítulo 1.

3.3 Esboço de uma teoria de detelicização: os adjuntos "por" e "em X tempo"

A teoria de detelicização que buscamos deve articular adequadamente as diferentes contribuições dos sub-domínios tempo-aspectuais, i.e., aspecto, acionalidade e referência temporal, e fornecer uma caracterização semântica mais acurada dos adjuntos "por X tempo" e "em X tempo", que serão considerados aqui como complementares, no sentido de que a compreensão de um pode ajudar na do outro. O ideal para tal teoria seria não apelar para outros domínios, como, por exemplo, a estrutura do mundo, e sim explicar o fenômeno presente em (3.1) somente mediante informações lingüísticas (mais precisamente, tempo-aspectuais). Por fim, essa teoria deveria também dar conta de e prever todas as possíveis combinações entre aspecto e acionalidade, mais os adjuntos em questão. Esta seção dedica-se justamente a isso. Aqui esboçaremos uma teoria semântico-pragmática que visa a preencher os requisitos até aqui arrolados.

Faremos isso em quatro passos principais: (i) uma caracterização do que são eventos télicos e atélicos, que será feita inicialmente em termos apenas espaciais e depois em termos de "pontos de referência" (o início e o *telos* de eventos),

[24]Não é possível, a esta altura, determinar quais processos seriam esses, mas acreditamos que uma boa análise possa dar pistas quanto à sua natureza, sugerindo hipóteses cuja pertinência poderá ser comprovada por novos testes experimentais.

explicitando como devem ser entendidas as noções chave (seção 3.3.1); (ii) uma apresentação de todas as combinações possíveis entre aspecto, acionalidade e os adjuntos "em X tempo" e "por X tempo", para descrever as interpretações admissíveis (3.3.2); (iii) um reflexão semântica sobre os adjuntos em questão que dê conta das interpretações encontradas no passo (ii) (3.3.3); e, finalmente, (iv) o estabelecimento de alguns princípios que poderão ser usados para prever o resultado de determinada combinação, entre elas a detelicização (3.3.4).

3.3.1 Espaços e pontos da telicidade e da atelicidade

Traremos novamente a representação espacial que fizemos para eventos télicos e atélicos no início do segundo capítulo desta dissertação:

Havíamos dito que nos eventos télicos podemos encontrar 3 componentes, ao passo que nos eventos atélicos, apenas 2, sendo a diferença a presença de um *telos* nos eventos télicos. Vimos também que esse *telos* só é de fato alcançado quando estamos diante de um evento terminado[25].

Da representação gráfica acima, devemos reter a idéia dos pontos inicial e final dos eventos télicos e apenas do ponto inicial para os atélicos. O ponto inicial é algo default, ou seja, explícita ou implicitamente todo e qualquer evento, com possível exceção dos atemporais, tem um ponto inicial, e por isso pouco falaremos desse ponto, visto que ele não pode ser tomado como uma diferença entre eventos télicos e atélicos.

Para a teoria de detelicização que apresentaremos aqui, levaremos em conta essa representação espacial como um fator heurístico para os fenômenos que

[25] Mais à frente veremos em detalhe o que garante que o *telos* foi atingido.

abordamos. Sendo assim, devemos nos pronunciar sobre o que devemos entender, para além da representação espacial acima, por "ponto" (inicial ou final). Certamente é algo que gostaríamos de localizar numa suposta reta do tempo, e, para efeitos deste trabalho, nos limitaremos justamente aqui a isso. Nada diremos sobre a duração desses pontos, se eles na verdade são intervalos ou momentos; como veremos mais adiante, isso será irrelevante para a teoria a ser esboçada. O que temos que reter, em última instância, é que esses pontos podem ser ou não dados pelo evento, e que podemos nos referir a eles. Aqui também não responderemos se isso vem do léxico, ou de alguma interação (léxico-sintático-semântica) mais basilar, apenas diremos que eventos télicos (estabelecidos mediante os testes do capítulo 1) têm dois pontos - o ponto final pode ou não ser alcançado; e atélicos apenas um.

Com perdão da repetição, os eventos télicos e os atélicos serão tratados como objetos lingüísticos que instauram num determinado discurso ou contexto pontos que podem ser referidos. Os eventos atélicos são entidades lingüísticas que possibilitam a referência a um ponto inicial, e os eventos télicos são entidades lingüísticas que possibilitam a referência a um ponto inicial e a um ponto final (*telos*). Quando, em teoria lingüística, falamos de um evento télico, estamos falando de uma entidade teórica que possui dois pontos aos quais também é possível se referir (ver seção 3.4.2.).

3.3.2 A combinatória de eventos

Nas tabelas abaixo, utilizaremos os seguintes traços acionais: [± t], para telicidade; [± d], para duratividade. Utilizaremos, como indicado na segunda linha horizontal, o contraste entre as colunas perfectivas (sinalizado na numeração por "p") e imperfectivas (sinalizado por "i"). Assim sendo, vejamos as possibilidades de combinação, na tabela abaixo, entre aspecto, acionalidade e "em X tempo":

"em X tempo"			
imperfectivo	**t**	**d**	**perfectivo**
(3.43i) ♯ João estava construindo a casa em 1 ano.	+	+	(3.43p) João construiu a casa em 1 ano. (*accomplishment*)
(3.44i) ♯ João estava ganhando a corrida em 35 minutos.	+	−	(3.44p) João ganhou a corrida em 35 minutos. (*achievement*)
(3.45i) ♯ João estava correndo em 1 hora.	−	+	(3.45p) ♯ João correu em 1 hora. (*atividade*)
(3.46i) ♯ João estava tendo dor de cabeça em 10 minutos.	−	+	(3.46p) ♯ João teve dor de cabeça em 10 minutos. (*estativo*)

Tabela 3.2: "em X tempo" – combinatória

Na tabela 3.1 acima, a numeração seguida de (i) refere-se a eventos imperfectivos, e a de (p), a perfectivos. Os traços **t** e **d** são os mesmos para as duas sentenças (tanto a i, quanto a p); essa caracterização é a do evento sem a contribuição do adjunto, que analisaremos abaixo. Por fim, o sustenido (♯) indica, por ora, apenas que a aplicação de "em X tempo" não é em princípio compatível com a caracterização usual do adjunto (ou do predicado) em questão.

Essa caracterização usual diz, canonicamente, que "em X tempo" seleciona eventos terminados (perfectivos+télicos), seja medindo o tempo que levam para terminar, no caso de *accomplishments* (sentença (3.43p)), seja medindo sua fase preparatória, caso dos *achievements* (sentença (3.44p)). A literatura também costuma dizer que esse adjunto não se aplica a eventos atélicos nem a eventos télicos imperfectivos, sob pena de termos sentenças agramaticais ou com interpretações diferentes daquela esperada para um evento terminado. De fato, é isso o que acontece, visto que sua combinação com eventos terminados é muito mais natural. Não obstante, a interpretação, ainda que desviante com relação a eventos terminados, que encontramos quando combinamos "em X tempo" com outros tipos de eventos é altamente previsível e, esperamos mostrar, sistematizável através de uma correta caracterização semântica do papel desse adjunto, aliada a uma teoria de implicatura conversacional generalizada. Por ordem,

vejamos as interpretações que temos para as demais sentenças da tabela acima.

As sentenças (3.45p) e (3.46p) podem receber uma interpretação incoativa, ou seja, o adjunto em questão diz que João, em (3.45p), levou 1 hora para começar / iniciar sua corrida, mas não que a corrida durou 1 hora, distinguindo-se por isso de (3.43p) – a menos, é claro, que possamos suprir contextualmente algum tempo ou distância específica para essa corrida de João; não consideraremos essa interpretação aqui, pois se assim fizéssemos estaríamos diante de um evento télico (*accomplishment*). O mesmo vale para (3.46p), que pode receber uma interpretação segundo a qual o tempo que João levou para ter dor de cabeça / para sua dor de cabeça começar foi 10 minutos (algo como: Quando ou depois que entrou naquela reunião, João teve dor de cabeça em 10 minutos). Vale dizer que na interpretação incoativa podemos estar diante de um "aspect shift", que transforma uma atividade em um evento télico, um *achievement*, cujo *telos* é o início da corrida para (3.45p) e o início da dor de cabeça para (3.46p). Essas são as interpretações possíveis quando estamos diante de eventos perfectivos; vejamos o que acontece no caso de eventos imperfectivos.

Para dar conta das sentenças imperfectivas com "em X tempo", um outro fator, que não está explicitamente presente na tabela acima, desempenha um papel fundamental: a possibilidade de os eventos se repetirem. O evento na sentença (3.43i) não apresenta tal possibilidade. No entanto, se trocarmos (3.43i) pelo também *accomplishment* "atravessar a rua", que permite repetição, e obtivermos a sentença

(3.43i') João estava atravessando a rua em 10 minutos,

teremos uma mesma interpretação para (3.43i'), (3.44i), (3.45i) e (3.46i), qual seja, a interpretação de atribuição de hábito ou habilidade, ou ainda a instauração de uma interpretação genérica. Assim, caso a caso, teríamos:

(3.43i') ⇒ João tinha o hábito de atravessar a rua em 10 minutos / João sempre que atravessava a rua fazia isso em 10 minutos;

(3.44i) ⇒ João tinha o hábito de ganhar a corrida em 35 minutos / João tinha a

habilidade de ganhar a corrida em 35 minutos (tempo da fase preparatória do *achievement*);

(3.45i) ⇒ seja numa interpretação que atribui contextualmente telicidade para o predicado, seja numa interpretação incoativa, também estamos diante de uma sentença que expressa hábito, habilidade ou que seja genérica;

(3.46i) ⇒ interpretação de hábito ou regularidade, como em "Em cada uma das reuniões chatas, João estava tendo dor de cabeça em 10 minutos" (como em (3.45i)).

A sentença (3.43i) não parece ser uma boa sentença, mesmo em construções como:

(3.43i) (?) João (já) estava construindo a casa em 1 ano, quando teve que interromper as obras por falta de dinheiro,

em que poderíamos ter uma interpretação que integre o progressivo, entendido como estabelecendo um ponto de focalização inserido no desenrolar de um dado evento (Bertinetto, 1997), com sua detelicização, seu não-alcance do *telos*. Na seção 3.3.4. voltaremos a esta questão, e apontaremos mais algumas razões para uma sentença como (3.43i) não ser boa.

Como resumo dessa aparente confusão, podemos postular duas regras de interpretação para "em X tempo" (assumindo que estamos aqui tratando apenas de eventos que podem se repetir para o caso do aspecto imperfectivo e de eventos que podem ou não se repetir para o caso do aspecto perfectivo):

- Regra 1: "em X tempo" aplica-se a um evento (de qualquer classe acional) perfectivo ⇒ interpretação télica (incluída aqui a incoativa);
- Regra 2: "em X tempo" aplica-se a um evento (de qualquer classe acional) imperfectivo ⇒ interpretação de hábito / habilidade / genérica.

Com as mesmas ressalvas feitas para a tabela de "em X tempo", apresentamos abaixo a tabela para "por X tempo":

"por X tempo"			
imperfectivo	**t**	**d**	**perfectivo**
(3.47i) ♯ João estava construindo a casa por 1 ano.	+	+	(3.47p) ♯ João construiu a casa por 1 ano. (*accomplishment*)
(3.48i) ♯ João estava ganhando a corrida por 35 minutos.	+	−	(3.48p) ♯ João ganhou a corrida por 35 minutos. (*achievement*)
(3.49i) ♯ João estava correndo por 1 hora.	−	+	(3.49p) João correu por 1 hora. (*atividade*)
(3.50i) ♯ João estava tendo dor de cabeça por 10 minutos.	−	+	(3.50p) João teve dor de cabeça por 10 minutos. (*estativo*)

Tabela 3.3: "por X tempo" – combinatória

A literatura costuma ver em adjuntos do tipo "por X tempo" um indicador de atelicidade (note que sua tabela, para a coluna "perfectivo", é o espelho da tabela 3.1 com relação à aplicação de ♯), pois, canonicamente, esse adjunto combina-se apenas com atividades e, para poucos autores, também com estativos, porém nunca com *accomplishments* ou com *achievements* (para este último, como vimos, esses adjuntos referem-se à duração da realização de um evento, e *achievements* não tem duração; daí sua incompatibilidade). Como para o caso de "em X tempo", podemos também encontrar interpretações possíveis para a combinação de "por X tempo" com as várias classes acionais; mais do que isso, podemos derivar essas interpretação de duas regras, exatamente nos mesmos moldes que usamos para "em X tempo". Vejamos primeiramente as interpretações possíveis para as sentenças da tabela 3.3.

As sentenças (3.49p) e (3.50p) não apresentam maiores problemas: indicam simplesmente quanto tempo um evento durou. A sentença (3.47p) é um caso de detelicização como (3.1), e a interpretação do adjunto também é a de quanto tempo o evento durou (falaremos abaixo sobre o não alcance do *telos*); para (3.48p) temos que o adjunto atua sobre a fase preparatória do *achievement* e sugere fortemente que o *telos* não foi atingido (semelhante a um caso de

detelicização)[26]; lembremos que nem todos os eventos desta classe se comportam dessa maneira (cf. seção 3.1.2).

Quando olhamos para as sentenças imperfectivas, representadas pelo progressivo, o que temos é a explicitação de um ponto de focalização, ensejado pelo progressivo. Nesta dissertação, não entraremos no estudo do progressivo, mas convém dizer o que entendemos por "ponto de focalização".

Dentre as várias abordagens do progressivo encontradas na literatura (cf. Bertinetto, 1997, p. 95-110), a que nos parece mais interessante é o tratamento do progressivo como um "operador de parcialização" (Bertinetto, 1997 e Kearns, 1991 (*apud* Bertinetto, 1997)), que quando aplicado a eventos apenas diz que o falante os representa como estando em curso durante um determinado momento t discursivamente relevante; esse momento t é o assim chamado ponto de focalização (PF), que pode ficar implícito, mas também pode ser dado na sentença, como em (trecho em negrito):

(3.51) **Às 14h00 em ponto**, João estava correndo / pintando o quadro / com dor de cabeça / ganhando a corrida.

Com essa idéia em mente, a contribuição de "por X tempo" para as sentenças da tabela 3.2, representadas abaixo, é indicar o PF:

(3.47i) João estava construindo a casa por 1 ano.

(3.48i) João estava ganhando a corrida por 35 minutos[27].

(3.49i) João estava correndo por 1 hora.

(3.50i) João estava tendo dor de cabeça por 10 minutos.

Se, de alguma maneira, fizermos alusão ao PF, todas essas sentenças ficam "melhores" (uma possível explicação para esse fato: se introduzimos um PF

[26] Ao longo do resto da exposição, trataremos também como detelicização casos semelhantes a (3.48p), lembrando que não se trata exatamente do que acontece com (3.47p).

[27] Com relação aos *achievements*, como já dissemos, vai considerada, quando possível, sua fase preparatória. Portanto, o verbo "ganhar" nessa sentença recebe uma interpretação muito próxima de "liderar" (a corrida).

no progresso de um evento, é de esperar que algo seja dito sobre esse PF, do contrário ele é ocioso, ou uma informação sem relevância):

(3.47i') João (já) estava construindo a casa por 1 ano, quando desistiu.

(3.48i') João (já) estava ganhando a corrida por 35 minutos, mas o carro quebrou.

(3.49i') João (já) estava correndo por 1 hora, quando começou a sentir dores.

(3.50i') João (já) estava tendo dor de cabeça por 10 minutos, e decidiu então tomar o remédio .

Levando em conta as considerações sobre o progressivo, podemos apresentar as duas regras de interpretação para "por X tempo":

- Regra 1: "por X tempo" aplica-se a um evento (de qualquer classe acional) perfectivo ⇒ interpretação de duração (do tempo que durou o evento);
- Regra 2: "por X tempo" aplica-se a um evento (de qualquer classe acional) imperfectivo ⇒ localização do ponto de focalização.

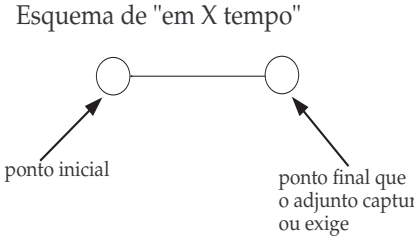
Isso, contudo, ainda é pouco para uma semântica desses adjuntos. O ideal seria responder por que temos as interpretações que temos e de onde vêm as regras que postulamos. A seção abaixo tentará responder a essas questões.

3.3.3 Uma semântica para "por" e "em X tempo"

Em poucas palavras, diremos que podemos dar conta das interpretações dos adjuntos em questão se postularmos para eles um esquema de "captura" e "inserção" de pontos iniciais e finais como aqueles postulados na seção 3.3.1. Assim sendo, diremos que adjuntos "em X tempo" apenas "capturam" pontos finais, mas não os inserem; "por X tempo", por sua vez, "insere" um ponto final, ou seja, assim como um evento télico, insere no discurso ou contexto um ponto de referência (à direita ou final). A distância (temporal) entre esses pontos é dada pela quantidade de tempo medida pelos adjuntos. Os pontos capturados e inseridos pelos adjuntos se relacionam tanto com os pontos trazidos pelos eventos,

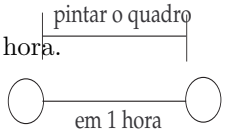
quanto com o aspecto verbal. Utilizaremos até o fim dessa seção representações espaciais e os termos "capturar" e "inserir" com pretensões didáticas; ao final da seção, descreveremos mais seguramente e em termos mais técnicos o que queremos atribuir a esses adjuntos como sua semântica.

Diremos ainda que o aspecto perfectivo indica que um determinado evento em questão não mais continua, ou seja, permite que falemos de pontos finais; o aspecto imperfectivo, por sua vez, pelo menos em sua acepção mais comum (progressivo), indica que um determinado evento pode continuar, isso é, não permitir falar de pontos finais. Distanciando-nos um pouco da literatura, vamos propor que com a apresentação de um evento sob um ou outro aspecto estamos no interior de "ambientes de interpretação", que demandam determinadas condições de felicidade: a possibilidade de consideração de pontos finais para o ambiente perfectivo, e a impossibilidade de tal consideração para o ambiente imperfectivo. Voltaremos a tudo isso mais sistematicamente. Vejamos, por ora, graficamente como podemos dar conta das interpretações vistas acima tratando somente do aspecto perfectivo, i.e., ambiente em que os pontos à direta podem ser interpretados como finais:



Ora, desse esquema segue a compatibilidade desse adjunto com verbos télicos: dado que "em X tempo" precisa, exige, ou captura dois pontos, os únicos eventos que apresentam esses dois pontos são os télicos; daí sua compatibilidade. Vejamos o esquema abaixo:

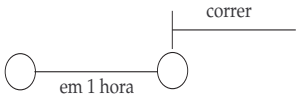
(3.52) João pintou o quadro em 1 hora.



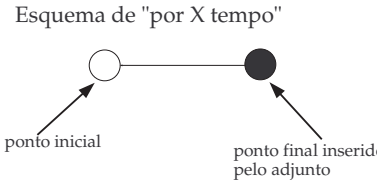
Vale lembrar que no acaso de *achievements*, o que o adjunto mede é o transcorrer da fase preparatória.

Podemos ver também as razões de atividades e estativos receberem uma interpretação incoativa (télica), quando combinados com esse adjuntos; em passos: (i) eventos atélicos têm apenas um ponto, o inicial; (ii) "em X tempo" traz um ponto inicial, mas não final; (iii) para esse adjunto ser interpretado, é necessário que ele capture um ponto final; (iv) ora, nesses termos, a única maneira de combinar "em X tempo" com verbos atélicos é considerar como final o único ponto dado pelo evento, que é o seu início, resultando assim em uma interpretação incoativa, na qual o adjunto mede o tempo que transcorre até o início do evento, como no gráfico abaixo (o ponto inicial de um evento atividade se transforma no ponto final, *telos* de um evento incoativo (*achievement*), e "em X tempo" mede a fase preparatória desse evento):

(3.53) João correu em 1 hora. → interpretação sugerida: João demorou 1 hora para começar a correr.



O esquema de "por X tempo" seria[28]:

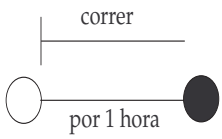


Com relação a "por X tempo", sua interpretação com eventos atélicos é

[28]O preenchimento do último círculo no esquema de "por X tempo" serve para lembrar que esse adjunto insere um ponto final.

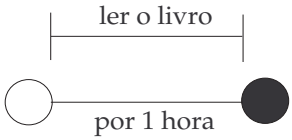
clara, pois ele simplesmente introduziria o ponto final desses eventos, que, por sua vez, não apresentam tal ponto. Assim, graficamente, teríamos:

(3.54) João correu por 1 hora.



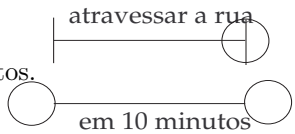
Para o caso dos verbos télicos, teremos um problema: o evento télico já traz um ponto final e "por X tempo" insere ainda mais um, ou seja, teremos pontos demais. O que fazer nesse caso? A idéia é que numa sentença em que encontramos um evento télico combinado com "por X tempo", a detelicização ocorre justamente porque consideramos o ponto de "por X tempo" e não o ponto télico, que fica, por sua vez, apagado. Mas esse será o tópico da próxima seção; nos limitaremos aqui apenas a dar a representação gráfica dessa situação:

(3.55) João leu o livro por 10 minutos.



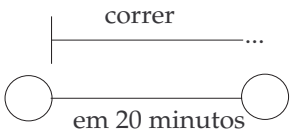
O que acontece quando tratamos dos imperfectivos? Como dissemos, aqui, devido à contribuição desse aspecto, não podemos tratar de pontos finais. É isso de fato que encontramos com as interpretações sugeridas na seção acima, retomadas aqui graficamente. Representaremos o ponto final de um evento télico, quando apresentado sob uma perspectiva imperfectiva dentro de um círculo, indicando que nada podemos dizer sobre o seu alcance.

(3.56) João estava atravessando a rua em 10 minutos.

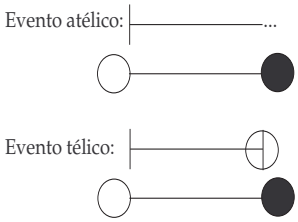


A interpretação de hábito ou genérica é disparada pela morfologia do progressivo (Delfitto, 2002); veremos isso com mais detalhes na seção abaixo. Além disso, como vimos acima, essa interpretação vale também para os eventos atélicos (aqui a reticência indica a ausência de qualquer ponto final):

(3.57) João estava correndo em 20 minutos.



O papel de "por X tempo" é indicar o PF de um evento no progressivo, tanto para eventos télicos quanto atélicos:



Modificaremos as tabelas dadas acima para sistematizar o que temos até aqui:

"em X tempo"			
imperfectivo	**t**	**d**	**interpretação**
(3.43i) ♯ João estava atravessando a rua em 10 minutos.	+	+	habitual / genérica
(3.44i) ♯ João estava ganhando a corrida em 35 minutos.	+	−	habitual / genérica
(3.45i) ♯ João estava correndo em 1 hora.	−	+	habitual / genérica
(3.46i) ♯ João estava tendo dor de cabeça em 10 minutos.	−	+	habitual / genérica
perfectivo	**t**	**d**	**interpretação**
(3.43p) João construiu a casa em 1 ano.	+	+	télica
(3.44p) João ganhou a corrida em 35 minutos.	+	−	télica
(3.45p) ♯ João correu em 1 hora.	−	+	incoativa (télica)
(3.46p) ♯ João teve dor de cabeça em 10 minutos.	−	+	incoativa (télica)

Tabela 3.4: "em X tempo" – interpretações

Numa primeira aproximação, temos o seguinte para "em X tempo":

1^o passo: tome um evento e veja quanto pontos há nele, i.e., se é télico (2 pontos) ou atélico (1 ponto), em traços, [±t];

2^o passo: verifique a perspectiva aspectual na qual o evento é apresentado, imperf. ou perf.;

3^o passo: compute a contribuição de "em X tempo" a depender das escolhas acima.

Veremos como exemplo as possibilidades:

(3.43p) e (3.44p) evento [+t] e perf., mais "em X tempo" = télico;

(3.45p) e (3.45p) evento [−t] e perf., mais "em X tempo" = incoativo (télico);

(3.43i, 44i, 45i e 46i) evento [±t] e imperf., mais "em X tempo" = habitual / genérico.

Para "por X tempo", temos o seguinte:

"por X tempo"			
imperfectivo	**t**	**d**	**interpretação**
(3.47i) ♯ João estava atravessando a rua por 10 minutos.	+	+	ponto de focalização
(3.48i) ♯ João estava ganhando a corrida por 35 minutos.	+	−	ponto de focalização
(3.49i) ♯ João estava correndo por 1 hora.	−	+	ponto de focalização
(3.50i) ♯ João estava tendo dor de cabeça por 10 minutos.	−	+	ponto de focalização
perfectivo	**t**	**d**	**interpretação**
(3.47p) ♯ João construiu a casa por 1 ano.	+	+	detelicização
(3.48p) ♯ João ganhou a corrida por 35 minutos.	+	−	detelicização
(3.49p) João correu por 1 hora.	−	+	duração do evento
(3.50p) ♯ João teve dor de cabeça por 10 minutos.	−	+	duração do evento

Tabela 3.5: "por X tempo" – interpretações

Os passos e as interpretações aqui são semelhantes:

1^o passo: tome um evento e veja quanto pontos há nele, i.e., se é télico (2 pontos) ou atélico (1 ponto), em traços, [+ t];

2^o passo: verifique a perspectiva aspectual na qual o evento é apresentado, imperf. ou perf.;

3^o passo: compute a contribuição de "por X tempo" a depender das escolhas acima.

Veremos como exemplo as possibilidades:

(3.47p) e (3.48p) evento [+t] e perf., mais "por X tempo" = detelicização;

(3.49p) e (3.50p) evento [−t] e perf., mais "por X tempo" = duração do evento;

(3.43i, 44i, 45i e 46i) evento [±t] e imperf., mais "em X tempo" = ponto de focalização.

Nessa altura, já podemos dizer mais propriamente o que devemos entender por "capturar" e "inserir" um ponto final, ou à direita. Para o adjunto "por X tempo", diremos que ele introduz um ponto final, resultado da medida de tempo veiculada por ele, no universo de referentes possíveis, vinculado ao evento no qual se aplica o adjunto; para "em X tempo", gostaríamos de dizer que tal adjunto carrega a pressuposição de um ponto final[29], ou seja, ele só pode ser usado em contextos que contenham um ponto final[30].

Resta, por fim, justificar como a semântica que sugerimos para eventos télicos e atélicos, para os ambientes de interpretação perfectivos e imperfectivos, e para os adjuntos "em X tempo" e "por X tempo" pode resultar nas interpretações que temos. Faremos isso na seção abaixo, lançando mão de uma teoria de implicaturas conversacionais generalizadas.

[29] O ideal seria mostrar, por exemplo, que podemos manter essa pressuposição através de um p-família, mas essa tarefa é por demais complexa, e nos contentaremos em sustentar que a acomodação de tal pressuposição, como nos exemplos que sugerem uma interpretação incoativa, seja uma sua evidência.

[30] Notamos, de passagem, que essa caracterização pode também responder por sentenças como: (3.29') João correu por três horas em 2 semanas, pois há aqui um ponto final introduzido por "por X tempo" que garante a pressuposição de "em X tempo".

3.3.4 Uma pragmática para "por" e "em X tempo"

Esta seção trata da tese mais importante desta dissertação, a saber, que a interpretação de detelicização e todas[31] as outras que sugerimos nas tabelas 3.1 a 3.4 podem ser alcançadas através da semântica proposta na seção acima (3.3.3) e de implicaturas conversacionais generalizadas, sem necessariamente passar por noções como a de coerção. As interpretações que a literatura não considera problemáticas e não vêm indicadas nas tabelas 3.3 e 3.4 derivam da semântica dos elementos envolvidos; as interpretações assinaladas por ♯ derivam da semântica desses mesmos elementos mais uma pragmática que a suplementa.

A semântica que responde pelas interpretações de todas as sentenças das tabelas 3.3 e 3.4 já foi exposta, falta agora expor a contraparte pragmática, que será baseada na segunda máxima da quantidade de Grice, "do not make your contribution more informative than is required", apresentada por Levinson (2000) como: "what is expressed simply is stereotypically exemplified" ou "minimal specifications get maximally informative or stereotypical interpretations" (p. 37); Levinson chama tal reformulação de princípio-I.

Comecemos então por esclarecer, mediante exemplos, o uso que pretendemos fazer da noção de ambiente de interpretação, à qual já recorremos na seção 3.3.3., para dar conta do papel dos aspectos perfectivo e imperfectivo.

Tomemos uma sentença como:

(3.58) João leu o livro.

A interpretação normal dessa sentença é que João leu o livro todo, ou que ele leu o livro até o fim, i.e., temos uma interpretação de evento terminado (cf. cap. 2, seção 2.2.5.). Contudo, defenderemos que tal interpretação é uma implicatura conversacional generalizada, dado que podemos (i) cancelá-la e (ii) apresentar

[31] Na verdade, a interpretação de eventos atélicos seguidos de adjuntos "em X tempo", como "João correu em 10 minutos", segundo a hipótese aqui proposta, é feita através de uma mudança de tipo ("type-shifting") que, ao acomodar a pressuposição que associamos a "em X tempo", proporciona uma leitura télica do evento atélico em questão, i.e., aquele que será seguido de "em X tempo".

as máximas e o raciocínio que a possibilita. Exemplos de cancelamento de tal implicatura estão na sentença abaixo:

(3.59) João leu o livro, mas não conseguiu terminá-lo/acabá-lo/lê-lo até o fim/chegar no final.

Para dar conta do raciocínio que origina a implicatura em (3.58), utilizaremos, conforme anunciado, o princípio-I.

Antes de aplicarmos o princípio-I à sentença (3.58), vejamos, ainda que informalmente, o que essa sentença diz, qual é o seu conteúdo semântico:

(3.60) Existe um evento de ler o livro, que é um evento télico, protagonizado por João, que ocorreu num momento (contextualmente relevante) antes do momento deste proferimento da sentença e esse evento é apresentado como não mais em andamento (é possível falar em pontos finais desse evento).

Por si só, a semântica dessa sentença não fornece a interpretação de que o *telos* foi alcançado. Entretanto, a implicatura de que o *telos* foi alcançado pode ser obtida com a intervenção do princípio I, mediante o seguinte raciocínio:

1. a sentença é proferida num ambiente que indica que o evento não mais continua (permite a referência a pontos finais);

2. o evento apresentado é télico, e portanto tem um ponto final;

3. sendo cooperativo e fornecendo o máximo de informação com o mínimo de "material lingüístico", através do princípio-I, é possível realizar a implicatura de curso normal dos fatos ou interpretações estereotípicas; nesse caso, um evento que tem ponto final, apresentado por um falante cooperativo num ambiente perfectivo que (i) indica que o evento não mais continua e, portanto, (ii) permite a leitura de pontos finais, no curso normal dos fatos atingiu seu ponto final, i.e., o evento está terminado.

Ou seja, a sentença (3.58) "comunica[32]" o seguinte: João leu o livro até o fim[33].

O mesmo se daria com eventos atélicos? Não, justamente porque os eventos atélicos não trazem informações de nenhum ponto final não arbitrário e, assim sendo, não tem como provocar num ambiente perfectivo o mesmo tipo de implicatura. Além disso, os cancelamentos de implicatura que temos para (3.58) não funcionam numa sentença atélica. A menos que possamos fornecer uma distância ou tempo de corrida determinado, as construções indicadas em (3.61) são ruins:

(3-61) João correu, mas não conseguiu *terminar/*acabar/*correr até o fim/*chegar no final.

Em ambos os casos, (3.58) e (3.61) (sem a parte após a vírgula), indica-se que o evento em questão não mais continua. Assim, em (3.58), sem o cancelamento da I-implicatura, João leu o livro até o fim e não o lê mais; em (3.59), com o cancelamento da implicatura, João não leu o livro até o fim e não o lê mais (caso de detelicização); em (3.61), João não corre mais. Conservamos assim uma mesma interpretação para o ambiente perfectivo.

A implicatura de alcance de ponto final, descrito para o exemplo (3.58), não acontece no ambiente imperfectivo (progressivo), algo que deriva do fato de que aqui nos referimos a situações em que os eventos ainda estão em andamento. Previsivelmente, se um evento télico não for interrompido, ele atingirá seu *telos*;

[32]Estamos aqui seguindo Levinson (2000), que com o termo "comunica" pretende capturar tudo aquilo que a sentença "diz", i.e., seu material lingüístico, mais as implicaturas que ela gera.

[33]Singh (1991, 1998) chama a atenção para o fato de que línguas como o hindi e o japonês possuem construções perfectivas que possibilitam as duas leituras que sugerimos: a de que o evento télico ocorreu, mas cessou sem atingir o *telos*, e a de que o evento télico ocorreu até atingir o *telos*. O que aqui explicamos mediante o uso de implicaturas, no caso das línguas citadas por Singh, seria realizado por meio de um verbo simples para a interpretação sem o *telos* e de um verbo composto para a interpretação com o *telos*. O verbo simples, além disso, possibilita a interpretação do alcance do *telos*, mas o verbo composto tem somente a leitura do alcance do *telos*.

e se um evento atélico não for interrompido, seguirá indefinidamente (claro, será "impedido" de fazer isso por razões naturais / físicas) - num ambiente imperfectivo apenas não sabemos qual rumo tomará o evento, o de sua interrupção ou continuação, e por isso não podemos falar de pontos finais nesse ambiente.

Voltando às interpretações apresentadas nas tabelas 3.1 a 3.4, temos ainda que dar conta das seguintes:

- interpretação de detelicização ("por X tempo");

- interpretação incoativa ("em X tempo");

- interpretação genérica ("em X tempo");

Detelicização

Nesta altura, ao dispor das noções de ambiente de interpretação, da semântica proposta para os adjuntos "em" e "por X tempo" na seção 3.3.3., e do princípio-I, alcançar a interpretação de detelicização torna-se uma tarefa menos árdua, mas trata-se de uma manobra em duas instâncias.

Tomemos o seguinte diálogo (as barras em B indicam alternativas de respostas):

(3.64) A: João leu o livro?

B: Sim / leu / leu em 1 semana / em 1 semana.

C: João leu o livro por 1 semana.

Tanto a pergunta A, já discutida no exemplo (3.58), como as respostas B, projetam a implicatura de alcance do *telos*. Essa implicatura é cancelável, a menos que a sentença comporte um adjunto do tipo "em x tempo":

(3.65) A: João leu o livro?

B: Sim, mas não o leu todo.

Leu, mas não todo.

? Leu em 1 semana, mas não todo.

? Em 1 semana, mas não todo.

A explicação da impossibilidade desse cancelamento quando da presença de "em X tempo" será tratada mais à frente (ver também a seção 3.4.2.). Vejamos agora o que acontece com a resposta C.

Com essa reposta, em primeiro lugar, a projeção da I-implicatura do alcance do *telos* é bloqueada, mas o aspecto perfectivo faz sua contribuição normal, i.e., o evento não mais continua. Ficamos apenas sem saber se João leu o livro até o fim ou não. A implicatura é cancelada dado que dizemos mais do que seria necessário para que ela seguisse (para isso, bastaria dizer "sim" ou "leu"). A situação em que ficamos até aqui não é a de detelicização, apenas a da ignorância sobre o estatuto de leitura do livro por João. Aqui entra o segundo passo, que é explicar por que há a implicatura de que João não leu até o fim. Essa explicação reside no fato de que o adjunto "por X tempo" introduz um outro ponto final de referência que não coincide com aquele introduzido pelo evento "ler o livro" (seu *telos*). Se temos então dois pontos finais, pelo princípio-I, diremos que aquele que conta é o ponto final introduzido pela maior quantidade de material lingüístico, descartando o ponto final *default* do evento télico. Em outras palavras, um evento télico já tem dois pontos, sendo um deles final, se utilizo um adjunto que introduz um outro ponto final, dado o princípio-I ("what is expressed simply is stereotypically exemplified") não posso ter a interpretação estereotípica ou padrão de que o que devo considerar é o ponto final do evento télico, pois se assim fosse, e sendo cooperativo, não haveria razão de introduzir mais um ponto final. Se esse ponto final diferente do *telos* é introduzido, é porque devo considerá-lo e não o *telos*, o ponto final do evento télico, o que faz com que o *telos* seja dispensado, dado que a dimensão temporal de "por X tempo" o exclui, pois ele ficaria mais a direita ainda da dimensão temporal que vem agora considerada[34].

Refaçamos todo esse raciocínio, passo a passo:

[34]Mais à frente, veremos um exemplo que ilustra melhor a impossibilidade dessa situação

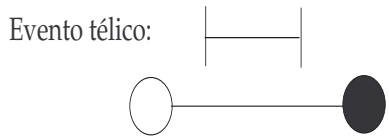
- Primeira etapa:

    1. a pergunta "João leu o livro?" tem a implicatura de que ele leu o livro até o fim;
    2. se eu quisesse que essa implicatura fosse projetada usaria uma forma lingüística que não a cancela, como "sim", "leu", "leu em uma semana". Como não faço isso, pelo princípio-I, cancelo tal implicatura;
    3. cancelada tal implicatura, fica-se na posição de ignorância em relação ao alcance ou não do *telos*, mas fica-se também impedido de fazer a implicatura-I de alcance do *telos*;

- Segunda etapa:

    1. dado que o adjunto "por X tempo" traz em sua semântica a inserção de um ponto final (à direita, conforme a representação gráfica dada na seção 3.3.3.) no universo de discurso e que um evento télico como "ler o livro" apresenta também um ponto final, ficamos com um excesso de informação, i.e., dois pontos finais;
    2. segundo o princípio-I ("what is expressed simply is stereotypically exemplified"), se eu quisesse que o ponto final a ser considerado fosse o ponto trazido pelo evento, que é padrão para essa classe de eventos e fornece, portanto, uma interpretação mais estereotipada, simplesmente não acrescentaria um outro ponto final, como aquele de "por X tempo";
    3. se faço isso e mesmo assim sou cooperativo, é porque não estou interessado na interpretação estereotípica, portanto o ponto final a valer é o ponto inserido por "por X tempo";
    4. dado que esse adjunto mede um determinado período de tempo, tudo o que posso considerar é aquilo que está contido nesse período;
    5. o ponto télico do evento em questão não está contido nesse período, portanto não vem considerado e tenho a interpretação de detelicização.

Apenas para efeitos de maior clareza, e justificação dos passos (4) e (5), lembramos que não é possível uma configuração espacial como:



que indica que o tempo medido por "por X tempo" excede o tempo do evento, e cremos que a melhor maneira de argumentar a favor disso seja simplesmente não termos encontrado um exemplo lingüístico razoável para isso. Se essa configuração fosse possível, uma sentença como "João construiu a casa por um ano" deveria ter uma interpretação segundo a qual João terminou de construiu a casa por um período menor do que um ano, e essa interpretação nos parece impossível para essa sentença[35].

Um último ponto: se a informação, advinda de um evento télico seguido de um adjunto "por X tempo", de que não o *telos* não foi atingido for mesmo uma implicatura, deve ser possível cancelá-la, e é precisamente isso que acontece. Vejamos, para tanto, as sentenças abaixo:

(3.66) A: João leu o livro?

C: João leu o livro por 1 semana, mas conseguiu ler até o fim.

O cancelamento das implicaturas propostas até aqui merece um olhar mais atento. Vejamos as sentenças abaixo, que contêm uma I-implicatura de alcance do *telos*:

(3.67) João leu o livro e não conseguiu terminá-lo. → cancelamento da I-implicatura

(3.68) João leu o livro e conseguiu terminá-lo.

Para (3.68), temos um excesso de informação, uma redundância: sob condições normais, i.e., sem "e conseguiu terminá-lo", a interpretação de alcance do *telos* teria sido feita, devido a I-implicatura que descrevemos para (3.58). Assim

[35]Lembramos também que os casos em que o adjunto "por X tempo" dispara leituras iterativas é algo diferente dessa configuração (cf. seção 3.1.).

sendo, essa redundância de informação dispara uma outra I-implicatura que se refere a algo como: o livro era difícil, ou era muito grande, ou era complicado, qualquer coisa que faça com que dizer simplesmente "João leu o livro" seja pouco e seja necessário reforçar explicitamente uma informação que viria via implicatura, e esse reforço engendra então a I-implicatura de que o livro era difícil, complicado, etc.

As coisas parecem ser um pouco mais complexas quando se trata de "por X tempo"; vejamos os exemplos abaixo:

(3.69a) João leu o livro por 1 semana mas / e conseguiu terminá-lo.

(3.69b) João leu o livro por 1 semana mas / e não conseguiu terminá-lo.

(3.70a) João leu a Bíblia por 2 dias mas / e conseguiu terminá-la.

(3.70b) João leu a Bíblia por 2 dias mas / e não conseguiu terminá-la.

As sentenças (3.69a) e (3.70a) não tem nada de especial: são simplesmente o cancelamento da implicatura engendrada por "por X tempo", exatamente como vimos em (3.66). As sentenças (3.69b) e (3.70b), por sua vez, deveriam soar redundantes: ora, se "por X tempo" já traz a implicatura de que o *telos* não foi atingido, apresentar essa informação explicitamente nesse contexto deveria ser redundante, exatamente como a sentença (3.68) o é e, mais do que isso, deveria apresentar algum tipo de implicatura diferenciada, exatamente como (3.68) faz. Contudo, não é isso que temos para (3.69b) e / ou (3.70b). Cabe então a pergunta: por que não temos essa sensação de redundância?

A idéia é a seguinte: ao apresentar uma continuação possível para "João leu a Bíblia por 2 dias" que inicia com um mecanismo que seja utilizado tipicamente para cancelamento da implicatura o que acontece é que voltamos a ficar na posição de ignorância, ou seja, um trecho como:

(3.71) João leu a Bíblia por 2 dias mas / e...

Indica apenas que uma implicatura será cancelada, mas não indica qual e assim pode ser que cheguemos à interpretação de alcance de *telos* ou à de

detelicização, a depender de qual será a continuação da sentença, "conseguiu terminar" e "não conseguiu terminar", respectivamente, e sem apresentar redundância em nenhum dos casos.

Note-se, no entanto, que não é sempre assim. Vejamos o exemplo abaixo:

(3.72a) João leu a Bíblia por 2 horas mas / e conseguiu terminá-la.

(3.72b) João leu a Bíblia por 2 horas mas / e não conseguiu terminá-la

Novamente, a sentença (3.72a) não apresenta qualquer problema frente ao que dissemos até aqui. Por sua vez, a sentença (3.72b), diferentemente de (3.69b) e (3.70b), soa sim redundante e, através de uma I-implicatura, suscita algum tipo de ironia, algo como "é claro que, lendo a Bíblia por duas horas João não conseguiu lê-la totalmente, ninguém consegue, ela é muito grande".

Se isso estiver correto, devemos atentar para o papel desempenhado pela *measure phrase*, i.e., o "x tempo" que vem logo após a preposição "em" ou "por": quando o tempo indicado por ela for compatível tanto com a interpretação de alcance do *telos*, quanto com a interpretação de detelicização, teremos um padrão como aquele de (3.69) e (3.70); se a *measure phrase*, no entanto, for compatível apenas com a interpretação de detelicização, teremos um padrão semelhante ao de (3.72).

Dessa forma, esperamos ter mostrado que o fenômeno da detelicização, conforme exemplificado por sentenças como (3.1) pode encontrar uma boa explicação a partir da postulação de uma semântica extremamente simples para os elementos envolvidos, tendo como base a distinção entre aspecto e acionalidade, e uma teoria de implicaturas conversacionais generalizadas. Faltam ainda os casos dos adjuntos "em X tempo"; vejamos agora casos como "João nadou em 10 minutos".

Interpretação incoativa

A idéia é dizer que estamos diante de uma acomodação de pressuposição em sentenças como "João nadou em 10 minutos", que se dá nos seguintes passos:

1. "em X tempo" só pode ser adequadamente usado se puder contar com um ponto final no universo de discurso em questão, como aqueles fornecidos por eventos télicos;

2. quando esse mesmo adjunto é combinado com um evento atélico, que não tem um ponto final, mas apenas um ponto inicial, a pressuposição não fica satisfeita;

3. assim, para que possamos interpretar tal sentença, ocorre uma acomodação de pressuposição que responde pelo seguinte: dado que o evento em questão tem apenas um ponto que pode ser alvo de referência, o seu início, toma-se esse ponto para preencher a pressuposição de ponto final de "em X tempo";

4. o resultado disso é que interpretamos o evento em questão como um incoativo (*achievement*), pois o adjunto passa a tratar o início desse evento como um ponto final, medindo então o tempo que leva para o início desse evento; é por isso que interpretamos "João nadou em 10 minutos" como "João levou 10 minutos para começar a nadar".

Uma definição de acomodação de pressuposição que pode servir para deixar mais claro esse ponto é aquela oferecida por David Lewis (1979):

> If at time t something is said that requires presupposition P to be acceptable, and if P is not presupposed just before t, then - *ceteris paribus* and within certain limits - presupposition P comes into existence at t.

Assim, se o adjunto "em X tempo", quando computado em algum contexto no tempo t, tem como pressuposição a existência de um ponto final, e não há ponto final a ser considerado antes desse tempo t, então - *ceteris paribus* e dentro de certos limites - um ponto final passa a existir nesse tempo t. Isso se dá pela consideração do ponto inicial do evento atélico em questão como um ponto final, possibilitando uma leitura incoativa desse evento.

Vale notar que o que apresentamos é apenas uma indicação de solução para essa configuração (atélico+"em X tempo"); a questão aqui é um pouco mais complexa.

Se fosse realmente um caso de acomodação de pressuposição, o ponto final simplesmente "se faria existir", como indica a definição de Lewis. Esse parece ser o caso para uma sentença como "João correu em 20 minutos", *sem exigirmos que uma distância específica não seja considerada*. Muito impressionisticamente, o que faríamos num caso como esse é imediatamente procurar por um ponto final ou considerá-lo como existente, e assim "fazendo existir" um ponto final - em outras palavras, para "João correu em 20 minutos" pensaríamos ou buscaríamos uma distância que ele tenha corrido.

Porém, *ao exigirmos que* ***não*** *se considere a possibilidade de um ponto final para o evento "correr"*, restringimos as possibilidades de acomodação de pressuposição e talvez a única que reste seja aquela que indicamos: considerar como *telos* o seu ponto inicial e transformá-lo num *achievement* (incoativo). Sobram então as questões abaixo (e provavelmente outras):

1. o que provoca o que? a sua transformação em *achievement* provoca a existência de um *telos*, ou a existência de um *telos* provoca sua consideração como *achievement*?

2. o que faz com que ocorra essa transformação em *achievement*? O adjunto "em X tempo" ou a possibilidade de acomodação de pressuposição que restou?

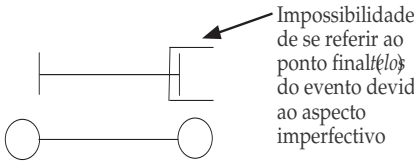
Para efeitos imediatos, diremos que é a possibilidade de acomodação de pressuposição que resta para "correr" que faz com que consideremos seu início como um *telos*, e é essa consideração justamente que o transforma num *achievement* (incoativo).

Não há dúvida, no entanto, de que há mais coisa a ser dita aqui, mas deixaremos uma elaboração mais profunda para um outro momento.

Interpretação genérica

Resta por fim, explicitar o que acontece em casos como (3.73) "João estava atravessando a rua em 10 minutos" e (3.74) (?) "João estava construindo a casa em 1 ano". Dissemos que essas sentenças diferem pela possibilidade de a primeira se referir a uma repetição de evento e a segunda a um único evento apenas.

Para o caso de (3.74), estamos diante de uma configuração que apresenta (i) um evento télico, (ii) um adjunto que pressupõe um ponto final (pressuposição que o evento télico teria condições de satisfazer), porém (iii) tudo isso num ambiente imperfectivo, que não permite a referência a ponto finais, impedindo, portanto, que a pressuposição seja preenchida, o que torna a sentença ruim. Aqui não podemos ter a acomodação de pressuposição tal como o temos para "João nadou em 10 minutos", pois, de fato, temos o ponto final requerido, o que não temos é acesso a ele. Assim, diremos que a inaceitabilidade deriva de uma incompatibilidade semântica que não pode ser sanada por nenhum recurso pragmático. Lançando mão da representação gráfica, estaríamos diante do seguinte:



Ou seja, apresentamos uma configuração que satisfaz "em x tempo", porém num ambiente de interpretação (imperfectivo) que impede que isso acontece. Por sua vez, a sentença (3.73), diferentemente de todas as outras sentenças que analisamos, refere-se a uma repetição de eventos. Diremos também que, novamente à diferença de todas as outras sentenças, que se referiam a um (único) evento e seriam portanto referenciais, a sentença (3.73) não é referencial, pois não trata de nenhum evento em particular, não há nenhum evento acontecendo. Há bons argumentos na literatura (cf. Delfitto, 2002) que apontam que o uso não-referencial do imperfectivo dá vez a uma interpretação genérica (alguns dos

usos do presente simples em português brasileiro podem ser um exemplo disso ("João constrói casa"; "João nada"), e mesmo sentenças como "João lavava o carro" quando não são D-linked (cf. Delfitto e Bertinetto, 1995), também podem ser interpretadas genericamente). Falta então dizer por que temos para a sentença (3.73) uma interpretação não-referencial. Uma sentença como (3.73) só é boa em contextos não referencias ou que têm leitura de repetição sem ter o número de vezes especificado; note-se o contraste abaixo:

(3.73) João estava atravessando a rua em 10 minutos[36].

(3.74) ? Ontem (quando eu o vi) João estava atravessando a rua em 10 minutos.

(3.75) João estava atravessando a rua em 10 minutos no ano passado.

(3.76) ? João estava atravessando a rua em 10 minutos 3 vezes no ano passado.

O que responde pela interpretação genérica então não é exatamente a combinação de "em X tempo", mas um evento télico, que pode ser repetido, num ambiente imperfectivo, senão vejamos:

(3.77) [Quando o Joãozinho estava com quatro anos, foi um susto saber que quase tinha sido atropelado, mas aí os vizinhos nos contaram que já fazia um bom tempo que] o João estava atravessando a rua. (não-referencial)

(3.78) Ontem (quando eu o vi) João estava atravessando a rua. (referencial)

(3.79) João estava atravessando a rua no ano passado. (não-referencial)

(3.80) ? João estava atravessando a rua 3 vezes no ano passado.

A interpretação de (3.78) é totalmente diferente aqui: trata-se de uma interpretação referencial, que insere um PF numa leitura progressiva. Como se dá

[36]Uma outra interpretação para esse tipo de sentença pode ser referencial: "O nadador estava atravessando o canal da Mancha em 43 minutos, quando foi atacado e devorado pelo tubarão" (agradeço ao prof. Ilari por esse exemplo). De uma forma ou de outra, quando evento não pode ser repetido, a sentença ainda é muito estranho: ? "Ontem, João estava digitando sua dissertação de mestrado em 10 minutos".

para esse ambiente aspectual, o ponto final não vem contemplado (por isso, se tratássemos "atravessar a rua" sem possibilitar repetição, teríamos os mesmos problemas que aparecem para "João estava construindo a casa em 1 ano").

A contribuição de "em X tempo", nesse quadro, é simplesmente apontar a duração do evento em questão, mesmo que ele não esteja ocorrendo. É a mesma função que "em X tempo" desempenha em todos os outros casos. O que ele diz, para sentenças como (3.73), é que João tinha (e talvez ainda tenha) o hábito de atravessar a rua e que sua travessia levava em torno de 10 minutos. A semântica por trás de uma tal interpretação é certamente complexa, mas nos interessa aqui simplesmente mostrar que com o ferramental desenvolvido nesta dissertação chegamos a uma descrição correta da interpretação de (3.73).

Com isso, encerramos as possibilidades dadas pelas tabelas 3.1 a 3.4. Muito precisaria ainda ser dito; as explicações e raciocínios são confessadamente esquemáticos, mas cremos que apontam, não obstante, para direções corretas e também, o que talvez seja mais importante, abrem margem para outras investigações, tanto no sentido de aprimorar o que foi aqui exposto, quanto no sentido de apresentar contra-exemplos e problemas de análise.

Vale notar que as intuições das quais partimos e o ferramental teórico do qual lançamos mão é, em muitos aspectos, diferente de tudo o que resenhamos aqui. Também vemos nisso uma vantagem: é sempre instigante dar conta de velhos problemas com abordagens novas. Fica assinalado, portanto, o que nos parece uma contribuição importante deste trabalho.

A próxima seção será dedicada a algumas extensões da teoria esboçada em 3.3.3. e 3.3.4.; na seção 3.5., exploraremos rapidamente outras maneiras de detelicizar eventos em português brasileiro.

3.4 Extensões da teoria proposta

Nesta seção, consideraremos algumas conseqüências e possíveis extensões da teoria proposta na seção 3.3., com o intuito de verificar como seriam suas eventuais contraprovas e testar seus limites.

3.4.1 Um pouco mais sobre predicados incrementais

Depois de tratarmos dos predicados incrementais (*degree achievementes*, ou DAs) em pelo menos dois momentos desta dissertação, seria interessante podermos enquadrá-lo no esboço de teoria aqui traçado, tentando capturar suas interpretações quando combinados com "em" e "por X tempo" mantendo a mesma semântica para todos os itens tratados.

Como já vimos, os DAs se combinam tanto com "em" quanto com "por X tempo":

(3.83) O nível da água subiu em / por 10 minutos.

(3.84) A roupa secou em / por 10 minutos.

(3.85) A sopa esfriou em / por 10 minutos.

E as interpretações são as mesmas que teríamos para *accomplishments*, no caso da combinação com "em X tempo", ou seja, o tempo transcorrido até o alcance de um *telos* (o nível da água estar alto, a roupa estar seca, e a sopa estar fria); e o mesmo que teríamos para as atividades, no casa da combinação com "por X tempo", ou seja, o tempo transcorrido até um ponto de referência (que não é um *telos*) instaurado por "por X tempo". Como poderíamos capturar esse comportamento desse tipo de predicados com o ferramental apresentado até aqui? Os DAs devem fornecem um *telos* para "em X tempo" seja aplicável, e, ao mesmo tempo, ao se combinarem com "por X tempo" não implicam em detelicização, como seria de se esperar de eventos télicos comuns, mas se comportam como atividades.

Uma possível saída parece ser a seguinte: consideramos que eventos télicos denotam entidades teóricas compostas por dois pontos, um final e um inicial, e eventos atélicos, entidades teóricas compostas por um ponto, o inicial. Ora, poderíamos então pensar que, justamente porque os DAs são escalares, que eles denotam entidades teóricas compostas por um ponto inicial e um ponto final, que seriam o início e o fim da escala que representam, e, mais do que isso, entre

esses pontos o que temos é "espaço denso", ou seja, entre quaisquer dois pontos da escala que um DA representa podemos encontrar outro ponto.

A idéia parece um tanto complexa, mas é na verdade simples; tentemos ilustrá-la com um exemplo. Tomemos a sentença:

(3.86) João engordou.

Essa sentença diz que João "andou" um pouco na escala de "gordo", ele está mais gordo do que estava antes. Quanto exatamente ele "andou" nessa escala? Há alguma medida para isso? Talvez pudéssemos pensar em quilogramas, mas isso não parece ser o caso porque estamos falando de um escala lingüística. Ele pode ter "andado" muito pouco na escala ou muito. O que interessa é que ele sempre pode "andar" um pouquinho, um mínimo que for e estará adiante: sempre haverá um pouquinho que ele pode "andar" nessa escala. É nesse sentido que devemos entender que a escala é densa: novamente, entre dois pontos é sempre possível conceber um ponto intermediário.

Como isso pode ajudar a esclarecer os exemplos (3.83)-(3.85) acima? Pensemos inicialmente no adjunto "em X tempo". Para que ele seja aplicável é necessária a presença de um ponto final - seja ele um *telos* ou um ponto além numa escala. Ora, os DAs sempre poderão fornecer um ponto como esses a quaisquer "em X tempo".

Com relação a "por X tempo", lembramos que o caracterizamos como sendo um elemento que introduz um ponto final (à direito) de um dado evento, mas que não é o *telos* desse evento. Ora, se os DAs respondem por escalas densas, que podem sempre ser divididas e sempre acomodam mais um ponto, o que "por X tempo" faz é simplesmente indicar que há um ponto nessa escala que interessa (por algum motivo) olhar, e como é mais um ponto entre inúmeros da escala, temos a interpretação de atividade e não de detelicização.

Assim, quando combinados com DAs, os adjuntos "em" e "por X tempo" apresentam as seguintes características:

(3.87) DA + "em X tempo" = interpretação télica (extremo da escala ou de um ponto na escala que deve ser considerado como *telos*);

(3.88) DA + "por X tempo" = interpretação de atividade (o evento está apenas prosseguindo e "por X tempo" indica um ponto nessa progressão sobre o qual deve haver algo a se considerar).

3.4.2 Referência explícita ao ponto final de um evento télico

A idéia de que eventos télicos respondem por entidades teóricas que permitem a referência a dois pontos necessários para defini-los e compreendê-los, o inicial e o final (*telos*), pode também ser interessante para entender não só os adjuntos que estamos analisando nesta dissertação, mas também alguns advérbios como "totalmente", "completamente", "inteiramente" e construções como "de cabo a rabo", "do começo ao fim", "por completo" etc. Retendo a idéia lançada ao longo da seção 3.3., diremos que esses advérbios e essas construções fazem referência explícita a um *telos* quando estão no domínio dos eventos.

É justamente por se referirem a pontos finais que sentenças como as abaixo não são boas:

(3.89) (?) João leu o livro inteiro por 1 semana.

(3.90) (?) João construiu completamente a casa por 1 ano.

(3.91) (?) João escreveu o texto de ponta a ponta por 2 horas.

O raciocínio aqui é o seguinte: se sou um falante cooperativo e tenho intenção de me referir ao ponto final de um dado evento através de item como "completamente", "de cabo a rabo", "de ponta a ponta", não devo usar concomitante um adjunto como "por X tempo" que não assegura que esse ponto foi atingido. Ao contrário, deveria utilizar um adjunto como "em X tempo":

(3.92) João leu o livro inteiro em 1 semana.

(3.93) João construiu completamente a casa em 1 ano.

(3.94) João escreveu o texto de ponta a ponta em 2 horas.

Não obstante, com alguns rearranjos de material lingüístico, é possível combinar esses itens com "por X tempo":

(3.95) João leu o livro por 1 semana, e conseguiu lê-lo inteiro.

(3.96) João construiu a casa por 1 ano, e conseguiu construí-la completamente.

(3.97) João escreveu o texto por 2 horas, e conseguiu escrevê-lo de ponta a ponta.

Nessa mesma discussão, é interessante analisar o papel de "quase", à luz das caracterizações dos eventos télicos e atélicos que fizemos aqui. Ora, se um evento télico apresenta dois pontos que podem ser alvo de certas predicações, é de se prever que "quase" pode atuar sobre um ou outro desses pontos; para o caso de um evento atélico, "quase" só pode atuar no ponto inicial:

(3.99) João quase leu o livro (mas desistiu e nem começou). → "quase" atua sobre o ponto inicial;

(3.100) João quase leu o livro (mas teve que parar no meio). → "quase" atua sobre o *telos*;

(3.101) João quase correu. → "quase" atua sobre o ponto inicial.

3.5 Maneiras de implementar a detelicização / de detelicizar eventos em português

Vimos que há detelicização toda vez que se faz referência a um evento télico que inicia, mas é interrompido antes de atingir seu *telos*. Vimos também que adjuntos do tipo "por X tempo" são responsáveis por desencadear o raciocínio pragmático que leva à detelicização. Será que teríamos no português brasileiro outras maneiras de chegar à detelicização?[37]

Há sim, e entre eles estão os adjuntos em destaque nas sentenças abaixo:

[37] Não contaremos aqui sentenças como "João começou a pintar o quadro mas desistiu"; "João começou mas não vai mais construir a casa", etc.

(3.102) João pintou o quadro *das 14h às 16h*.

(3.103) João leu o livro *até às duas da manhã*.

O adjunto "de X a X tempo" parece funcionar como "por X tempo", no sentido de inserir um ponto final na consideração de um período de tempo, mas, à diferença desse último, que não indica o ponto inicial, e deixa essa tarefa para o contexto, "de X a X tempo" fornece o ponto inicial a ser considerado. "até X tempo" indicada apenas um ponto final (ou um ponto limite, como parece ser a função da preposição "até"), sem considerar nenhum ponto inicial. As interpretações sugeridas para as sentenças que contêm "de X a X tempo" e "até X tempo" também derivam de implicaturas e podem, portanto, ser canceladas:

(3.102a) João pintou o quadro das 14h às 16h, mas conseguiu terminar.

(3.103a) João leu o livro até às duas da manhã, mas conseguiu terminar.

As observações feitas algumas páginas acima sobre a adequação da *measure phrase* "x tempo" a interpretação do alcance do *telos* ou a de detelicização também parecem valer para esses adjuntos:

(3.102b) João pintou o quadro das 14:10h às 14:15h, mas não conseguiu terminar. → redundância

(3.103b) (supondo que João começou a ler o livro às duas da manhã) João leu o livro até às duas e cinco da manhã, mas não conseguiu terminar. → redundância.

O adjunto sublinhado na sentença abaixo tem também um comportamento interessante:

(3.104) João construiu a casa **durante o verão**.

(3.105) João leu o livro **durante 1 hora**.

Ele não parece ser inclinado nem para a interpretação de alcance do *telos*, nem para a de detelicização. O adjunto "durante X tempo", diferentemente do

adjunto "por X tempo", parece, à primeira vista, poder se referir, em alguns casos, a uma medida de tempo que ultrapassa e engloba o momento em que se alcança o *telos* de um dado evento. Assim, em (3.104) "o verão" pode ser um tempo maior do aquele que de fato João levou para construir (terminar) sua casa, e "1 hora", em (3.105), pode se referir a um tempo maior que aquele que João levou para ler (inteiro) o livro em questão. Se atribuirmos uma interpretação de detelicização com adjuntos "durante X tempo" para a sentença (3.104), devemos consideremos que "o verão", nesta situação, não é um tempo suficiente para que João construa (inteiramente) sua casa, e nem que "1 hora" em (3.105) seja um tempo suficiente para que João possa ler (inteiramente) o livro em questão. Vale notar que a primeira interpretação que sugerimos para "durante X tempo" não é semelhante àquela de iteratividade que apontamos nas primeiras páginas desse capítulo.

Haveria muito mais a dizer sobre esses adjuntos (e talvez outros), e seria muito interessante explicitar sua semântica e os raciocínios pragmáticos que engendram. Contudo, isso nos levaria ainda mais adiante num capítulo já muito longo, por isso deixaremos essa questão para um outro momento. Antes de encerrar, veremos na seção abaixo (3.5.1.) uma maneira interessante que encontramos no português brasileiro de implementar a detelicização e que não se assemelha a nenhum dos processos que envolvem os adjuntos mencionados aqui: a construção "dar um X-ada".

3.5.1 Dando mais uma olhada em "dar uma X-ada"

No capítulo 2 desta dissertação, seção 2.3.2., discutimos um dos papéis da construção "dar uma X-ada" quando aplicada a eventos atélicos; vimos então que essa construção, num primeiro momento, permitia uma interpretação télica desse predicados e, num segundo momento, uma interpretação de detelicização. Apenas para recapitular, retomemos o exemplo (2.73):

(2.73) - José, você andou hoje?

- Não Pedro, hoje eu só dei uma andada.

Como já dissemos, (2.73) pode receber uma interpretação télica se na pergunta de Pedro ou na resposta de José está contida uma expectativa do quanto (distância ou tempo) José deveria ter andado. Sabemos também, pela resposta de José, que ele não andou o tanto de distância ou de tempo que queria ou deveria - isso é o que responde pela detelicização. Em outras palavras, uma maneira possível para o diálogo (2.73) fazer sentido é pressupor a existência de uma distância (ou tempo) que José costumeiramente caminha e, além disso, entender que na presente situação essa distância ou tempo não foi atingido.

Nesta seção, veremos o que acontece quando a construção "dar uma X-ada" é aplicada a eventos télicos. Tomemos o exemplo abaixo:

(3.106) Antônio deu uma varrida na sala. → varrer a sala = télico

Uma das interpretações possíveis para (3.106) é que João, de fato, não tenha varrido a sala toda, mas apenas metade. Tal possibilidade, dada pela construção "dar uma X-ada" quando combinada com verbos télicos (mais precisamente, *accomplishments*), permite uma sentença como (3.107), se comparada com (3.108), para esta última, o *telos* parece requerer outros recursos para ser cancelado:

(3.107) Antônio deu uma varrida na sala, mas metade ficou sem varrer.

(3.108) (?) Antônio varreu a sala, mas metade ficou sem varrer.

A comparação entre as sentenças acima, nos permite dizer que, quando, a construção "dar uma X-ada" toma eventos *accomplishments*, ela pode funcionar como uma instrumento ou operador de detelicização, no sentido já várias vezes comentado de que toma um evento télico e diz que tal evento começou e acabou, mas não atingiu seu *telos* - não terminou, portanto. Vale, contudo, ressaltar que tal interpretação também é disparada por princípios pragmáticos, visto que com (3.106), por exemplo, podemos sim indicar que João varreu a sala toda; o que vale notar é o contraste em (3.107) e (3.108). Uma outra ressalva: não queremos dizer que essa é a única função ou a função por excelência de tal construção, apenas apontamos que ela pode *também* desempenhar esse papel, e o que nos interessa aqui é explorar justamente construções que atuam sobre a telicidade.

Verifiquemos, agora, o que acontece quando a construção "dar uma X-ada" se compõe com um evento atélico:

(3.109) Lucas deu uma empurrada no carrinho. → podemos (a) referir-nos a um *telos* que não foi explicitado, indeterminado, e (b) que não foi atingido.

Com (3.109), a operação realizada pela construção "dar uma X-ada" se dá em duas etapas. Primeiramente, interpretamos o predicado como télico[38], em seguida entendemos que o *telos* não foi atingido. Um ponto a notar aqui, é que não podemos limitar a interpretação à etapa (b) de (3.109). Para que o evento seja considerado incompleto (seja no alcance de seu *telos*, seja na qualidade de sua realização (cf. seção 3.1)), temos que passar por (a), ou seja, temos que interpretá-lo inicialmente como télico.

Essas considerações nos permitem afirmar que a construção "dar uma X-ada" cria algumas condições para a interpretação, que interagem com a telicidade dos eventos. Tentaremos a seguir dar um formulação provisória dessas condições:

i) quando combinada com eventos *accomplishments*, caracterizados por serem télicos e durativos, "dar uma X-ada" permite um interpretação na qual ocorre detelicização. Exemplos:

(3.110) João deu uma lavada na louça.

(3.110a) João lavou a louça, mas não a louça toda.

(3.110b) João deu uma lavada na louça, mas metade ficou sem lavar.

(3.110c) ? João lavou a louça, mas metade ficou sem lavar.

(3.111) Hamilton deu uma limpada na casa.

(3.111a) Hamilton limpou a casa, mas não a casa toda.

(3.111b) Hamilton deu uma limpada na casa, mas metade ficou sem limpar.

[38] Pelo menos na forma superficial do predicado de (3.109) não há nada (quantificação, recursos adverbiais e/ou lexicais) que implique em telicidade; isso fica ainda mais claro se pensarmos na sentença sem a estrutura "dar uma X-ada": "Lucas empurrou o carrinho".

(3.111c) ? Hamilton limpou a casa, mas metade ficou sem limpar.

Nem todos os predicados télicos se comportam da mesma maneira diante da construção "dar uma X-ada". A telicidade dos eventos em (3.110) e (3.111) parece ser mais facilmente cancelada (daí o fato de (3.110c) e (3.111c) serem boas para muitos falantes) do que os exemplos em (3.112) e (3.113):

(3.112) Danilo deu uma solucionada no problema.

(3.112a) ? Danilo solucionou o problema, mas não o problema todo.

(3.112b) ? Danilo deu uma solucionada no problema, mas metade ficou sem solucionar.

(3.112c) ? Danilo solucionou o problema, mas metade ficou sem solucionar.

(3.113) Joaquim deu uma telefonada para o Manuel.

(3.113a) ? Joaquim telefonou para o Manuel, mas não telefonou tudo (discou só metade dos números...).

(3.113b) ? Joaquim deu uma telefonada para o Manuel, mas só telefonou metade (discou só metade dos números...).

(3.113c) ? Joaquim telefonou para o Manuel, mas só telefonou metade (discou só metade dos números...).

Não sabemos exatamente quais são os fatores que estão em jogo aqui, nem se eles exclusivamente lingüísticos ou derivados de conhecimento de mundo. De uma forma ou de outra, tentar responder a isso nos levaria muito longe.

ii) quando combinada com eventos atividades, caracterizados por serem atélicos e durativos, "dar uma X-ada" requer uma interpretação télica num primeiro momento e também uma de detelicização, algumas vezes, num segundo momento. Exemplos:

(3.114) (Antonio faz uma proposta qualquer para Laudino)

Antonio: - E aí, pensou no assunto?

Laudino: - Mais ou menos... ainda não decidi nada, mas já dei uma pensada.

(3.115) (Maria pede para Cristina combinar algo complicado e polêmico com Patrícia, uma amiga em comum)

Maria: - E aí Cris, conversou com a Patrícia?

(Cristina começou a conversar com Patrícia e acertar detalhes, mas não fez / falou tudo)

Cristina: - Pois é, dei só uma conversada com ela...

(3.116) - Oi André, você nadou hoje?

- Oi Cláudio, tudo bem? Hoje não... estava com pressa e deu só uma nadada.

Em (3.114) e (3.115) temos, respectivamente, a atividade "pensar no assunto / proposta" sendo interpretado como télico, algo como "decidir-se / tomar uma decisão" e como não-terminado; e a atividade "conversar", sendo interpretada como "conversar algo específico / combinar", portanto télico e também não-terminado. Para a sentença (3.116), valem as mesmas observações feitas para (2.73) acima. As duas operações efetuadas sobre a telicidade nos itens i) e ii) podem ser atualizadas de outras maneiras no português. A idéia de ter um *telos* indeterminado ou vago está presente nos predicados télicos, notadamente nos incrementais, e a detelicização de *accomplishments* pode ser realizada simplesmente através da combinação desses eventos com adjuntos do tipo "por X tempo", como vimos ao longo deste capítulo.

Podemos, contudo, detectar uma outra operação que a construção "dar uma X-ada" efetua sobre eventos télicos e que é melhor notada quando se trata de *accomplishments*, e que afeta a qualidade ou performance do desenvolvimento do evento. Esse é o tópico seguinte.

Antes, contudo, mais uma ressalva: as interpretações que propomos para as sentenças analisadas não são necessariamente as mais salientes, mas são possíveis. E o que interessa aqui, não custa lembrar, não é explicar tudo aquilo que essas construções fazem, mas como a telicidade é "manobrada" por elas.

A qualidade da realização de um evento

Tomemos a seguinte sentença:

(3.117) João deu uma lida no texto.

Dentre as interpretações que essa sentença pode receber, destacaremos duas para ilustrar a idéia de uma operação que envolve o que chamaremos a "qualidade" da realização ou performance de um evento. Sejam elas α e β abaixo:

$\alpha \Rightarrow$ imaginemos, inicialmente, que o texto referido em (3.117) tenha 20 páginas e, com a sentença (3.117), queiramos indicar que João leu apenas 15 páginas. Nesse contexto, a sentença parece adequada e o que temos, ao fim e ao cabo, é uma operação de detelicização: "ler o texto" é um evento télico que João inicia e pára, mas sem alcançar o ponto télico, qual seja, ler o texto todo, as 20 páginas;

$\beta \Rightarrow$ ainda tendo em mente o mesmo contexto, (3.117) pode suscitar a seguinte interpretação: João leu as 20 páginas do texto, porém sua leitura foi feita desatentamente, ou com pressa, ou sem interesse, ou de qualquer outro jeito que possa ser caracterizado como inadequado - imaginemos que ele leu o texto em pé, no meio de um ônibus lotado e barulhento, a caminho da universidade. O que temos aqui é um processo de detelicização, mas não se trata de uma detelicização tal qual na interpretação do parágrafo acima; antes, o que temos é que o ponto télico foi atingido, mas de uma maneira não completamente adequada e isso refere-se à qualidade ou performance da realização do evento.[39]

[39]Conforme indicado pelo prof. Ilari, a questão toda é que a interpretação β não pode ser explicada simplesmente pela comparação de durações, como no caso padrão da detelicização induzida por "por X tempo". Agradeço a ele pela clara formulação.

A interpretação β pode estar presente em uma grande quantidade de eventos *accomplishment* veiculados sob a construção "dar uma X-ada". E o que queremos defender aqui é que essa é uma interpretação que tem a ver com a telicidade, pois há uma relação entre o alcance do *telos* e a maneira como ele foi alcançado: se essa maneira for muito "desleixada", o evento pode ser inclusive considerado como incompleto, e é essa relação com a completude do evento que nos permite tratar tal operação como uma operação sobre a telicidade, ou sobre o alcance do *telos*. Notamos, não obstante, que essa interpretação tem uma relação com o alcance do *telos* de um dado evento um tanto quanto secundária, pois, a princípio, pode ocorrer mesmo com o alcance do *telos*: apesar de João ter lido "mal e porcamente" as 20 páginas que compõem o texto, ele as leu. Podemos identificar a interpretação β presente nas sentenças abaixo:

(3.118) João deu uma varrida na sala, mas não varreu (de fato).

(3.118') ? João varreu a sala, mas não varreu (de fato).

(3.119) Pedro deu uma arrumada no seu quarto, mas não o arrumou (de fato).

(3.119') ? Pedro arrumou o seu quarto, mas não o arrumou (de fato).

(3.120) Paulo deu uma montada no quebra-cabeça, mas não o montou (de fato).

(3.120') ? Paulo montou o quebra-cabeça, mas não o montou (de fato).

As sentenças (3.118)-(3.120) podem receber a interpretação β, mesmo levando em conta o alcance do *telos*[40]. As sentenças (3.118')-(3.120') não podem receber tal interpretação e servem, portanto, para ilustrar essa função específica que pode ser desempenhada pela construção "dar uma X-ada". Em outras palavras, a construção sem verbos leves permite interpretar sincreticamente tanto o alcance do *telos* quanto a qualidade de seu alcance. Desse ponto de vista, podemos caracterizar a construção "dar um X-ada", entre outras coisas, como

[40]Para (3.118), o chão da sala pode ser considerado ainda sujo; para (3.119), o quarto pode ainda ser considerado desarrumado; para (3.120), as peças podem estar mal encaixadas ou encaixadas de maneira errada.

um dispositivo para nos referirmos especificamente à qualidade da realização da ação, isolando o *telos* propriamente dito e expressando uma avaliação sobre a qualidade da realização do evento, avaliação esta que tem uma grande relação com o *telos*, pois através dela podemos inclusive considerar um evento como não-terminado[41].

Antes de concluirmos esta seção, vale repetirmos uma ressalva feita em outro momento deste texto. O que nos interessa aqui é investigar operações que podem ser efetuadas sobre a telicidade e não caracterizar a construção "dar uma X-ada" e sua interação com determinadas classes acionais (vendlerianas). Prova disso é que nossas generalizações são "fracas" e nossa última constatação de que *accomplishments* podem receber a interpretação que chamamos de β permite inúmeras exceções, porém, mesmo assim, ainda podemos identificar a interpretação que nos interessa e ilustrar uma operação sobre a telicidade que pode lançar luz sobre uma definição mais acurada dessa propriedade. Podemos dizer, em resumo, que sob a construção "dar uma X-ada" os eventos télicos podem ser realizados e interrompidos sem o alcance do *telos* ou podem ser realizados de uma tal maneira que, mesmo atingindo *telos*, ele não pode ser considerado terminado (devido à sua inadequação).

3.6 Intervalo semântico-filosófico: há eventos ontologicamente detelicizados?

Defendemos a existência de eventos télicos na seção 2.5., e agora, depois de analisar de maneira detalhada os eventos detelicizados, devemos nos pronunciar sobre a ontologia desses eventos. Sobre isso, a primeira coisa a fazer é lembrar

[41] Essa avaliação que fazemos do evento pode atuar em vários níveis. Podemos, por exemplo, pensar nela como um dispositivo modal, que separa nossa avaliação da realização do evento de sua efetiva realização; uma operação assim pode ser muito interessante num nível pragmático, no qual o falante, através da construção "dar um X-ada", se compromete apenas a veicular que uma parte do evento foi efetuada, ou que o evento foi efetuado, mas não se sabe se a contento. Tais possibilidades podem também lançar luz sobre a alta produtividade dessa construção.

uma observação que fizemos nas primeiras páginas do presente capítulo: caracterizamos a detelicização não como um tipo de evento (uma categoria acional, portanto), mas sim como um processo ou uma operação sobre eventos. Ora, nesse sentido, a detelicização tem muito mais a ver com aspecto do que com acionalidade; vejamos quais as razões disso, tentando avaliar, concomitantemente, a possibilidade de contarmos com eventos télicos na ontologia e as relações entre detelicização e aspecto. Essa discussão pode ajudar um a organizar os domínios do estudo tempo-aspectual.

No primeiro capítulo desta dissertação, dissemos que o domínio tempo-aspectual é composto por três grandes sub-domínios: a referência temporal, que responde pelo componente dêitico dos eventos; o aspecto, que é a perspectiva, escolhida por quem o veicula, de um dado evento; e a acionalidade, que responde pelo tipo de evento em questão; assim definida, a acionalidade é a contraparte ontológica do domínio tempo-aspectual, pois responde pelo tipo de evento ao qual nos referimos. O aspecto é subjetivo, pois sua escolha fica a cargo do falante, e a acionalidade é objetiva, pois cada categoria ou classe de eventos responde por um evento diferente, não se tratando simplesmente de olhares diferentes para um mesmo evento (caso do aspecto).

Posto assim, uma outra maneira de perguntar se a detelicização tem alguma contraparte ontológica, se há eventos detelicizados na ontologia, é perguntar se a detelicização é um processo ou operação que se situa no domínio da acionalidade ou não. Em caso de resposta afirmativa, teremos que dizer que há eventos detelicizados na ontologia, e em caso negativo, não.

Quando tratamos de um evento detelicizado, deixamos de ter o evento télico de base sobre o qual operamos a detelicização? Não parece ser esse o caso, assim como quando falamos de um evento télico na perspectiva aspectual imperfectiva, mesmo não contemplando o *telos* desse evento, ainda estamos falando de um evento télico, há só uma mudança na maneira pela qual veiculamos o evento.

Podemos pensar da seguinte forma: dizendo que João começou a construir a casa, mas que nunca terminou, referimo-nos primeiro a um evento télico ("construir a casa"), que apontamos depois não ser o caso (o *telos* nunca foi atingido e,

portanto, João nunca construiu a casa). A idéia é que nos referimos a um evento télico e fazemos uma manipulação sobre ele (justamente a detelicização), que é aquela que exclui o *telos*. Mas também nos referimos ao resultado dessa manipulação, a "João não ter terminado de construir a casa". Se nos referimos a um evento télico que não atingiu seu *telos*, nos referimos a um evento detelicizado? A resposta parece ser "sim". Se assim for, existem eventos detelicizados no mundo? Novamente, "sim", pois, certamente, existiram, por exemplo, eventos de construir casas que nunca terminaram. Portanto, há evento detelicizados na ontologia? Seguindo essa linha de raciocínio, sim, existem eventos detelicizados na ontologia. Por que, então, não temos uma classe de eventos detelicizados, assim como temos uma classe de eventos télicos?

Uma resposta possível, mas certamente incompleta, é que pode ser mais econômico, tanto em termos lingüísticos, quanto em termos cognitivos, termos uma classe de eventos télicos e operações sobre ela. A resposta pode ser: é menos oneroso pensar em operações do que em um maior número de classes. Assim, o quadro que temos é o seguinte: há eventos detelicizados, mas não temos como nos referir diretamente a eles, a não ser mediante uma operação desencadeada por fatores semântico-pragmáticos[42].

Antes de encerrar a seção, exploremos a outra possibilidade: seria a detelicização uma perspectiva aspectual? Isso equivale a perguntar se a detelicização é uma determinada maneira de veicular um evento e não um tipo de evento, ou

[42]Vale notar que, colocado o problema dessa forma, não estamos tão distantes da solução que muitos autores deram (principalmente Horn, 1989; Levinson, 1983, 2000) ao fato de não encontrarmos lexicalizada a posição O do quadro de oposições aristotélico em nenhuma língua natural. *Grosso modo*: não há, em língua natural, nenhuma forma lexicalizada para "alguns A não são B", ao passo que temos palavras como "todo(s)", "algum(ns)" e "nenhum"; a razão disso é que chegamos a esse lugar do quadro através de um implicatura conversacional generalizada, e, portanto, ter uma entrada lexical para tanto seria redundante. O mesmo se dá para o caso da detelicização: temos as classes e as operações, e chegamos à detelicização via implicatura conversacional generalizada. Numa nota anterior, dissemos que Singh (1991, 1998) constata que em japonês e em hindi há construções específicas para a detelicização, porém, mesmo essas construções nessas línguas servem apenas para indicar a possibilidade de que o *telos* não foi atingido

seja, ao enunciarmos uma sentença que pode desembocar numa interpretação de detelicização, não estamos (o falante em questão) nos referindo a um determinado tipo de evento, mas sim o apresentando sob uma dada perspectiva.

Se esse for o caso, teríamos que encontrar dinâmicas textuais e outros correlatos aspectuais também para eventos detelicizados e dar as razões de sua atualização, implementação não ser através da morfologia ou de recursos como aqueles que apresentamos como sendo responsáveis pelas diferentes escolhas aspectuais. Teríamos também que contornar o seguinte problema: se a detelicização for simplesmente um aspecto, e como tal um olhar subjetivo que não altera a natureza do evento em questão, como resolver o problema da referência de uma sentença (ou proposição) como "João não ter terminado de construir a casa"? Não podemos dizer, se a detelicizão for de fato um valor ou perspectiva aspectual, que estamos nos referindo a um evento diferente daquele que encontramos no quadro das classes acionais. Porém, "João não ter terminado de construir a casa (no sentido de que ele começou, mas parou em algum momento antes do fim, do *telos*)" certamente não é, por tudo o que já vimos, um *accomplishment*, *achievement*, atividade ou estado - antes, refere-se a um evento não-terminado. Diante disso tudo, advogamos então que temos uma classe de eventos detelicizados, que não possuem termos e descrições diretas, e cujos membros são referencialmente atingidos via manipulação de eventos télicos (e apenas télicos, pois não faz sentido aplicar, por exemplo, a detelicização a uma atividade).

Note-se que assim estamos muito próximo de uma posição como aquela de Rothstein ou de de Swart, no sentido de propormos uma espécie de "aspect shift"; mas um olhar mais atento poderá notar as diferenças. Uma primeira diferença diz respeito ao tipo de entidade a que as mudanças aspectuais das autoras citadas se referem; são atividades, e esse tipo de evento certamente não corresponde às nossas intuições (como mostramos na seção 3.1. e 3.2.). Parece-nos mais interessante explorar a possibilidade de podermos contar com eventos interrompidos (cf. a discussão sobre objetos interrompidos em Parsons, 1990) e de nos referimos a eles - esse sim é o caso da detelicização. Um outro ponto

é que, diferentemente das autoras, que apresentam suas manobras de "aspect shift" como a solução para um problema de incompatibilidade entre o que acontece nas sentenças de uma língua e a teoria semântica por ela postuladas, no nosso caso, a detelicização, por exemplo, é algo que pode ser previsto e capturado pela semântica proposta (acrescida, é claro, de uma teoria de implicatura conversacional generalizada).

A dependência de eventos detelicizados em eventos télicos pode ser entendida como a mesma dependência que temos entre objetos não-terminados ou interrompidos e objetos completos: só sabemos que determinado objeto é uma casa inacabada se soubermos o que é uma casa acabada, e sabemos também que uma casa inacabada é um objeto distinto de uma casa acabada; assim como apenas sabemos que um dado evento é um evento não-terminado de ler um livro se soubermos o que é um evento de ler o livro terminado, e sabemos que um evento não-terminado de ler o livro é diferente de um evento de ler um livro terminado.

Um último ponto: não é porque aqui advogamos que há eventos interrompidos e que podemos nos referir a eles, que queremos dizer com isso que a detelicização, tal qual a propomos via implicatura, seja a única e exclusiva maneira de fazer de nos referirmos a eventos interrompidos, ou que toda a vez que temos uma sentença como (3.1) nos referimos a um evento interrompido. As relações aqui são mais delicadas. Como a interpretação de detelicização de uma sentença como (3.1) resulta de uma implicatura que pode, justamente por ser uma implicatura, ser cancelada, não podemos dizer *tout court* que (3.1), por exemplo, se refere a um evento detelicizado - essa sentença pode de fato fazer isso, mas não o faz necessariamente. Por sua vez, uma sentença como:

(3.121) João não terminou (e nem vai) de construir a casa.

refere-se a um evento interrompido. Resta, por fim, casos como a da sentença (3.122) abaixo:

(3.122 João construiu a casa por 1 ano, mas finalmente vai retomar as obras.

Uma sentença como essa se refere a um evento interrompido, e também à possibilidade de ele ser retomado e quiçá concluído. Temos então que decidir se um evento interrompido, e1, ao ser retomado e concluído continua sendo o evento e1; novamente, precisaríamos, para dar conta das questões a serem levantadas aqui, de uma teoria sobre a natureza e dos critérios de identidade e individualização dos eventos - algo que ainda não temos (cf. seção 1.5.).

Obviamente, os problemas que apontamos nesta seção e suas tentativas de solução são insatisfatórias de um ponto de vista ontológica mais rigoroso. Contudo, o principal objetivo era clarear um pouco o terreno ontológico-metafísico em que estamos pisando, bem como os comprometimentos que ele acarreta e suas relações com a língua. Cremos que isso foi feito. Sabemos também que aqui sobram questões e faltam respostas, mas não é, e nem pode ser o objetivo desta dissertação responder a todas elas.

Capítulo 4

A psicolingüística e os eventos

Science is said to have two aims: theory and experiment. Theories try to say how the world is. Experiment and subsequent technology change the world. We represent and we intervene. We represent in order to intervene, and we intervene in the light of representations. Most of today's debate about scientific realism is couched in terms of theory, representation and truth. The discussions are illuminating but not decisive. This is partly because they are so affected with intractable metaphysics. I suspect there can be no final argument for or against realism at the level of representation. When we turn from representation to intervention, to spraying niobium balls with positrons, anti-realism has less a grip. In what follows I start with a somewhat old-fashioned concern with realism about entities. This soon leads to the chief modern studies of truth and representation, of realism and anti-realism about theories. Towards the end I shall come back to intervention, experiment and entities.

The final arbitrator in philosophy is not how we think but what we do.

HACKING, Ian. 1983. *Representing and intervening. Introductory topics in the philosophy of natural science*. Cambridge: Cambridge University Press

Como vimos no capítulo 3 (seção 3.2.4.), podemos encontrar ao longo da literatura sobre detelicização pelo menos dois sentidos para a noção de coerção: num deles, ela está simplesmente por conflitos no interior da teoria, por exemplo, a ocorrência de termos inesperados ou não previstos como argumentos de certas funções; num outro sentido, ela está por uma operação de re-interpretação contextual - é esse segundo sentido que nos interessa aqui e o principal motivo desse interesse é investigar se, ao lançarmos mão da noção de coerção nesse sentido psicolingüístico, estamos realizando algo epistemologicamente legítimo ou se efetuamos uma operação *ad hoc*. A linha de raciocínio para tanto é, mais uma vez, apresentada abaixo.

Se há de fato algum tipo de re-interpretação contextual ao lermos sentenças como:

(4.1) João leu o livro por 1 semana.

, deveria ser possível capturar sua contraparte empírica, que deveria ser um maior tempo de processamento (frente à sentença semelhante que não apresente coerção). Ora, se uma sentença com uma estrutura sintática e com um número de sílabas iguais às das sentenças (4.1) que não apresenta coerção leva um tempo X para ser lida, devemos esperar então que uma sentença como (4.1) leve X+Y tempo para ser lida. Mais do que isso, devemos procurar na semântica ou em operações semânticas, provavelmente presente num mas não noutro caso, o que é responsável pela coerção e pelo conseqüente aumento do tempo de leitura (o tempo Y). Um candidato natural para formar um par com (4.1) para efetuar tal comparação é (4.2), abaixo:

(4.2) João leu o livro em 1 semana.

Se não encontrarmos um tempo que seja X+Y para a leitura de (4.1) estaremos diante de um contra-argumento para a noção de coerção em casos de detelicização? Cremos que sim, pois se não for possível encontrar uma contraparte empírica para essa noção, ela torna-se inverificável e portanto cientificamente vácua. Pode haver, com certeza, discordância com relação aos métodos

experimentais, sendo eles mais ou menos grosseiros, aptos a capturar maiores ou menores diferenças nos tempos leitura; mas depois de estabelecido um método confiável, se nenhuma diferença for encontrada, sustentamos então que a coerção nada mais é do que uma manobra sem contraparte empírica e sem motivação independente, portanto *ad hoc*, trazida à tona para acomodar uma possibilidade a princípio não prevista por uma dada teoria. No nosso caso em particular, i.e., detelicização, a teoria que parece dar mais importância à coerção é a de de Swart.

Se encontrarmos realmente um tempo de processamento para (4.1) que seja X+Y, ao passo que o da sentença (4.2) é X, estaremos diante de uma prova indiscutível de que há coerção? Não necessariamente, pois sempre poderemos atribuir um maior tempo de processamento a outros fatores ou processos por serem ainda descobertos. Essa é mais uma das desvantagens do apelo à coerção: mesmo um maior tempo de processamento não é uma evidência incontestável - ter um maior tempo de processamente é um critério necessário mas não suficiente para a postulação de coerção.

O objetivo do presente capítulo é realizar testes psicolingüísticos preliminares, lançando mão de um método conhecido como *self-paced reading*, que não é o mais preciso dos métodos, mas é um dos mais utilizados; através dele saberemos que, estando a coerção de fato presente, essa presença é bastante nítida (seção 4.4). Previamente ao experimento de tempo de leitura, realizaremos uma avaliação de aceitabilidade, com o intuito de analisar se construções como (4.1) são realmente aceitáveis e em que graus (seção 4.3).

Antes de proceder aos experimentos, suas descrições e seus resultados, discutiremos algumas conseqüências e expectativas da união (para alguns inusitada) entre semântica e psicolingüística (seção 4.1.). Descreveremos na seção 4.2. alguns experimentos encontrados na literatura que tratam de tópicos afins, ou seja, de mudanças e operações aspectuais que supostamente envolvam coerção. Por fim, a seção 4.5. trará um balanço das conclusões do capítulo e mais algumas considerações sobre a coerção.

4.1 Semântica e psicolingüística

O estudo de fenômenos e processos de significação já está nos primórdios das investigações experimentais; basta lembrar dos testes de decisão lexical, nos quais os sujeitos decidiam se uma dada seqüência de letras (para o caso de um estímulo visual) pertence ou não a uma dada língua, dos testes que tratam do processamento de sentenças ambíguas e de sentenças labirinto (*garden path sentences*). Apesar de certa tradição, esse tipo de estudo incomoda alguns lingüistas quanto ao que se deve entender por linguagem e relações entre situações artificiais (um teste em laboratório) frente a situações ditas normais de interpretação de sentenças; conforme apresenta Cunha Lima (2005, p. 199):

> esse tipo de experimento [psicolingüístico], conduzido com orações controladas pelo pesquisador, com sujeitos em uma situação artificial, é compatível com uma visão da linguagem como um fenômeno social, um tipo de ação conjunta, situado historicamente, dinâmico, que se baseia fortemente na interação?

Cunha Lima, de fato, lança mão de um experimento psicolingüístico para investigar um fenômeno ao menos controverso: o papel anafórico de expressões nominais indefinidas. Concomitantemente à apresentação de seu experimento, a autora também faz uma defesa do uso desse tipo de técnica investigativa, desfazendo certas confusões presentes sob as críticas mais comuns aos métodos experimentais. Segundo Cunha Lima (2005, p. 208), uma das principais críticas encontradas é a seguinte:

> [...]as tarefas propostas são executadas de modo isolado, em laboratórios, e constituem tarefas muito artificiais e diferentes das tarefas rotineiras que ocorrem nas variadas interações, não sendo possível, em princípio, fazer generalizações sobre o processamento lingüístico "real" a partir das conclusões tiradas dos experimentos. Em outras palavras, experimentos não são recursos para entender o que acontece no processamento cotidiano.

Como muito bem mostra a autora, por trás de tal crítica há um pressuposto raramente explicitado e que parece pouco defensável, a saber: "mudança da ta-

refa implica mudança de processamento (*ibid., idem*)", ou seja, o processamento de sentenças em uma situação experimental é tão diferente do processamento de sentenças em uma situação rotineira que não é possível avaliar um pelo outro. Ora, essas diferenças residiriam em que? Diferentes áreas do cérebro mobilizadas? Tipos de processamento diferentes, como *top-down* e *bottom-up*[1]?

Partidários de uma outra ou visão recebem uma réplica imediata de quem procede por métodos experimentais: se alguém acredita que o processamento muda em uma dada situação, seja por áreas do cérebro diferentes a serem utilizadas, seja pelo tipo de processamento, esse alguém deve investigar se a resposta é ou não correta, e a melhor maneira de fazer isso é através de métodos experimentais, que, com os atuais recursos, permitem avaliações e experimentos extremamente refinados.

Cunha Lima (2005, p. 214) ressalta algumas das vantagens de se lidar com uma investigação experimental:

> Primeiro, [o método experimental] demanda alto grau de detalhamento e hipóteses muito bem explicitadas: formular experimentos funciona como um exercício de reflexão sobre a teoria e é de grande ajuda para encontrar falhas e incoerências em nossas hipóteses. Segundo, fazer experimentos permite incorporar aspectos, como atenção, memória, capacidade de processamento, aos modelos de processamento lingüístico, isto é, permite dar um significado mais concreto à tentativa de entender a cognição como algo corporificado.

A nosso ver, o ponto mais interessante em mobilizar recursos experimentais para a análise de fenômenos de significação está no desafio que a psicolingüística pode impor à composicionalidade. O princípio de composicionalidade está por trás de todas as investigações de semântica formal, e sua primeira formulação remonta, pelo menos, a Frege, e pode ser entendido como: o sentido de uma

[1] Muito esquematicamente, podemos entender processamento *top-down* como aquele em que conhecimentos mais gerais, globais dirigem o processamento de cada item, "de cima para baixo"; por sua vez, o processamento *bottom-up* é aquele em que as partes (mínimas) são sucessivamente processadas para então se chegar à interpretação do todo, "de baixo para cima".

sentença (completa) é função das partes (palavras) que a compõem e do modo como estão conectadas (sintaxe)[2].

Alguns mecanismos composicionais são consenso entre os semanticistas e são mobilizados para lidar com diversos tipos de sentenças. Um deles é a aplicação funcional (AP), que diz o seguinte:

> Se α é um nó sintático que se ramifica e β,γ são seus ramos, e se a denotação de β é uma função cujo domínio contém a denotação de γ, então a denotação de α é a função β aplicada a γ ($\|\alpha\| = \|\beta\|(\|\gamma\|)$).

Regras como essa dão conta da inaceitabilidade de sentenças que não têm todos os argumentos (como: ? João destruiu), e, unida a uma semântica de tipos, também responde pela (im)possibilidade de certas combinações (como: ? João é violentamente; "violentamente" pode ser visto como uma função cujo domínio é preenchido somente por eventos, e "João", por não ser um evento e sim um indivíduo, não pode preencher essa função, resultando numa sentença inaceitável).

Um dos objetivos, e talvez o principal, de uma teoria semântica é fornecer as regras composicionais através das quais podemos chegar, partindo de uma sentença e de sua estrutura superficial, conforme apresentada a um falante, à interpretação correta atribuída a essa sentença pelo falante.

Contudo, existe um grande número de sentenças nas línguas naturais que julgamos aceitáveis, mas que são incompatíveis com as regras composicionais de que dispomos. Em situações como essas, temos algumas opções de caminho a tomar: (i) o mais drástico deles seria abandonar a composicionalidade, mas essa não parece ser uma via interessante; (ii) podemos procurar reformular a regra que está sendo infringida, para que ela, além dos casos que já abarcava,

[2] "If we thus view thought as composed of simple parts and take these, in turn, to correspond to simple sentence-parts, we can understand how a few sentence-parts can go to make up a great multitude of sentences to which, in turn, there correspond a great multitude of thoughts. The question now arises how the construction of the thought proceeds, and by what means the parts are put together so that the whole is something more than the isolated parts". (*apud* Heim e Kratzer, 1998, p. 2-3).

dê também conta dos casos aparentemente problemáticos; (iii) postular outras regras que atuem somente em contextos específicos nos quais a regra geral não pode atuar; (iv) ao invés de mudar a regra, mudamos o tipo de entidade que um determinado constituinte denota (ou seja, em casos especiais "o livro" não denota uma entidade, mas sim um evento, como em "João começou o livro").

Não pretendemos abandonar o princípio da composicionalidade, portanto nada diremos sobre a primeira opção. A segunda e a terceira opção preservam o que poderíamos chamar de "composicionalidade forte", ou seja, com elas temos apenas a sentenças (com suas palavras e sua específica concatenação) e as regras composicionais. Por sua vez, a quarta opção não pode ser adotada num quadro de "composicionalidade forte", justamente porque ela diz, muito *grosso modo*, que certos elementos não são o que parecem ser. Exemplos clássicos de manobras como a opção quatro são os "*type-shiftings*", desencadeado por "*type-mismatchings*" e a coerção.

Por exemplo: o verbo "começar" parece ser um verbo que se aplica apenas a eventos, como em "João começou a descascar a maça", "Maria começou a limpar a casa", em que temos um outro verbo além de "começar", ou então a NPs que se referem a eventos, como em "Pedro começou a briga", "Tiago começou a festa". Não se espera contudo que "começar" possa tomar como argumento um NP que não se refere a um evento. Mas isso acontece, como em "João começou o filme", "João começou o texto", "João começou a mesa". Adotando a quarta opção descrita acima, diremos que o que acontece numa configuração do tipo "começar + NP (que *não* se refere a eventos)" é que o NP muda seu tipo para poder denotar um evento - há um mudança de tipo, de entidade a ser denotada e, no caso, "o texto" passa então a se referir a algo como "escrever / ler o texto".

É justamente em situações como essa que a psicolingüística pode ser interessante à semântica, ou vice-versa: suponhamos que tomemos uma sentença com um número X de sílabas, Y de palavras, todas com alta freqüência, e cuja interpretação pode ser alcançada exclusivamente mediante regras composicionais, suponhamos também que, num teste, os sujeitos levaram, em média, um tempo Z para ler essa sentença. Chamemos esse quadro de A. Suponhamos

agora que tomemos uma sentença com um mesmo número X de sílabas e Y de palavras de alta freqüência, mas cuja interpretação só pode ser alcançada mediante algum tipo de regra que está para além das composicionais, como, por exemplo, um mudança de tipo, essa sentença também foi lida por sujeitos num teste; chamemos esse quadro de B. Ora, se no quadro B, para além das regras composicionais, temos também que contar com uma mudança de tipo, é de se supor que uma sentença nesse quadro leve Z+T tempo para ser lida.

É, em suma, uma descrição muito próxima da que fizemos da detelicização acima, mas que agora se apresenta como um desafio para um dos princípios mais fundamentais da semântica. Investigar se há ou não maior trabalho psicolingüístico em situações que tenham ou não apenas regras composicionais abre portas para um vasto campo de pesquisas. E a coerção aspectual é exatamente um caso desses; com essas rápidas observações em mente, vejamos abaixo alguns dos experimentos que já abordaram os problemas aspectuais.

4.2 Experimentos anteriores

Nas seções 4.2.1 a 4.2.5 apresentaremos e discutiremos alguns experimentos psicolingüísticos encontrados na literatura que tratam de problemas muito próximos ao fenômeno da detelicização, ou seja, interpretações de sentenças eventivas que não eram previstas por nenhuma teoria e que, aparentemente, demandam "algo a mais" para serem alcançadas. Esse "algo a mais", chamado ou não de coerção, é invariavelmente o alvo dos experimentos que descreveremos.

Se há algo que realmente provoca uma reinterpretação contextual, ou uma interpretação mais elaborada, mais custosa ou mais complexa (no sentido de ter mais passos processuais) do que a de uma sentença com estrutura semelhante nos critérios de interesse (semelhança morfológica, sintática, fonológica, semântica), em relação a qual não há ou não deve haver uma interpretação mais elaborada, então é de se esperar que encontremos como correlato empírico um tempo de processamento (tempo de leitura, na maioria dos casos) maior do que o da

sentença tida como mais simples em relação ao critério em questão[3]. Uma outra expectativa é encontrar, ao comparar em detalhe as duas sentenças, o que é responsável pelo maior tempo de processamento de uma delas. Passemos então a ver como alguns experimentos lidam com essas questões.

4.2.1 O experimento de Piñango, Zurif e Jackendoff

Como já apresentamos no capítulo 3 (seção 3.2.4), falar de coerção no domínio tempo aspectual não é algo novo; o recurso da coerção é mobilizado, pelo menos, desde a década de '80[4], mas o primeiro experimento psicolingüístico que visava a detectar qualquer correlato ou contraparte empírica dessa noção data do final da década de '90, mais precisamente de 1999: trata-se do trabalho de Piñango *et al.*, e os autores deixam bem claro seu pioneirismo: "we know of no data that directly reveals real-time combinatorial semantic operations" (p. 401).

Logo de início, os autores apresentam a definição de coerção que está em questão:

> we define aspectual coercion as a combinatorial semantic operation requiring computation over and above that provided by combining lexical items through expected syntactic processes (p. 395).

Um exemplo do que seria uma sentença formada através de itens lexicais e um "expected syntactic processes" é:

(4.3) The girl slept until dawn.

A garota dormiu até o amanhecer.

Numa sentença como essa há o que os autores chamam de "syntactically transparent semantic composition", ou seja,

[3]Em outras palavras, devemos tomar uma sentença A com uma estrutura o mais semelhante possível da estrutura de uma sentença B, com a diferença de que A não apresente coerção e B, sim. O que se espera então é que encontramos um tempo de leitura de X milissegundos para A e X+Y milissegundos para B, sendo Y o correlato empírico-processual da coerção em questão.

[4]Bach (1986) já falava de coerção para o domínio tempo-aspectual.

> The meaning of the sentence comes directly from the meaning of the lexical items put together by syntactic processes. Notice that *sleep* as a temporally unbounded activity is aspectually compatible with *until dawn*, a prepositional phrase inside the verb phrase that places a temporal boundary on the activity expressed by the verb. (p. 397).

Uma sentença que não apresenta tal propriedade, ou seja, que não tem uma composição semântica sintaticamente transparente é:

(4.4) The girl jumped until dawn.

A garota pulou até o amanhecer

Novamente, segundo os autores[5]:

> The interpretation we retrieve from this sentence is that the girl jumped *repeatedly* until dawn. This sentence contrasts with sentence [(4.3)] because the meaning of repetition does not come from *jump* or from *until down*, nor is it signaled by any morphosyntactic means. Nevertheless it cannot be avoided. (*ibid., idem*).

O que interessa aos autores não é o mesmo fenômeno que nos interessa nesta dissertação, a saber, a detelicização; o que Piñango *et al.* investigam são as causas da interpretação de iteratividade ou repetição que temos para uma sentença como (4.4.). Não obstante, trata-se do mesmo tipo de fenômeno, uma coerção encontrada na interação de elementos do domínio tempo-aspectual, é nisso que reside nosso intuito de apresentar e avaliar esse experimento.

Assim sendo, o próximo passo na argumentação de Piñango *et al.* é apresentar algumas características da operação semântica, chamada de "enriched semantic composition", que faz com que tenhamos para (4.4) a interpretação sugerida e qual é a natureza dessa operação.

As três principais características de qualquer "enriched semantic composition" seriam (p. 398): 1) ela é impositiva - não há uma interpretação alternativa

[5] Já apresentamos interpretações como as da citação que segue e seus ingredientes no capítulo 3, descartando-as como caso de detelicização.

para a sentença (4.4), isto é, não podemos interpretar tal sentença, por exemplo, como se a garota em questão desse um único pulo que durasse até o amanhecer; 2) ela introduz um componente estritamente semântico - "this indicates that this phenomenon comes about through the application of an operation extraneous to the syntactic elements of the sentence and that the operation takes place on demand" (p. 398); e 3) a aplicação da operação é restrita por informações lexicais do verbo e de seu complemento, por exemplo, a operação só ocorrerá com verbos télicos não-durativos. Além disso, o verbo deve ser agentivo e passível de repetição (por isso a operação não se aplica ao verbo "morrer").

Quanto à natureza da operação, os autores apresentam duas possibilidades: 1) o que leva à interpretação de repetição numa sentença como (4.4) é uma mudança no tipo do predicado, um *type-shifting* que altera "*jump*" de, na terminologia dos autores, *bounded* para *unbounded* (ou seja, télico para atélico); ou 2) tal interpretação pode ser alcançada por meio de uma função como "interprete o VP como [REPETIÇÃO ou de V ou de V + COMPLEMENTO]". Tanto uma quanto outra opção ainda são estritamente semânticas, conforme o segundo critério do parágrafo acima; a opção do autores, contudo, é pela função ou operador de repetição (cf. Piñango *et al.*, 1999, p. 400)

Através dessas considerações, podemos entender porque a interpretação de (4.4) deveria ser mais custosa em termos de processamento - ela requereria um operador ou uma mudança do tipo de um de seus componentes que não é indicada sintaticamente -, mas para tanto temos que assumir, pelo menos, que a compreensão de uma sentença é o resultado de uma computação e de que cada computação tem um custo de processamento associado a ela. Refazendo o raciocínio que apresentamos ao final da última seção, temos o seguinte: se todos os "materiais" necessários para interpretar uma dada sentença estão de alguma forma presentes em sua estrutura sintática, devemos esperar que tal sentença, a sentença A, por exemplo, leve um tempo X para ser processada e demande um tanto de recursos de processamento[6]; por sua vez, uma sentença B,

[6]Os autores não apresentam uma definição muito segura para "recursos de processamento": "In our case we assume further that the enriching process is an extra step beyond syntactic

cuja interpretação requer elementos que não estejam presentes em sua estrutura sintática, como, por exemplo, uma função de repetição, deve levar X+Y tempo para ser processada e demandar maiores recursos de processamento. Como capturar, então, a existência dessa diferença de processamento? E também, se possível, saber o valor de Y?

A estratégia de Piñango *et al.* é lançar mão da combinação de duas tarefas: (i) o processamento de uma sentença enquanto ela é ouvida por um dado sujeito e (ii) uma tarefa de decisão lexical na qual o sujeito deve dizer se determinada palavra é ou não do inglês[7]. Assim, um sujeito S senta-se à frente de um computador com um fone de ouvidos, através do qual escutará algumas sentenças. Para cada sentença, a partir de um ponto específico de cada uma delas (determinados milissegundos[8]), aparecerá uma palavra na tela do computador com relação a qual o sujeito S deverá decidir, através de um toque em uma certa tecla do teclado do computador, se ela é ou não uma palavra do inglês. Abaixo, um exemplo de sentença (p. 405):

aspect

> The man examined the little bundle of fur for a long time | to see if it was alive.

| 250 ms

À altura de 250 ms, ou seja, o começo de "to see if it was alive", o sujeito verá na tela do computador a palavra "aspect", e deverá então decidir se ela é ou não uma palavra do inglês.

---

composition and is, therefore, more computationally costly, i.e., more demanding of processing resources, than its syntactically transparent counterpart" (p. 402).

[7]Esta estratégia pode ser caracterizada como interferência, no caso presente, da operação semântica adicional sobre a decisão lexical. Agradeço ao prof. Edson Françozo por essa formulação bem mais clara.

[8]Através de uma análise espectral, determina-se um ponto, que é o início de uma palavra da sentença, em que aparecerá na tela do computador a palavra sobre a qual o sujeito deverá fazer a decisão lexical; isto é, para todos os efeitos práticos, a ancoragem é uma palavra, e não uma duração. Agradeço, novamente, ao prof. Edson Françozo por essa observação.

O resultado esperado é o seguinte: ouvindo uma sentença do tipo A, ou seja, que não apresenta coerção, o sujeito leva um tempo X para decidir se a palavra que aparece é ou não do inglês. Se o sujeito estiver ouvindo uma sentença do tipo B, ou seja, que apresenta coerção, ele levará um tempo X+Y para decidir se a palavra que aparece é ou não do inglês. A diferença, Y, existe porque para interpretar a sentença B, justamente por ela necessitar de um operador de repetição ou de uma mudança de tipo, são demandados maiores recursos de processamento, atrasando, portanto, a tarefa de decisão lexical. Para o caso da sentença A, como não há coerção, há menos demanda de processamento para a tarefa de interpretação, estando disponíveis, portanto, maiores recursos de processamento para a tarefa de decisão lexical.

O experimento contou com 60 sujeitos, 50 sentenças-teste (na verdade, 25 pares, cada um contendo uma sentença que apresenta coerção e outra que não a apresenta), e 100 sentenças distratoras. Para cada sentença estava associado uma palavra alvo da tarefa de decisão lexical. As sentenças foram aleatorizadas e divididas em blocos para evitar quaisquer efeitos de grupo (cf. seção 4.4.).

Depois de aplicar o experimento e analisar os resultados, a conclusão alcançada por Piñango *et al.* era a que os autores já previam:

> Our main finding in this study is that RTs [tempo de reação, i.e., tempo de resposta para a tarefa de decisão lexical] on the secondary task [decisão lexical] were significantly higher when the primary task [interpretação da sentença ouvida] involved enriched processing than when the primary task involved processing of transparent sentences. This finding strongly supports our hypothesis that enriched semantic composition is more computationally costly than syntactically transparent semantic composition. (p. 407).

Depois de descartar que os resultados obtidos poderiam derivar ou de maior plausibilidade das sentenças que não apresentam coerção com relação às que apresentam, ou de efeitos de freqüência das palavras (palavras menos freqüentes são mais custosas para o processamento), os autores apresentam o seguinte:

> We conclude that aspectual coercion is a productive operation that is invoked

> in real-time sentence processing. It is a semantically based, purpose-specific, mandatory, locally compositional, and computationally isolable operation that takes place as comprehension unfolds. These properties suggest to us that coercion is not implemented at some extrasentential level but within the sentence-level computational system itself. Furthermore, this type of finding motivates a line of research that goes beyond single-word semantics and is directed to phenomena that result from combinatorial lexico-semantic processes at the sentential level. (p. 408)

Como muitos outros experimentos e discussões posteriores vieram a mostrar, o trabalho de Piñango *et al.* foi muito importante e pode ser considerado como um marco no estudo experimental da "coerção aspectual". Esse trabalho também foi alvo de muitas críticas, em particular com relação ao experimento propriamente dito e com relação ao modo como os autores consideram que se dê o processamento e compreensão das sentenças. Especificamente para esta dissertação, vale ainda lembrar que o experimento de Piñango *et al.* apenas tangencia, e de maneira distante, o fenômeno da detelicização, não podendo ser tomado como avaliação desse fenômeno.

As principais críticas feitas ao experimento de Piñango *et al.* o acusam de misturar coisas demais, acumulando tarefas para o sujeito realizar e assim distanciando-se em muito do fenômeno que, de fato, interessa aos autores, i.e., o custo de uma hipotética função de repetição ou de uma mudança de tipo aspectual. Essa crítica é encontrada em Todorova *et al.* (2000), Proctor *et al.* (2004), Pickering *et al.* (2006), etc., e nós também concordamos com ela.

Com relação ao processamento e compreensão de sentenças, as críticas apontam que Piñango *et al.* os concebem de maneira estritamente *bottom-up* e também apresentam o que Frazier e Rayner (1999) chamam de abordagem "*full commitment*", segundo a qual "comprehenders immediately commit to one possible interpretation of an expression" (Pickering *et al.*, 2006, p. 3). Segundo a idéia de *full commitment*, seria ou impossível ou ao menos muito custoso em termos de processamento interpretar determinada seqüência lingüística X de uma maneira diferente da usual (restando então definir o que é essa maneira usual)

em condições diferentes das usuais (algo que também necessita ser definido). Ao abandonarmos o *full commitment* e permitirmos uma interação dos processamentos *bottom-up* e *top-down*, não temos que necessariamente nem esperar nem dar aos seus resultados as mesmas interpretações de Piñango *et al.*

O próximo experimento que veremos assimila algumas das críticas feitas a Piñango *et al.*, mas chega aos mesmos resultados.

4.2.2 O experimento de Todorova, Straub, Badecker e Frank

O objetivo do trabalho de Todorova *et al.* (2000), intitulado "*Aspectual Coercion and the Online Computation of Sentential Aspect*", é investigar se realmente há um tempo maior de processamento para a sentença A das quatro sentenças abaixo (p. 4):

A - Even though Howard *sent a large check* to his daughter **for many years**, she refused to accept his money.

B - Even though Howard *sent large checks* to his daughter **for many years**, she refused to accept his money.

C - Even though Howard *sent a large check* to his daughter **last year**, she refused to accept his money.

D - Even though Howard *sent large checks* to his daughter **last year**, she refused to accept his money.

Novamente, o que temos aqui é a interpretação iterativa de eventos télicos não-durativos, desencadeada pela presença de, além do evento télico não-durativo, um adjunto como "por X tempo" que trata de um período ("X tempo") que seja pragmaticamente superior ao de pelo menos uma ocorrência completa do evento télico.[9]

[9]Não é necessário, para se ter essa interpretação, que tenhamos sempre um *achievement*. Uma sentença com um *accomplishment* nas mesmas condições também possibilita a mesma

Diferentemente do trabalho de Piñango *et al.*, no texto de Todorova *et al.* encontramos a idéia de *incompatibilidade* ou de "*mismatch*", como na citação abaixo:

> We investigate the comprehension of sentences where an aspectual **incompatibility** between a verbal predicate (*send a check*; completive reading) and a verbal modifier (*for years*; durative reading) is resolved through the operation of aspectual coercion. (p. 1; negrito nosso)

Além disso, a definição de coerção oferecida por Todorova *et al.* é diferente daquele oferecida por Piñango *et al.*; enquanto que para esses últimos a coerção se associava a um maior custo de processamento dada a necessidade de contarmos com um operador (o operador de REPETIÇÃO) para a interpretação semântica que não está presente nem nos itens lexicais de uma dada sentença nem em seu arranjo sintático, para Todorova *et al.*

> aspectual coercion modifies the aspectual properties of the predicate in the direction required by the verbal modifier; here the result is an obligatory iterative interpretation for the combined string (*send a check for years*) (*ibid., idem*).

É interessante notar como um mesmo problema, que pode ser detectado por experimentos diferentes, mas que, não obstante, apresentam um resultado que pode ser interpretado condizentemente (tanto em Piñango *et al.* quanto em Todorova *et al.* as sentenças que hipoteticamente apresentam coerção têm a mesma estrutura e, segundo os resultados dos experimentos, de fato apresentam coerção), recebe uma certa explicação em cada caso: para Piñango *et al.* o que acontece é a intervenção de um operador invisível; para o caso de Todorova *et al.*, o que temos é uma mudança no tipo de evento em questão, ou seja, "*send a check*" deixa de ser um evento télico não-durativo e passa a ser um evento atélico-durativo, composto por vários eventos do mesmo tipo ("*send a check*"),

interpretação: João pintou o (esse) quadro por muitos anos. Ou temos uma leitura de detelicização, ou temos uma leitura segundo a qual João pintou um mesmo quadro várias vezes; interpretação esta favorecida por "esse".

mas que são télicos não-durativos. Mais do que isso, enquanto que para Piñango *et al.* o que motivava a coerção, ou um tempo maior de processamento era a existência de um certo operador, para Todorova *et al.*, o que motiva a coerção é o ajuste de um "*mismatch*", ou seja, o VP deve aqui ser *reinterpretado* ("in the direction required by the adverbial modifier") de alguma forma para ser compatível com o adjunto temporal. Voltaremos à interpretação que Todorova *et al.* dão aos seus resultados ao fim da presente seção. Vejamos agora o experimento propriamente dito.

Ao combinarem um evento télico ou atélico com um adjunto que quantifica ou não sobre um dado período de tempo, os autores chegam às quatro estruturas apresentadas na tabela abaixo:

sentenças	telicidade	duratividade do adjunto
A	+	+
	(send a check)	(for many years)
B	+	−
	(send a check)	(last year)
C	−	+
	(send checks)	(for many years)
D	−	−
	(send checks)	(last year)

Tabela 4.1: Todorova *et al.*

Essas quatro estruturas foram aplicadas a 36 *achievements*, e todas as 144 sentenças resultantes apresentam interpretações plausíveis. As sentenças foram então distribuídas em 4 blocos, cada um com 36 sentenças representantes de todas as estruturas, mais 70 sentenças distratoras dos mais diversos tamanhos e complexidades, 30 das quais eram sem sentido ("were designed not to make sense", Todorova *et al.*, 2000, p. 4). As quatro listas finais, com 106 sentenças cada, foram aleatorizadas e apresentadas aos sujeitos. A tarefa do sujeito consistia em ler as palavras que apareciam na tela do computador e dar "ritmo" à sua leitura, ou seja, no tela do computador aparece uma palavra de cada vez e para

ver uma nova palavra o sujeito deve pressionar a barra de espaço; esse método é chamado de "*self-paced reading*". Para tanto, as sentenças do experimento, tanto as sentenças-teste quanto as distratoras, foram divididas em regiões que seriam então apresentadas uma de cada vez; dessa forma, é possível identificar em qual região da sentença um tempo maior de leitura foi encontrado (*ibid.*, p. 4):

Região	I	II	III	IV	V	VI-IX
Sentença	Even	sujeito+	objeto	sintagma	adjunto	segunda
	though	verbo	direto	prepocisional	temporal	sentença

Tabela 4.2: Exemplo de senteça de Todorova *et al.*

Além de dar ritmo a sua leitura, o sujeito deveria responder se a sentença que estavam lendo continuava a fazer sentido conforme apareciam as regiões dessa sentença - método conhecido como "*stop-making-sense*".

Através de algum software, os tempos de leitura são gravados (a cada clique da barra de espaço, por exemplo) e sobre eles são aplicadas as análises pertinentes. Os sujeitos, através do clique de um botão liam, uma a uma, as regiões que compunhamm as sentenças do *corpus*. Esse design experimental é o mesmo que utilizamos no experimento descrito na seção 4.4., e deixaremos para aquela seção uma descrição mais pormenorizada dessa técnica, que pode ser conceitualmente entendida como a rápida apresentação das palavras sob uma "janela móvel" que passa sobre a sentença, mostrando uma única palavra ou região da sentença de cada vez.

Para manter a atenção dos sujeitos e evitar que fizessem uma leitura apressada, foram ainda acrescidas algumas perguntas durante o experimento, que apareciam ao longo do *corpus*, mas que não foram analisadas.

Após análise dos dados, o resultado que Todorova *et al.* obtiveram, conforme previam e de acordo com os resultados de Piñango *et al.*, foi um tempo significativamente maior (estatisticamente relevante) de leitura para a sentença A, na posição do adjunto temporal (imediatamente após a preposição). Interpretando os dados e o resultado, os autores apresentam suas considerações:

> We hypothesize that the observed latency is indicative of an increase in processing cost associated with the need to undergo coercion in order to form a coherent representation of the utterance. [...] While we take our results to indicate that coercion is, indeed a costly operation, they are compatible with several hypotheses as to *why* this should be the case. (p. 6).

Duas possibilidades são então apresentadas:

1. a primeira possibilidade é justamente a de que há um custo associado a alguma reanálise pela qual o VP deve passar para que uma sentença como A seja interpretável, e uma tal reanálise é decorrente do adjunto "*for many years*"; em outras palavras, os falantes decidem que o VP é de um tipo X e quando lêem o adjunto têm que mudar o tipo de X para Y para que a sentença seja interpretável e essa mudança tem um custo (alto). Se esse for o caso, segundo os autores, "we would expect to observe the same degree of processing difficulty to occur in sentences where iteration is introduced by means of an overt lexical item, e.g. *Howard sent a large check to his daughter every year*" (p. 6); é essa possibilidade de interpretação dos resultados que se distancia daquela que oferecida por Piñango *et al.*, que é, por sua vez, a segunda possibilidade que encontramos em Todorova *et al.*;

2. "the difficulty in interpreting coerced iterative sentences may stem from the fact that the existing representation has to be updated through the mediation of an iterative operator that is not morpho-syntactically expressed (*idem*)". Se esse for o caso, então não devemos esperar nenhum efeito de coerção em sentenças como "*Howard sent a large check to his daughter every year*", porque em sentenças como essa o operador de REPETIÇÃO ("*every*") está presente e não há necessidade de um "processamento extra" para que ele intervenha na interpretação semântica da sentença.

Todorova *et al.* não decidem sobre qual possibilidade é mais interessante para dar conta dos resultados obtidos e apontam para a necessidade de mais

experimentos, através dos quais seria mais seguro fazer tal decisão. Contudo, vale observar que a idéia de incompatibilidade só faz sentido na primeira das interpretações, segundo a qual, o que temos é exatamente um ajuste dessa incompatibilidade entre o VP e o adjunto temporal. Na segunda possibilidade, o operador de REPETIÇÃO pode muito bem aparecer no componente interpretativo sem que para tanto haja a necessidade de uma incompatibilidade: como mostram Todorova *et al.* um operador desse tipo pode simplesmente não estar expresso.

4.2.3 O experimento de Proctor, Dickey e Rips

O objetivo do experimento de Proctor *et al.* (2004) é detectar em que momento do processamento de uma sentença os falantes inferem ("*draw inferences*") que estão lidando com um verbo télico. Para detectar esse momento, é necessário saber, em uma dada sentença, tudo o que pode influenciar tal inferência. Sabe-se, por exemplo, que um verbo de consumo ("comer") e um verbo de criação ("escrever") quando diante de argumentos internos e externos que tenham cardinalidade definida ou que sejam precedidos de artigos induzem telicidade; por sua vez, verbos que não influenciam na própria existência de seus argumentos ("ver", "observar", "monitorar") sempre induzem a uma interpretação atélica, independentemente de características de seus argumentos[10].

É com base nessa idéia que os autores arquitetaram seu experimento, através das seguintes combinações:

- Verbo de consumo + argumento interno massivo (termo de massa)

  João comeu macarrão. → evento atélico

- Verbo de consumo + argumento interno contável

  João comeu a maçã. → evento télico

- Verbo que não influencia seu argumento + argumento interno massivo (termo de massa)

[10] Essas mesmas intuições já podem ser encontradas em Verkuyl e Krifka (cf. capítulo 2).

João observou lixo. → evento atélico

- Verbo que não influencia seu argumento + argumento interno contável

  João observou o cesto. → evento atélico

Segundo os autores:

> Studies examining aspectual coercion have demonstrated that sentential aspect is sensitive to parts of the sentence other than the verb. However, they do not directly examine how the boundedness of a verb's object or the verb itself is capable of influencing telicity inferences. If perceivers draw inferences about a sentence's temporal profile incrementally, they should show early sensitivity to the difference between observation verbs (whose boundedness does not depend on the properties of the following object) and consumption verbs (whose boundedness does depend on the object). Similarly, if perceivers are actively and predictively computing telicity based on verb and object information, they should show evidence of an interaction of verb and object information at the position of the object: perceivers' comprehension of a sentence should be affected by whether an object is a mass or count noun only if the verb preceding it is a consumption verb, not if it is an observation verb. Strongly incremental views of language understanding [...] predict such early inferencing.

Por fim, Proctor *et al.* combinam com as sentenças acima os adjuntos "em X tempo" e "por X tempo", que teriam a função de "monitorar" a inferência de telicidade, pois somente "em X tempo", segundo os autores, é "*consistent*" com eventos télicos. Isso gera então as oito sentenças abaixo, retiradas de Proctor *et al.* (2004, p. 3):

Segment 1	Segment 2	Seg. 3	Seg. 4	Segment 5	Adv	Verb	Noun
a Leslie consumed	Polar Purity's	ice water	with zeal	for eight minutes	For	Telic	Mass
b Leslie consumed	Polar Purity's	ice cube	with zeal	for eight minutes	For	Telic	Count
c Leslie monitored	Polar Purity's	ice water	with zeal	for eight minutes	For	Atelic	Mass
d Leslie monitored	Polar Purity's	ice cube	with zeal	for eight minutes	For	Atelic	Count
e Leslie consumed	Polar Purity's	ice water	with zeal	for eight minutes	In	Telic	Mass
f Leslie consumed	Polar Purity's	ice cube	with zeal	for eight minutes	In	Telic	Count
g Leslie monitored	Polar Purity's	ice water	with zeal	for eight minutes	In	Atelic	Mass
h Leslie monitored	Polar Purity's	ice cube	with zeal	for eight minutes	In	Atelic	Count

Tabela 4.3: Exemplos de Proctor *et al.*

Mais especificamente, a hipótese dos autores é (p. 3):

> If incremental views of language understanding are correct that readers will begin to draw inferences about the temporal profile of a described event as soon as they encounter relevant information, we would expect to find an effect of verb at the first segment. Specifically, we would expect to find that reading times for segments containing observation verbs (e.g., "Leslie monitored") would be longer than those for segments containing consumption verbs (e.g., "Leslie ingested"). Observation verbs license immediate telicity inferences (since the telicity of such events is independent of noun information later in the sentence), but the telicity of consumption verbs depend on noun information. Such a cost could conceivably continue through the second and third segments.

Por sua vez, com relação aos verbos de consumo e criação, deveríamos esperar tempos de leitura mais lentos, demorados para os seguimentos 3 e / ou 4, pois é aqui que a outra informação relevante para o estabelecimento da telicidade, características do argumento interno, aparece. Porém, vale lembrar que (*ibid.*, *idem*):

> If, on the other hand, participants delay drawing inferences about the telicity of described events until all relevant information is available (until after verb and noun

> information has been encountered), we would not expect to see an effect of verb at the first segment, nor would we expect an interaction between noun and verb later on.

Por fim, uma ultima hipótese apresentada por Proctor *et al.* relaciona-se com os adjuntos "em" e "por X tempo" (*ibid.*, *idem*):

> In the absence of slowing at segments three or four, we could still determine that inferences about aspect were being made based on a combination of a consumption verb with a mass or count noun if we were to find slowing due to mismatching of grammatical information at segment five. If participants are making inferences about the aspect of the sentences (e.g., inferring that eating a chocolate bar is an accomplishment) and are then presented with a final adverb (e.g., for ten minutes) that contradicts this inference, their reading times at that final segment may be slowed.

O método empregado por esses autores também foi o "*self-paced reading*". Utilizando uma combinatória de todas as variáveis relevantes, os autores chegaram a 640 sentenças-teste, que foram divididas em 8 listas, cada uma com 80 sentenças-teste. A cada uma dessas listas foram acrescidas 32 sentenças distratoras. Além de leram as sentenças, os sujeitos deveriam também responder a perguntas sobre a realização dos eventos que apareciam em dadas sentenças. Para perguntas como "After four of those eight minutes, had Leslie actually consumed Polar Purity's ice water?" os sujeitos respondiam "sim" ou "não". Ao todo, o experimento contou com 48 sujeitos.

Os resultados encontrados por Proctor *et al.* sugerem que os sujeitos **não** começam a fazer inferências sobre a telicidade assim que vêem o verbo principal de uma sentença, e que tempos maiores de leitura são encontrados somente ao se comparar a adequação ou não dos adjuntos temporais ("*mismatch*", segundo os autores):

> An examination of the reading time data suggests that readers did not begin generating telicity inferences as soon as they encountered the relevant verb or verb+object

> information. Reading times were, however, longer for sentences in which the final adverbials were inconsistent with the telicity of the preceding verb+object combination, indicating that the verb+object information was used in generating inferences about the telicity of these described events. Responses to follow-up questions suggest that these inferences were surprisingly robust: even in cases where the sentence-final adverbial conflicted with the telicity of the preceding verb phrase, participants showed some evidence of having stuck with their original telicity inference.

Um dado muito interessante que encontramos ao examinar o gráfico de tempo de leitura para o segmento 5, o adjunto temporal, que os autores não comentam, é que numa situação de detelicização, como seria, por exemplo, a sentença b da tabela acima ("Leslie consumed Polar Purity's ice cube with zeal for eight minutes"), não encontramos um tempo de leitura significativamente maior do que o da sentença c, que não apresenta detelicização: ambos os tempos são, aliás, o mesmo: entre 1000-1100 milissegundos. A situação que apresenta o maior tempo de leitura, entre 1200-1300 milissegundos, é a combinação de um evento atélico com adjuntos do tipo "em X tempo". Se a análise que oferecemos para sentenças como essas no capítulo 3 desta dissertação estiver correta, esse fato se dá simplesmente porque os mecanismos por trás da detelicização e da interpretação possível para a combinação de eventos atélicos com "em X tempo" são diferentes: no primeiro caso temos o disparo de implicaturas; no segundo, a acomodação de certas pressuposições[11].

De uma forma ou de outra, segundo Proctor *et al.*, os resultados obtidos mostram que uma visão fortemente incremental do processamento lingüístico, segundo a qual inferências sobre a telicidade começariam logo no verbo, parece não estar correta. Assim,

> the reading time results from the preset study support the second alternative -

[11] É claro que para poder dar conta mais adequadamente dessa diferença seria necessário investigar se há realmente algum tipo de custo maior de processamento para a acomodação de pressuposições, além de investigar se as maneiras pelas quais as pressuposições são acomodadas são sempre as mesmas. Essas são questões muito interessantes, mas também muito distantes dos objetivos desta dissertação.

> there is no indication that participants made rapid use of either the verb or verb+object information to draw boundedness [telicidade] inferences. Instead, it seems that all the costly inferencing work was carried out at the final segment.

4.2.4 Balanço dos experimentos descritos em 4.2.1. - 4.2.3.

Os experimentos apresentados acima, apesar de investigarem fenômenos muito próximos, partem de premissas e hipóteses diferentes, interpretando, por isso mesmo, diferentemente seus resultados.

Piñango *et al.* estão interessados no custo de uma suposta função de repetição, e para tanto contrastam situações em que uma dada interpretação é obtida "straightforwardly via syntactic composition" com situações que requerem uma "enriched semantic composition", na qual operações semânticas sem correlato sintático interferem na interpretação de uma dada sentença.

Todorova *et al.*, por sua vez, investigam o correlato empírico de "ajustes" que uma determinada descrição de evento deve sofrer para poder ser combinada com um certo adjunto temporal, em suas palavras: "[we] investigated the comprehension of sentences where an aspectually incompatible predicate-modifier combination is interpreted with the aid of the semantic operation of aspectual coercion (p. 6)". Aqui, o que temos não é uma função que engendra uma interpretação de repetição, mas sim que "aspectual coercion operates by altering the aspectual specifications of the predicate in the direction matching the input specifications of the adverbial modifier (*ibid., idem*)". Além disso, o trabalho de Todorova *et al.*, por não encontrar um tempo maior de leitura para sentenças como "Howard *sent large checks* to his daughter for many years...", indica que interpretações iterativas *per se* não demandam maior tempo de leitura.

Finalmente, Proctor *et al.* estão interessados em descobrir em que momento podemos afirmar que os falantes fazem a inferência de que um dado evento é télico. Consideram então todos os fatores presentes em uma sentença que podem influenciar na decisão de telicidade e acompanham a leitura "self-paced" de sentenças que apresentam as possibilidades de combinação que podem ou não

resultar em uma interpretação télica, tendo como hipótese de fundo uma visão "strongly incremental [...] of language interpretation", com o intuito de avaliar se essa hipótese está ou não correta. Demonstram, através de seus resultados, que a hipótese não está correta.

Desses três experimentos, somente o último trata de uma situação similar à detelicização, porém de maneira marginal, sem ser o foco de seu interesse. Não obstante, para nosso interesse imediato, a avaliação dos experimentos feita acima nos dá um panorama do tipo de design experimental mais comumente utilizado para avaliar fenômenos de coerção no domínio tempo-aspectual: o "self-paced reading". Outra questão, tópico da seção abaixo, é saber se os resultados obtidos e suas interpretações são confiáveis. Com critérios mais seguros para tanto, podemos também interpretar os resultados dos experimentos feitos para avaliar a detelicização. Passemos, então, à próxima seção.

4.2.5 Contestação dos resultados dos experimentos apresentados: os argumentos de Pickering *et al.* (2006)

Os resultados obtidos pelos experimentos acima descritos não são incontestáveis e, pelo menos em uma tentativa, não foram replicados. Mais do que isso, mesmo sendo corretos os seus resultados (inclusive supondo que sejam mesmo replicáveis), podem receber interpretações diferentes daquelas que apresentamos acima.

Pickering *et al.* (2006) realizaram os experimentos de Piñango *et al.* e de Todorova *et al.* com algumas modificações e em duas modalidades experimentais. As modificações consistiam em transformar o experimento de Piñango *et al.*, originalmente duas tarefas (escutar uma sentença e fazer uma decisão lexical), em uma simples tarefa de leitura "self-paced"; com relação ao teste de Todorova *et al.*, os julgamentos de gramaticalidade "stop-making-sense" foram eliminados, restando, dessa forma, uma leitura "self-paced" simples[12].

[12]Na verdade, Pickering *et al.* fizeram ainda mais alterações, enriquecendo o *corpus* para considerar mais contextos. Por exemplo, os autores se preocuparam em apresentar os adjuntos

Além da modalidade de leitura "self-paced", Pickering *et al.* utilizaram os mesmos dois conjuntos de sentenças, obviamente com sujeitos diferentes, num experimento de "eye-tracking", através do qual foi possível monitorar em quais pontos de uma sentença que aparecia na tela de um computador os olhos dos sujeitos se concentravam e por quanto tempo: maior tempo de concentração em um certo ponto, ou uma volta a um ponto anterior supostamente indicam que esse ponto é processualmente mais custoso. Nessa última modalidade, depois de leram as sentenças apresentadas em sua integridade, os sujeitos faziam o texto desaparecer pressionando uma tecla qualquer.

Tanto em uma quanto em outra modalidade, Pickering *et al.* (2006) não conseguiram replicar os experimentos:

> In particular, no evidence was found for difficulty associated with the bounded conditions versus the unbounded conditions. Thus, the results did not replicate Piñango *et al.*'s (1999) findings (p. 144).

> To summarize, the results from this experiment [i.e., o experimento de Todorova *et al.* realizado através de *eye-tracking*] mirror the self-paced reading results [do experimento de Todorova *et al.*] [...] and, again, fail to show any difficulty for an aspectual clash [...] (p. 149).

Quais seriam as razões para que Pickering *et al.* não tenham conseguido replicar os experimentos descritos acima? As razões, segundo os autores, relacionam-se com a idéia de *full commitment* (FC), que já mencionamos acima, *versus* a idéia de *minimal commitment* ou *incomplete commitment*. Vejamos inicialmente esses conceitos, para depois entendermos as razões dos experimentos não terem sido replicados.

Em um trabalho de 1990, Frazier e Rayner lançaram uma hipótese conhecida como "*Minimal Semantic Commitment*" (MSC), segundo a qual os falantes, durante o processamento *on-line* de sentenças, tomam apenas as decisões semânticas necessárias ou "convidadas" (*invited*). As decisões semânticas ne-

temporais em lugares diferentes na sentença. Como os resultados obtidos foram os mesmos, deixaremos de lados essas modificações.

cessárias são aquelas tomadas pelos falantes em face de alternativas semânticas incompatíveis ou quando a não tomada de decisão infringe algum princípio gramatical. Por exemplo: decidir sobre qual o significado de uma palavra ambígua numa dada sentença é uma necessidade semântica, pois sem tal decisão não é possível continuar a ler / compreender a sentença; ao processarmos uma sentença como "A manga é verde", devemos estar certos de qual sentido atribuir a "manga" - isso é uma necessidade semântica. Por sua vez, para uma sentença como "João gostou do poema", não é uma necessidade semântica decidir se "poema" tem um sentido abstrato ou concreto. Uma decisão semântica "convidada" é aquela feita através de pistas contextuais, que resulta em interpretações plausíveis para uma certa palavra numa sentença. Um exemplo: se estamos conversando sobre móveis e alguém diz a sentença "O banco me agrada", estaremos mais inclinados a pensar que se trata de um móvel e não de um estabelecimento.

Se a hipótese MSC estiver correta, então temos que rejeitar a hipótese de *full commitment* (FC), segundo a qual, como adiantamos, os falantes se comprometem imediatamente (assim que lêem as palavras) com uma dada interpretação, fixando todos os significados das palavras e fazendo todas as inferências possíveis.

Os resultados de Piñango *et al.* e Todorova *et al.* só fazem sentido se levarmos em conta justamente a hipótese FC. No caso de Piñango *et al.*, a demora na tarefa de decisão lexical deve-se a comprometimentos que não estão presentes na estrutura sintática (interpretação iterativa de um evento pontual); no caso de Todorova *et al.*, o maior tempo de leitura deve-se a uma revisão de uma interpretação (de evento télico não-durativo) que não se prova adequada, para outra (a de iteração), induzida pelo adjunto "for X time". O trabalho de Proctor *et al.*, a essa altura, pode ser lido como uma investigação de FC *versus* MSC no domínio tempo-aspectual, sendo favorável à hipótese MSC.

Contudo, ainda não demos as razões dos experimentos não terem sido replicados. Essas razões, segundo Pickering *et al.*, residem em algumas características do design do experimento utilizado por Piñango *et al.* e Todorova *et al.* A tarefa de decisão lexical e o método "stop-making-sense", justamente por demandaram mais atenção do que uma situação natural de interpretação,

forçam os sujeitos a abandonaram um processamento ancorado em MSC, para adotarem um ancorado em FC (Pickering *et al.*, 2006, p. 135-136):

> Thus, both Piñango *et al.* (1999) and Todorova *et al.* (2000a, 2000b) provided some evidence against minimal commitment with respect to aspectual coercion. However, several concerns arise with these conclusions. First, both studies used methods that may not reflect normal language comprehension. Piñango *et al.* employed a secondary task (lexical decision) whose effects on language comprehension are uncertain. Todorova *et al.*'s task may persuade people to construct particularly detailed representations because they specifically focus on whether what they are reading makes sense. People may be more likely to underspecify under more standard reading conditions, in particular when the underspecification relates to a comparatively subtle component of interpretation, such as aspectual processing. [...] Equally possible, however, is that they need not resolve aspect unless they make a decision to do so, for example, as a consequence of the task at hand. When people are performing normal reading, they might avoid making such a commitment before it is necessary. Such an account would mean that aspectual underspecification is (to some extent at least) under strategic control with people being more likely to underspecify when they have more processing resources available. This might be a consequence of the complexity of the reading material, the nature of the task, or their level of reading ability.

Ou seja, os experimentos não foram replicados por Pickering *et al.* porque as alterações no *corpus* a ser testado e no design utilizado por eles não permitiu que fatores para além da interpretação das sentenças interferissem no seu processamento. Assim, conseguiram mais uma evidência a favor da hipótese MSC, contra a hipótese FC, e, para o que nos interessa, contra a idéia de que sentenças como "João pulou a manhã toda" envolvem um tempo maior de leitura, frente a sentenças como "João nadou a manhã toda", e que demandariam, portanto, mais custo de processamento. Segundo os autores:

> Our results are most consistent with the notion that comprehenders routinely underspecify aspectual properties of an interpretation during normal reading. Effects

> of aspectual coercion appear to engender measurable differences only when reading is paired with a concurrent task, such as a lexical-decision task (Piñango *et al.*, 1999) or a stop-making-sense task (Todorova *et al.*, 2000a, 2000b). We believe that these secondary tasks induce comprehenders to commit to properties of an interpretation that they would otherwise leave unspecified. In Todorova *et al.*'s task, participants both read and make judgments about the plausibility of what they are reading. [...] Similarly, Piñango *et al.*'s task requires people to perform a second task while listening to sentences, and such additional processing might likewise trigger people into earlier commitment than otherwise because their attention is drawn to the part of the sentence involving aspectual coercion or because they realize that they would not be likely to have the processing resources available later in the sentence to delay the act of coercion. (p. 150).

A idéia então é que os sujeitos sub-especificam o valor aspectual até quando podem, se nada os forçarem a tomar algum tipo de decisão sobre, por exemplo, se um dado evento é télico ou atélico. A análise dos resultados do experimento descrito na seção 4.4. pode também ser feita indagando-se se a hipótese MSC ganha ou não mais um comprovação. Antes, porém, vejamos se os falantes de português brasileiro consideram minimamente aceitáveis sentenças como "João leu o livro por uma semana".

4.3 Experimento 1: aceitabilidade das sentenças-teste

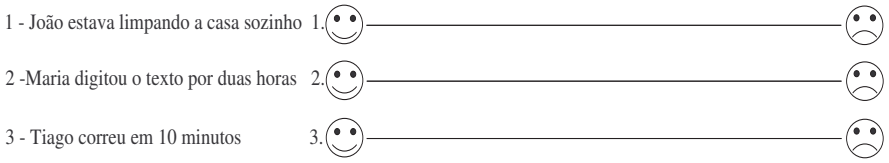
O intuito deste teste é verificar se sentenças télicas perfectivas (terminadas) seguidas de adjuntos do tipo "por X tempo" são ou não aceitáveis, e qual grau de aceitabilidade possuem. Para tanto, construímos 72 sentenças, das quais 24 são experimentais e 48 são distratoras. As sentenças distratoras estão divididas em 8 tipos de estruturas diferentes, cada estrutura com 6 sentenças; para as sentenças distratoras, não há controle de número de sílabas nem de número de palavras. As 24 sentenças experimentais estão dividas em 4 estruturas, cada

qual com 6 sentenças; as estruturas são:

1. télico+perfectivo + "por X tempo";
2. télico+perfectivo + "em X tempo";
3. atélico+perfectivo + "por X tempo"; e
4. atélico+perfectivo + "em X tempo".

As duas primeiras estruturas correspondem, respectivamente, a um caso de detelicização (para o qual deveria haver a alegada coerção e também um provável grau de agramaticalidade) e ao seu correspondente com "em X tempo". As estruturas 3) e 4) são um controle imposto à possibilidade de combinação entre atélico+perfectivo e "em X tempo", um caso para o qual prevemos uma acomodação de pressuposição e talvez uma mudança aspectual.

As 72 sentenças foram então separadas em 4 listas de 18 sentenças, garantindo que pelo menos uma sentença de cada tipo (tanto das experimentais, quanto das distratoras) estivesse em cada listas. A seguir, na frente de cada sentença dispusemos uma linha de 10cm de comprimento iniciada por uma figura de um rosto sorridente e terminada por um rosto triste. Conforme o esquema abaixo:



Pedia-se então aos sujeitos que marcassem nessa linha seu julgamento de aceitabilidade. Se o sujeito decidir que uma dada sentença é plenamente gramatical, pode então riscar (marcar) o rosto sorridente, se for plenamente agramatical, pode então riscar (marcar) o rosto triste. Se o sujeito não tiver certeza, pode marcar na linha próximo ao rosto sorridente (sentença mais gramatical), ou próximo ao rosto triste (sentença mais agramatical).

As listas foram distribuídas para pessoas na faixa etária de 18 a 30 anos, nas cidades de Campinas, São Paulo e Florianópolis, todas universitários, cursando diversos faculdades diferentes. O número de leituras, no entando, não foi o mesmo para cada sentença, variando entre 28 e 33, devido à distribuição diferenciada das sentenças pelas 4 listas[13].

4.3.1 Análise dos resultados

Apresentamos na tabela abaixo o resultado da análise do teste de aceitabilidade (TP está por télico+perfectivo+"por X tempo" e TE, por télico+perfectivo+"em X tempo"):

tipo de sentença	leituras (em média)	média de aceitabilidade
AP	31	95,47709235
AE	31	68,68686869
TP	32	69,94949495
TE	29	93,24494949

Com relação aos quadro tipos de sentença que nos interessam, poucos sujeitos (8) decidiram por um opção mais ou menos central na linha de 10 cm. Para esses casos, aplicamos um critério discreto: se antes de 5 cm a resposta é considerada como de sentença aceitável, e para além de 5 cm, como sentença inaceitável.

A diferença entre as proporções de aceitabilidade de TP *versus* TE é de p=0,026, há portanto significatividade, ou seja, a diferença de aceitabilidade entre essas sentenças não deve ser atribuída ao acaso, mas sim a fatores das próprias sentenças. O mesmo se dá em relação a AE *versus* AP. Para esse caso, a significatividade é ainda maior p=0,0081.

Podemos considerar, contudo, que a estrutura de detelicização é aceitável, dado que 69,94% não a reconhecem como mal-formada.

[13] As sentenças utilizadas nesse experimento são apresentadas no Apêndice 1.

4.4 Experimento 2: tempo de leitura

Este experimento tem como objetivo específico verificar se os sujeitos levam mais tempo para ler uma sentença com um evento télico seguido de um adjunto como "por X tempo", se comparado com o tempo que levariam para ler uma sentença com um evento télico seguido de um adjunto como "em X tempo".

Para a realização do experimento de tempo de leitura, utilizamos o software DMDX, e escrevemos 20 *scripts*[14], contendo cada um algumas das sentenças que nos interessavam e que foram utilizadas no teste anterior.

As sentenças-teste foram acrescidas de um começo e de um fim, para que esse fator (ser o começo ou o fim de uma sentença) não tivesse influência nas medidas. As sentenças foram separadas em dois conjuntos, chamados de TP (télico com a preposição "por") e TE (télico com a preposição "em"), como o esquema abaixo:

- Conjunto TP:

10 - Ricardo disse que |Pedro escreveu o livro por um ano| na sua casa.

11 - Amanda ouviu dizer que |José desenhou o quadro por dois dias| e Pedro também.

12 - Maria soube que |João construiu a casa por três anos| na antiga avenida.

13 - Rogério viu que |Márcia arrumou o quarto por uma hora| e foi embora.

14 - André disse que |Carmem preparou a aula por três horas| e Lígia também.

15 - Cecília soube que |Maria digitou o texto por duas horas| no seu escritório.

- Conjunto TE:

20 - Ricardo disse que |Pedro escreveu o livro em um ano| na sua casa.

[14]Instruções para que o programa DMDX proceda como o desejado para efetuar o experimento que nos interessa.

21 - Amanda ouviu dizer que |José desenhou o quadro em dois dias| e Pedro também.

22 - Maria soube que |João construiu a casa em três anos| na antiga avenida.

23 - Rogério viu que |Márcia arrumou o quarto em uma hora| e foi embora.

24 - André disse que |Carmem preparou a aula em três horas| e Lígia também.

25 - Cecília soube que |Maria digitou o texto em duas horas| no seu escritório.

O trecho que nos interessa é aquele que está entre as barras, os códigos 10-15 e 20-25 representam o tipo de sentença (respectivamente, TP e TE) e o seu número, dado que a análise a ser feita é uma comparação entre as versões TP e TE, ou seja, olharemos para o contraste 10/20, 11/21, e assim por diante. Todos esses trechos são compostos por palavras de freqüência alta e têm o mesmo número de palavras (7) e sílabas (11). O próximo passo foi então montar grupos de sentenças e combiná-los, para evitar que a seqüência na qual os diferentes sujeitos vissem as sentenças pudesse ser um fator a ser considerado. Geramos 6 grupos e 4 combinações entre eles, para que o "efeito de grupo" (a seqüência como um fator relevante) fosse evitado e para que tivéssemos a garantia de que cada sentença seria vista por 10 sujeitos diferentes. Os grupos e os resultados de suas combinações são apresentados abaixo:

Grupo A → 10 11

Grupo B → 12 15

Grupo C → 13 14

Grupo D → 20 21

Grupo E → 22 25

Grupo F → 23 24

Combinação 1 → 10 11 23 24 12 15 (grupos A F B)

Combinação 2 → 13 14 10 11 22 25 (grupos C A E)

Combinação 3 → 20 21 12 15 24 23 (grupos D B F)

Combinação 4 → 20 21 13 14 22 25 (grupos D C E)

Feito isso, cada combinação foi acrescida de 14 sentenças distratoras, e todas foram numeradas de 1 a 20, sendo as duas primeiras posições (1 e 2) reservadas para sentenças distratoras, as seis posições seguintes (3 a 8) reservadas para as sentenças-teste, e o restante para as outras sentenças distratoras. Assim, excluindo as duas primeiras posições reservadas para as sentenças distratoras, para evitar que algum possível erro induzido pela adaptação do sujeito ao experimento comprometesse os dados, as posições de 3 a 20 foram aleatorizas através do software Excel cinco vezes diferentes, resultando num total de 20 *scripts*, cinco para cada uma das 4 combinações. Assim, além de evitar qualquer efeito de grupo, apresentamos as nossas sentenças-teste aleatorizadamente entre os sujeitos: a cada sujeito foi aplicado um *script* diferente. Ou seja, os cinco primeiros sujeitos leram, cada um, um *script* que apresentava a combinação 1, porém cada um o leu numa ordem de apresentação diferente, e assim por diante para as outras combinações.

Antes de expormos como se deu a leitura das sentenças, cabe dizer que após cada uma delas, tanto das sentenças-teste quando das distratoras, os sujeitos viam uma pergunta, à qual deveriam responder "sim" ou "não" mediante o aperto de um dado botão, fazendo isso o mais rápido que pudessem. Para as sentenças-teste, as perguntas eram:

10 / 20 → Pedro escreveu o livro inteiro?

11 / 11 → José terminou de desenhar o quadro?

12 / 22 → João acabou de construir a casa?

13 / 23 → Márcia arrumou o quarto todo?

14 / 24 → Carmem acabou de preparar a aula?

15 / 25 → Maria digitou o texto inteiro?

Esperava-se que para as sentenças TE (20 a 25) a reposta fosse positiva, e para as sentenças TP (10 a 15) negativas ou que pelo menos oscilassem mais entre "sim" e "não".

Após preparados os *scripts*, o próximo passo foi justamente apresentá-los aos sujeitos. Para tanto, pedimos aos sujeitos que se sentassem diante da tela de um computador, com um *joystick* (da marca *Twin Shock*) na mão, de um formato (aproximadamente) como o desenhado abaixo:

Os botões usados foram aqueles indicados pelos números 3 e 2; pela letra S indicamos dois botões situados na parte superior do *joystick*, cujo pressionamento, de um ou outro, indica resposta positiva; o mesmo vale, *mutatis mutandis*, para N.

O sujeito via, então, na tela do computador, as seguintes instruções (a tela do computador tem um fundo preto):

> Instruções:
>
> Você verá uma série de − − − − − representando uma oração. Cada seqüência ininterrupta de − − − − − corresponde a uma palavra.
>
> Pressione Botão 3 para continuar (o sujeito deve então pressionar o botão 3)
>
> Para ler cada palavra, você deve pressionar o Botão 2, fazendo isso o mais rápido que puder,

Pressione Botão 3 para continuar (o sujeito deve então pressionar o botão 3)

Vamos à um exemplo:

Pressione Botão 3 para continuar (o sujeito deve então pressionar o botão 3)

– – – –– – – – – –– – –– – – – – – – –. (o sujeito aperta o botão 2, para passar a tela abaixo, e assim sucessivamente)

Esta – – – – – –– – –– – – – – – – –.

– – – –– oração – –– – – – – – – –.

– – – –– – – – – –– é –– – – – – – – –.

– – – –– – – – – –– – um – – – – – – –.

– – – –– – – – – –– – –– exemplo.

O software DMDX grava então o tempo que cada sujeito leva para apertar ou o botão 2, que indica o tempo que ele demorou para ler cada palavra (um aperto, uma palavra lida), ou os botões relacionados a S ou N, para marcar quanto tempo o sujeito levou para respondeu a cada pergunta - se a resposta é afirmativa, o tempo que o sujeito levou não vem marcado com nada de excepcional, se a resposta é negativa, o tempo que o sujeito de resposta é precedido de "–".

Os vinte sujeitos eram homens ou mulheres, procedentes de diversas partes do Brasil (São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Paraná, etc.), cuja faixa etária

variou entre 18 e 33 anos, todos universitários e nenhum deles havia participado do experimento 1[15].

4.4.1 Análise dos resultados

Os tempos de leitura foram coletados pelo software DMDX e depois exportados para o software Excel, através do qual foram realizadas as primeiras análises.

Inicialmente, foram apagadas todas as informações sobre as sentenças distratoras, assim como as informações sobre as palavras que iniciam e encerram o trecho que nos interessava, sobrando assim apenas as informações sobre as sentenças-teste. Procuramos então investigar se havia algum sujeito cujo tempo de leitura das palavras das sentenças-teste estivesse fora da margem dada pelas seguintes equações (as medidas que estão fora dessas margens são conhecidas como *outlayers*):

Margem inferior = média do tempo de leitura de uma sentença (M) menos duas vezes o desvio padrão[16] (DP) da leitura dessa mesma sentença para cada sujeito. ⇒ M − 2 x DP.

Margem superior = média do tempo de leitura de uma sentença (M) mais duas vezes o desvio padrão (DP) da leitura dessa mesma sentença para cada sujeito. ⇒ M + 2 x DP.

Ao todo, encontramos apenas 16 *outlayers*, num total de 840 leituras de palavras (20 sujeitos X 6 sentenças X 7 palavras por sentença), um número que muito dificilmente poderia enviesar os dados. De uma forma ou de outra, substituímos os *outlayers* numa primeira análise pelo valor nulo, e numa segunda análise pela média de cada sujeito para a sentença em que aparecia o *outlayer* - isso nos garante que tempos de leitura particulares não influenciam no quadro geral. Como o resultado das análises para ambas as situações foram os mesmos, pudemos ignorar os *outlayers* como um fator relevante.

[15] As sentenças utilizadas nesse experimento são apresentadas no Apêndice 2

[16] O desvio padrão indica o grau de dispersão dos valores em relação à sua média.

O próximo passo foi migrar os dados manipulados via Excel para o software Statistica 7. Os dados foram organizados conforme as etiquetas abaixo:

tempo sujeito posição sentença tipo sentença tipo

Na primeira coluna estão representados os tempo de leitura para cada um dos 840 "cliques" do botão 2. Na segunda coluna está indicado de que sujeito se trata; na terceira coluna indica-se para qual das 7 palavras (ou posição na sentença) se está olhando; na quarta coluna, de qual sentença se trata (10-15 ou 20-25); na quinta coluna, se se trata de uma sentença TP ou TE; e, finalmente, na sexta coluna, qual sentença é, independentemente de ela ser TP ou TE (indicamos as sentenças com números de 1 a 6).

Com os dados assim dispostos, podemos mais facilmente formular a pergunta que nos motivou e encontrar uma resposta para ela: os sujeitos levam em média mais tempo para ler TP do que levam para ler TE[17]?

Procedendo a uma análise ANOVA fatorial no software Statistica, tomando como variável dependente "tempo", como independetes "posição", "tipo" e "sentença tipo", e como fator aleatório "sentença tipo", o valor informacional de "tipo" é 0,704135, ou seja, as diferenças de tempo de leitura entre TE e TP têm 70% de chance de serem determinadas pelo acaso - lembramos que, para ser considerado relevante, o valor informacional deve ser inferior a 0,005, ou seja, o acaso deve ter menos de 0,5% de chance de determinar o fenômeno em questão. Assim sendo, o presente experimento conclui que não há qualquer influência nos tempos de leitura das sentenças em questão derivados do fato de elas serem ou não TP ou TE (visto que a preposição "em" e "por" é a única diferença superficial que eles exibem). Vejamos abaixo a tabela gerada pelo software Statistica com os valores informacionais:

[17]Lembramos que TP é télico+"por X tempo", e TE, télico+"em X tempo".

Univariate Tests of Significance for tempo (dados_statistica.sta)
Over-parameterized model
Type III decomposition

Effect	Effect (F/R)	SS	Degr. of Freedom	MS	Den.Syn. Error df	Den.Syn. Error MS	F	p
Intercept	Fixed	151579494	1	151579494	5,0000	89829,26	1687,418	0,000000
posição	Fixed	531554	6	88592	30,0000	12997,66	6,816	0,000124
tipo	Fixed	6985	1	6985	5,0000	43173,37	0,162	0,704135
stipo	Random	449146	5	89829	5,8458	47200,04	1,903	0,230771
posição*tipo	Fixed	1219	6	203	30,0000	8970,98	0,023	0,999941
posição*stipo	Random	389930	30	12998	30,0000	8970,98	1,449	0,157655
tipo*stipo	Random	215867	5	43173	30,0000	8970,98	4,813	0,002389
posição*tipo*stipo	Random	269130	30	8971	756,0000	27818,40	0,322	0,999819
Error		21030711	756	27818				

Figura 4.1: Valores da ANOVA

O gráfico abaixo, também gerado com o software Statistica, traz mais claramente esse resultado:

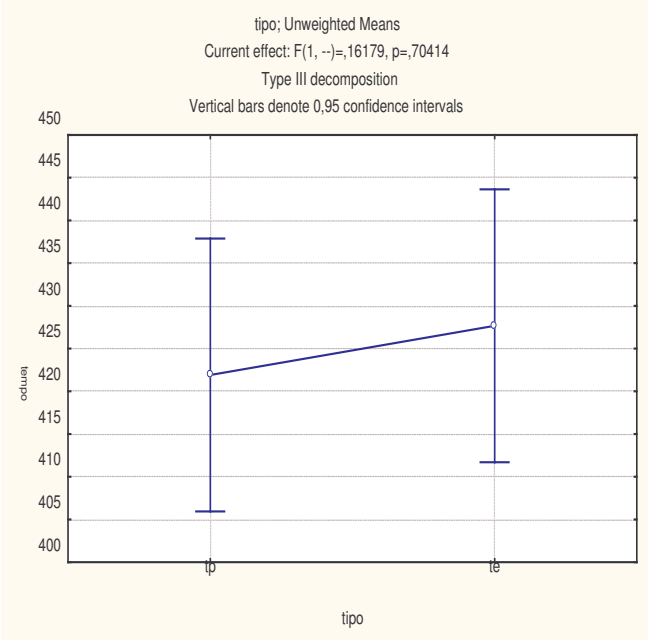


Figura 4.2: Médias do tempo de leitura de TP e TE

Como diz a informação do gráfico, as barras verticais denotam um intervalo de confiança de 0,95, ou seja, há 95% de chance da média da população normal estar nesse intervalo.

É possível ainda argumentar que a pergunta que motivou esse experimento está mal colocada, pois pode ser que na média geral da leitura das 7 palavras (ou posições) das sentenças que nos interessam um fato passe despercebido: apesar das médias de todas as palavras não revelarem nada, olhando para cada uma das posições podemos ainda encontrar um maior tempo de leitura para a preposição "por", quando comparada à preposição "em". O raciocínio é perfeitamente válido, porém, novamente, os dados não o comprovam. Vejamos o gráfico abaixo:

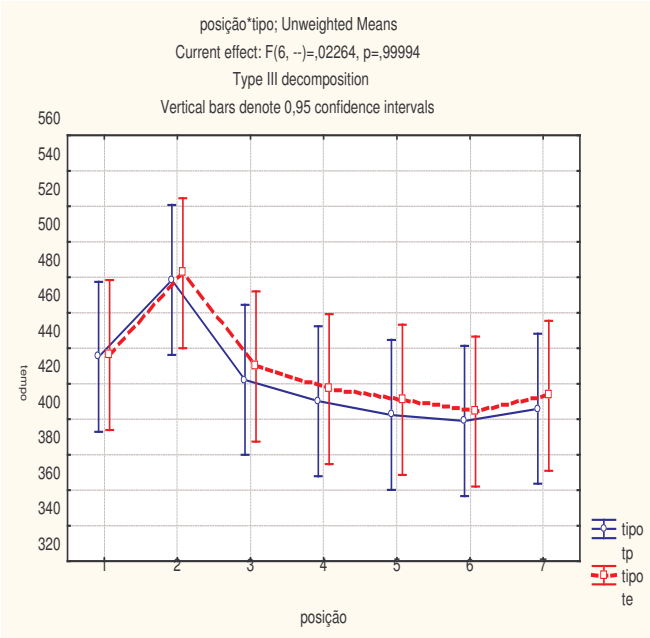


Figura 4.3: Média de leitura de TP e TE por palavra

Os quadrados representam a média de leitura de todas as palavras das sentenças TE por todos os sujeitos que as leram; os círculos representam a média de leitura de todas as palavras das sentenças TP por todos os sujeitos que as leram. No gráfico acima, a posição 5 indica a preposição, "em" ou "por", e, novamente, como podemos ver pelo gráfico não há diferença significativa entre elas com relação ao seu tempo de leitura. Mais do que isso, a preposição "por" leva menos tempo para ser lida do que "em", mas esse resultado é marginal e não pode ser considerado.

Por fim, analisando as respostas às perguntas feitas depois de cada sentença teste, obtivemos o seguinte resultado, lembrando que consideramos "SIM" como correto para o caso TE, e "NÃO" como correto para o caso TP:

	erro	acerto	total	% de erro
TP	42	18	60	70
TE	11	49	60	18,33333

Tabela 4.6: Tabelo de erros e acertos

Podemos também ler de outra forma os dados, nos perguntando quantas vezes os sujeitos, independentemente do que nós consideramos como correto, responderam "SIM" para TP e para TE: teríamos 42 vezes para TP e 49 vezes para TE. Resta então saber se, numa amostra de 60 casos, a diferença entre 42 e 49 é relevante. Ao proceder a análise, o resultado que obtemos foi p.=0,7216, ou seja, não significativo, em outras palavras, não há diferença na respota "SIM" que seja fruto da sentenças ser TP ou TE.

Uma análise, mais interessante, mas que infelizmente não realizamos, seria averiguar se os sujeitos demoram mais para responder a TP ou a TE - nossa previsão é de que a resposta para TP, justamente porque envolverá uma escolha entre pontos final segundo nossa teoria, será mais lenta.

Em suma, os resultados do experimento do tempo de leitura apontam conclusivamente para a **não existência** de nenhuma diferença significativa em termos de tempo de leitura para sentenças télicas cujo verbo seja seguido de "por X tempo" ou "em X tempo", ou seja, se uma outra das sentenças do *corpus* utilizado foi lida mais ou menos rapidamente, isso não se deveu a configuração télico+"por x tempo".

Podemos tirar mais algumas conclusões voltando às idéia de *full commitment* (FC) e de *minimal semantic commitment* (MSC) apresentadas na seção 4.2.5. Se de fato temos uma incompatibilidade entre eventos télicos e adjuntos "por X tempo", considerar a hipótese FC implica em encontrar um maior tempo de leitura para as sentenças TP; como vimos, não o encontramos. Assim sendo, o resultado do presente experimento pode ser interpretado como favorecendo a hipótese MSC contra a FC.

Por sua vez, o resultado encontrado no experimento anterior, que aponta para uma diferença de aceitabilidade entre TP e TE, pode resultar dos mesmos

fatores que Pickering *et al.* apontaram para os trabalho de Piñango *et al.* e Todorova *et al.*: a tarefa força algumas tomadas de decisão que normalmente o falante não faria, seja porque é desnecessário, seja porque o contexto é pouco para tomar uma posição diante de uma sentença cuja interpretação não está completamente decidida. Pedir para os sujeitos julgaram se uma sentença é boa ou não pode envolver dar um contexto a ela, e, se nossa hipótese sobre a detelicização estiver correta, sem qualquer contexto, dado a situação de teste, os sujeitos serão forçados a dar interpretações que não podem ser atingidas sem essas informações contextuais; se isso estiver correto, pode ser também um argumento a favor de uma teoria que alie semântica e pragmática.

Seria desejável efetuarmos mais alguns experimentos que pudessem ir mais a fundo no contraste dessas duas hipóteses explorando o domínio tempo-aspectual. Um primeiro experimento, não realizado devido a razões de tempo e espaço (tamanho de uma dissertação já grande), seria comparar os tempos de leitura de sentenças atélicas seguidas de "por X tempo" e "em X tempo".

De uma forma ou de outra, ainda não vimos as implicações desse resultado para as teorias de detelicização e para a hipótese proposta no capítulo 3 desta dissertação; esse é o tópico da próxima seção.

4.5 O que concluir sobre a coerção?

As teorias de detelicização que vimos no capítulo 3, seções 3.2.1, 3.2.2. e 3.2.3., não se ancoram em dados psicolingüísticos e nem sequer citam pesquisas psicolingüísticas que podiam se pronunciar sobre a existência ou não de evidências empíricas para sustentar a coerção. Conforme argumentamos no capítulo 3, seção 3.2.4., e também no presente capítulo, a evidência empírica, apesar de não ser um critério suficiente para a coerção, é um critério necessário, e erigir uma teoria que lança mão da coerção sem essa evidência empírica se constitui em uma manobra *ad hoc*, ainda mais quando contamos com contraprovas, como o experimento descrito na seção 4.4., e os experimentos de Pickering *et al.* (2006) e Proctor, Dickey e Rips (2004).

Além das considerações epistemológicas (ser potencialmente uma manobra *ad hoc*) e da falta de evidências empíricas, um último argumento contra a coerção é justamente podermos explicar os fenômenos que seriam abordados por uma teoria que a mobilize com uma teoria que não utiliza tal expediente; um exemplo de teoria como essa é aquela que apresentamos no capítulo 3.

Conforme indica o título da conclusão dessa dissertação, a explicação da detelicização, bem como a de outros fenômenos tempo-aspectuais, mais do que de uma noção de coerção, parece depender de uma devida separação entre referência temporal, aspecto e acionalidade. Passemos então, sem mais delongas, à conclusão deste trabalho.

Conclusão:
a distinção entre aspecto e acionalidade
como requisito fundamental para entender a detelicização

> Of course, philosophically I have my wishes. For example, I wish the linguistic turn were finally over. I wish we stopped doing metaphysics as though the character of reality could be read off our representations of it. I wish that research in logic freed itself from the system imprisonment that characterized its development over the last decades. I wish that my favorite views on a number of specific topics-that constitution is identity, that there is no worldly indeterminacy, that we are liable for what we do even if we couldn't do otherwise, and so on and so forth-were taken more seriously than their competitors. But these wishes are the sort of thing that inspire my daily practice as a philosopher. Part of my job, as I understand it, is precisely to try and get clear about such matters, sharing with others the reasons and arguments that I find most compelling, or the doubts and worries that I find most disturbing.
>
> VARZI, Achille

Ao fim de um livro grande (não apenas no sentido literal), seu autor, Nicholas Asher[1], diz algo na conclusão que também se aplica ao presente trabalho: depois de um texto tão longo, espera-se que a conclusão seja doce e breve. E, tal como ele diz para o seu trabalho, "this one is at least short".

Como já dissemos, a idéia desta dissertação era dar conta de sentenças como "João leu o livro por uma semana", investigar quais eram as razões de muitos pesquisadores nem mesmo darem atenção para essa configuração (evento télico+"por X tempo"), e, quando o faziam, apelavam, na maioria das vezes, para recursos como coerção ou "*type-mismatch*" para poder tratá-la. Mais do que isso, nosso intuito era chegar a uma caracterização semântica que desse conta da intepretação que atribuímos a ela, qual seja: a de um evento télico que começa, cessa e não atinge seu *telos*.

Tanto para entender o tratamento que muitas pesquisas propuseram para esse tipo de sentença (com interpretações diferentes da que apresentamos), como para poder capturar a interpretação que sugerimos e a semântica por trás dela, foi indispensável levar a fundo a distinção entre referência temporal, aspecto e acionalidade, mas principalmente a distinção e as relações estabelecidas entre aspecto e acionalidade. Não contando com essa distinção, até descrever o que acontece em "João leu o livro por uma semana", sem apelar para a coerção, parece ser um trabalho quase impossível.

O quarto capítulo desta dissertação, assim como alguns dos experimentos lá narrados, serve para colocar (talvez não definitivamente, porque experimentos mais sensíveis podem chegar a outras conclusões) dúvidas sobre a existência de coerção na leitura de sentença do tipo que analisamos no português brasileiro. Como vimos, a falta de motivação empírica para a existência de coerção pode ser tomada como um argumento a favor da nossa teoria.

Notamos também que, especificamente em relação a uma teoria sobre a detelicização, reconhecer os sub-domínios da referência temporal, aspecto e acionalidade parece não bastar. É necessário também a intervenção da pragmática.

[1] O nome do livro é, *Reference to Abstract Objects in Discourse*. A referência completa está na bibliografia, Asher, 1993.

Apelar para tal intervenção, dizendo qual é ela, em que momento ela ocorre e qual é o seu papel específico é algo que gostaríamos de destacar como um dos maiores avanços da teoria aqui esboçada.

Pode ser que esse esboço de teoria aqui proposto realmente seja mais interessante do que aparenta ser e possamos, através de uma formalização ainda por ser feita, dar conta de alguns outros fenômenos que atormentam os aspectólogos. Pode ser que não seja esse o caso e a teoria aqui esboçada esbarre em equívocos ainda despercebidos (e quem sabe intransponíveis).

Não obstante, para terminar, gostaríamos de notar mais uma vez a relevância da distinção entre aspecto e acionalidade, e chamar a atenção, novamente, para as pesquisas que não a consideram. Já tentamos apresentar, no primeiro capítulo, algumas das razões que pode ser tomadas para justificar que essa distinção não seja considerada, mas fica ainda o medo de que, no Brasil, país em que se fala português, que é uma língua na qual essa distinção pode ser claramente vista dada a sua rica morfologia, as pesquisas ainda não a levem em conta pela simples razão de aplicar modelos já consagrados lá fora.

Não há nada de errado nisso.

Porém, há sempre um momento na pesquisa (cremos que não apenas no caso de pesquisas lingüíticas) em que devemos ou sacrificar alguns dados, ou sacrificar algum aspecto de uma teoria, ou a teoria como um todo. Assim, frente às teorias de tempo e aspecto que encontramos, preferimos experimentar algo diferente e teorizar a partir de uma distinção pouco reconhecida e pouco empregada no *mainstream* dos aspectólogos.

Se tudo o mais que dissermos estiver errado, fica a esperança de que a distinção entre aspecto e acionalidade em si está correta, e que a semântica do domínio tempo-aspectual precisa de uma contribuição pragmática.

Apêndice 1

Lista 1

1 João gostou do terno que usou

2 João nadou por 10 minutos

3 Jorge lê mais do que a Maria

4 João se viu deitado no espelho

5 João estava assistindo o filme sozinho

6 Os homens se viram fortes no espelho

7 O chão rachou o piso

8 A casa trincou a parede

9 Carmem preparou a aula em três horas

10 João estava descansando no quarto sozinho

11 Pedro escreveu o livro por um ano

12 João empurrou o carrinho em 10 minutos

13 Senhoras e senhores da cidade votaram

14 Lucas não ouviu Márcia não gritar

15 Pedro escreveu o livro em um ano

16 Carlos trabalha mais do que o Leo

17 João deitou por 5 minutos

18 Pedro não olhou o que veio ver

Lista 2

1 João estava limpando a casa sozinho

2 Carmem não percebeu Jorge não dormir

3 João fuma mais do que o Pedro

4 Lucas não engoliu o que veio comer

5 João falou em 10 minutos

6 João não viu a Maria não pular

7 João estava dormindo na cama sozinho

8 As crianças se acharam engraçadas no espelho

9 João correu em 20 minutos

10 Márcia arrumou o quarto em uma hora

11 A bicicleta furou o pneu

12 Maria digitou o texto em duas horas

13 João gostou do vinho que tomou

14 João gostou do suco que bebeu

15 João nadou em 10 minutos

16 João brincou por 20 minutos

17 Tiago é mais velho do que o José

18 Mulheres e homens velhos vieram

Lista 3

1 João brincou em 20 minutos

2 João correu por 20 minutos

3 Crianças e adultos cansados apareceram

4 Moças e rapazes solteiros foram embora

5 Márcia se pegou chorando no espelho

6 Tiago não bebeu o que veio tomar

7 Tiago e Pedro se viram tristes no espelho

8 José desenhou o quadro em dois dias

9 André é mais engraçado do que o Paulo

10 José desenhou o quadro por dois dias

11 João construiu a casa por três anos

12 A moto rasgou o banco

13 Pedro não presenciou Tiago não chegar

14 A mesa quebrou o pé

15 João estava enchendo o baldo sozinho

16 João gostou do livro que leu

17 Maria não viu o que veio observar

18 Márcia arrumou o quarto por uma hora

Lista 4

1 João empurrou o carrinho por 10 minutos

2 João gostou do pão que comeu

3 Jovens e velhos nativos chegaram

4 Márcia é mais jovem do que o Edson

5 Carlos não observou José não comer

6 João estava nadando na praia sozinho

7 Carmem preparou a aula por três horas

8 João falou por 10 minutos

9 Luis não notou Leo não cair

10 João construiu a casa em três anos

11 Carmem não fez o que veio fazer

12 João não disse o que veio falar

13 João deitou em 5 minutos

14 João gostou do filme que viu

15 O carro fundou o motor

16 Meninas e meninos alegres brincaram

17 Maria digitou o texto por duas horas

18 Maria e Joana se acharam feias no espelho

Apêndice 2

Pares de sentenças com “em” e “por X tempo”:

1a João construiu a casa em três anos

1b João construiu a casa por três anos

2a José desenhou o quadro em dois dias

2b José desenhou o quadro por dois dias

3a Pedro escreveu o livro em um ano

3b Pedro escreveu o livro por um ano

4a Maria digitou o texto em duas horas

4b Maria digitou o texto em suas horas

5a Márcia arrumou o quarto em uma hora

5b Márcia arrumou o quarto por uma hora

6a Carmem preparou a aula em três horas

6b Carmem preparou a aula por três horas

Sentenças distratoras 1

1 João gostou do filme que viu

2 João gostou do livro que leu

3 João gostou do suco que bebeu

4 João gostou do pão que comeu

5 João gostou do vinho que tomou

6 João gostou do terno que usou

Sentenças distratoras 2

1 João estava assistindo o filme sozinho

2 João estava limpando a casa sozinho

3 João estava enchendo o baldo sozinho

4 João estava descansando no quarto sozinho

5 João estava dormindo na cama sozinho

6 João estava nadando na praia sozinho

Sentenças distratoras 3

1 A bicicleta furou o pneu

2 O carro fundou o motor

3 A moto rasgou o banco

4 A mesa quebrou o pé

5 A casa trincou a parede

6 O chão rachou o piso

Sentenças distratoras 4

1 Mulheres e homens velhos vieram

2 Crianças e adultos cansados apareceram

3 Jovens e velhos nativos chegaram

4 Moças e rapazes solteiros foram embora

5 Senhoras e senhores da cidade votaram

6 Meninas e meninos alegres brincaram

Sentenças distratoras 5

1 João se viu deitado no espelho

2 Tiago e Pedro se viram tristes no espelho

3 Maria e Joana se acharam feias no espelho

4 Márcia se pegou chorando no espelho

5 As crianças se acharam engraçadas no espelho

6 Os homens se viram fortes no espelho

Sentenças distratoras 6

1 João fuma mais do que o Pedro

2 Tiago é mais velho do que o José

3 Jorge lê mais do que a Maria

4 Márcia é mais jovem do que o Edson

5 Carlos trabalha mais do que o Leo

6 André é mais engraçado do que o Paulo

Sentenças distratoras 7

1 João não viu a Maria não pular

2 Pedro não presenciou Tiago não chegar

3 Carlos não observou José não comer

4 Lucas não ouviu Márcia não gritar

5 Carmem não percebeu Jorge não dormir

6 Luis não notou Leo não cair

Sentenças distratoras 8

1 João não disse o que veio falar

2 Maria não viu o que veio observar

3 Lucas não engoliu o que veio comer

4 Pedro não olhou o que veio ver

5 Tiago não bebeu o que veio tomar

6 Carmem não fez o que veio fazer

Referências Bibliográficas

Asher, Nicholas. 1993. *Reference to Abstract Objects in Discourse*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Bach, Emmon. 1981. "On time, tense, and aspect: an essay in English metaphysics." In *Radical Pragmatics*, 63–81. New York: Academic Press.

———. 1986. "The algebra of events." *Linguistics and Philosophy* 9:5–16.

Bacon, J. 2002. "Tropes." In Zalta data, URL = http://plato.stanford.edu/archives/fall/2002/entries/tropes/.

Basso, Renato Miguel. 2004. "Classes Acionais do Português Brasileiro e sua sensibilidade contextual." *I SEPEG - SEMINÁRIO DE PESQUISAS DA GRADUAÇÃO*.

Basso, Renato Miguel, e Rodolfo Ilari. 2004. "Estativos e suas Características." *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada* 4:15–26.

Bayer, Samuel Louis. 1997. *Confessions of a Lapsed Neo-Davidsonian: Events and Arguments in Compositonal Semantics*. New York: Garland Publishing, Inc.

Bennett, Jonathan. 1988. *Events and Their Names*. Oxford: Oxford University Press.

———. 1996. "What Events Are." In Casati e Varzi 1996a, 137–151.

Bertinetto, Pier Marco. 1986a. "Intrinsic and extrinsic temporal references: On restricting the notion of 'reference time'." In *Temporal Structure in*

Sentence and Discourse, editado por Vincenzo Lo Cascio e Co Vet, 41–78. Dordrecht: Foris.

———. 1986b. *Tempo, Aspetto e Azione nel verbo italiano. Il sistema dell'indicativo*. Florença: Accademia della Crusca.

———. 1991. "Il Sintagma Verbale." In *Grande grammatica italiana di consultazione*, editado por Lorenzo Renzi e Giampaolo Salvi, 13–161. Bologna: Il Mulino.

———. 1994. "Statives, progressives, and habituals: analogies and differences." *Linguistics* 32:391–423.

———. 1997. *Il dominio tempo-aspettuale: Demarcazioni, intersezioni, contrasti*. Torino: Rosenberg and Sellier.

———. 2001. "On a frequent misundertanding in the temporal-aspectual domain: the perfective-telic confusion." In *Semantics Interfaces: Reference, Anaphora, Aspect*, 177–210. Stanford, CA: CSLI Publications.

Bertinetto, Pier Marco, Valentina Bianchi, James Higginbotham, e Mario Squartini, eds. 1995. *Temporal Reference, Aspect and Actionality. Vol. 1: Semantic and Syntatic Perspectives*. Torino: Rosenberg and Sellier.

Bertinetto, Pier Marco, e Denis Delfitto. 2000. "Aspect vs. Actionality: Some reasons for keeping them apart." In *Tense and Aspect in the Languages of Europe*, editado por Osten Dahl, 189–225. Berlim/Nova Iorque: Mouton – De Gruyter.

Bertinetto, Pier Marco, e Marco Squartini. 1995. "An attempt at defining the class of 'gradual completion' verbs." In Bertinetto et al. 1995, 11–26.

Borghini, Andrea, e Achille Varzi. 2006. "Event Location and Vagueness." *Philosophical Studies* 128:313–336.

Brandl, Johannes L. 2000. "Do Events Recur?" In Higginbotham, Pianesi, e Varzi 2000, 95–104.

Brito, Adriano Naves de. 2003. *Nomes Próprios: Semântica e Ontologia*. Brasília: Editora da UnB.

Bäuerle, Rainer, Christoph Schwarze, e Arnin von Stechow, eds. 1983. *Meaning, Use, and Interpretation of Language*. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

Cann, Ronnie. 1993. *Formal Semantics: An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.

Casati, Roberto. 2003. "Representational Advantages." *Proceedings of Aristotelian Society* 100:281–298.

Casati, Roberto, e Achille Varzi. 1996a. *Events*. Dartmouth: Aldershot.

———. 1996b. "Introduction." In Casati e Varzi 1996a, xi–xxxviii.

Castilho, Ataliba T. de. 1968. *Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa*. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Marília.

Chierchia, Gennaro. 2003. *Semântica*. Campinas: Editora da Unicamp.

Comrie, Bernard. 1976. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cunha Lima, Maria Luiza. 2005. "Referenciação e investigação do processamento cognitivo: o exemplo do indefinido anafórico." In *Referência e Referenciação*, 197–218. São Paulo: Contexto.

Dahl, Osten. 1981. "On the definition telic-atelic (bounded-nonbounded) distinction." In Tedeschi e Zaenen 1981, 79–90.

Davidson, Donald. 1967. "The Logical Form of Action Sentences." In *The Logic of Decision and Action*, 81–95. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

———. 1970. "Events as Particulars." *Nous* 4:25–32.

———. 1980. *Essays on Actions and Events*. Oxford: Clarendon Press.

de Swart, Henriette. 1998. "Aspect Shift and Coercion." *Natural Language and Linguistic Theory* 16:347–385.

———. 2000. "Tense, aspect, and coercion in a cross-linguistic perspective." *Proceedings of the Berkeley Formal Grammar Conference*.

Declerck, Renaat. 1979. "Aspect and bounded/unbounded (telic/atelic) distinction." *Linguistics* 17:761–794.

Delfitto, Denis. 2002. *Genericity in Language: Issues of Syntax Logical form and Interpretation*. Pisa: Edizione dell'Orso.

Delfitto, Denis, e Pier Marco Bertinetto. 1995. "A case study in the interaction of aspect and actionality: the Imperfect in Italian." In Bertinetto et al. 1995, 125–142.

Depraetere, Ilse. 1995a. "The effect of temporal adverbials on (a)telicity and (un)boundedness." In Bertinetto et al. 1995, 43–54.

———. 1995b. "On the necessity of ditinguishing between (un)boundedness and (a)telicity." *Linguistics and Philosophy* 18:1–19.

Dini, Luca, e Pier Marco Bertinetto. 1995. "Punctual verbs and the linguistic ontology of events." *http://alphalinguistica.sns.it/QLL/Welcome.html*.

Dowty, David. 1979. *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Dupuy, Jean-Pierre. 1995. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Editora da Unesp.

Filip, Hana. 1999. *Aspect, Eventuality Type, and Nominal Reference*. New York: Garland Publishers, Inc.

Flusser, Vilém. 2002. *Da Religiosidade: a literatura e o senso de realidade*. São Paulo: Escrituras.

Frazier, L., e K. Rayner. 1990. "Taking on semantic commitments: Processing multiple meanings vs. multiple senses." *Journal of Memory and Language* 29:181–200.

———. 1999. "Taking on semantic commitments, II: collective versus distributive readings." *Cognition* 70:87–104.

Garey, H. B. 1957. "Verbal Aspects in French." *Language* 33:91–110.

Godoi, Elena. 1992. "Aspectos do Aspecto." Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem — Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Gould, Stephen Jay. 2003. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes.

Grice, H. P. 1981[1975]. "Lógica e Conversação." In *Fundamentos metodológicos da Lingüística, vol. VI, Pragmática*, 81–104. Campinas: Edição do Autor.

Hacking, Ian. 1983. *Representing and Intervening*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hay, Jennifer. 1998. "The non-uniformity of degree achievement." *apresentado na 72 Annual Meeting of LSA, New York*.

Heim, I., e A. Kratzer. 1998. *Semantics in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell Publishers.

Higginbotham, James, Fabio Pianesi, e Achille Varzi, eds. 2000. *Speaking of Events*. New York: Oxford University Press.

Horn, Lawrence. 1989. *A Natural History of Negation*. Chicago: University of Chicago Press.

Hornstein, Norbert. 1991. *As times goes by: tense and Universal Grammar*. Londres/Cambridge: The MIT Press.

Ilari, Rodolfo. 1997. *A Expressão do Tempo em Português*. São Paulo: Contexto.

Ilari, Rodolfo, e Renato Miguel Basso. 2005. "Semântica e Representações do Sentido." *Ilha do Desterro* 41:169–216.

———. no prelo. *Capítulo do Verbo*. Campinas: Editora da UNICAMP.

Jennifer, Hay, Christopher Kennedy, e Beth Levin. 1999. "Scalar Structure underlies telicity in 'Degree Achievements'." *Proceedings of SALT 9*.

Kamp, Hans. 1975. "Two Theories of Adjectives." In *Formal Semantics of Natural Language*, 123–155. Cambridge: Cambridge University Press.

———. 1981. "A Theory of Truth and Discourse Representation." In *Formal Methods in the Study of Language*, 277–322. Amsterdam: Mathematical Centre.

———. 1995. "Discourse Representation Theory." In *Handbook of Pragmatics*, editado por Jef Verschueren, Jan-Ostman, e Jan Blommaert, 253–257. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Pulishing Company.

Kamp, Hans, e Uwe Reyle. 1993. *From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht/Boston/Londres: Kluwer Academic Publishers.

Kamp, Hans, e Christian Rohrer. 1983. "Tense in Texts." In Bäuerle, Schwarze, e von Stechow 1983, 250–269.

Keefe, Rosanna. 2002. *Theories of Vagueness*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kennedy, Christopher, e Beth Levin. 2002. "Telicity corresponds to degree of change." *Handout de conferência apresentada em Georgetown University, fevereiro de 2002*.

Kenny, Anthony. 1963. *Actions, Emotions and Will*. Londres: Routledge and Kegan Paul.

Kim, J. 1973. "Causation, Nomic Subsumption, and the Concept of Event." *Journal of Philosophy* 70:217–236.

Koch, Ingedore G. V. 2002. *Desvendando os Segredos do Texto*. São Paulo: Editora Cortez.

Krifka, Manfred. 1998. "The origins of telicity." In Rothstein 1998, 197–235.

Lepore, E., e B. McLaughling. 1985. *Actions and Events: Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson*. Oxford: Blackwell.

Levinson, Stephen. 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

———. 2000. *Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicatures*. Cambridge: MIT Press.

Lewis, David. 1970. "General Semantics." *Synthese* 22:18–67.

———. 1979. "Scorekeeping in a language game." *Journal of Philosophical Logic* 8:339–359.

Link, Gödehard. 1983. "The Logical Analysis of Plurals and Mass Terms." In Bäuerle, Schwarze, e von Stechow 1983, 302–323.

Lisboa de Liz, Lucilene. 2005. ""Dar uma X-ada": um trabalho de interfaces." Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Lombard, B. 1998. "Ontologies of Events." In *Contemporary Readings in the Foundations of Metaphysics*, 277–294. Oxford: Blackwell.

Martins, Ronaldo Teixeira. 1997. "À Terceira Margem: Um Ensaio para a Desconstrução da Categoria Lingüística de Aspecto." Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Mollá-Aliod, Diego. 1997. "Aspectual Composition and Sentence Interpretation: A formal approach." Tese de Doutorado, University of Edinburgh, Edinburgh.

Parsons, Terence. 1985. "Underlying Events in the Logical Analysis of English." In Lepore e McLaughling 1985.

———. 1989. "The progressive in English: events, states and processes." *Linguistics and Philosophy* 12:231–241.

———. 1990. *Events in the semantics of English: A study in subatomic semantics*. Cambridge: MIT Press.

Pianesi, Fabio, e Achille Varzi. 2000. "Events and Event Talk: An Introduction." In Higginbotham, Pianesi, e Varzi 2000, 3–48.

Piñango et al., M. M. 1999. "Real-time processing implications of enriched composition at the syntax-semantics interface." *Journal of Psycholinguistic Research* 28:395–414.

Pickering et al., M. J. 2006. "Underspecification and Aspectual Coercion." *DISCOURSE PROCESSES*, vol. 42.

Proctor et al., A. S. 2004. "The time-course and cost of telicity inferences." *Proceeding of the 26th Annual Meeting of the Cognitive Science Society.*

Pylkkänen, Liina, e Brian McElree. no prelo. "The syntax-semantic interface: On-line composition of sentence meaning." In *Handbook of Psycholinguistics (2nd Ed).* New York: Elsevier.

Quine, W. V. O. 1960. *Word and Object.* Cambridge: MIT Press.

———. 1985. "Events and Reification." In Lepore e McLaughling 1985, 162–171.

Reichenbach, Hans. 1947. *Elements of Symbolic Logic.* Londres: MacMillan.

Rothstein, Susan. 1998. *Events and Grammar.* Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

———. 2004. *Structuring Events: A Study in the Semantics of Lexical Aspect.* Malden: Blackwell Publishing Ltd.

Sahlins, Marshall. 2004. *Esperando Foucault, ainda.* São Paulo: Cosac & Naify.

Scher, Ana Paula. 2004. "As construções com o verbo leve dar e a nominalização -ada no Português do Brasil." Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Schmitz, John Robert. 1981a. "A Oposição Estrutural / Fenomenal e a Análise do Aspecto Progressivo." *Mimeo.*

———. 1981b. "The progressive construction and stativeness in Brazilian Portuguese." *Mimeo.*

Singh, Mona. 1991. "The Perfective Paradox: How to Eat Your Cake and Have it Too." *Proceeding of the Berkeley Linguistic Society.*

———. 1998a. "On the Semantics of the Perfective Aspect." *Natural Language Semantics* 6:171–199.

Singh, Simon. 1998b. *O último teorema de Fermat.* São Paulo: Record.

Smith, Barry, e Achille Varzi. 2000. "Fiat and Bona Fide Boundaries." *Philosophy and Phenomenological Research* 60:401–420.

Squartini, Mario. 1998. *Verbal Periphrases in Romance: Aspect, Actionality, and Grammaticalization.* Berlin/New York: Mouton – de Gruyter.

Steward, Helen. 1997. *The Ontology of Mind: Events, Processes, and States.* Oxford: Clarendon Press.

Tedeschi, Philip J., e Annie Zaenen, eds. 1981. *Tense and Aspect.* New York: Academic Press.

Tenny, Carol. 1994. *Aspectual Roles and the Syntax-Semantics Interface.* Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Todorova et al., M. 2000. "Aspectual coercion and the online computation of sentential aspect." *Proceedings of the Twenty-second Annual Conference of the Cognitive Science Society.*

Varzi, Achille. 2001. "Vagueness, Logic, and Ontology." *The Dialogue* 1:135–154.

———. 2002. "Events, Truth, and Indeterminacy." *The Dialogue* 2:241–264.

———. 2004. "Mereology." In Zalta data, URL = http://plato.stanford.edu/.

———. 2005. *Ontologia.* Roma: Laterza.

Vendler, Zeno. 1957. "Verbs and Times." *Philosophical Review*, pp. 143–160.

———. 1967. *Linguistics in Philosophy.* New York: Cornell University Press.

Verkuyl, Henk J. 1972. *On the compositional nature of aspects.* Dordrecht: Reidel.

———. 1989. "Aspectual classes and aspectual composition." *Linguistics and Philosophy* 12:39–94.

———. 1993. *A theory of aspectuality. The interaction between temporal and atemporal structure*. Cambridge: Cambridge University Press.

Vlach, Frank. 1981. "The Semantics of the Progressive." In Tedeschi e Zaenen 1981, 271–292.

Wachowicz, Teresa Cristina. 1997. "Uma semântica de reticulados para os plurais e os termos de massa." Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Williamson, Timothy. 1994. *Vagueness*. Londres: Routledge.

Zalta, E. sem data. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*.

Zucchi, Sandro. 1998. "Aspect Shift." In Rothstein 1998, 349–370.